

CARLOS FARINHA RODRIGUES
(COORDENADOR)

RITA FIGUEIRAS
VITOR JUNQUEIRA

DESIGUALDADE **ECONÓMICA** em Portugal

DESIGUALDADE ECONÓMICA EM PORTUGAL

Carlos Farinha Rodrigues (Coordenador)

Rita Figueiras

Vítor Junqueira

Este texto constitui o Relatório Final do Projecto “Desigualdades em Portugal” realizado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) para a Fundação Francisco Manuel dos Santos. As opiniões expressas neste relatório são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos ou qualquer outra entidade.



Rua Tierno Galvan, Torre 3, 9.º J | 1070-274 Lisboa, Portugal
Correio electrónico: ffms@ffms.pt
Telefone: 21 381 84 47

© Fundação Francisco Manuel dos Santos e Carlos Farinha Rodrigues, Junho de 2012

As opiniões expressas neste Estudo são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. A autorização para reprodução total ou parcial do texto deve ser solicitada aos autores e editores.

Coordenação editorial:

Alêtheia Editores
Escritório na Rua do Século, n.º 13 | 1200-433 Lisboa, Portugal
Tel.: (+351) 21 093 97 48/49, Fax: (+351) 21 096 48 26
E-mail: aletheia@aletheia.pt
www.aletheia.pt

Título:

Desigualdade Económica em Portugal

Autores:

Carlos Farinha Rodrigues (Coord.)
Rita Figueiras
Vítor Junqueira

Revisão:

Isabel Ferreira

Capa e Paginação:

Várzea da Rainha Impressores

Impressão e acabamento:

Guide - Artes Gráficas, Lda
Rua Heróis de Chaimite, 14 • 2675-374 Odivelas
www.guide.pt

Depósito Legal:

349784/12

ÍNDICE

Prefácio	13
Agradecimentos.....	17
1 Introdução	19
2 Portugal: um país desigual	25
2.1 Análise dos rendimentos familiares.....	25
2.2 Desigualdade salarial.....	30
2.3 Desigualdade e pobreza.....	35
2.4 Desigualdade e privação material.....	37
2.5 Rendimento total versus rendimento monetário.....	41
2.6 Disparidades regionais na repartição do rendimento	44
2.7 Comparações internacionais.....	45
2.8 Síntese.....	59
3 Evolução recente da desigualdade em Portugal	61
3.1 Evolução da desigualdade familiar	61
3.2 Evolução da desigualdade salarial	70
3.3 Evolução dos rendimentos mais elevados	93
3.4 Evolução da pobreza monetária	99
3.5 Evolução da privação material e da pobreza consistente	103
3.6 Indicadores de bem-estar social	105
3.7 Evolução da desigualdade e da pobreza monetária a nível regional.....	109
3.8 Portugal e a União Europeia: convergência ou afastamento.....	111
3.9 Síntese.....	120
4 Principais factores explicativos da evolução da desigualdade familiar	123
4.1 Dimensão do ADP.....	125
4.2 Composição do ADP	127
4.3 Participação do ADP na actividade produtiva.....	130
4.4 Grupo etário do indivíduo de referência	133
4.5 Condição perante o trabalho do indivíduo de referência.....	135
4.6 Nível de escolaridade completo do indivíduo de referência	137

4.7	Decomposição da desigualdade por fontes de rendimento	139
4.8	Síntese.....	141
5	Principais factores explicativos da evolução da desigualdade salarial.....	143
5.1	Sexo.....	143
5.2	Grupo etário.....	146
5.3	Habilitações.....	148
5.4	Qualificações.....	150
5.5	Profissões.....	154
5.6	Antiguidade.....	157
5.7	Região	159
5.8	Dimensão da empresa.....	161
5.9	Grandes sectores de actividade.....	163
5.10	Síntese.....	165
6	Efeitos das prestações sociais e dos impostos sobre a desigualdade.....	167
6.1	Impacto do sistema fiscal sobre a distribuição do rendimento e a desigualdade	169
6.2	Eficácia das prestações sociais na redução da incidência da pobreza	173
6.3	Análise do impacto redistributivo das prestações sociais e dos impostos.....	175
6.4	A utilização de modelos de microsimulação das políticas sociais	180
6.5	Síntese.....	183
7	Conclusões e recomendações	185
	Bibliografia.....	195
	Anexos.....	198
	Glossário de conceitos, indicadores e nomenclaturas.....	233

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Índices de desigualdade (I), Portugal, 2009.....	29
Quadro 2 - Índices de desigualdade (II), Portugal, 2009.....	30
Quadro 3 - Índices de desigualdade salarial, Portugal, 2009	31
Quadro 4 - Desigualdade salarial – rácios de percentis, Portugal, 2009	33
Quadro 5 - Índices de desigualdade do ganho mensal, Portugal, 2009	35
Quadro 6 - Índices de pobreza monetária, Portugal, 2009.....	36
Quadro 7 - Índices de pobreza monetária com linhas de pobreza alternativas, Portugal, 2009	37
Quadro 8 - Indicadores de privação material, Portugal, 2010.....	39
Quadro 9 - Indicadores de privação material, Portugal, 2010	40
Quadro 10 - Pobreza monetária versus privação material, Portugal, 2009.....	41
Quadro 11 - Comparação do rendimento total e rendimento monetário (I), Portugal, 2009.....	43
Quadro 12 - Comparação do rendimento total e rendimento monetário (II), Portugal, 2009.....	44
Quadro 13 - Indicadores do rendimento monetário por NUTS II, Portugal, 2009.....	45
Quadro 14 - Índices de desigualdade, Portugal, 1967/68, 1973/74 e 1980/81.....	62
Quadro 15 - ‘shares’ dos vários quintis, Portugal, 1967/68, 1973/74 e 1980/81.....	62
Quadro 16 - Índices de desigualdade, Portugal, 1980/81 e 1989/90	63
Quadro 17 - ‘shares’ dos vários quintis, Portugal, 1980/81 e 1989/90	63
Quadro 18 - Índices de desigualdade, Portugal, 1993-2009.....	64
Quadro 19 - ‘shares’ do rendimento auferidos pelos 5%, 10% e 20% da população mais pobre/rica, Portugal, 1993-2009.....	68
Quadro 20 - ‘shares’ do ganho mensal por decis do ganho médio, Portugal, 1985-2009.....	75
Quadro 21 - Índice S80/S20 e S90/S10, Portugal, 1985-2009.....	79
Quadro 22 - Índice P99/P10 , P95/P05 e P99/P01, Portugal, 1985-2009	82
Quadro 23 - Índice P50/P1 , P50/P5, P50/P10, P90/P50, P95/P50 e P99/P50 ,1985-2009	84
Quadro 24 - Índices de desigualdade salarial, Portugal, 1985-2009.....	90
Quadro 25 - ‘shares’ dos rendimentos fiscais mais elevados, Portugal, 1976-2003	94
Quadro 26 - Taxa de crescimento dos ‘shares’ dos rendimentos fiscais mais elevados, Portugal, 1976-2003	95
Quadro 27 - ‘shares’ do ganhos salariais mais elevados, Portugal, 1985- 2009	97

Quadro 28 - Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	101
Quadro 29 - Intensidade da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	102
Quadro 30 - Posição relativa dos cinco países com maior desigualdade (I.Gini), UE15, 1994-2009	115
Quadro 31 - Posição relativa dos cinco países com maior desigualdade (I.Gini), UE27, 2004-2009	116
Quadro 32 - Decomposição da desigualdade por fontes de rendimento (I) Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	140
Quadro 33 - Decomposição da desigualdade por fontes de rendimento (II) Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	141
Quadro 34 - Estrutura do rendimento disponível, Portugal, 2009	170
Quadro 35 - Rendimento disponível bruto/líquido por decis do rendimento disponível bruto, Portugal, 2009	172
Quadro 36 - Índices de desigualdade, Portugal, 2009	173
Quadro 37 - Eficácia das políticas sociais na redução da incidência da pobreza, Portugal, 1993–2009	174
Quadro 38 - Eficácia e Eficiência dos impostos e prestações sociais na redução da desigualdade	178
Quadro 39 - Redistribuição líquida para o primeiro quintil da distribuição do rendimento	179
Quadro 40 - Simulação do CSI e do RSI na distribuição do rendimento, Portugal, 2006	181
Quadro 41 - Simulação do CSI e do RSI na distribuição do rendimento - medidas de desigualdade (I), Portugal, 2006	181
Quadro 42 - Simulação do CSI e do RSI na distribuição do rendimento - medidas de desigualdade (II), Portugal, 2006	182
Quadro 43 - Simulação do CSI e do RSI na distribuição do rendimento - medidas de pobreza monetária (III), Portugal, 2006	183

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Rendimento disponível anual em cada percentil da respectiva distribuição, Portugal, 2009	26
Gráfico 2 - Percentagem de indivíduos por escalões de rendimento disponível anual, Portugal, 2009.....	27
Gráfico 3 - Proporção do rendimento disponível por adulto equivalente auferida por cada vintil da população, Portugal, 2009.....	28
Gráfico 4 - Ganho mensal em cada percentil da distribuição, Portugal, 2009	32
Gráfico 5 - Distribuição dos trabalhadores por escalões do ganho mensal, Portugal, 2009.....	34
Gráfico 6 - Número de indicadores de privação material, Portugal, 2010	40
Gráfico 7 - Níveis médios de rendimento líquido por adulto equivalente em euros e PPC, UE, 2009	47
Gráfico 8 - Índice S80/S20, UE, 2009	48
Gráfico 9 - Índice de Gini, UE, 2009	49
Gráfico 10 - Desigualdades salariais - Índice de Gini, UE(24), 2006	50
Gráfico 11 - Desigualdades salariais - Índice de Gini, UE, 2008.....	51
Gráfico 12 - Rendimentos líquidos médios por adulto equivalente corrigido em PPC, UE, 2009.....	52
Gráfico 13 - Linhas de pobreza em euros e PPC, UE, 2009	53
Gráfico 14 - Incidência de pobreza, UE, 2009.....	54
Gráfico 15 - Incidência de pobreza nos idosos, UE, 2009	55
Gráfico 16 - Incidência de pobreza infantil, UE, 2009	55
Gráfico 17 - “Relative poverty gap”, UE, 2009	56
Gráfico 18 - Índice de Privação Material, UE, 2010	57
Gráfico 19 - Desigualdade versus Pobreza, UE, 2009	58
Gráfico 20 - Desigualdade versus Privação, UE, 2009	59
Gráfico 21 - Índices de desigualdade, Portugal, 1993-2009	65
Gráfico 22 - Curvas de Lorenz, Portugal, 1993 e 2009	66
Gráfico 23 - Curvas de Lorenz, Portugal, 1993 e 2009	67
Gráfico 24 - S95/S05, S90/S10, S80/S20, Portugal, 1993-2009.....	69
Gráfico 25 - ‘shares’ do rendimento equivalente por decis, Portugal, 1993–2009 (1993=100)	70
Gráfico 26 - Comparação entre ganho mensal e ganho horário, Portugal, 1985-2009	71

Gráfico 27 - Ganho mensal, Portugal, 1985-2009	72
Gráfico 28 - Relação entre retribuição mensal mínima garantida e limiar de baixos salários, Portugal, 1985-2009.....	73
Gráfico 29 - ‘shares’ do ganho mensal por decis do ganho médio, Portugal, 1985-2009	76
Gráfico 30 - Evolução dos ‘shares’ do ganho mensal, Portugal, 1985-2009 (1985=100).....	77
Gráfico 31 - ‘shares’ do ganho médio mensal, Portugal, 1985, 1994, 2000 e 2009	78
Gráfico 32 - Índice S80/S20 e S90/S10, Portugal, 1985-2009	80
Gráfico 33 - Evolução dos ‘shares’ S20 e S80, Portugal, 1985-2009 (1985=100)	81
Gráfico 34 - Índice P99/P1 , P95/P5 e P90/P10, Portugal, 1985-2009	83
Gráfico 35 - Índice P50/P10 , P50/P5 e P50/P1, Portugal, 1985-2009.....	85
Gráfico 36 - Índice P99/P50 , P95/P50 e P90/P50, Portugal, 1985-2009.....	86
Gráfico 37 - Curvas de Lorenz, Portugal, 1985, 1994, 2000 e 2009	87
Gráfico 38 - S95/S05, S90/S10, S80/S20, Portugal, 1985-2009.....	88
Gráfico 39 - Evolução dos ‘shares’ dos diferentes decis, Portugal, 1985-2009 (1985=100).....	89
Gráfico 40 - Índice de Gini, Atkinson e DML, Portugal, 1985-2009.....	91
Gráfico 41 - Evolução do índice de Gini, Portugal, 1985-2009 (1993=100).....	92
Gráfico 42 - ‘shares’ dos rendimentos fiscais mais elevados, Portugal, 1976- 2003.....	96
Gráfico 43 - ‘shares’ dos salários mais elevados, Portugal, 1985- 2009.....	98
Gráfico 44 - Índices de pobreza monetária, Portugal, 1993-2009.....	99
Gráfico 45 - Incidência de pobreza nos idosos e nas crianças, Portugal, 1993-2009 ..	100
Gráfico 46 - Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	102
Gráfico 47 - Intensidade da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	103
Gráfico 48 - Incidência e intensidade de privação material, Portugal, 2004-2010	104
Gráfico 49 - Pobreza Consistente, Portugal, 2003-2009.....	105
Gráfico 50 - Rendimento médio por adulto equivalente por decis, Portugal, 1993 e 2009	106
Gráfico 51 - Funções de distribuição, Portugal, 1993 e 2009	107
Gráfico 52 - Curva de Lorenz Generalizada, Portugal, 1993 e 2009	108
Gráfico 53 - Índice de Gini por NUTS II, Portugal, 1990, 1995, 2000 e 2005.....	109
Gráfico 54 - Taxa de Pobreza por NUTS II, Portugal, 1990, 1995, 2000 e 2005	111

Gráfico 55 - Rendimento equivalente português face ao rendimento médio na UE15, 1994-2009	112
Gráfico 56 - Índice S80/S20, Portugal e UE, 1994-2009	113
Gráfico 57 - Índice de Gini, Portugal e UE, 1994-2009.....	114
Gráfico 58 - Incidência da pobreza, Portugal e UE, 1994-2009	117
Gráfico 59 - Incidência da pobreza infantil, Portugal e UE, 2004-2009	118
Gráfico 60 - Incidência da pobreza nos idosos, Portugal e UE, 1994-2009.....	119
Gráfico 61 - Incidência da privação material, Portugal e UE, 2004-2009	120
Gráfico 62 - Decomposição da desigualdade familiar por dimensão do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	127
Gráfico 63 - Decomposição da desigualdade familiar por composição do ADP (I), Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	128
Gráfico 64 - Decomposição da desigualdade familiar por composição do ADP (II), Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	129
Gráfico 65 - Decomposição da desigualdade familiar por participação do ADP na actividade produtiva, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	132
Gráfico 66 - Decomposição da desigualdade familiar por grupo etário do indivíduo de referência do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009.....	134
Gráfico 67 - Decomposição da desigualdade familiar por condição perante o trabalho do indivíduo de referência do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	136
Gráfico 68 - Decomposição da desigualdade familiar por nível de escolaridade completo do indivíduo de referência do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009	138
Gráfico 69 - Proporção da desigualdade explicada, Portugal, 2009.....	142
Gráfico 70 - Decomposição da desigualdade salarial por sexo, Portugal, 1994, 2000 e 2009.....	145
Gráfico 71 - Decomposição da desigualdade salarial por grupos etários, Portugal, 1994, 2000 e 2009.....	147
Gráfico 72 - Decomposição da desigualdade salarial por habilitações, Portugal, 1994, 2000 e 2009	149
Gráfico 73 - Decomposição da desigualdade salarial por qualificações (i), Portugal, 1994, 2000 e 2009.....	152
Gráfico 74 - Decomposição da desigualdade salarial por qualificações (ii), Portugal, 1994, 2000 e 2009.....	153
Gráfico 75 - Decomposição da desigualdade salarial por profissão (i), Portugal, 1994, 2000 e 2009.....	155

Gráfico 76 - Decomposição da desigualdade salarial por profissão (ii), Portugal, 1994, 2000 e 2009.....	156
Gráfico 77 - Decomposição da desigualdade salarial por antiguidade na empresa, Portugal, 1994, 2000 e 2009.....	158
Gráfico 78 - Decomposição da desigualdade salarial por região NUTS II do estabelecimento, Portugal, 1994, 2000 e 2009.....	160
Gráfico 79 - Decomposição da desigualdade salarial por dimensão da empresa, Portugal, 1994, 2000 e 2009.....	162
Gráfico 80 - Decomposição da desigualdade salarial por sector de actividade da empresa, Portugal, 1994, 2000 e 2009	164
Gráfico 81 - Proporção da desigualdade explicada, Portugal, 2009	165
Gráfico 82 - Rendimento disponível bruto/líquido por decis do rendimento disponível bruto, Portugal, 2009	171
Gráfico 83 - Redução da desigualdade associada às políticas redistributivas.....	176

O estudo da realidade é o primeiro objectivo referido na missão da Fundação Francisco Manuel dos Santos. A fim de cumprir este seu dever, tem a Fundação de recorrer a trabalho rigoroso e independente. O segundo objectivo consiste na divulgação dos resultados e na promoção do debate público o mais alargado possível. É o que espera fazer com mais uma publicação.

Este trabalho sobre as desigualdades económicas em Portugal, um dos primeiros a ser encomendados pela FFMS e também um dos primeiros a serem editados, insere-se nesses objectivos. Todos os temas, por mais difíceis ou incómodos, sobretudo esses, devem fazer parte da nossa lista de tarefas.

As desigualdades sociais e económicas constituem tema relevante na discussão pública, no debate político e na comunicação social. Nas últimas décadas, são cada vez mais um assunto recorrente. Os confrontos entre partidos políticos, entre esquerda e direita, entre patrões e sindicatos ou entre sectores públicos e privados, incluem de modo crescente, referência a este tema. Motivos ideológicos, políticos, filosóficos ou morais justificam essa tendência.

As políticas públicas (da População, das Cidades, dos Transportes, de Saúde, de Educação, de Segurança Social e todas as outras) têm a desigualdade como factor determinante, seja para a combater, para a manter ou para a acentuar. Ninguém ou quase ninguém defende publicamente o agravamento das desigualdades: o consenso político explícito ou implícito faz com que a desigualdade tenha um significado próximo da injustiça, o que parece ser geralmente considerado como um atributo negativo das sociedades e das relações sociais. Mas é verdade que enquanto certas políticas têm como objectivo explícito diminuir as desigualdades, outras têm as desigualdades como consequências, sem que sejam admitidas como seu propósito. Outras ainda são aparentemente indiferentes a esta questão social e política, indiferença que pode já ser uma espécie de opção ou preferência.

Estando no centro das discussões públicas e de muitos trabalhos académicos, as desigualdades sociais e económicas são, em Portugal, pouco estudadas. São muito referidas, a

elas se alude com facilidade, mas permanecem mal conhecidas. Além disso, são temas de grande fragilidade e vulnerabilidade. Com efeito, em qualquer polémica política o agravamento e o abrandamento das desigualdades são citados sem argumento factual nem pudor. “Portugal é o país mais desigual da Europa”; “As desigualdades sociais e económicas são, em Portugal, mais marcadas do que em qualquer outro país ocidental”; “As desigualdades estão a esbater-se desde o 25 de Abril”; “Os ricos estão, em Portugal, cada vez mais ricos, enquanto os pobres cada vez mais pobres”: eis apenas algumas amostras do que é frequente dizer-se e ouvir no nosso país.

Com a ajuda do INE (Instituto Nacional de Estatística), do EUROSTAT (Serviços de Estatística da União Europeia) e de alguns “observatórios” e institutos académicos, começa a ser possível saber um pouco mais sobre esta realidade complexa. Mas ainda estamos muito longe de conhecer os mecanismos sociais e económicos que favorecem ou contrariam as desigualdades. Já se sabe um pouco mais sobre os factos, mas ainda muito pouco sobre as causas. Se é verdade que Portugal regista algumas das mais elevadas taxas de desigualdade, é importante saber porquê e como. O que faz com que, na sociedade, as desigualdades subsistam, sem que tal dependa, aparentemente, do grau de desenvolvimento? Há países mais desenvolvidos do que o nosso, uns mais desiguais, outros menos. Há países com produto e rendimento semelhantes ao nosso, uns mais desiguais, outros menos. Que factores têm impacto real na desigualdade? E em que medida? A classe social? A instrução? A região de origem? A tradição do regime de herança? A distribuição de propriedade? As instituições civis? As políticas públicas? O Estado de protecção social? Os costumes patronais e empresariais? Os regimes laborais? São estas causas e respectivas influências que estão longe de ser conhecidas e medidas. Tal, aliás, como a mobilidade social, fenómeno tão desconhecido entre nós e no entanto tão importante para se ter uma imagem fidedigna de uma sociedade, de uma política e de uma economia.

Foi neste quadro de interrogações que a FFMS decidiu, logo nos primeiros meses de existência, pedir a Carlos Farinha Rodrigues e à sua equipa de investigadores que fizessem um primeiro estudo aprofundado sobre o estado e a evolução recente das desigualdades económicas em Portugal. Antes de passarmos às causas e às explicações mais complexas, era indispensável conhecer melhor os factos. Assim fizemos e recorreremos a Carlos Farinha Rodrigues (do ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa), um dos académicos portugueses que mais tem estudado esta questão e que melhor conhece as fontes e os dados, de difícil tratamento, mas indispensáveis para a investigação. O resultado está aqui. Há informações surpreendentes, factos inéditos e situações já conhecidas. No conjunto, é um dos mais interessantes contributos para o estudo deste tema. O autor contou com a colaboração valiosa do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e do Instituto Nacional de Estatística. A ambos, fica o reconhecimento da FFMS.

Algumas conclusões do trabalho de Carlos Farinha Rodrigues merecem especial atenção. Apesar de se manterem entre as mais elevadas em toda a Europa, as desigualdades económicas familiares têm conhecido, em Portugal, algum decréscimo ao longo dos últimos anos. Esta evolução tem acompanhado uma melhoria de rendimento e de condições de vida das famílias situadas nos mais baixos escalões de rendimento. Todavia, em contraste com esta realidade, as desigualdades económicas salariais têm vindo a aumentar. Enquanto todos os indicadores de desigualdade familiar apontam no sentido da atenuação, todos os indicadores de desigualdade salarial dão sinais de agravamento.

Muitas mais são as conclusões anotadas pela equipa de investigação. Estas merecem atenção e debate, tal como exigem novos estudos com especial enfoque em períodos mais curtos, em grupos de idade e em situações sociais das famílias. As desigualdades revelam algumas correlações com a pobreza, a idade e a instrução, a que importa estar atento. E parece não haver dúvidas sobre o papel desempenhado pelas políticas públicas e os dispositivos de protecção do Estado social, cujas prestações de apoio a certas camadas da população ou a famílias em condições especiais são decisivas para a diminuição das desigualdades ou no travão ao seu aumento.

Nas relações entre as desigualdades económicas e os vários factores que poderiam ajudar a explicá-las, dois parecem especialmente importantes: os níveis de instrução e os salários. Os restantes parecem ter muito menos importância, designadamente a composição das famílias, as condições perante o trabalho e a idade. Estas sugestões para reflexão e interpretação são muito interessantes e devem ser aprofundadas.

Nos últimos dois anos, para os quais ainda não há dados e em parte dos quais está em vigor o acordo de assistência financeira internacional, assim como vários programas de austeridade, contenção e redução do défice público, as políticas sociais sofreram uma indiscutível pressão. Há mais necessidades, por via do desemprego, dos despedimentos, das falências e das insolvências. Mas também parece haver menos recursos para sustentar essas políticas. É de absoluta importância acompanhar esses fenómenos, prolongar os estudos e conhecer melhor os efeitos das políticas de austeridade nas condições sociais de vida das famílias.

Só assim se poderá modelar as políticas sociais. E só assim se poderá melhor conhecer as origens e as causas da desigualdade. Será que esta diminui com a instrução? Pensa-se que sim, mas há evidência, em Portugal e noutros países, de aumento de desigualdades em consequência de progressos da educação e da formação. Diminui a desigualdade com o desenvolvimento económico? Crê-se que sim, há demonstrações disso, mas também se conhecem países muito desenvolvidos que afixam taxas de desigualdade superiores a outros menos desenvolvidos. Aumentam ou diminuem as desigualdades na dependência das políticas sociais e dos regimes laborais? Em que medida? A liberdade de mercado e de iniciativa eco-

nómica tem influência nas desigualdades? Como? E a democracia pode também estar relacionada com a igualdade de oportunidades ou com as desigualdades sociais e económicas?

Há ainda muito, em Portugal, para estudar e debater, nesta área da realidade social. É urgente fazê-lo. Sobretudo em tempos difíceis como os actuais, cuja duração é ainda indeterminada. As desigualdades económicas podem ter influência na coesão social e nacional. Receia-se muito, mas não se sabe como nem quanto. Aquele receio não é bom conselheiro, pois pode levar à definição de políticas ou à decisão sobre actuações e comportamentos, sem que se conheça realmente a situação social em causa. Mais uma razão para estudar e debater. Nesse sentido, conhecer implica diminuir os receios e aumentar a capacidade de decisão informada. Em poucas palavras, conhecer contribui para a liberdade.

ANTÓNIO BARRETO

AGRADECIMENTOS

Os autores desejam expressar o seu agradecimento público à Fundação Francisco Manuel dos Santos que lançou o desafio para a realização deste estudo, o acompanhou ao longo das suas diferentes etapas e da qual foi sentido o estímulo permanente à sua concretização. O espaço de liberdade e de expressão livre de opinião que a FFMS sempre nos proporcionou constituíram certamente uma mais-valia na realização deste estudo.

Um especial agradecimento é devido aos Professores Anthony Atkinson, da Universidade de Oxford (Reino Unido), e José Tavares, da Universidade Nova de Lisboa, pelo importante apoio e aconselhamento prestado ao longo da realização deste trabalho.

Este trabalho beneficia ainda das muitas sugestões expressas numa reunião com diversos investigadores nacionais, efectuada em Maio de 2011, e na apresentação pública do Relatório Preliminar, realizada no Instituto Superior de Economia e Gestão na mesma data. A todos os que participaram nesses debates, fica o nosso reconhecimento.

Os autores agradecem ainda ao Instituto Nacional de Estatística e ao Ministério da Solidariedade e da Segurança Social o acesso às bases de dados anonimizadas do Painel Europeu dos Agregados Familiares (PEADP/ECHP), do Inquérito às condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC), dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares/Inquérito às Despesas das Famílias e dos Quadros de Pessoal.

1 INTRODUÇÃO

A publicação anual pelo Eurostat e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de indicadores de desigualdade na distribuição pessoal do rendimento em Portugal e a sua comparação com os dos restantes países da União Europeia (UE) suscitam habitualmente um conjunto de declarações públicas e de artigos de opinião em que de forma quase unânime se lamenta e condena a posição de Portugal como um dos países com maiores índices de desigualdade económica na UE. Porém, raramente a indignação revelada perante os níveis de desigualdade apresentados se traduz numa avaliação aprofundada das características dessa desigualdade, dos seus principais determinantes e de uma correcta apreciação da sua evolução ao longo do tempo.

O objectivo deste estudo é o de tentar identificar algumas das principais características da desigualdade económica em Portugal, avaliar quais os sectores da sociedade mais afectados pelas alterações na distribuição dos rendimentos, quais as fontes de rendimentos que mais contribuem para a desigualdade e quais as principais tendências ocorridas nas últimas décadas em Portugal.

No Capítulo 2 ir-se-á caracterizar a desigualdade económica em Portugal tanto quanto os dados disponíveis o permitem. Tomando como referência o ano de 2009, último ano para o qual existem estatísticas oficiais sobre a desigualdade, proceder-se-á à quantificação detalhada das assimetrias existentes na distribuição dos rendimentos familiares, com o propósito de alcançar uma ‘fotografia’ tão nítida quanto possível das desigualdades actuais em Portugal.

Ainda que nesse capítulo se considere apenas a incidência da desigualdade sobre o conjunto da população e não sobre grupos específicos de famílias ou de indivíduos, particular atenção será dada às assimetrias verificadas em diferentes partes da distribuição do rendimento. Pretende-se, assim, identificar desde logo as diferentes dinâmicas associadas à criação dos rendimentos e à geração das desigualdades de famílias situadas em diferentes pontos ao longo da escala de rendimentos.

Ainda que a análise da distribuição do rendimento disponível das famílias constitua o corpo central para a tipificação das desigualdades económicas em Portugal, procederemos igualmente ao estudo da desigualdade salarial. Constituindo os rendimentos de trabalho a principal componente dos rendimentos pessoais e, simultaneamente, uma das componentes que tradicionalmente evidenciam maior assimetria, a sua observação revela-se fundamental para consolidar a análise do processo de formação e redistribuição dos rendimentos familiares.

Embora o estudo das desigualdades económicas seja importante em si mesmo, ele ganha uma relevância acrescida se for interpretado como um elemento estruturante da análise das condições de vida dos indivíduos e das famílias, como uma componente essencial na determinação do nível do bem-estar do conjunto da população e mesmo como uma informação indispensável para aferir dos direitos de cidadania de um povo. Assim, embora as desigualdades económicas constituam o centro deste trabalho, não deixaremos de abordar as questões relacionadas com as condições de vida, o bem-estar social e a pobreza económica naquilo em que estas diferentes questões são influenciadas, ou mesmo determinadas, pela distribuição dos rendimentos.

O problema das desigualdades económicas não é exclusivamente, nem essencialmente, um problema de dispersão estatística dos diversos tipos de rendimentos. As desigualdades económicas caracterizam o tipo de desenvolvimento de cada país e alteram-se em função desse mesmo nível de desenvolvimento. Assim, não faria sentido apresentar os dados sobre a desigualdade em Portugal sem os confrontar com os registados nos outros países da União Europeia onde o nosso país está inserido.

Conhecer o perfil da desigualdade actual no nosso país não é suficiente para se entender o padrão dessas mesmas desigualdades. É necessário perceber igualmente qual tem sido o percurso temporal das desigualdades nas últimas décadas, como a dinâmica das desigualdades acompanhou as profundas alterações ocorridas na sociedade portuguesa. No Capítulo 3 desta publicação, apresentar-se-á a análise da evolução recente da desigualdade familiar e da desigualdade salarial, em Portugal.

Nesse sentido, no ponto 3.1 ter-se-ão em conta os estudos sobre este tema realizados em Portugal e que incidem sobre o período que vai do fim dos anos 60 do século passado até à década de 1980. Apesar de estes estudos assentarem em metodologias distintas, de as fontes estatísticas utilizadas terem um grau de adequabilidade diferente para os estudos das desigualdades e dos próprios objectivos da análise serem outros é possível identificar as principais linhas de força subjacentes à evolução da desigualdade económica e, em particular, à desigualdade dos rendimentos familiares.

O estudo das transformações ocorridas na desigualdade a partir dos anos 90 assenta na utilização das bases de dados estatísticas disponibilizadas pelos organismos oficiais. O facto de se ter acesso aos microdados, com informação detalhada ao nível da família e dos indi-

víduos, possibilita o desenvolvimento de metodologias consistentes para a avaliação do fenómeno das desigualdades e da sua evolução.

Já o ponto 3.2 incidirá sobre o percurso temporal da desigualdade salarial, recorrendo à fonte administrativa que reúne a informação dos trabalhadores, desde 1985, os Quadros de Pessoal.

No Capítulo 4, iremos também proceder a uma caracterização exaustiva da desigualdade económica, dos seus determinantes mais estruturais e dos seus factores de persistência. No Capítulo 5, pretendemos complementar a análise da situação socioeconómica dos trabalhadores por conta de outrem, apresentando a decomposição da desigualdade por sub-grupos da população.

O estudo das disparidades sociais também é essencial para as organizações governamentais nacionais, em particular para os decisores e responsáveis pela formulação e a aplicação das políticas sociais e fiscais, que possibilitem diminuir as disparidades. Exemplo disso são a aplicação de políticas que permitem estreitar as lacunas na escolaridade e a diferença entre a remuneração dos homens e a das mulheres. Serão, então, também analisados os impactos da intervenção do Estado através das políticas sociais e fiscais, no Capítulo 6.

A abrangência do trabalho a realizar está obviamente condicionada pelas fontes de informação estatística disponíveis. Neste trabalho recorreremos essencialmente aos inquéritos às famílias realizados regularmente pelo INE e, de forma complementar, aos dados dos Quadros de Pessoal, recolhidos anualmente pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social¹.

No que respeita aos inquéritos às famílias, utilizaremos, predominantemente, a informação recolhida anualmente pelo INE através da realização do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC). Este inquérito, que em 2009 abrangia mais de cinco mil famílias e cerca de treze mil e quinhentos indivíduos, representativos da população portuguesa, tem como principal objectivo “a produção de estatísticas sobre a distribuição do rendimento, as condições de vida e exclusão social com ênfase na comparabilidade entre os países da comunidade”. Inquéritos semelhantes são realizados anualmente em todos os países da União Europeia e constituem a principal fonte de informação estatística para avaliação das políticas sociais europeias no que concerne à distribuição dos rendimentos, à desigualdade, à pobreza e à exclusão social.

Este inquérito, desenvolvido em Portugal desde 2004, sucedeu e aprofundou um instrumento estatístico semelhante, desenvolvido entre 1994 e 2001 e designado por Painel Europeu dos Agregados Familiares (PEADP/ECHP)².

¹ O leitor atento notará, certamente, nesta lista de fontes de informação estatística para o estudo das desigualdades económicas uma ausência de vulto: a informação a nível micro das estatísticas fiscais. De facto, os investigadores portugueses têm tido grandes dificuldades para aceder à informação tributária, dificuldades essas que extravasam em muito os cuidados de confidencialidade e de anonimização que a delicadeza dos dados recomenda.

² O Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados corresponde à designação portuguesa do inquérito desenvolvido pelo Eurostat em vários países sob a designação de ECHP (European Community Household Panel).

A utilização dos microdados do ICOR e do PEADP neste estudo traz a vantagem de estar associada a resultados consistentes com os indicadores oficiais publicados pelo INE e pelo Eurostat, permitindo aprofundar e desenvolver o que é a “visão oficial” sobre o bem-estar e os níveis de desigualdade das famílias portuguesas.

Torna-se, contudo, necessário ter em conta que os dois inquéritos, ainda que possibilitem o tratamento mais detalhado e actualizado da desigualdade económica em Portugal, enfermam de limitações claras que condicionam e determinam os objectivos do estudo a efectuar.

A análise da distribuição familiar do rendimento assente nos inquéritos às famílias realizados pelo INE restringe o âmbito da análise aos agregados familiares residentes em alojamentos tradicionais, excluindo uma parte da população que mora em habitações não tradicionais (população sem abrigo, por exemplo) ou em alojamentos colectivos (prisões, asilos, etc.). Dados os níveis de precariedade usualmente associados a este tipo de famílias, a sua não consideração implica necessariamente algum enviesamento no perfil da distribuição do rendimento e uma subestimação nos níveis de desigualdade.

A consideração do rendimento monetário disponível como variável central na caracterização da distribuição do rendimento e na construção dos indicadores de desigualdade constitui igualmente uma séria limitação. Em países como Portugal, em que os rendimentos não monetários constituem cerca de 20% dos recursos das famílias, a circunscrição da análise aos rendimentos monetários restringe de forma significativa a consideração dos rendimentos totais das famílias e a observação dos seus efectivos níveis de vida.

Para ultrapassar algumas das limitações do ICOR referidas, utilizaremos igualmente, ainda que de forma complementar, os microdados do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF) 2010-2011. O IDEF é um inquérito quinquenal às famílias onde a avaliação das despesas tidas por estas constitui o objectivo principal. No entanto, este inquérito permite, igualmente, uma análise detalhada dos rendimentos familiares constituindo, assim, um instrumento importante na avaliação das desigualdades. A distribuição dos rendimentos do IDEF 2010-2011 tem como referência o ano de 2009, possibilitando assim uma leitura complementar da distribuição do rendimento obtida do ICOR 2010. A utilização dos microdados do IDEF possibilitará aprofundar o estudo das desigualdades em duas vertentes não observáveis através dos dados do ICOR: o papel dos rendimentos não monetários na desigualdade e na pobreza através do confronto entre a distribuição do rendimento total e a distribuição do rendimento monetário e a análise das diferenças regionais nos rendimentos a nível das NUT II.

A análise das desigualdades salariais terá como base os Quadros de Pessoal (QP), actualmente recolhidos pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, os quais dão sequência à série de dados iniciada pelo Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e Segurança Social em 1985.

Respondem a este instrumento administrativo as pessoas singulares ou colectivas com trabalhadores ao serviço, os serviços da administração central, regional, local e institutos

públicos com trabalhadores ao serviço em regime de contrato individual de trabalho, sendo o preenchimento obrigatório apenas para esses trabalhadores.

Os QP constituem o maior repositório estatístico nacional sobre empresas e trabalhadores (em 2009, abarcavam 349 816 empresas e 3 128 126 trabalhadores) pelo que a utilização dos seus microdados anonimizados constitui um elemento essencial para o estudo da desigualdade salarial e da precariedade no mercado de trabalho. Note-se, no entanto, que os QP não consideram as remunerações de todos os funcionários públicos, de todos os trabalhadores rurais e dos empregados domésticos.

Além de não ser representativo para todos os sectores, na análise da desigualdade salarial limitamo-nos ao estudo dos trabalhadores por conta de outrem, ficando de fora outras situações profissionais (empregadores, trabalhadores por conta própria, etc.). Esta restrição pode distorcer de alguma forma os resultados, uma vez que não estamos a considerar formas de emprego cada vez mais relevantes no mercado de emprego, nomeadamente o emprego atípico, mais concretamente o trabalho a tempo parcial e o trabalho por conta própria.

Nos últimos anos, a qualidade da informação produzida pelo INE e por outras entidades do sistema estatístico nacional sobre a distribuição do rendimento melhorou significativamente. Passou a existir informação anual sobre as desigualdades e a pobreza em Portugal, o desfazamento temporal entre a realização dos inquéritos e a divulgação dos resultados foi encurtado, aprofundaram-se os indicadores de síntese disponíveis.

Simultaneamente, o tema da desigualdade e da pobreza adquiriu uma importância crescente na investigação académica, que reflecte não somente o acréscimo da informação disponível mas igualmente o reconhecimento crescente de que as desigualdades têm hoje um impacto considerável na forma de funcionar das sociedades com repercussões na eficiência do sistema económico, na justiça social e na possibilidade de um desenvolvimento sustentável.

Este estudo pretende aprofundar o conhecimento das desigualdades em diferentes vertentes: em primeiro lugar, ao identificar as principais tendências evolutivas e os factores explicativos das desigualdades; em segundo lugar, ao articular a análise das desigualdades familiares com a da desigualdade salarial assente na observação da informação disponível nos Quadros de Pessoal; em terceiro lugar, ao propor uma análise integrada das diferentes dimensões da distribuição do rendimento (condições de vida, desigualdades, pobreza, etc.); por último, o estudo não se limita a apresentar aquilo que sabemos mas também aquilo que nos falta conhecer sobre a desigualdade económica em Portugal.

2.1 Análise dos rendimentos familiares

De acordo com os dados do último Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), realizado pelo INE em 2010, o rendimento médio disponível das famílias portuguesas referente ao ano de 2009³ era, em termos líquidos, de 18 577 euros por ano, cerca de 1 548 euros mensais.

De forma que considere a efectiva distribuição do rendimento entre famílias de diferente dimensão e composição, este valor é usualmente transformado no rendimento por adulto equivalente. O rendimento por adulto equivalente traduz a afectação a todos os membros de uma determinada família (incluindo crianças) da transformação do rendimento total do agregado familiar de acordo com uma dada escala de equivalência. Admitindo-se como válida a hipótese de igual partilha de recursos no seio de cada família, o rendimento por adulto equivalente constitui, assim, uma medida dos recursos económicos disponíveis por cada indivíduo que tem simultaneamente em conta os rendimentos auferidos e as necessidades associadas à família em que está inserido.

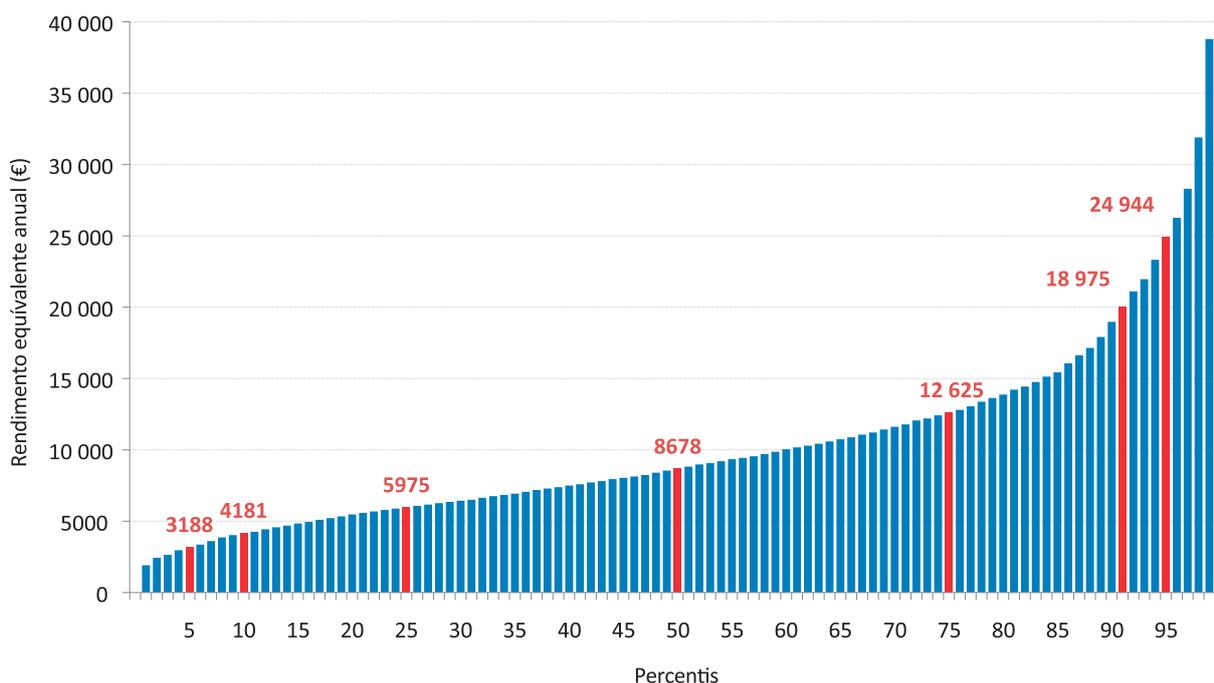
A escala de equivalência adoptada a nível europeu, e seguida neste estudo, é a designada “Escala de Equivalência da OCDE modificada”⁴. De acordo com esta escala, o primeiro indivíduo de cada família tem um peso de um, os restantes adultos de 0,5 e as crianças um ponderador de 0,3. Assim, um casal com dois filhos menores tem um peso de 2,1 unidades de adulto equivalente. Se este casal auferir um rendimento anual de 20 000 euros o rendimento por adulto equivalente auferido por cada um dos seus quatro elementos é de cerca de 9524 euros.

³ As famílias inquiridas num determinado ano são solicitadas a referir os rendimentos por si auferidos no ano imediatamente anterior. Esta distinção entre o ano do inquérito e o ano a que respeitam os rendimentos nem sempre surge claramente explicitada nas estatísticas oficiais, podendo gerar alguma confusão nos leitores menos atentos.

⁴ A aceitação da “Escala de Equivalência da OCDE Modificada” neste estudo visa permitir o confronto entre os resultados nele obtidos e os veiculados pelas estatísticas oficiais a nível nacional e europeu. Rodrigues (2008) demonstrou que o padrão da desigualdade económica em Portugal é relativamente robusto face à escolha de diferentes escalas de equivalência, pelo que a aceitação desta escala não deverá influenciar de forma significativa os resultados obtidos.

O rendimento por adulto equivalente em Portugal era em 2009 de 10 540 euros por ano, cerca de 878 euros por mês. Mas estes valores médios escondem uma grande assimetria na forma como o rendimento por adulto equivalente se distribui pelos diferentes elementos da população. O Gráfico 1 permite uma primeira leitura da distribuição dos rendimentos e da desigualdade dessa distribuição.

Gráfico 1 - Rendimento disponível anual em cada percentil da respectiva distribuição, Portugal, 2009



Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)
 Nota: valores monetários em euros/ano

O gráfico anterior permite desde logo retratar alguns aspectos interessantes para o estudo das desigualdades. Primeiro, repare-se nas duas inflexões nos extremos, que ajudam a evidenciar as situações de pobreza aguda, por um lado, e de riqueza extrema, por outro.

Uma característica importante deste tipo de gráficos é que permite facilmente conhecer a proporção de indivíduos que auferia abaixo ou acima de determinado montante. Por exemplo, a mediana da distribuição, o percentil 50, aponta para um rendimento anual de 8678 euros. Ou seja, o indivíduo no ponto médio da distribuição auferia 8678 euros. Metade da população portuguesa teve rendimentos inferiores, metade teve rendimentos superiores.

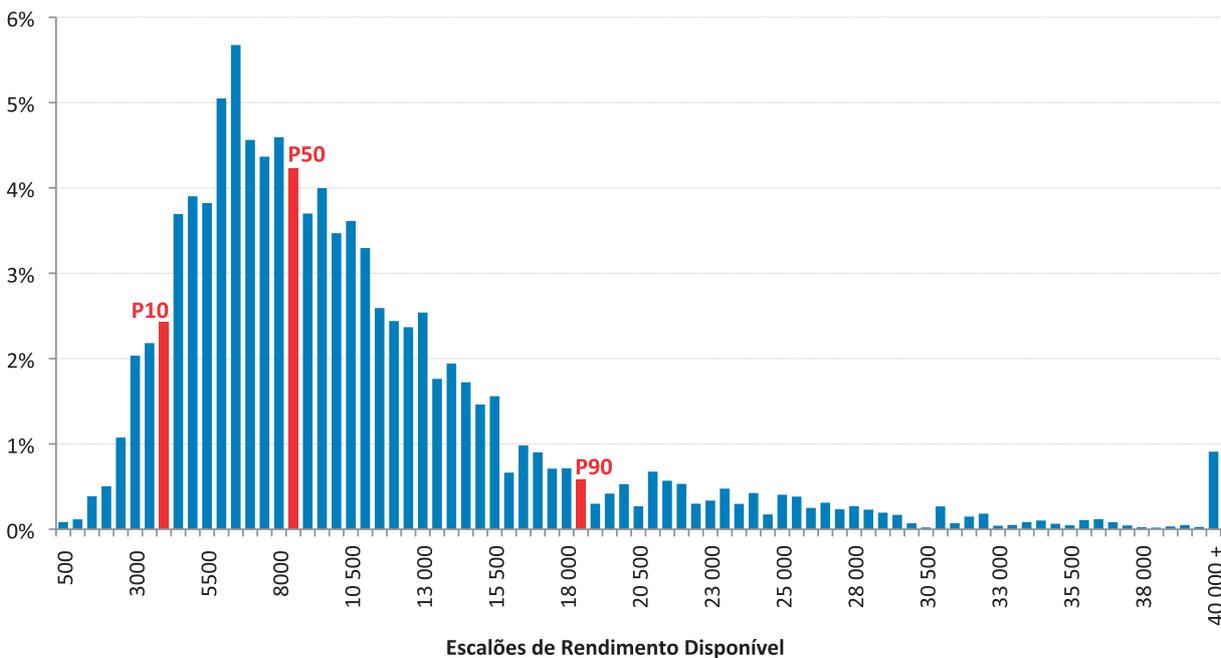
Mas talvez o mais importante para o estudo da desigualdade é que a curva permite ainda uma primeira abordagem a indicadores usados com alguma frequência neste domínio: o rácio P90/P10, por exemplo, que compara os rendimentos dos indivíduos no percentil 90 e no percentil 10. Este rácio diz-nos que o primeiro dos indivíduos auferiu um rendimento 4,5 vezes

superior ao do segundo. Se quisermos alargar ligeiramente a amplitude da comparação, o rácio P95/P5, por exemplo, mostra que o indivíduo no percentil 95 ganhou cerca de sete vezes mais do que o do percentil 5. Um alargamento de apenas cinco percentis para cada lado na amplitude de comparação produziu um impacto naquele rácio bastante significativo, que se fica a dever mais à inclinação da curva nos percentis mais altos do que nos mais baixos. Com efeito, do percentil 10 para o 5, os rendimentos caem 24%, ao passo que do percentil 90 para o 95, existe um aumento na ordem dos 32%, uma diferença que o gráfico já ajudava a perceber. Este rácio é, contudo, bastante limitado na mensuração da desigualdade, dado que compara apenas um par de indivíduos na distribuição. Ao longo do texto, surgirão outros indicadores mais completos e mais adequados a um estudo mais profundo desta matéria.

Uma leitura complementar da distribuição do rendimento por adulto equivalente é-nos proporcionada pelo Gráfico 2. Este gráfico apresenta, para cada escalão do rendimento, a percentagem de indivíduos aí presentes.

Da configuração do gráfico ressalta de forma clara a concentração da população nos primeiros escalões ou, por oposição, a maior dispersão nos rendimentos mais altos. A extensa aba direita do gráfico evidencia notoriamente a assimetria da distribuição com 90% da população auferindo menos de 19 mil euros e cerca de 0,9% da população com rendimentos por adulto equivalente superiores a 40 mil euros.

Gráfico 2 - Percentagem de indivíduos por escalões de rendimento disponível anual, Portugal, 2009



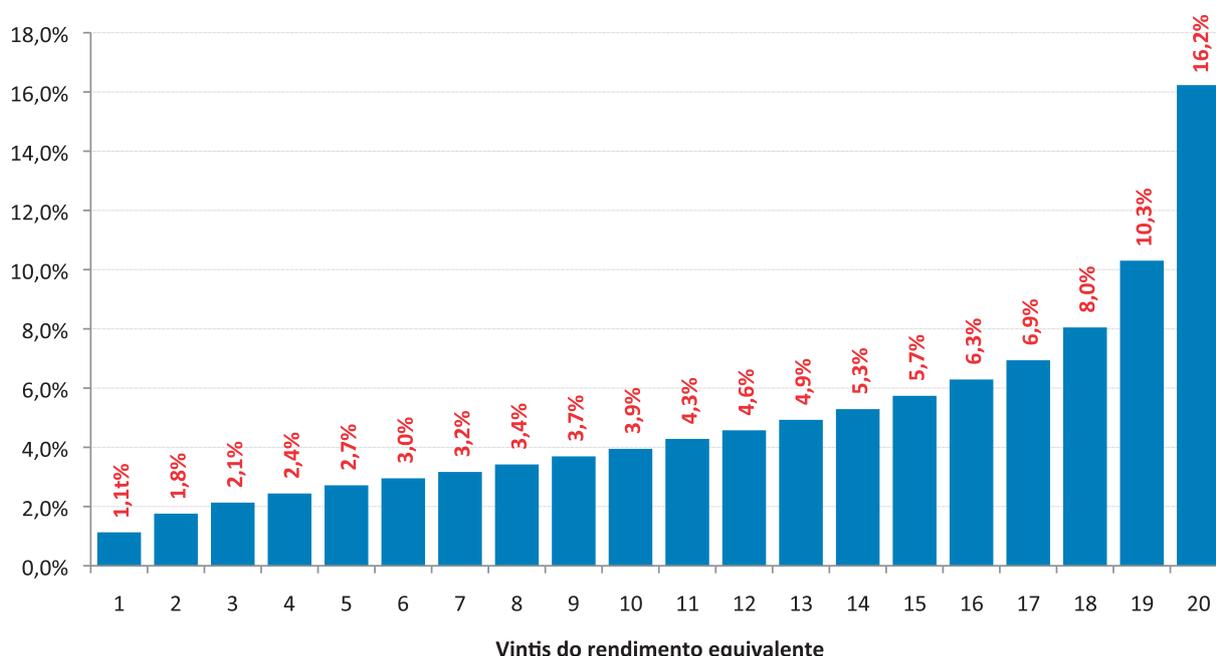
Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: valores monetários em euros/ano

O Gráfico 3 evidencia igualmente a distribuição desigual do rendimento por adulto equivalente entre a população portuguesa. Neste gráfico apresenta-se a parte do rendimento total auferida por cada um dos vintis da população ordenados pelo rendimento.

Os 5% da população com menor rendimento auferem cerca de 1,1% do rendimento total e os 10% da população mais pobre recebem somente 2,9% do rendimento existente. No outro extremo da população, os 5% mais ricos⁵ detêm 16,2% da totalidade do rendimento por adulto equivalente gerado na sociedade.

Gráfico 3 - Proporção do rendimento disponível por adulto equivalente auferida por cada vintil da população, Portugal, 2009



Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A comparação da proporção do rendimento (*'share'* na literatura anglo-saxónica) das diferentes partes da distribuição está na origem de indicadores muito simples e muito intuitivos da desigualdade. Estes índices, baseados no rácio entre os *'shares'* de diferentes percentis da distribuição, estão hoje igualmente consagrados nos indicadores utilizados na União Europeia para comparar o nível de desigualdade dos vários países membros, em particular o que relaciona o *'share'* dos dois primeiros decis com a proporção do rendimento total auferida pelos 20% mais ricos (S80/S20).

⁵ Com frequência, e por simplificação de linguagem, fazemos referência a indivíduos “mais ricos” ou “mais pobres”. No entanto, convém aqui salientar que para esta caracterização temos apenas por base os rendimentos anuais das famílias e não os seus activos patrimoniais. Ou seja, por “mais ricos” (ou “mais pobres”) entendemos aqui os indivíduos com maiores rendimentos anuais (ou menores).

Quadro 1 - Índices de desigualdade (I), Portugal, 2009

<i>Share Ratio</i>	<i>Valor</i>
S95/S05	14,4
S90/S10	9,2
S80/S20	5,6

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Os índices constantes do Quadro 1 indicam-nos a distância que separa a proporção do rendimento auferido pelos diferentes percentis da distribuição do rendimento por adulto equivalente. Por exemplo, o índice S95/S05 mostra que os 5% mais ricos da população ganham 14,4 vezes mais do que os 5% mais pobres. De igual forma, o rendimento dos 20% de indivíduos mais ricos é cerca de 5,6 vezes superior ao detido pelos 20% de menores rendimentos.

Apesar da facilidade de construção e de interpretação que os índices atrás apresentados evidenciam, eles podem ser criticados por não reflectirem a desigualdade existente entre todas as partes da distribuição dos rendimentos. Por exemplo, duas distribuições de rendimento com o mesmo rácio S80/S20 podem ter comportamentos significativamente diferentes entre os percentis 20 e 80. A construção de indicadores de desigualdade que reflectam as assimetrias ocorridas no conjunto da distribuição torna-se assim necessária.

A selecção desses indicadores – índices de desigualdade – exige, no entanto, algum cuidado na medida em que diferentes índices podem indicar não só magnitudes diferentes para o nível de desigualdade mas igualmente evoluções diferenciadas dessa mesma desigualdade. Este comportamento diferenciado dos vários índices resulta do facto de cada índice de desigualdade ser mais ou menos sensível a alterações que ocorrem em diferentes partes da distribuição do rendimento. Torna-se, assim, necessário seleccionar um conjunto de indicadores que, utilizados conjuntamente, possibilitem uma visão global das transformações verificadas ao longo de toda a escala dos rendimentos. Ao longo deste estudo utilizaremos cinco índices de desigualdade: o índice de Gini, o índice de Atkinson com três valores para o parâmetro de aversão à desigualdade e o Desvio Médio Logarítmico.

O índice de Gini é, possivelmente, o índice de desigualdade mais conhecido e utilizado em estudos de desigualdade e revela-se particularmente sensível às assimetrias dos rendimentos situados na parte central da distribuição. O índice de Atkinson apresenta a vantagem de parametrizar de forma explícita a importância atribuída a diferentes partes da distribuição do rendimento na análise da desigualdade. A magnitude do índice depende de um parâmetro (ϵ) conhecido como “parâmetro de aversão à desigualdade”. Quanto maior for o valor deste parâmetro, maior é a importância atribuída à incidência da desigualdade sobre os indivíduos e famílias de menores rendimentos. Por último, o Desvio

Médio Logarítmico é um índice mais sensível à parte inferior da distribuição. Uma vantagem acrescida deste índice é a de que ele permite uma decomposição da desigualdade por grupos socioeconómicos, o que possibilita a sua utilização não somente para quantificar os níveis de desigualdade mas também para identificar alguns dos seus determinantes, como veremos nos capítulos 4 e 5.

A utilização de diferentes índices de desigualdade permite ‘focar’ a observação da desigualdade em diferentes partes da distribuição dos rendimentos. Apesar dos valores obtidos em cada um dos diferentes índices não serem directamente comparáveis entre si a sua leitura conjunta permite uma análise mais aprofundada da evolução da desigualdade⁶.

O Quadro 2 apresenta o valor desses cinco índices para o ano de 2009.

Quadro 2 - Índices de desigualdade (II), Portugal, 2009

Índice	Valor
Índice de Gini	0,337
Índice de Atkinson ($\epsilon=0,5$)	0,093
Índice de Atkinson ($\epsilon=1,0$)	0,175
Índice de Atkinson ($\epsilon=2,0$)	0,332
Desvio Médio Logarítmico	0,193

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

2.2 Desigualdade salarial

O estudo da desigualdade económica encetado até ao momento centrou-se na análise da distribuição dos rendimentos familiares, admitindo-se implicitamente que estes traduziriam, da forma mais realista que a informação estatística disponível permite, as condições de vida das famílias e dos indivíduos.

O rendimento disponível das famílias resulta, porém, da agregação de diferentes fontes de rendimentos onde a parte dos rendimentos de trabalho ocupa um peso muito significativo. Justifica-se, assim, complementar o estudo da desigualdade na distribuição dos rendimentos familiares tomando em consideração as disparidades salariais, na medida em que estas influenciam a desigualdade do conjunto dos rendimentos.

⁶ A utilização conjunta de diferentes indicadores de desigualdade torna-se particularmente relevante quando analisamos a sua evolução temporal. Neste contexto é possível associar a diferente variação registada pelos vários índices às transformações ocorridas em vários pontos da distribuição e, por exemplo, verificar se as alterações ocorridas na desigualdade se devem predominantemente às mudanças ocorridas nos rendimentos mais altos, nos rendimentos mais baixos ou na parte central da distribuição.

Uma primeira análise da distribuição dos salários pode também ser obtida a partir do Inquérito às Condições de Vida das famílias, na medida em que este tem informação detalhada acerca dos rendimentos do trabalho, quer brutos quer líquidos, inquiridos a nível individual.

Esta foi a metodologia seguida por Brandolini que, em artigo recente⁷, procedeu a uma análise exaustiva da distribuição dos salários nos vários países da União Europeia, utilizando os microdados do EU-SILC 2007. Os resultados a que chegou evidenciam a posição de Portugal como um dos países com maior assimetria na distribuição dos rendimentos salariais no seio da UE, com um índice de Gini da distribuição dos salários brutos mensais próximo dos 41%.

Seguindo uma metodologia semelhante, mas utilizando os dados mais recentes do ICOR 2010, procedemos ao cálculo das diferentes medidas de desigualdade da distribuição dos rendimentos salariais anuais auferidos em 2009.

Quadro 3 - Índices de desigualdade salarial, Portugal, 2009

Índice	Salários Brutos	Salários Líquidos
Índice de Gini	0,397	0,343
Índice de Atkinson ($\epsilon=0,5$)	0,132	0,101
Índice de Atkinson ($\epsilon=1,0$)	0,250	0,199
Índice de Atkinson ($\epsilon=2,0$)	0,498	0,437
Desvio Médio Logarítmico	0,287	0,221
S80/S20	7,7	6,0
S90/S10	16,8	12,7

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Os resultados confirmam e actualizam os obtidos por Brandolini *et al.* (2011). Os salários brutos apresentam um índice de Gini de 40%, a remunerações auferida pelos 10% de trabalhadores com maiores salários é cerca de 16,8 vezes a recebida pelos situados no primeiro decil da distribuição. A passagem dos salários brutos para os líquidos atenua parcialmente os valores dos diferentes indicadores que continuam, porém, a traduzir um elevado nível de desigualdade salarial.

A utilização dos rendimentos salariais expressos no ICOR não é, porém, isenta de críticas. A utilização dos rendimentos anuais e as dificuldades de conciliar as remunerações auferidas com o número de horas/meses a que essas remunerações correspondem recomendam uma avaliação mais cuidada da desigualdade salarial.

⁷ Brandolini, Rosolia e Torrini (2011) “The distribution of employees’ labour earnings in the European Union: data, concepts and first results”.

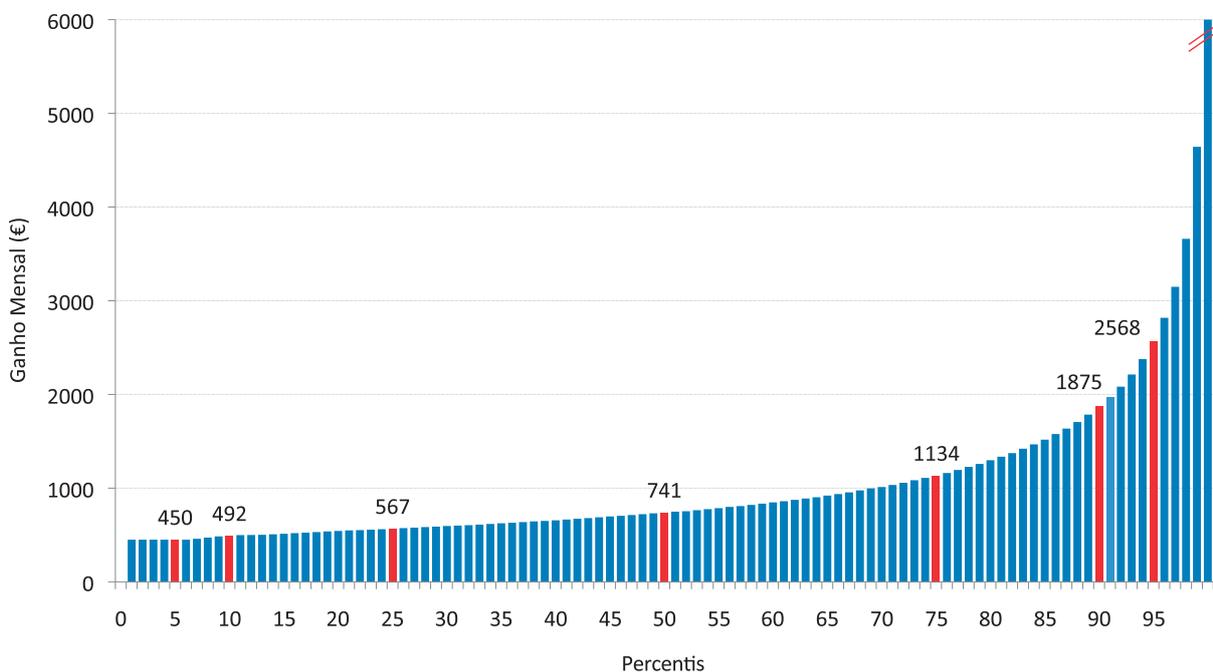
A utilização dos dados administrativos dos Quadros de Pessoal viabiliza o aprofundar do estudo sobre a desigualdade salarial. A consideração do ganho mensal⁸ dos trabalhadores a tempo completo e com remuneração completa como variável central de análise permite ultrapassar algumas das limitações que ocorrem quando da utilização dos rendimentos de trabalho do ICOR. Simultaneamente, mantém uma maior proximidade entre o conceito de rendimento salarial e o rendimento disponível das famílias antes analisado, o que não aconteceria se tomássemos em consideração, outra variável como, por exemplo, a remuneração-base.

Praticamente todas as actividades económicas se encontram representadas nos QP, sendo a excepção a administração pública, os trabalhadores rurais e os trabalhadores domésticos.

De acordo com os Quadros de Pessoal em 2009, o ganho médio mensal dos trabalhadores era de 1034 euros. Nesse mesmo ano o ganho mediano era de cerca de 741 euros, sugerindo desde logo uma forte assimetria na distribuição dos rendimentos salariais.

Essa assimetria pode facilmente ser confirmada pela observação do Gráfico 4 onde se apresentam os percentis da distribuição do ganho mensal.

Gráfico 4 - Ganho mensal em cada percentil da distribuição, Portugal, 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: valores monetários em euros/mês

⁸ O ganho mensal é definido como o montante líquido constituído pela remuneração-base, prémios e subsídios regulares e remunerações por trabalho suplementar, relativo ao mês de Outubro de cada ano.

Uma primeira observação prende-se com a aba esquerda do gráfico, onde os cinco percentis iniciais são constituídos essencialmente por indivíduos que auferem um valor igual ou inferior ao salário mínimo (450 euros para os trabalhadores por conta de outrem em Portugal Continental à exceção dos praticantes e aprendizes)⁹. Por outro lado, e considerando o extremo oposto da distribuição, constata-se que somente cerca de 5% dos trabalhadores apresenta um ganho superior a 2568 euros/mês e 1% dos trabalhadores auferem um ganho superior a 4643 euros/mês¹⁰.

O Quadro 4 é particularmente ilustrativo das assimetrias salariais registadas. A primeira parte do quadro confronta os percentis extremos da distribuição. O percentil 99 é cerca de 10 vezes superior ao valor do 1º percentil que, como vimos, corresponde ao valor do salário mínimo nacional. Mas quando passamos para o rácio P95/P05, a distância entre estes dois valores extremos da distribuição desce abruptamente para 5,5. O valor dos rácios de percentis analisados patentemente indicia não só a grande diferença existente entre as remunerações mais elevadas e a Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), mas também a profunda concentração de rendimentos extremamente elevados em torno do último percentil.

Quadro 4 - Desigualdade salarial – rácios de percentis, Portugal, 2009

<i>Rácio de Percentis</i>	<i>Valor</i>
P 99 / P 01	10,3
P 95 / P 05	5,5
P 90 / P 10	3,8
P 80 / P 20	2,4
P 99 / P 50	6,3
P 95 / P 50	3,5
P 90 / P 50	2,5
P 80 / P 50	1,8
P 50 / P 20	1,4
P 50 / P 10	1,5
P 50 / P 05	1,7
P 50 / P 01	1,7

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

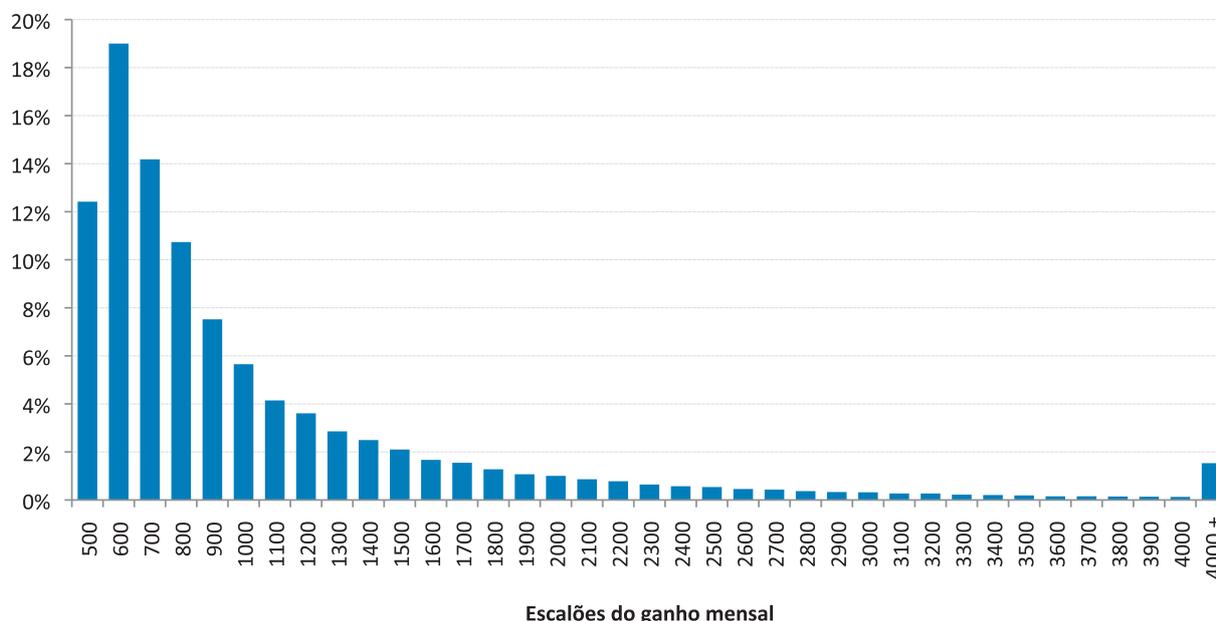
⁹ A Retribuição Mensal Mínima Garantida (RMMG) foi instituída em 2003 (Lei 99/23, de 27 de Agosto). Esta remuneração mínima, que anteriormente se designava Salário Mínimo Nacional (SMN) ou Retribuição Mínima Mensal (RMM) existe em Portugal desde Maio de 1974.

¹⁰ Note-se que o eixo vertical do gráfico foi truncado num valor correspondente a 6000 euros/mês. O valor do último percentil é muito superior.

A segunda parte do Quadro 4 coteja os percentis extremos com a mediana, isto é, com o centro da distribuição. Os resultados são semelhantes. Embora o rácio dos percentis situados à direita da mediana apresente valores mais elevados do que os situados à sua esquerda, a grande diferença é estabelecida pelo um por cento dos trabalhadores de mais elevados salários.

Uma leitura complementar da distribuição dos ganhos salariais é-nos proporcionada pelo Gráfico 5. Este gráfico apresenta, para cada escalão do ganho, a percentagem de indivíduos aí presentes.

Gráfico 5 - Distribuição dos trabalhadores por escalões do ganho mensal, Portugal, 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)
 Nota: valores monetários em euros/mês

O gráfico anterior confirma que estamos perante uma distribuição do ganho profundamente assimétrica, com uma grande concentração de trabalhadores nos escalões das remunerações mais baixas.

O cálculo dos diferentes índices de desigualdade apresentados no Quadro 5 possibilita a quantificação dessa assimetria. O índice de Gini da distribuição apontava, em 2009, para um nível de desigualdade de cerca de 34%.

Quadro 5 - Índices de desigualdade do ganho mensal, Portugal, 2009

Índice	Valor
Índice de Gini	0,344
Índice de Atkinson ($\epsilon=0,5$)	0,101
Índice de Atkinson ($\epsilon=1,0$)	0,173
Índice de Atkinson ($\epsilon=2,0$)	0,267
Desvio Médio Logarítmico	0,190

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

2.3 Desigualdade e pobreza

Embora o fenómeno da pobreza, dada a sua natureza multidimensional, extravase em muito o âmbito das desigualdades, os dois fenómenos estão profundamente interligados. A associação entre pobreza monetária e desigualdade económica surge ainda mais vincada no contexto europeu onde o indicador-base de pobreza seleccionado – a taxa de pobreza do rendimento monetário – está fortemente associado às assimetrias que se verificam na parte inferior da distribuição do rendimento. Na medida em que a taxa de risco de pobreza traduz a proporção da população com rendimentos inferiores a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente, a sua leitura não pode ser dissociada da distribuição dos rendimentos mais baixos e do próprio nível de desigualdade existente.

A razão por que introduzimos o tema da pobreza num estudo sobre desigualdades prende-se com o facto de os indicadores que vamos abordar de seguida, que são os mais utilizados na discussão do tema, estarem também relacionados, ainda que parcial e indirectamente, com a questão da equidade na distribuição do rendimento. Tomemos como referência o valor central da linha de pobreza recomendado pelo Eurostat, que corresponde a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente, do qual derivam os indicadores de pobreza monetária apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 - Índices de pobreza monetária, Portugal, 2009

Índice	Valor
Linha de Pobreza (euros/ano)	5207
F_0 - Incidência da Pobreza	0,179
F_1 - Intensidade da Pobreza	0,049
F_2 - Severidade da Pobreza	0,021
“Relative Poverty gap”	0,227

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Os indicadores apresentados são os sugeridos por Foster-Greer-Thorbecke (1984) e largamente adoptados na literatura sobre a pobreza. O primeiro desses índices (F_0) indica-nos a incidência da pobreza e tem uma interpretação idêntica à taxa de risco de pobreza utilizada nos documentos do Eurostat e do INE. O segundo indicador (F_1) mede a intensidade da pobreza avaliando o défice de recursos médio da população pobre. O terceiro indicador (F_2) é a severidade da pobreza, que traduz a desigualdade de recursos entre a população pobre. O terceiro indicador FGT é a severidade da pobreza, que traduz a desigualdade de recursos entre a população pobre. Por fim, acrescentámos ainda o “relative poverty gap”, outra medida de intensidade de pobreza, definida de acordo com o conceito regularmente utilizado pelo Eurostat¹¹.

Ao fixarmos o ponto de referência – a chamada linha de pobreza (ou limiar de pobreza) – a partir da mediana da distribuição do rendimento por adulto equivalente, entramos, pelo menos em parte, na área de estudo da desigualdade. Sendo verdade que a taxa de pobreza e os restantes indicadores derivados nos dão apenas uma ideia de como se distribui a metade da população com rendimentos mais baixos, a observação empírica dos indicadores de pobreza e de desigualdade confirma, por sua vez, a forte associação entre estes dois fenómenos.

Os indicadores acima apresentados podem ainda tomar outros valores de acordo com a opção seguida relativamente à linha de pobreza (por exemplo, 40, 50 ou 70% do rendimento mediano por adulto equivalente), ainda que a sua utilização seja menos frequente. Outros países recorrem ainda a rendimentos médios em vez da mediana. Mais adiante, no ponto 3.3, teremos uma análise mais aprofundada da relação que existe entre a opção pela linha de pobreza e os resultados daí decorrentes.

¹¹ O “relative poverty gap” utilizado pelo Eurostat é igualmente um indicador de intensidade de pobreza semelhante ao indicador F_1 proposto por Foster-Greer-Thorbecke. No entanto, os dois indicadores de intensidade apresentados assentam em definições diferentes e não devem, portanto, ser confundidos. O primeiro corresponde ao “poverty gap” médio, ou seja, o montante necessário para tirar todos os indivíduos da pobreza, fazendo elevar os rendimentos ao nível do limiar de pobreza, dividido pela população total. O segundo corresponde ao quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem.

Quadro 7 - Índices de pobreza monetária com linhas de pobreza alternativas, Portugal, 2009

Índice	Valor
Linha de Pobreza (40% mediana)	3471
F0 - Incidência da Pobreza	0,063
F1 - Intensidade da Pobreza	0,016
F2 - Severidade da Pobreza	0,007
Linha de Pobreza (50% mediana)	4339
F0 - Incidência da Pobreza	0,113
F1 - Intensidade da Pobreza	0,030
F2 - Severidade da Pobreza	0,013
Linha de Pobreza (70% mediana)	6075
F0 - Incidência da Pobreza	0,260
F1 - Intensidade da Pobreza	0,073
F2 - Severidade da Pobreza	0,032

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: valores da linha de pobreza em euros/ano

2.4 Desigualdade e privação material

A utilização exclusiva de indicadores de natureza monetária para caracterizar os fenómenos da desigualdade e da pobreza há muito que é sentida como uma forte limitação na análise e na comparação das condições de vida da população.

Nesse contexto, a utilização conjunta dos níveis de rendimento e de indicadores de privação para identificar os sectores mais vulneráveis da sociedade tem vindo a adquirir uma importância crescente quer na literatura sobre pobreza e condições de vida quer na própria execução da política social. A adopção, em 2009, pelo Subgrupo de Indicadores do Comité de Protecção Social da União Europeia de um conjunto de indicadores de privação a serem utilizados pelos diferentes países da UE constituiu igualmente um novo impulso para aprofundar o debate acerca do carácter multidimensional das medidas de pobreza, privação e exclusão social.

A definição mais abrangente de pobreza enquanto carência de recursos monetários e não monetários tornou-se mais pertinente após a crítica de Ringen (1988) à utilização exclusiva do rendimento para identificar a população em situação de pobreza. As raízes deste criticismo encontram-se claramente na definição de pobreza sugerida por Townsend (1979):

“Individuals, families and groups in the population can be said to be in poverty when they lack the resources to obtain the type of diet, participate in the activities and have the living con-

ditions and amenities which are customary, or at least widely encouraged, or approved, in the societies to which they belong. Their resources are so seriously below those commanded by the average individual that they are, in effect, excluded from ordinary living patterns, customs and activities (p.31)”.

Para aplicar o conceito de Privação Material, a UE definiu um conjunto de nove itens considerados representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias:

1. Capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza
2. Capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado
3. Capacidade para pagar sem atraso as rendas, as prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, e outras despesas não relacionadas com a residência principal
4. Capacidade para fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias
5. Capacidade para manter a casa adequadamente aquecida
6. Disponibilidade de máquina de lavar roupa
7. Disponibilidade de televisão a cores
8. Disponibilidade de telefone fixo, ou pelo menos um membro com telemóvel
9. Disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto)

A utilização destes nove itens possibilita, de acordo com a UE, definir indicadores agregados de privação material das famílias e dos indivíduos. A fonte de informação estatística utilizada é, uma vez mais, o EU-SILC. A utilização deste inquérito permite comparar adequadamente os indicadores de privação e de pobreza monetária, cruzando a informação proveniente destas duas medidas numa caracterização mais fina das condições de precariedade social.

Uma família é considerada em privação material se estiver impossibilitada de acesso¹² a pelo menos três dos nove itens enunciados, independentemente de quais são os itens a que não tem acesso. A proporção de famílias em situação de privação material indica-nos, assim, a taxa de privação material.

Um segundo indicador de privação é o da intensidade da privação material, o qual corresponde ao número médio de dificuldades (ou itens) para a população em privação material¹³.

¹² No caso da posse dos bens duráveis (itens cinco a nove) apenas são consideradas como factor de privação quando a ausência de acesso a esses bens resulta de dificuldades económicas.

¹³ Mais recentemente a UE passou igualmente a considerar a taxa de privação material severa correspondente à proporção de indivíduos que habitam em famílias que não têm acesso a pelo menos quatro dos nove

O quadro seguinte apresenta a proporção de famílias que, em 2010, se encontrava excluída do acesso a cada um dos nove itens considerados¹⁴.

Quadro 8 - Indicadores de privação material, Portugal, 2010

Índice	Nível de Privação
1. Capacidade para suportar despesas inesperadas	51,9 %
2. Capacidade para pagar uma semana de férias por ano.	90,8 %
3. Atraso no pagamento de rendas, crédito à habitação.	15,8 %
4. Capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe.	8,0 %
5. Capacidade financeira para ter a casa aquecida.	49,6 %
6. Disponibilidade de máquina de lavar roupa.	5,0 %
7. Disponibilidade de TV a cores.	1,0 %
8. Disponibilidade de telefone fixo ou móvel.	4,6 %
9. Disponibilidade de veículo.	22,9 %

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Os dados anteriores revelam níveis de privação material muito elevados em relação a alguns dos itens inquiridos. Cerca de 52% das famílias portuguesas não dispõem de capacidade para fazer face a despesas inesperadas, 15,8% não conseguem pagar atempadamente as despesas fixas de habitação ou cerca de metade das famílias não dispõem de recursos que lhes permita ter a casa adequadamente aquecida. Menos de 10% das famílias têm capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os seus membros.

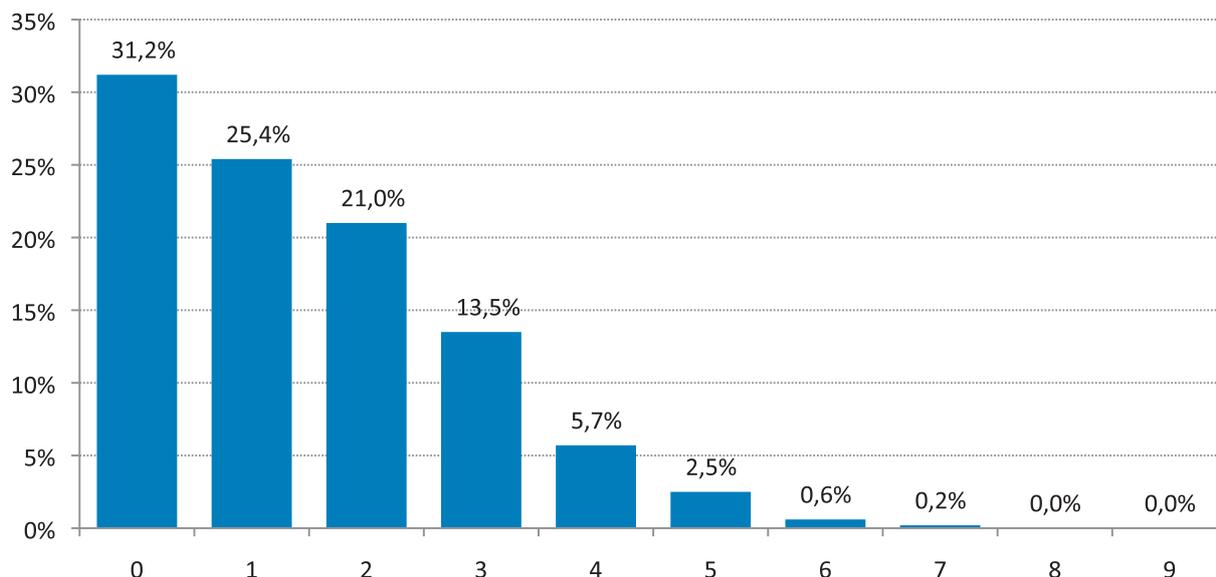
O gráfico seguinte permite visualizar a distribuição da população de acordo com o número de itens a que não pode aceder, por ausência de recursos económicos. 31,2% da população não sofre qualquer tipo de carência, 25,4% da população regista uma situação de privação em relação a um dos nove itens considerados e assim sucessivamente.

itens propostos. Este novo indicador de privação desempenha um papel fundamental na monitorização da Estratégia Europa 2020, na medida em que constitui um dos três indicadores que convergem num indicador síntese designado “taxa de risco de pobreza ou de exclusão social”. Este novo indicador tem implícito a ideia de que o risco de pobreza monetária ou de exclusão social de uma família é composto por três tipos de riscos: estar em risco de pobreza, enfrentar uma situação de privação material severa ou viver numa família com uma Intensidade laboral per capita muito reduzida. Um indivíduo é considerado em risco de pobreza ou de exclusão social se for confrontado com pelo menos um dos três riscos enunciados. Para uma análise aprofundada deste novo indicador-síntese veja-se Nolan e Whelan (2011b).

¹⁴ Contrariamente ao que acontece com as variáveis monetárias, que no EU-SILC são inquiridas em relação aos rendimentos auferidos no ano anterior, as questões relativas aos indicadores de privação reportam ao próprio ano do inquérito. Assim, a utilização do EU-SILC 2010 permite analisar as situações de pobreza monetária em 2009 e confrontá-las com as situações de privação em 2010.

O Gráfico 6 possibilita ainda a leitura imediata das taxas agregadas de privação: 22,5% da população encontra-se em privação material, não tendo acesso a três ou mais das categorias consideradas.

Gráfico 6 - Número de indicadores de privação material, Portugal, 2010



Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Considerando a população em situação de privação, é possível calcular um indicador da intensidade da privação através do número médio de itens a que esta não tem acesso. O Quadro 9 sintetiza os principais indicadores agregados de privação material.

Quadro 9 - Indicadores de privação material, Portugal, 2010

Índice	Valor
Taxa de Privação Material	22,5 %
Intensidade da Privação Material	3,6

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A utilização conjunta dos indicadores de pobreza monetária e dos indicadores de privação material possibilita uma análise mais minuciosa da população em situação de precariedade social, nomeadamente através da construção de um indicador-síntese destas

duas dimensões designado por taxa de pobreza consistente (Nolan e Whelan (2011b), Rodrigues e Andrade (2012)). A taxa de pobreza consistente indica-nos a proporção da população que se encontra simultaneamente numa situação de pobreza monetária e de privação material.

O Quadro 10 evidencia a distribuição da população de acordo com os dois critérios (pobreza e privação). Como se observa no quadro a taxa de pobreza consistente em Portugal seria, de acordo com o ICOR 2010, de 8,5%.

Quadro 10 - Pobreza monetária versus privação material, Portugal, 2009

	Sem Privação Material	Em Privação Material	Total
Não Pobres	68,1 %	14,0 %	82,1 %
Pobres	9,4 %	8,5 %	17,9 %
Total	77,5 %	22,5 %	100,0 %

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A forma de construção do indicador de privação material adoptada pela UE não é, porém, isenta de críticas. Rodrigues e Andrade (2012) procederam a uma análise detalhada deste indicador de privação material, questionando não somente a escolha dos itens de privação selecionados mas essencialmente a idêntica importância atribuída a cada um deles na identificação da população em privação material. Para estes autores, o impacto sobre as condições de vida de não dispor de capacidade para fazer face a despesas inesperadas ou não conseguir pagar atempadamente as despesas fixas de habitação não podem ter a mesma importância de não ter capacidade para pagar uma semana de férias ou de não ter acesso a uma TV a cores.

2.5 Rendimento total versus rendimento monetário

Ao avaliarmos o rendimento das famílias, geralmente consideramos que este constitui um indicador para os recursos de que dispõe e para as condições de vida que pode auferir. Neste contexto, ganha particular relevância a consideração ou não dos rendimentos não monetários das famílias.

A importância relativa do rendimento não monetário varia de país para país, sendo tradicionalmente maior nos países do Sul da Europa. Em Portugal, e tomando como referência

os dados do último Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF 2010/2011), os rendimentos não monetários representavam, em 2009, 19,4% do total dos recursos das famílias¹⁵, constituindo assim uma parcela significativa dos rendimentos familiares que deve ser tida em conta na análise da desigualdade. Dependendo da natureza dos rendimentos não monetários e dos sectores da população que os recebem, estes rendimentos podem exercer um efeito redutor ou de agravamento das desigualdades e da pobreza.

O Inquérito às Condições de Vida da População (ICOR), que constitui a base estatística da nossa análise dos níveis e da dispersão dos rendimentos familiares, somente de forma parcial e exclusivamente para os anos mais recentes recolhe informação acerca dos rendimentos não monetários das famílias. Esta situação, que ocorre igualmente em outros países da União Europeia, tem conduzido a que na análise das condições de vida das famílias mais recentes se tenha privilegiado de forma quase exclusiva a análise dos rendimentos monetários.

Utilizando os microdados do Inquérito às Despesas das Famílias realizado pelo INE em 2010/2011 é possível observar e quantificar as alterações na distribuição do rendimento resultantes da consideração ou não dos rendimentos não monetários. O Quadro 11 apresenta diversos indicadores de desigualdade e de pobreza para o ano de 2009, construídos a partir do IDEF, e onde é possível identificar os efeitos da consideração dos rendimentos não monetários.

¹⁵ O rendimento não monetário das famílias abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o auto-abastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelos membros da família), a autolocação (auto-avaliação do valor hipotético de renda de casa pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito), recebimentos em géneros e salários em espécie.

Quadro 11 - Comparação do rendimento total e rendimento monetário (I), Portugal, 2009

Índice	Rendimento total	Rendimento monetário
Rendimento Equivalente	13 750	11 152
Índice de Gini	0,332	0,362
Índice de Atkinson ($\epsilon=0,5$)	0,089	0,106
Índice de Atkinson ($\epsilon=1,0$)	0,165	0,195
Índice de Atkinson ($\epsilon=2,0$)	0,290	0,345
Desvio Médio Logarítmico	0,180	0,217
Linha de Pobreza	6600	5132
F_0 - Incidência da Pobreza	0,148	0,173
F_1 - Intensidade da Pobreza	0,034	0,042
F_2 - Severidade da Pobreza	0,012	0,017

Fonte: INE, IDEF 2010/2011 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: valores monetários em euros/ano a preços de 2009.

A leitura do quadro é inequívoca e confirma estudos anteriores quanto ao papel dos rendimentos não monetários sobre a desigualdade e a pobreza¹⁶. A consideração dos rendimentos não monetários desempenha em Portugal, manifestamente, um efeito redutor das assimetrias na distribuição do rendimento e das várias dimensões da pobreza.

A consideração dos rendimentos não monetários traduz-se num acréscimo de cerca de 23% do rendimento equivalente das famílias, numa redução do índice de Gini de três pontos percentuais e numa diminuição da taxa de pobreza superior a dois pontos percentuais, passando de 17,3% para 14,8%.

Para percebermos melhor a forma como os rendimentos não monetários alteram o perfil da distribuição do rendimento, confrontámos os decis da distribuição do rendimento equivalente total com os decis da distribuição do rendimento monetário equivalente. Se a ordenação das famílias de acordo com os dois conceitos de rendimento fosse semelhante, a matriz representada no Quadro 12 teria todos os seus elementos concentrados na diagonal principal, onde cada célula corresponderia aos 10% de cada decil.

Não é isso que se verifica. Somente cerca de metade das famílias (52%) se encontram no mesmo decil de ambas as distribuições. Mais do que 11% das famílias “saltam” mais do que um decil quando passamos do rendimento monetário para o rendimento total. A mudança de decil ocorre ao longo de toda a escala de rendimentos.

¹⁶ Veja-se, por exemplo, Rodrigues, C.F. (2008).

Quadro 12 - Comparação do rendimento total e rendimento monetário (II), Portugal, 2009

		Decis do rendimento monetário										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Decis do rendimento total	1	6,9	2,7	0,4								10,0
	2	2,1	3,8	3,1	1,0							10,0
	3	0,5	2,0	3,4	2,6	1,6						10,0
	4	0,2	0,8	1,8	3,6	2,5	1,2					10,0
	5	0,1	0,5	0,8	1,7	3,5	2,6	0,8				10,0
	6		0,1	0,4	0,7	1,6	4,4	2,5	0,3			10,0
	7			0,1	0,2	0,5	1,2	4,9	2,9	0,1		10,0
	8		0,1	0,1	0,2	0,2	0,5	1,6	5,6	1,7		10,0
	9					0,1	0,1	0,2	1,1	7,3	1,0	10,0
	10						0,1		0,1	0,9	9,0	10,0
Total		10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	

Fonte: INE, IDEF 2010/2011 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Os resultados apresentados evidenciam claramente a importância de se considerar todos os rendimentos das famílias e que a não consideração dos rendimentos não monetários conduz a uma sobrestimação dos níveis de desigualdade e de pobreza. O aprofundamento das potencialidades do ICOR como instrumento privilegiado para aferir das condições de vida das famílias e dos seus níveis de pobreza passa, também, pela melhoria da inquirição de todos os recursos familiares e pela construção de indicadores que reflectam a diversidade de recursos das famílias e dos indivíduos.

2.6 Disparidades regionais na repartição do rendimento

Uma das limitações da utilização do ICOR na análise da distribuição do rendimento é a de que este não permite uma análise da desigualdade na distribuição do rendimento por regiões. Assim, também neste ponto, utilizaremos os microdados do Inquérito às Despesas das Famílias realizado pelo INE em 2010/2011 para aferir das assimetrias na distribuição do rendimento entre as principais regiões do país.

O Quadro 13 apresenta os principais indicadores de desigualdade e de pobreza por região, tendo como base o rendimento monetário anual por adulto equivalente das famílias.

Um primeiro resultado que sobressai do quadro é o da acentuada dispersão do rendimento médio entre as diferentes regiões. O rendimento médio das famílias da região mais rica (Lisboa) é cerca de 37% mais elevado do que o da região mais pobre (R.A.Madeira).

Quadro 13 - Indicadores do rendimento monetário por NUTS II, Portugal, 2009

Índice	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Rend.Equivalente	10 287	10 161	13 668	10 056	10 552	10 358	9998
Índice de Gini	0,343	0,333	0,399	0,316	0,315	0,348	0,331
Í. de Atkinson ($\epsilon=0,5$)	0,096	0,090	0,127	0,082	0,080	0,098	0,089
Í. de Atkinson ($\epsilon=1,0$)	0,178	0,167	0,237	0,151	0,153	0,181	0,168
Í. de Atkinson ($\epsilon=2,0$)	0,317	0,298	0,425	0,268	0,289	0,316	0,311
Desvio Médio Logarít.	0,196	0,182	0,270	0,164	0,166	0,200	0,184
F_0 - Incidência	0,176	0,189	0,158	0,158	0,147	0,203	0,188
F_1 - Intensidade	0,046	0,042	0,039	0,035	0,036	0,052	0,049
F_2 - Severidade	0,018	0,015	0,017	0,013	0,014	0,019	0,020

Fonte: INE, IDEF 2010/2011 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)
 Nota: valores monetários em euros/ano a preços de 2009.

A região de Lisboa evidencia os maiores índices de desigualdade sejam quais forem os indicadores seleccionados. É, aliás, a única região a apresentar índices de desigualdade regional superiores aos valores médios nacionais para todos os índices. A Região Autónoma dos Açores é a segunda região com maior desigualdade. No extremo oposto situa-se o Alentejo e o Algarve, as regiões que apresentam menores níveis de desigualdade.

No que concerne aos indicadores de pobreza, a posição relativa das várias regiões é substancialmente diferente. O Algarve, Lisboa e o Alentejo apresentam uma menor incidência da pobreza, com taxas de pobreza inferiores à média nacional de 17,3%. Estas regiões apresentam igualmente valores de intensidade e severidade da pobreza abaixo dos registados para o conjunto da população. As regiões insulares são aquelas que apresentam maiores níveis de prevalência, intensidade e de severidade de pobreza¹⁷.

2.7 Comparações internacionais

Os dados apresentados nos pontos anteriores permitem evidenciar e quantificar o nível de desigualdade económica existente em Portugal de acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo INE. No entanto, a ‘fotografia’ da desigualdade que os números apre-

¹⁷ O ‘ranking’ das diferentes regiões seria completamente diferente se os diferentes indicadores de pobreza fossem estimados tendo como base linhas de pobreza calculadas regionalmente. Lisboa surgiria, nesse contexto, como a região com maior incidência da pobreza com uma taxa de pobreza de 22,9%. A linha de pobreza para a região de Lisboa, se calculada como 60% do rendimento mediano da região, seria 17% superior à linha de pobreza definida nacionalmente.

sentados revelam somente adquirir os seus verdadeiros contornos quando confrontada com a desigualdade existente nos restantes países com níveis de desenvolvimento semelhante, em particular com a registada nos outros países membros da União Europeia.

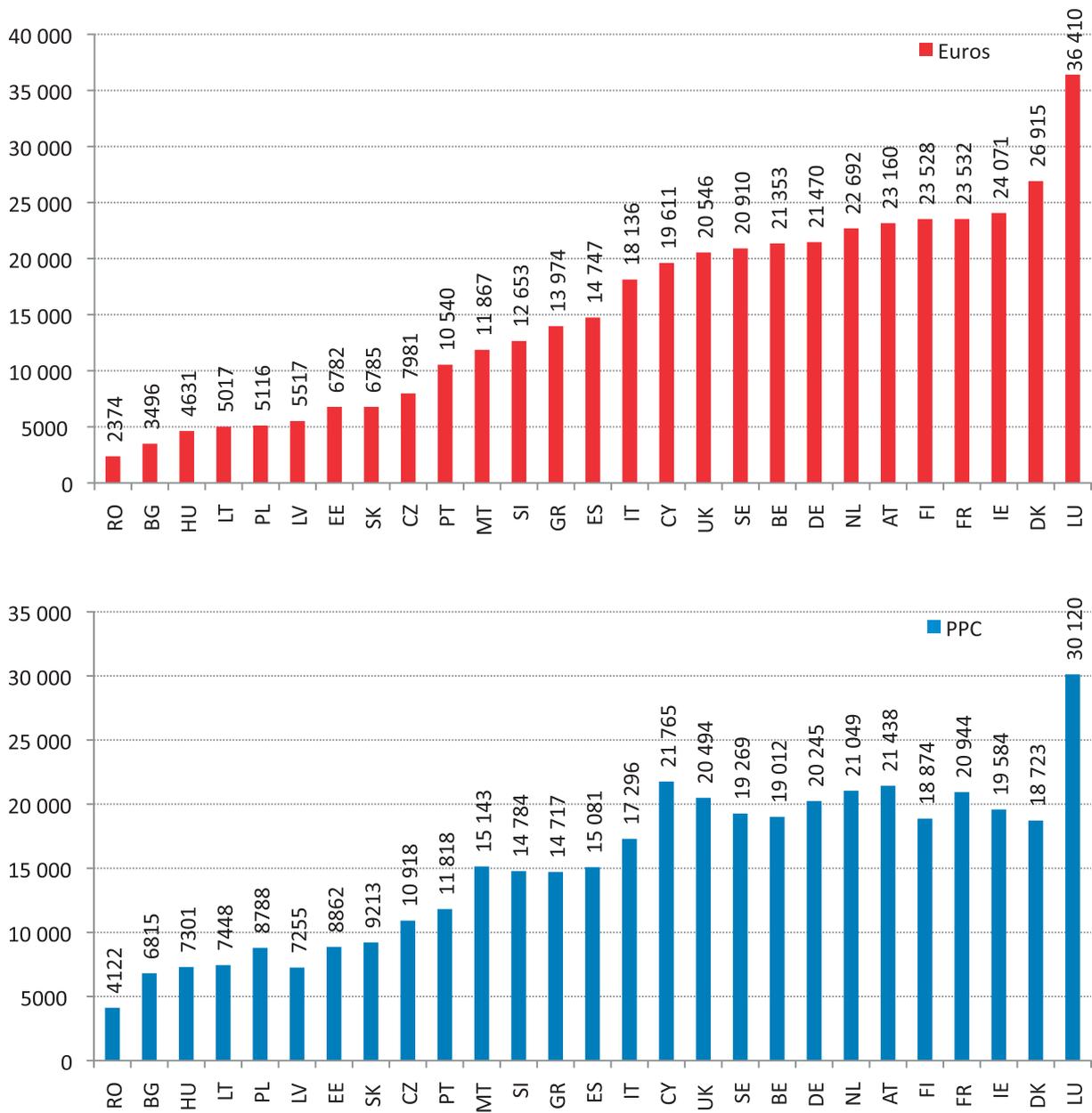
Nos parágrafos seguintes procederemos à comparação dos níveis de desigualdade em Portugal e na União Europeia. Utilizando um inquérito comum (EU-SILC – *Survey on Income and Living Conditions*) e conceitos de rendimento disponível por adulto equivalente e metodologias de análise da desigualdade semelhantes, é possível confrontar os níveis de desigualdade nos vários países.

A última vaga considerada é a de 2010, com rendimentos referentes a 2009. Os indicadores usados para a análise realizada neste ponto serão o índice S80/S20 e o índice de Gini. No final, a propósito do enquadramento europeu da questão da pobreza, complementaremos a análise com recurso a indicadores desta área de estudo, designadamente a taxa de pobreza para o total da população e para determinados grupos etários, bem como a taxa de intensidade de pobreza. A comparação entre os indicadores de privação material dos diferentes países será igualmente analisada.

Convirá talvez, antes de começar a comparar as desigualdades nos diferentes países da União Europeia, ter-se uma noção das próprias disparidades entre os países, no que diz respeito aos níveis médios de rendimentos. Como mostra o Gráfico 7, a União Europeia é um mosaico de sociedades díspares no que toca aos níveis de rendimentos auferidos pelos seus cidadãos. Comparando extremos, os indivíduos residentes na Roménia, por exemplo, receberam, em 2009, 15,3 vezes menos que os seus congéneres luxemburgueses (7,3 vezes menos em Paridades de Poder de Compra¹⁸). Portugal, a este respeito, encontra-se no grupo dos mais desfavorecidos. Um indivíduo residente em Portugal recebia, em média, 10 540 euros/ano (11 818 unidades PPC), três vezes e meia menos do que acontecia no Luxemburgo (2,5 vezes menos em PPC). Por outro lado, recebia 4,4 vezes mais que um indivíduo residente na Roménia (2,9 vezes em PPC). Entre os países que compunham a antiga UE15, Portugal era aquele que, em 2009, apresentava rendimentos mais baixos.

¹⁸ As Paridades de Poder Compra (PPC), ao atenderem às diferenças de custo de vida entre diferentes países, ajudam a produzir níveis de rendimentos teóricos independentes dos níveis de preços. Naturalmente, quando os níveis de rendimentos são expressos numa unidade monetária como o euro, as discrepâncias entre os países tornam-se maiores.

Gráfico 7 - Níveis médios de rendimento líquido por adulto equivalente em euros e PPC, UE, 2009



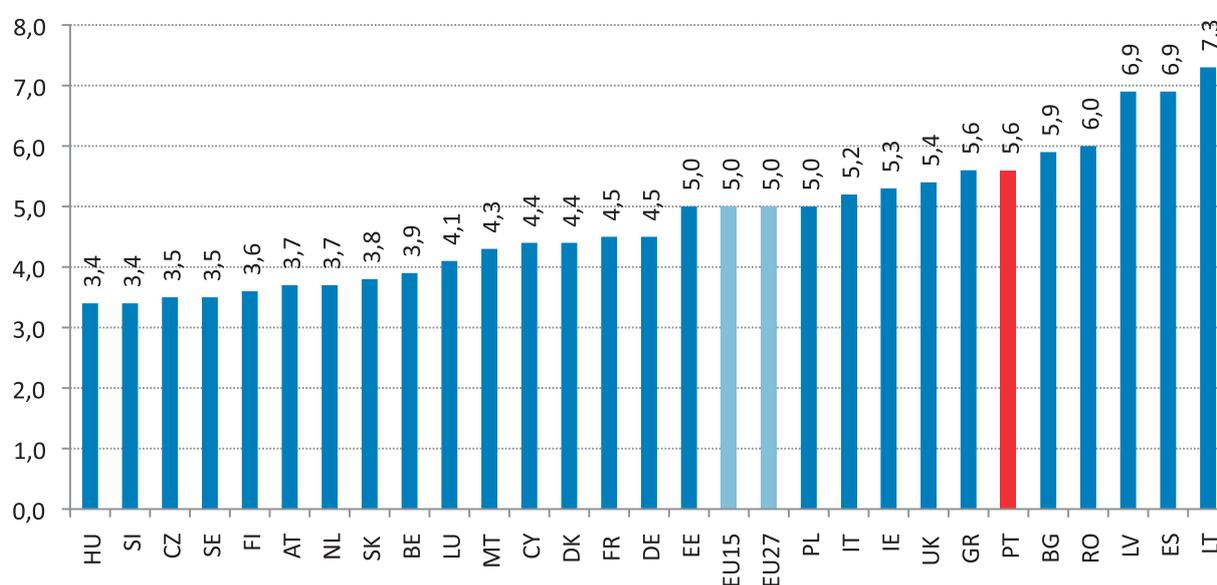
Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

Como já vimos, no que diz respeito a desigualdades intrafronteiras, ao nível da distribuição do rendimento pela população, Portugal apresentava para 2009 o valor 5,6 para o índice S80/S20, ou seja, o quintil com maiores rendimentos ganhava 5,6 vezes mais do que o quintil oposto, onde se encontram os indivíduos com rendimentos mais baixos. Esta razão colocava o país no grupo daqueles que registavam maiores índices de desigualdade na União Europeia: Lituânia (7,3), Letónia (6,9), Espanha (6,9), Roménia (6), Bulgária (5,9) ou Grécia (5,6), como demonstra o Gráfico 8. Quatro destes Estados-membros entraram

recentemente para a União, nos alargamentos de 2004¹⁹ e 2007²⁰, o que faz destacar Portugal, Grécia e Espanha (que apresenta o pior registo desde que existem estatísticas oficiais a nível europeu) no topo da tabela das desigualdades para o conjunto dos primeiros quinze Estados-membros (UE15)²¹.

Em 2009, o índice S80/S20 português era superior à média europeia, tanto da UE15 como da UE27, em 0,6 pontos. Em Portugal, a amplitude de rendimentos entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era 2,2 pontos superior à que se verificava na Eslovénia e na Hungria (3,4), os Estados-membros que se revelavam os mais igualitários na distribuição de rendimentos.

Gráfico 8 - Índice S80/S20, UE, 2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

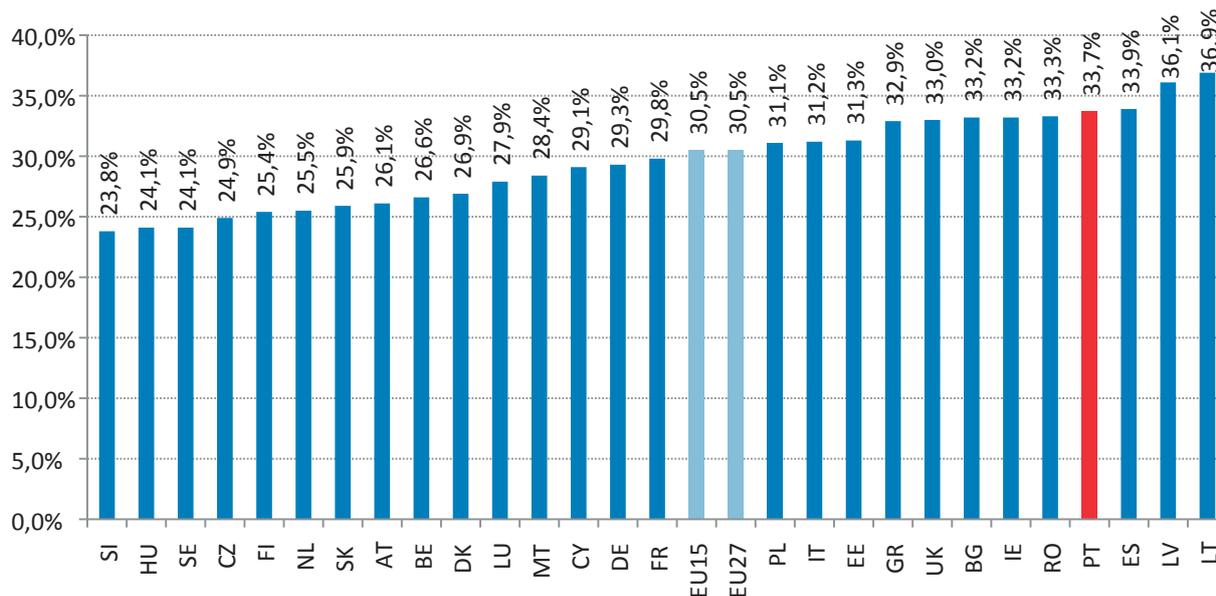
O panorama da desigualdade observada a partir do índice de Gini é muito semelhante, como mostra o Gráfico 9. Este indicador, mais completo na mensuração da desigualdade, ainda que menos intuitivo na leitura dos valores, coloca Portugal numa posição ainda mais desfavorável.

¹⁹ Estados-membros aderentes em 2004: Malta, Chipre, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria.

²⁰ Estados-membros aderentes em 2007: Roménia e Bulgária.

²¹ UE15: Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Alemanha, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Grécia, Portugal, Espanha, Áustria, Suécia e Finlândia.

Gráfico 9 - Índice de Gini, UE, 2009

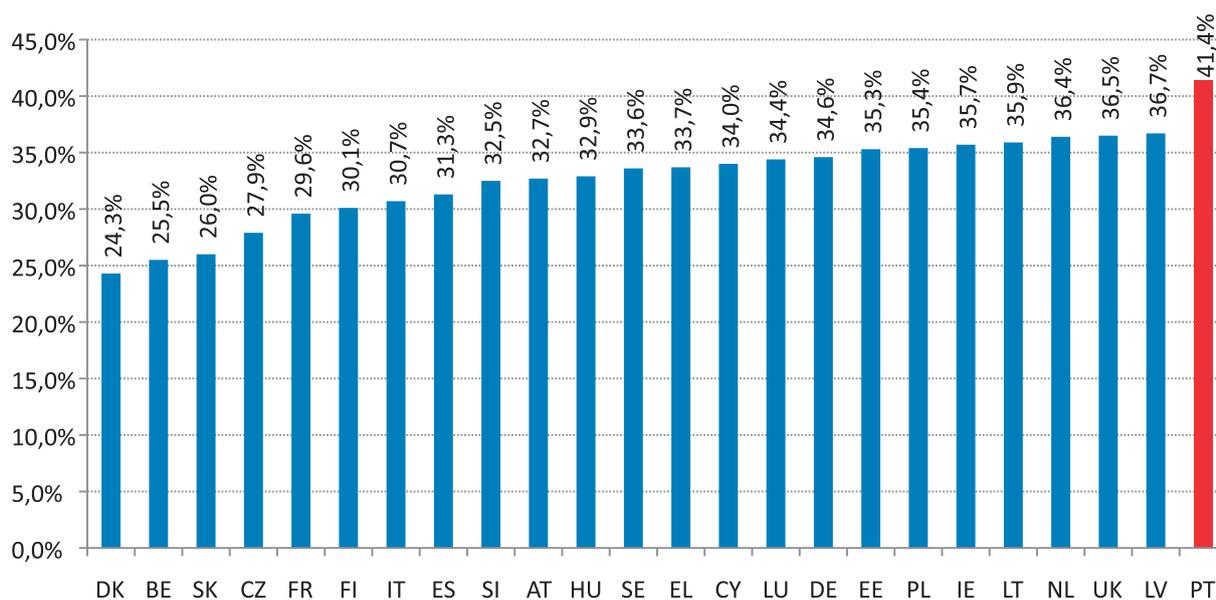


Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

Tanto o índice S80/S20 como o índice de Gini permitem ainda detectar alguns padrões na forma como os diferentes Estados-membros se distribuem em matéria de desigualdade. Assim, com maiores índices de desigualdade, temos parte dos países da Europa de Leste, que aderiram em 2004 e 2007, assim como os países da Europa do Sul (Portugal, Grécia, Espanha, Itália) e ainda o Reino Unido. No centro desta distribuição, encontram-se essencialmente os Estados-membros da Europa Central (Alemanha, França, Luxemburgo e Bélgica). No grupo dos menos “desiguais”, encontram-se outros países frequentemente associados ao termo Leste (Eslovénia, Hungria, e República Checa), também com adesão recente, mas com resultados significativamente diferentes dos seus vizinhos, e os países escandinavos (Suécia e Finlândia), que tradicionalmente apresentam índices baixos de desigualdade (a Dinamarca tem vindo a distanciar-se deste grupo nos últimos anos).

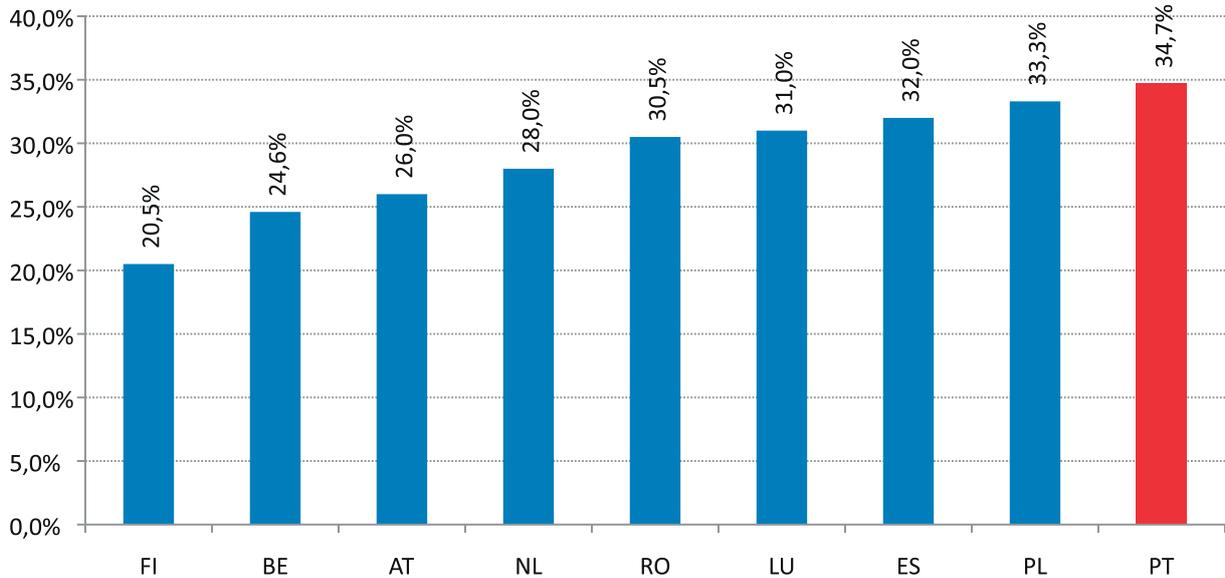
A posição de Portugal no espaço europeu pode também ser estudada ao nível das desigualdades salariais. Brandolini *et al.* (2011) estudaram a representatividade do EU-SILC no campo dos rendimentos de trabalho, tendo chegado a resultados relativamente satisfatórios que lhes permitiram avançar, entre outras possibilidades, na comparação das distribuições salariais entre vários países europeus. Nos 24 países em estudo, Portugal surge como o país onde o ganho bruto mensal apresentava a distribuição mais desigual, com um índice de Gini na ordem dos 41,4%, fortemente destacado dos demais Estados-membros (a Letónia, que se segue na lista, apresenta um índice inferior em praticamente cinco pontos percentuais).

Gráfico 10 - Desigualdades salariais - Índice de Gini, UE(24), 2006



Fonte: Brandolini et al (2011), a partir de Eurostat, EU-SILC
(Desigualdades da distribuição do ganho bruto mensal, a tempo completo ou tornado equivalente a tal)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) disponibiliza uma colecção de estatísticas provenientes de instituições nacionais de diferentes países. Entre estatísticas administrativas e inquéritos produzidos localmente, é possível proceder a uma contextualização da problemática em alguns dos países da União Europeia, por exemplo, como mostra o Gráfico 11.

Gráfico 11 - Desigualdades salariais - Índice de Gini, UE

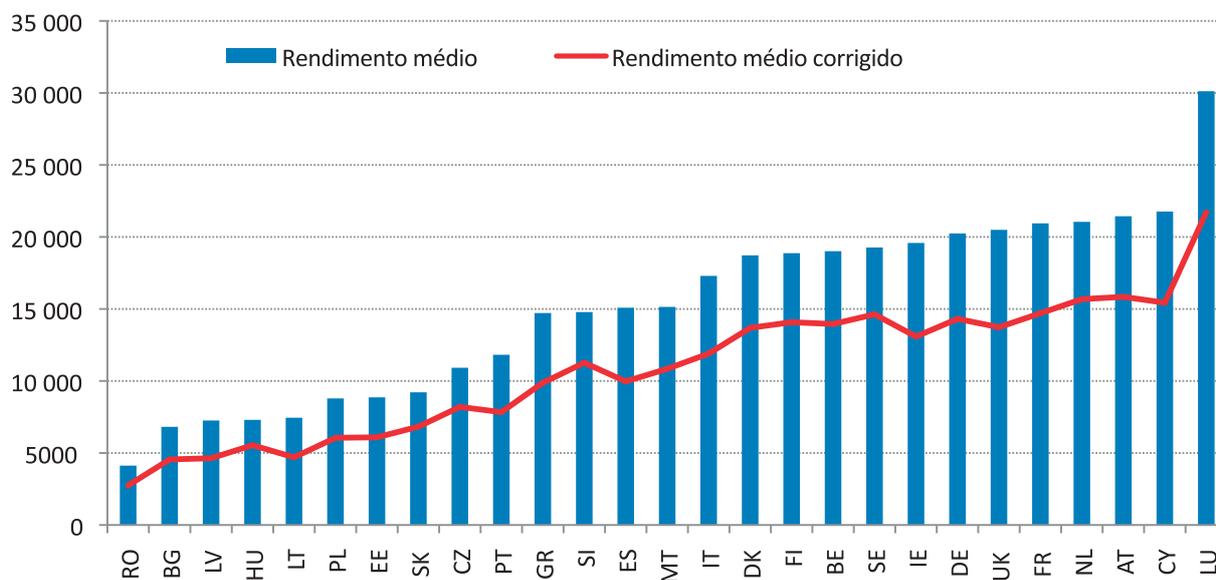
Fonte: OIT, Wages Database (2011), a partir de diferentes fontes nacionais (PT (2008); DK, AT e EE (2007); LU e HU (2006) e NL, FR e DE (2005))

Neste conjunto reduzido de países, Portugal ocupa o lugar da maior desigualdade na distribuição salarial, com o valor de 34,7, já indicado previamente quando abordámos o tema da desigualdade salarial.

Os dados acima apresentados evidenciam, qualquer que seja o indicador utilizado, ora no estudo dos rendimentos familiares ora no estudo dos salários, que Portugal constitui um dos países onde existe mais desigualdade económica da União Europeia.

Voltando às famílias, o rendimento médio por adulto equivalente dos diferentes países da UE surge, amiúde, interpretado como um indicador de desenvolvimento e de bem-estar social. Uma visão mais exigente do conceito de bem-estar social, que tenha em conta quer o nível de rendimento gerado quer a forma como este é distribuído, implica alguma correcção da distribuição do rendimento médio pelos níveis de desigualdade. No Gráfico 12 apresentamos novamente o rendimento por adulto equivalente médio dos vários países da UE conjuntamente com um indicador de bem-estar social W , calculado da seguinte forma: $W = \overline{Y_{ae}}(1 - G)$, onde $\overline{Y_{ae}}$ é o rendimento médio por adulto equivalente e G é o índice de Gini. Este indicador de bem-estar social, sugerido por Sen (1973), permite assim introduzir uma correcção, resultante da consideração da equidade, nos dados apresentados no início deste ponto.

Gráfico 12 - Rendimentos líquidos médios por adulto equivalente corrigidos em PPC, UE, 2009



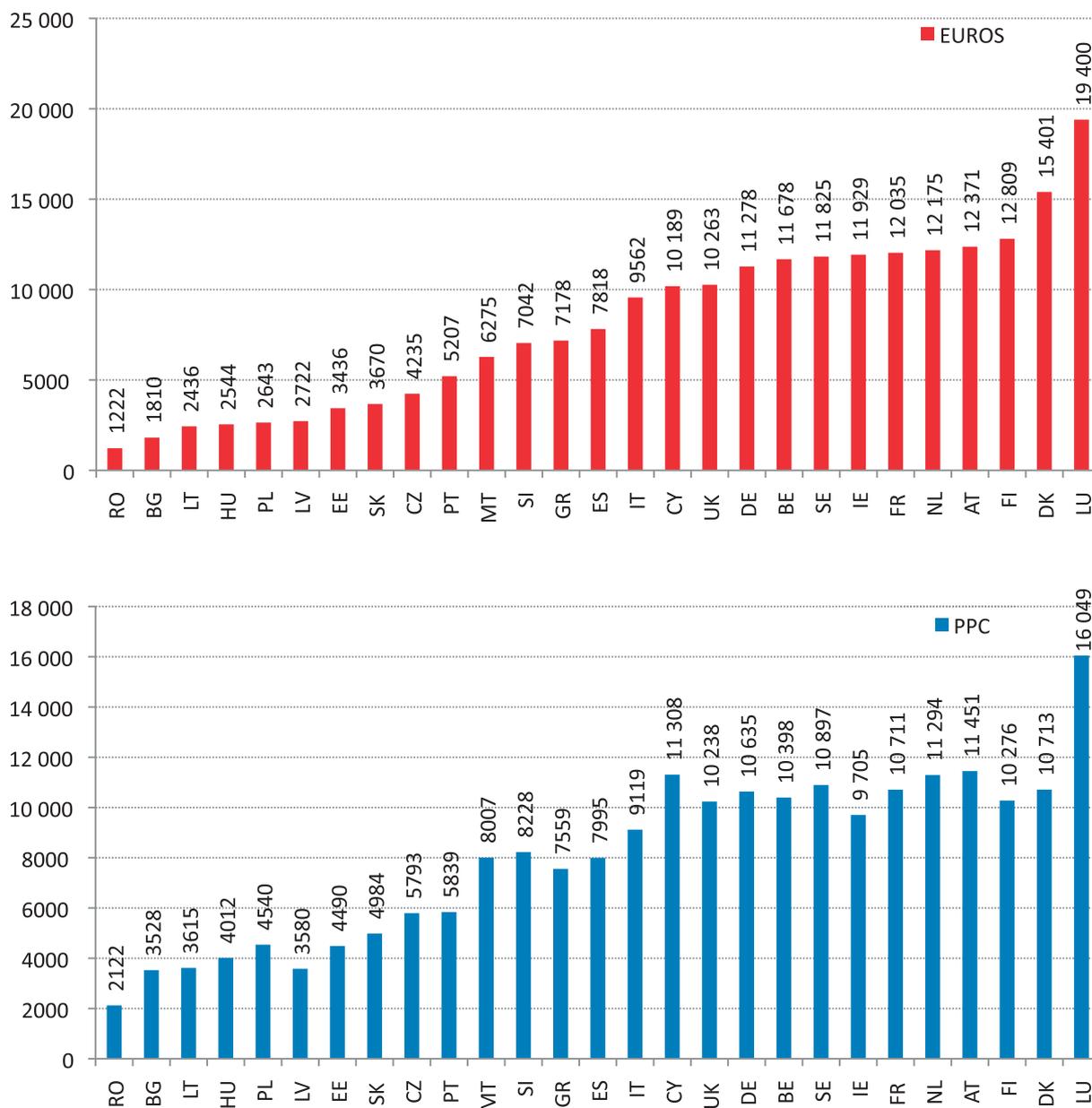
Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

Como seria de esperar, na generalidade dos casos tal ajustamento veio aumentar as diferenças entre Portugal e os restantes países. Conclui-se daqui, uma vez mais, que os cidadãos residentes em Portugal não só apresentam um rendimento médio inferior ao que existe na maioria dos restantes Estados-membros como a forma como aquele é distribuído ainda os coloca em situação mais prejudicial.

Devemos neste ponto de enquadramento internacional abordar ainda a questão da pobreza monetária que, no caso português, apresenta contornos de relativa excepção face aos seus parceiros europeus.

O Gráfico 13 mostra a distribuição dos Estados-membros de acordo com o respectivo limiar de pobreza (ou linha de pobreza) em 2009. Em Portugal, o limiar de pobreza era de cerca de 5839 unidades de PPC por ano, pouco mais de um terço do mesmo referencial no Luxemburgo ou quase três vezes superior ao da Roménia, comparações que evidenciam bem o carácter relativo desta forma de medir a pobreza. Com os limiares de pobreza em euros, as discrepâncias tornam-se, naturalmente, mais óbvias. Portugal apresentava, como limiar de pobreza, 5207 euros/ano, 3,7 vezes menos que o do Luxemburgo, 4,3 vezes mais do que o da Roménia.

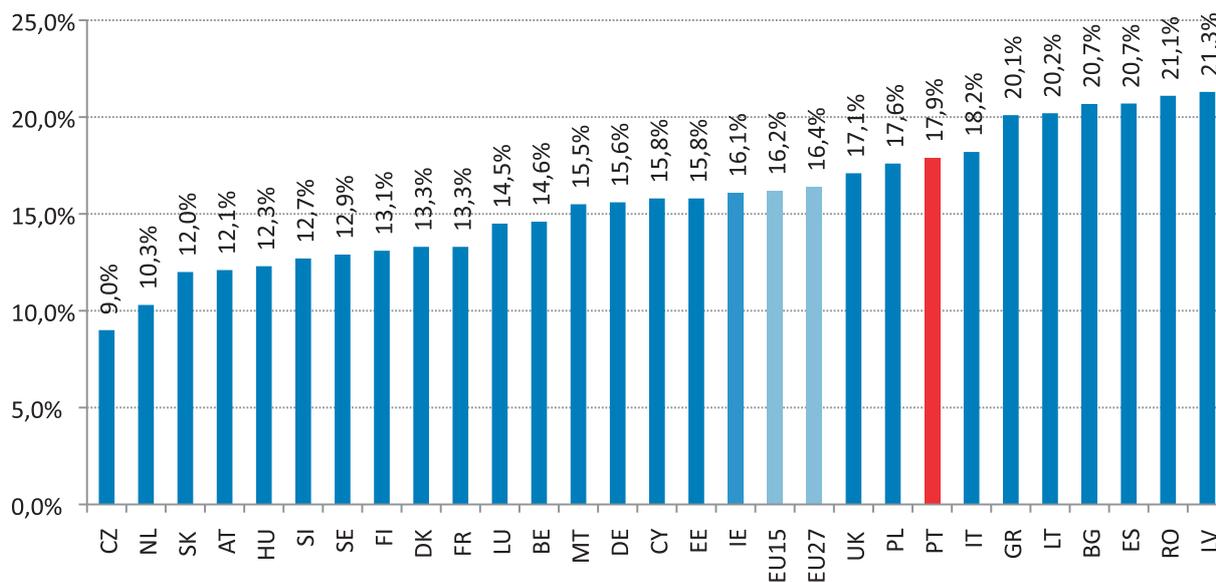
Gráfico 13 - Linhas de pobreza em euros e PPC, UE, 2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

A diferença entre a incidência da pobreza em Portugal e no conjunto da União Europeia não é tão vincada como a registada na comparação das desigualdades. Em 2009, a taxa de pobreza era de 17,9%, acima da média europeia (16,4% no conjunto de todos os Estados-membros), mas abaixo de países como a Itália, a Grécia, a Lituânia, a Bulgária, a Espanha, a Roménia e a Letónia.

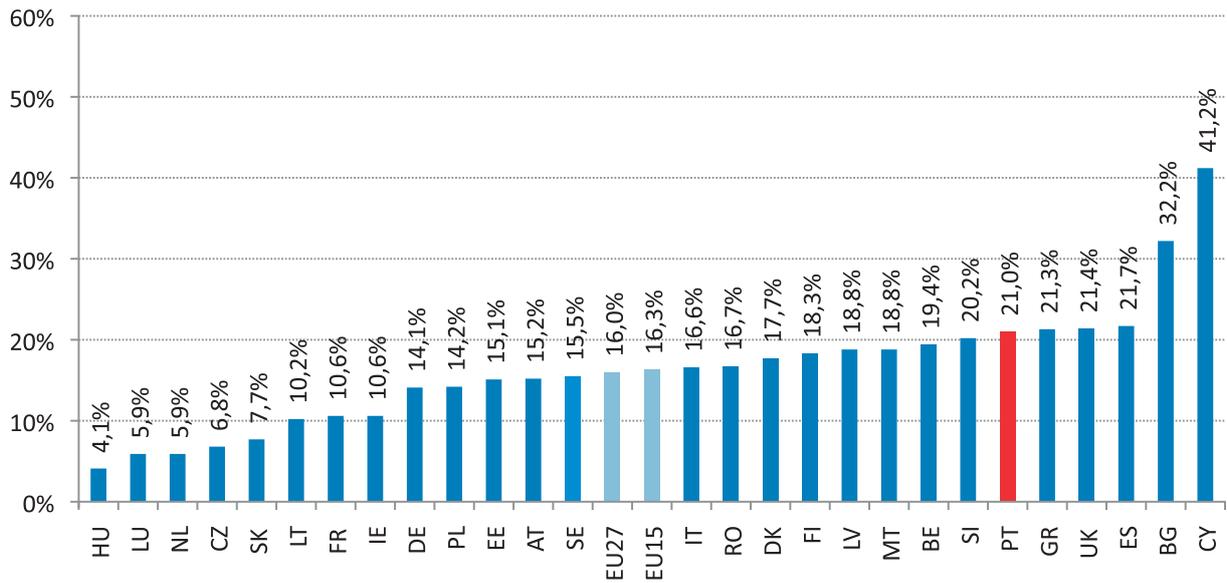
Gráfico 14 - Incidência de pobreza, UE, 2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

No caso da pobreza nos idosos, aqui entendidos como os indivíduos com 65 ou mais anos de idade, a posição relativa de Portugal face aos seus congéneres europeus já se destacava, pela negativa, face à média europeia. Com 21% de idosos pobres, cinco pontos percentuais acima da média dos 27 Estados-membros, Portugal encontra-se, ainda assim, muito distante dos casos cipriota ou búlgaro, onde a taxa de pobreza nesta faixa etária chega a atingir 41,2% e 32,2%, respectivamente. Em todo o caso, como veremos no ponto 3.4, a incidência da pobreza nos idosos em Portugal veio a registar uma convergência acentuada com a média europeia, pelo menos até 2008.

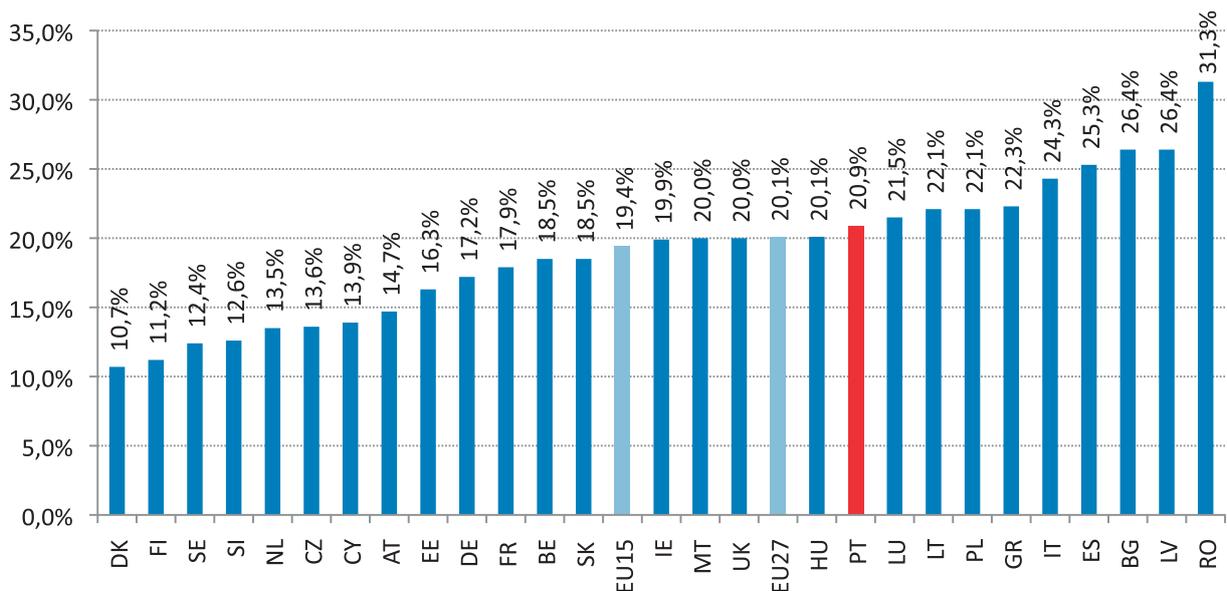
Gráfico 15 - Incidência de pobreza nos idosos, UE, 2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

Já na pobreza infantil, considerando as crianças com menos de 16 anos residindo em famílias pobres, Portugal apresentava, em 2009, uma taxa de pobreza na ordem dos 20,9%, ligeiramente acima da média europeia (20,1%).

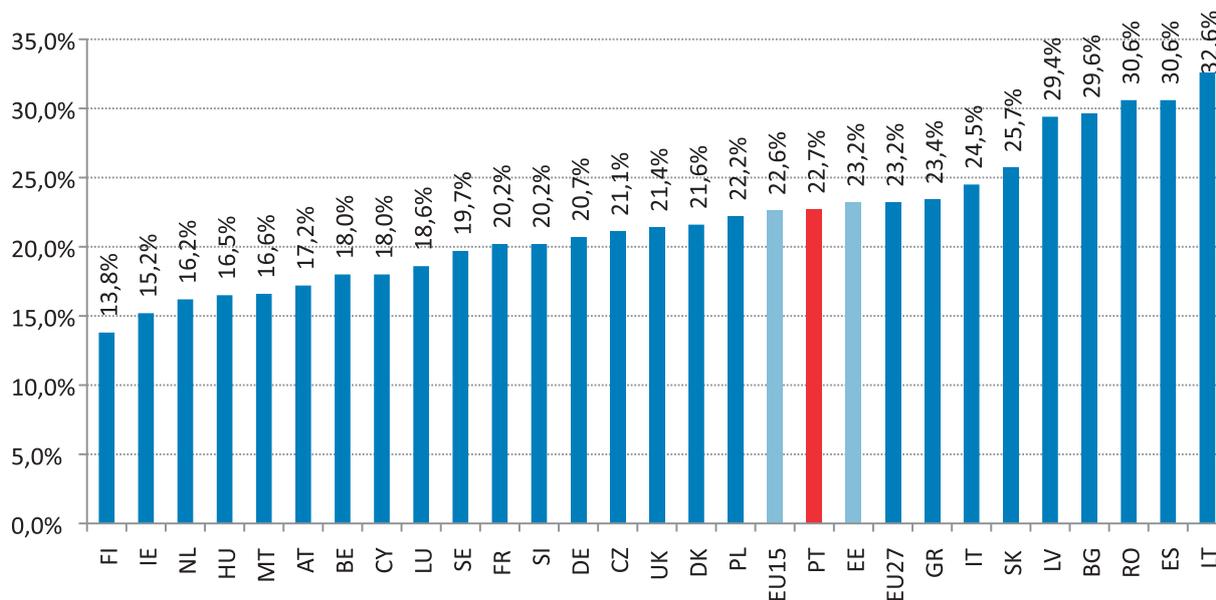
Gráfico 16 - Incidência de pobreza infantil, UE, 2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

No “relative poverty gap”, de acordo com o conceito do Eurostat, Portugal apresentava um valor ligeiramente inferior ao da média europeia (a 27 países) e significativamente distante daquele apresentado por países como Lituânia, Roménia, Espanha, Bulgária e Letónia.

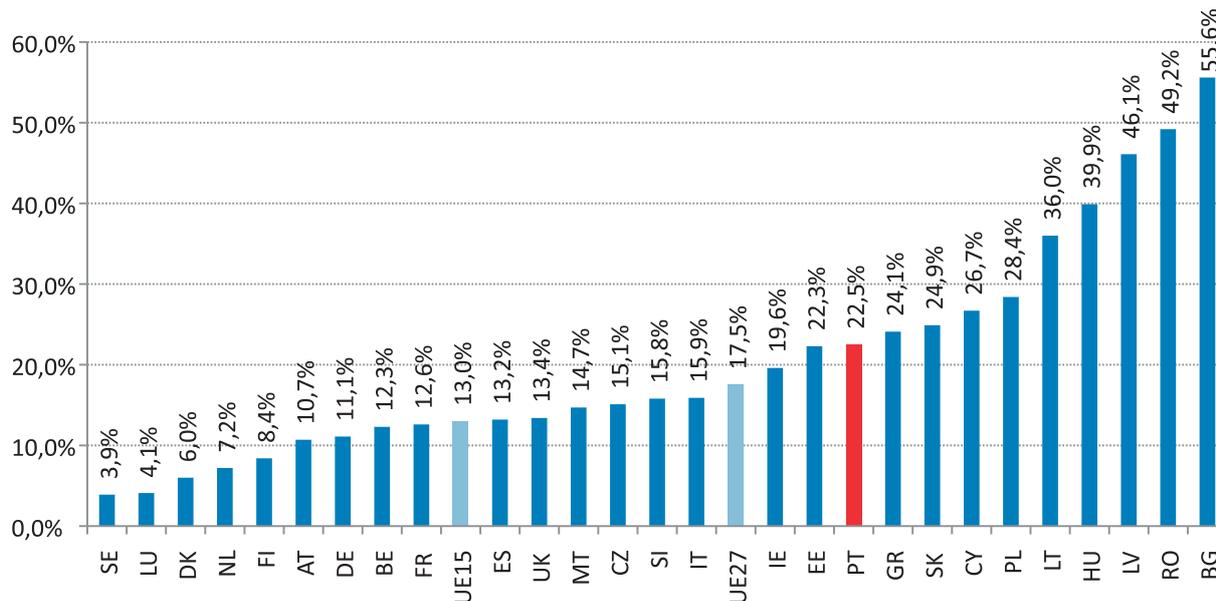
Gráfico 17 - “Relative poverty gap”, UE, 2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

O Gráfico 18 ilustra a posição relativa dos vários países da UE em relação ao indicador de privação material. De forma mais vincada do que observado nos indicadores de desigualdade ou de pobreza monetária, a posição dos países que aderiram mais recentemente à UE surge claramente associada a elevados níveis de privação material. Portugal, com um índice de privação material de 22,5%, situa-se acima da média da União Europeia a 27 (17,5%) e muito acima da média da UE a 15 (13,0%).

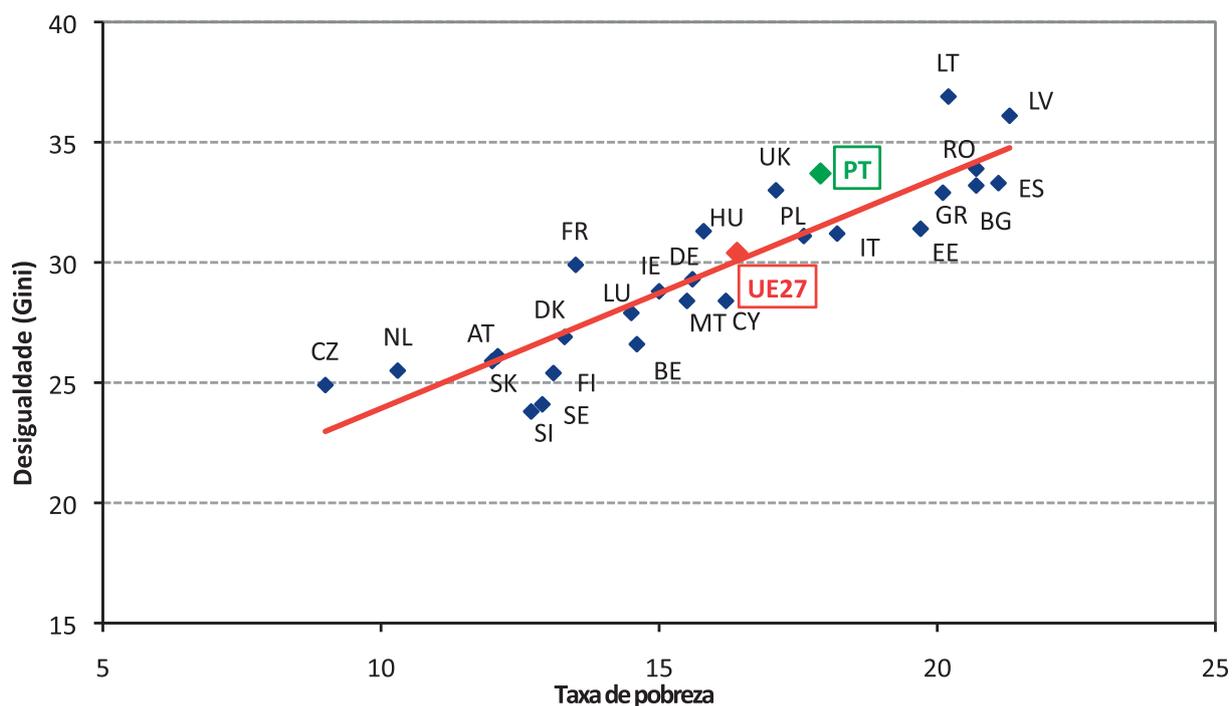
Gráfico 18 - Índice de Privação Material, UE, 2010



Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

A observação empírica, ao nível europeu, da relação entre desigualdade e pobreza monetária confirma a forte associação entre os dois fenómenos, tal como discutimos no ponto anterior. Esta relação encontra-se demonstrada no Gráfico 19, onde associamos a desigualdade medida pelo índice de Gini com a taxa de pobreza para cada país. A associação entre níveis de desigualdade e níveis de pobreza é indiscutível. As sociedades mais desiguais são igualmente aquelas que evidenciam maiores níveis de pobreza.

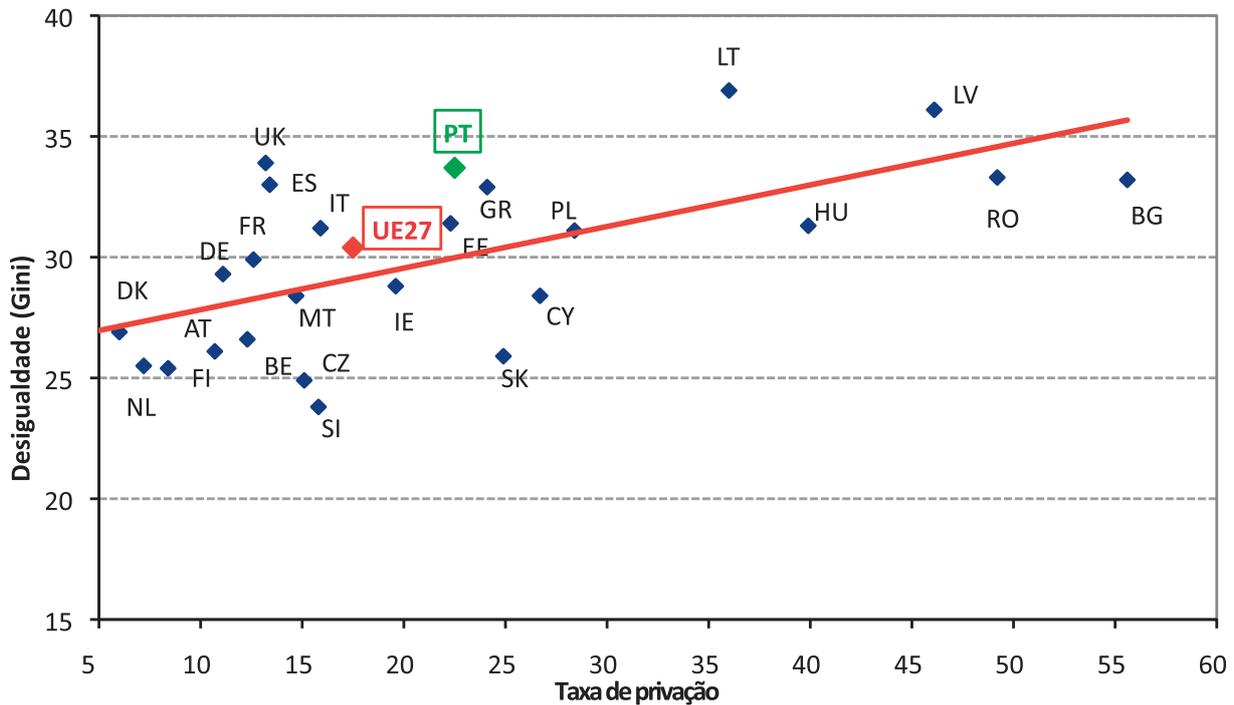
Gráfico 19 - Desigualdade versus Pobreza, UE, 2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

É igualmente possível estabelecer a relação entre o nível de desigualdade dos vários países da UE e o seu nível de privação (Gráfico 20). A relação entre os dois indicadores não é tão óbvia como a registada no gráfico anterior. Esta menor associação entre desigualdade monetária e privação material não pode deixar de corroborar as críticas atrás enunciadas quanto à utilização exclusiva de indicadores monetários para caracterizar as condições de vida das famílias e reforçar a necessidade de uma abordagem multidimensional dos fenómenos da desigualdade, da pobreza e da privação.

Gráfico 20 - Desigualdade versus Privação, UE, 2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2010 (acedido em Agosto 2012)

2.8 Síntese

Os resultados agora apresentados possibilitam obter uma fotografia muito nítida do fenómeno da desigualdade económica em Portugal. Uma primeira conclusão que emerge dos dados recolhidos e da leitura dos diferentes indicadores utilizados é a de que Portugal é um país com elevados níveis de desigualdade de rendimentos familiares e salariais. A comparação dos índices de desigualdade do nosso país com os dos restantes países da UE coloca, inequivocamente, Portugal como um dos países mais desiguais da Europa.

Ao longo deste capítulo, procurámos realçar as características que revestem actualmente – ou pelo menos no momento mais recente que os dados nos oferecem – o fenómeno da desigualdade. Dando sequência ao estudo, no próximo capítulo passaremos à observação do caminho percorrido até aqui, das tendências dos anos mais recentes, da melhoria ou do agravamento do fenómeno, da convergência ou afastamento face à União Europeia.

3 EVOLUÇÃO RECENTE DA DESIGUALDADE EM PORTUGAL

3.1 Evolução da desigualdade familiar

Até ao momento, a análise efectuada acerca da desigualdade económica baseou-se na informação mais recente existente tendo como preocupação central apresentar os dados mais actualizados da assimetria na distribuição dos recursos familiares. No entanto, essa imagem de um país com elevados níveis de desigualdade em termos europeus ficaria certamente incompleta se não reflectíssemos na evolução dessa mesma desigualdade, se não identificássemos a evolução registada ao longo dos anos e que constitui certamente um elemento importante na explicação das desigualdades presentes.

A informação disponível sobre a distribuição do rendimento e as desigualdades em Portugal até ao início dos anos 80 do século passado era relativamente escassa e muito fragmentada. O contexto político de repressão social que prevaleceu até 1974 e a ausência de estatísticas adequadas explicam certamente o pouco conhecimento da realidade existente. Tal não significa que não se tivessem realizado alguns estudos em que a preocupação com as desigualdades económicas se encontravam presentes ou constituíam mesmo o elemento central das preocupações quanto ao modelo de desenvolvimento seguido. Os trabalhos de Castanheira e Ribeiro (1977), de Silva (1982) e da comissão encarregada de elaborar o Plano de Desenvolvimento Económico 1977-1980 são exemplos concretos de uma preocupação crescente com a problemática das desigualdades e com a sua quantificação.

A síntese dos resultados obtidos por estes vários estudos surge expressa em Pereirinha (1988) que, no âmbito da primeira tese de doutoramento em Economia subordinada ao tema das desigualdades em Portugal, procedeu a uma comparação dos níveis de desigualdade a partir dos dados dos três primeiros inquéritos às famílias realizados pelo INE respectivamente em 1967/68, 1973/74 e 1980/81.

Quadro 14 - Índices de desigualdade, Portugal, 1967/68, 1973/74 e 1980/81

Índice	1967/68	1973/74	1980/81
Índice de Gini	0,451	0,443	0,380
Índice de Atkinson ($\epsilon=0,5$)	0,152	0,153	0,113
Índice de Atkinson ($\epsilon=1,5$)	0,370	0,358	0,328
Índice de Atkinson ($\epsilon=2,0$)	0,444	0,427	0,420

Fonte: Pereirinha(1988)

Apesar de estes dados não poderem ser directamente comparáveis com os anteriormente apresentados no Quadro 2, devido às diferenças metodológicas entre o estudo de Pereirinha e as seguidas neste texto (ao nível da abrangência do rendimento familiar, das escalas de equivalência utilizadas, etc.) a imagem que advém do quadro anterior é muito clara quanto às principais tendências da evolução da desigualdade: no período 1967/68 a 1973/74, verifica-se uma ligeira redução das desigualdades fortemente determinada pela melhoria das condições das famílias de menores rendimentos como o demonstra a evolução do índice de Atkinson com o parâmetro $\epsilon=2,0$, que regista uma diminuição claramente superior aos restantes índices apresentados. No período 1973/74 a 1980/81, a diminuição da desigualdade é bastante mais acentuada, com os diferentes índices a reportarem uma diminuição significativa da desigualdade. Porém, e contrariamente ao ocorrido no período anterior, a comparação dos vários indicadores de desigualdade parece sugerir que a redução da desigualdade se encontra essencialmente associada a contracção da desigualdade ocorrida nos rendimentos mais elevados.

Estas tendências podem ser confirmadas pela análise das alterações registadas nos diferentes quintis da distribuição²². Saliente-se, em particular, a forte redução da proporção do rendimento obtida pelo último quintil da distribuição ao longo do período 1973/74 a 1980/81.

Quadro 15 – ‘Shares’ dos vários quintis, Portugal, 1967/68, 1973/74 e 1980/81

	1967/68	1973/74	1980/81
1º quintil	4,3	5,5	5,2
2º quintil	9,9	9,5	11,1
3º quintil	14,3	14,4	16,9
4º quintil	22,2	20,2	23,6
5º quintil	49,3	50,4	43,2

Fonte: Rodrigues (1996)

²² A comparação das curvas de Lorenz para os três períodos em análise apresentadas por Pereirinha (1988) confirma igualmente a análise das principais tendências de evolução da desigualdade enunciadas.

A tendência decrescente da desigualdade registada por Pereirinha permanece ao longo da década de 1980, embora a um ritmo mais lento. Em Rodrigues (1996), quando se analisa a evolução das desigualdades de 1980/81 a 1989/90, é possível detectar um ligeiro decréscimo dos diferentes indicadores de desigualdade²³.

Quadro 16 - Índices de desigualdade, Portugal, 1980/81 e 1989/90

Índice	1980/81	1989/90
Índice de Gini	0,319	0,312
Índice de Atkinson ($\epsilon=0,5$)	0,083	0,079
Índice de Atkinson ($\epsilon=1,0$)	0,157	0,148
Índice de Atkinson ($\epsilon=2,0$)	0,293	0,269

Fonte: Rodrigues (1996)

Tal como ocorrido entre 1967/68 e 1973/74, a justificação da redução da desigualdade encontra-se associada a melhoria da posição relativa dos indivíduos de menor rendimento. O 'share' do 1º quintil sobe de 7,9% para 8,3%, acréscimo compensado pela ligeira redução dos dois quintis superiores.

Quadro 17 - 'Shares' dos vários quintis, Portugal, 1980/81 e 1989/90

	1980/81	1989/90
1º quintil	7,9	8,3
2º quintil	12,6	12,7
3º quintil	16,9	16,9
4º quintil	22,5	22,2
5ª quintil	40,1	39,9

Fonte: Rodrigues, C.F. (1996)

A evolução da desigualdade desde meados dos anos 90 até ao momento presente pode já ser feita de forma integrada, utilizando as metodologias que são hoje padrão na União Europeia, com recurso aos microdados do Painel Europeu dos Agregados Familiares (PEADP/ECHP), de 1994 a 2001, e do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC), de 2004 a 2008.

²³ Uma vez mais os diferentes indicadores de desigualdade estimados no ponto 2 não são comparáveis com os apresentados nos estudos agora referidos devido às diferentes opções metodológicas seguidas, nomeadamente ao nível das escalas de equivalência utilizadas para construir o rendimento por adulto equivalente a partir do rendimento disponível das famílias.

O Quadro 18 apresenta os principais índices de desigualdade do rendimento monetário por adulto equivalente, correspondentes aos períodos 1993/2000 e 2003/09. A imagem que resulta dos indicadores apresentados é a de que ao longo do período 1993/2009 se registou uma inequívoca redução da desigualdade em Portugal com todos os índices considerados a assinalarem uma diminuição efectiva das assimetrias na distribuição do rendimento.

Quadro 18 - Índices de desigualdade, Portugal, 1993-2009

	I.Gini	I.Atkinson $\epsilon=0,5$	I.Atkinson $\epsilon=1,0$	I.Atkinson $\epsilon=2,0$	MLD
1993	0,387	0,126	0,252	0,646	0,290
1994	0,374	0,118	0,230	0,509	0,262
1995	0,361	0,109	0,214	0,513	0,241
1996	0,364	0,109	0,212	0,467	0,239
1997	0,368	0,112	0,216	0,509	0,244
1998	0,363	0,109	0,209	0,444	0,234
1999	0,357	0,105	0,204	0,471	0,228
2000	0,369	0,112	0,209	0,444	0,235
2003	0,378	0,118	0,225	0,502	0,254
2004	0,381	0,121	0,223	0,440	0,252
2005	0,377	0,118	0,219	0,430	0,247
2006	0,368	0,110	0,204	0,360	0,228
2007	0,358	0,106	0,196	0,362	0,218
2008	0,354	0,105	0,194	0,356	0,215
2009	0,337	0,093	0,175	0,332	0,193

Fonte: INE, PEADP 1994-2001 /ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

O comportamento dos vários índices não é, porém, homogéneo ao longo do período considerado. Entre 1993 e 1999, verifica-se uma diminuição da desigualdade com o índice de Gini a descer cerca de 8% e o índice de Atkinson com $\epsilon=2,0$ a registar uma diminuição superior a 25%.

No período de 1999 a 2004, a tendência decrescente dos níveis de desigualdade sofre uma inversão com todos os índices a apontarem para um agravamento das desigualdades. Note-se que a mudança de série ocorrida com a mudança do inquérito do PEADP para o ICOR pode justificar alguma alteração no valor dos índices obtidos a partir de cada um dos inquéritos mas não parece suficiente para justificar a inversão de tendência ocorrida na desigualdade.

Por último, no período 2004 a 2009 existe um retorno à tendência para a diminuição da desigualdade medida através dos vários índices.

O Gráfico 21 permite visualizar o comportamento dos vários índices e confirmar as principais tendências observadas. Mas permite igualmente destacar a principal característica da evolução da desigualdade. A diminuição da desigualdade ocorrida ao longo do período

é fortemente determinada pela diminuição da desigualdade entre as famílias de menores rendimentos como o demonstra o comportamento do índice de Atkinson com $\epsilon=2,0$ que apresenta uma diminuição muito mais acentuada que todos os demais índices considerados.

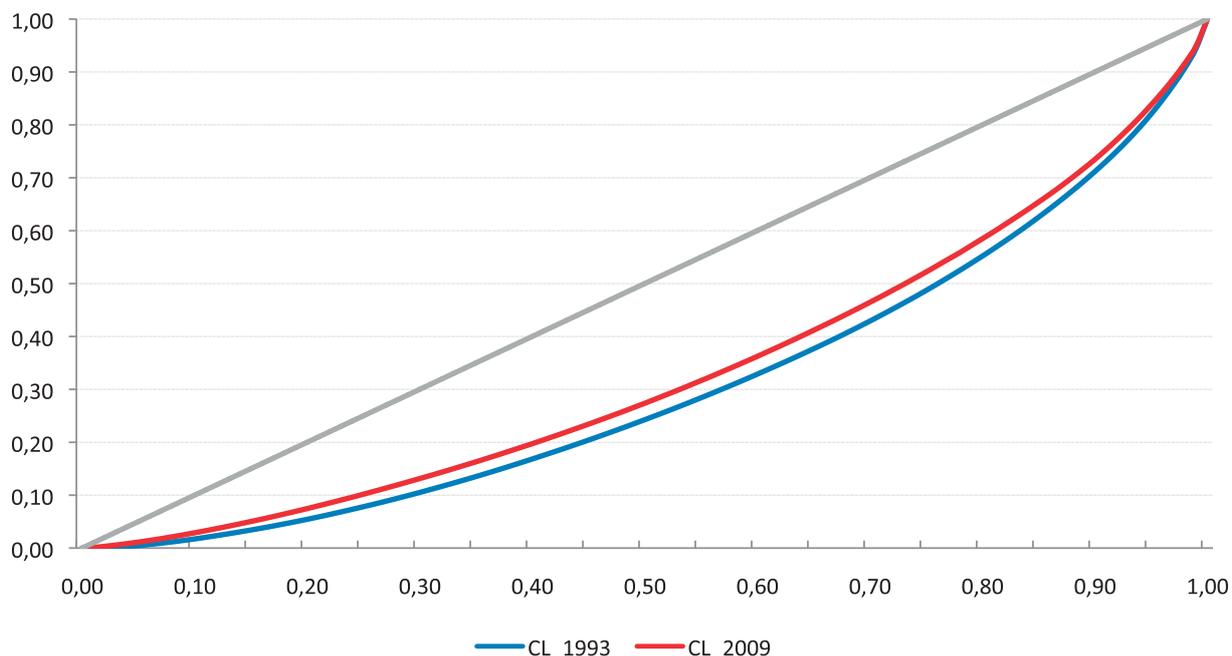
Gráfico 21 - Índices de desigualdade, Portugal, 1993-2009



Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

O perfil das alterações ocorridas na desigualdade neste período pode igualmente ser observado através da comparação entre as curvas de Lorenz para os anos de 1993 e 2009.

Gráfico 22 - Curvas de Lorenz, Portugal, 1993 e 2009



Fonte: INE, PEADP 1994 /ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

No Gráfico 22, a diminuição ocorrida na desigualdade do rendimento monetário por adulto equivalente aparece claramente vincada com a curva de Lorenz de 2009 nitidamente acima da curva de 1993 para praticamente todos os sectores da população.

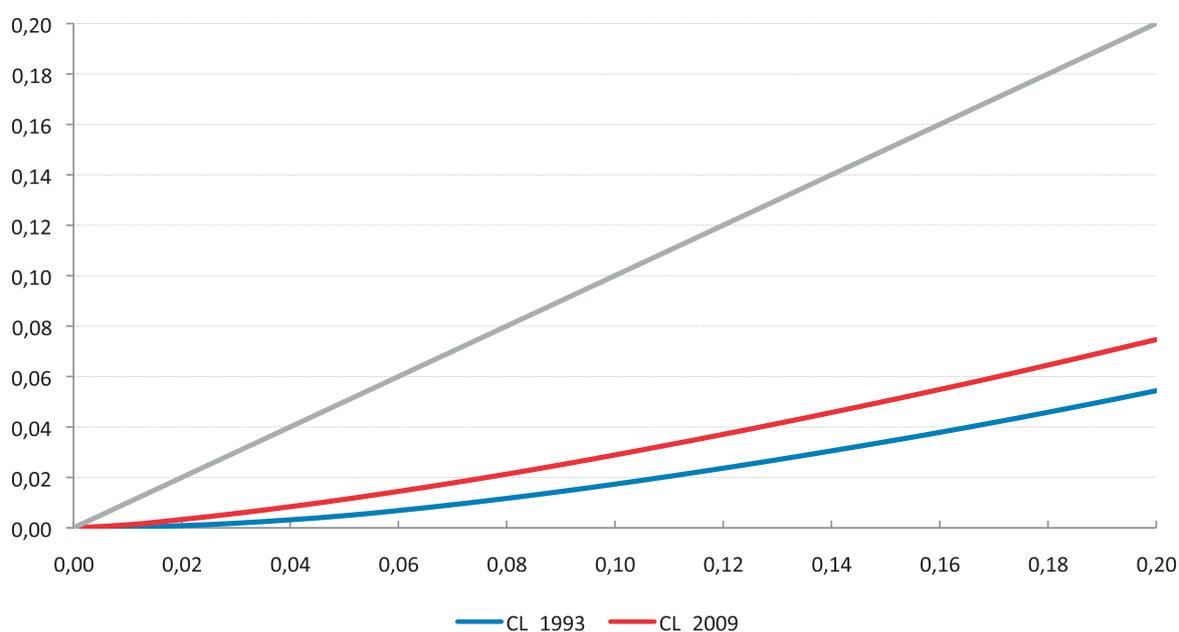
Uma leitura mais atenta das curvas de Lorenz permite, no entanto, evidenciar algo mais sobre o padrão das alterações ocorridas na desigualdade. O gráfico seguinte procede como que a um “zoom” das alterações ocorridas nos dois extremos da distribuição, evidenciando o que efectivamente ocorreu nos rendimentos mais baixos e nos rendimentos mais elevados.

O painel superior do Gráfico 23 apresenta as curvas de Lorenz correspondentes aos 20% da população de menores rendimentos e onde a redução da desigualdade ocorrida não suscita quaisquer dúvidas. No painel inferior do mesmo gráfico estão representadas as curvas de Lorenz correspondentes à área onde se situam os 20% das famílias de maiores rendimentos. Aqui a situação é diferente. A proximidade entre as curvas de Lorenz torna-se mais estreita, sendo praticamente coincidente nos últimos percentis da distribuição.

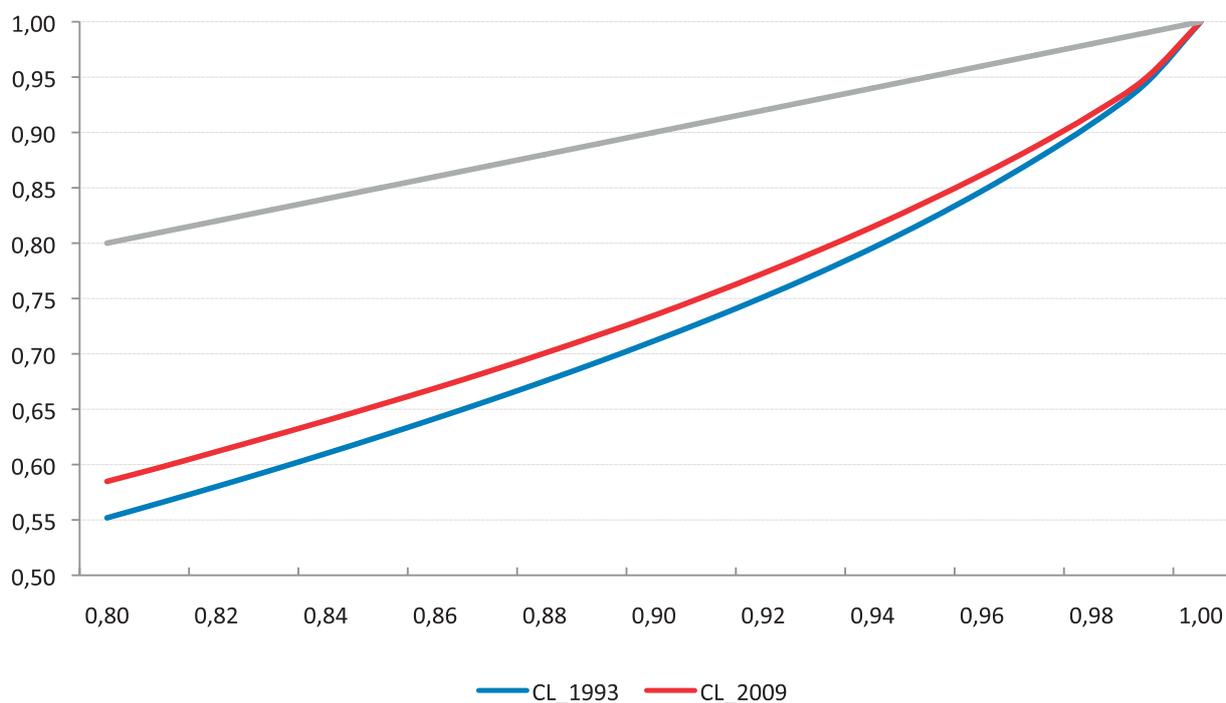
O destaque das extremidades das curvas de Lorenz confirma assim, uma vez mais, o que parece ser o factor determinante da diminuição da desigualdade alcançada: a diminuição das assimetrias na parte inferior da distribuição (dos rendimentos dos mais pobres) e a manutenção das desigualdades entre os rendimentos mais altos.

Gráfico 23 - Curvas de Lorenz, Portugal, 1993 e 2009

A) 20% da população de menores rendimentos



B) 20% da população de maiores rendimentos



Fonte: INE, PEADP 1994 /ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Uma última confirmação desta tendência e do comportamento diferenciado dos extremos da distribuição pode ser observado no Quadro 19 onde se apresentam os 'shares' de rendimento auferidos pelos indivíduos mais pobres e mais ricos. O quadro seguinte indica-

-nos a proporção do rendimento total por adulto equivalente detida pelos 5, 10 e 20% mais pobres e pelos grupos semelhantes no outro extremo da distribuição do rendimento.

Quadro 19 – ‘Shares’ do rendimento auferidos pelos 5%, 10% e 20% da população mais pobre/rica, Portugal, 1993-2009

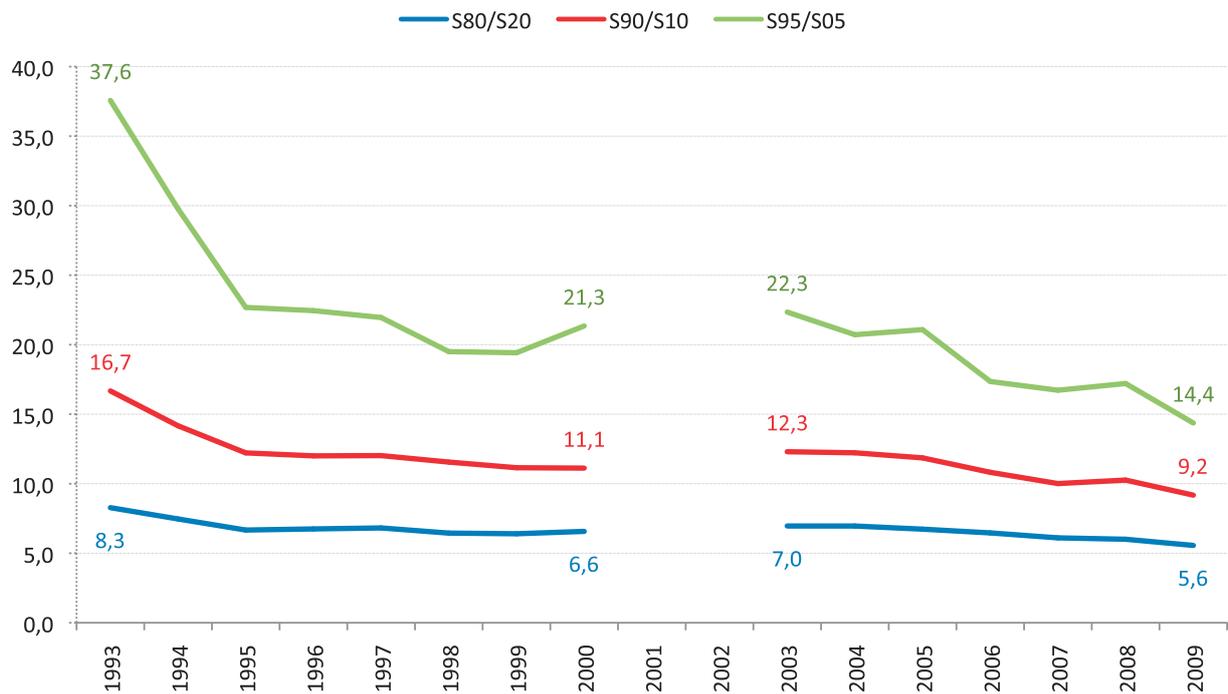
	S05	S10	S20	S80	S90	S95
1993	0,5	1,7	5,4	44,8	28,8	18,0
1994	0,6	2,0	5,9	43,8	27,9	17,4
1995	0,7	2,3	6,5	43,0	27,5	17,0
1996	0,8	2,3	6,5	43,6	27,8	17,1
1997	0,8	2,4	6,5	44,2	28,5	17,7
1998	0,9	2,5	6,8	44,0	28,5	17,7
1999	0,9	2,5	6,7	43,0	27,7	17,1
2000	0,9	2,6	6,8	44,4	29,1	19,0
2003	0,8	2,4	6,5	45,0	29,4	18,6
2004	0,9	2,5	6,6	45,7	30,3	19,3
2005	0,9	2,5	6,8	45,5	30,0	19,3
2006	1,0	2,7	6,9	44,4	28,7	18,0
2007	1,1	2,8	7,1	43,5	28,1	17,9
2008	1,0	2,7	7,2	43,2	28,0	18,0
2009	1,1	2,9	7,5	41,5	26,5	16,2

Fonte: INE, PEADP 1994-2001 /ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Como se pode observar a proporção do rendimento total auferida pelos 5% mais pobres duplica ao longo do período em análise. O ‘share’ correspondente aos 10% e aos 20% de menores rendimentos aumenta igualmente de forma significativa. No outro extremo da distribuição dos rendimentos entre os grupos mais ricos da população a diminuição ocorrida é muito menos significativa.

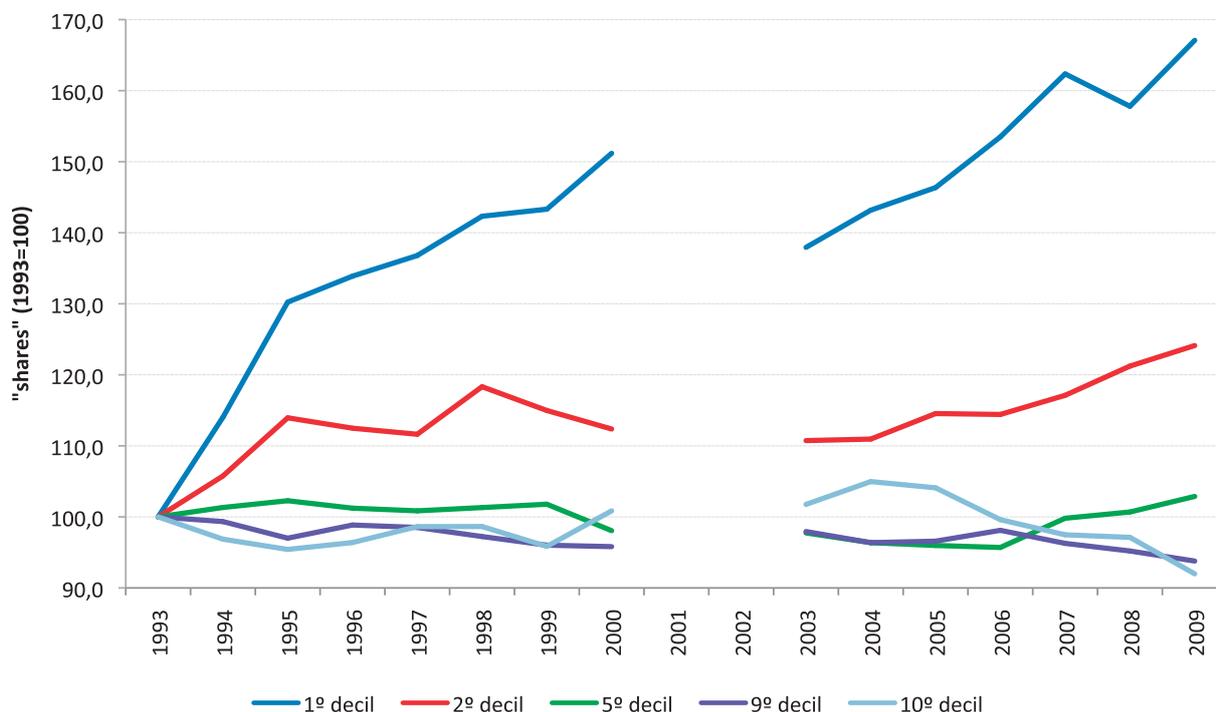
Como consequência destas alterações nos ‘shares’ dos vários grupos situados nos extremos da distribuição, os rácios S_{95}/S_{05} , S_{90}/S_{10} e S_{80}/S_{20} registam todos uma clara diminuição dos níveis de desigualdade, resultante predominantemente das alterações ocorridas no primeiro vintil da distribuição.

Gráfico 24 - S95/S05, S90/S10, S80/S20, Portugal, 1993-2009



Fonte: INE, PEADP 1994-2001 /ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

O Gráfico 25 ilustra os “ganhos e perdas” de alguns decis ao longo do período em análise, tomando como 100 o seu valor de partida em 1993.

Gráfico 25 - 'Shares' do rendimento equivalente por decil, Portugal, 1993–2009 (1993=100)

Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A leitura deste quadro é clara: a redução da desigualdade no período 1993-2009 resulta predominantemente das alterações ocorridas no primeiro decil da distribuição. A implementação de algumas políticas sociais dirigidas aos sectores de maior precariedade da população, como o rendimento social de inserção, o acréscimo das pensões mínimas ou o aumento do abono de família, não será certamente alheia a esta evolução.

3.2 Evolução da desigualdade salarial

Este ponto tem como finalidade examinar o percurso temporal da desigualdade salarial, de forma mais exaustiva, desde 1985 até 2009²⁴.

A utilização dos Quadros de Pessoal como fonte de informação estatística para o estudo da desigualdade salarial ao longo da década de 1980 foi amplamente ensaiada por Cardoso (1997, 1998) e por Rodrigues e Albuquerque (2000). Todos estes autores são unânimes na constatação de um progressivo aumento da desigualdade salarial ao longo desse período. É igualmente consensual nesses três estudos que “o acréscimo da desigualdade é particularmente acentuado na parte superior da distribuição dos salários” (Cardoso, 1997).

²⁴ Os Quadros de Pessoal não se realizaram em 1991 e 2002, logo não há informação disponível para estes anos.

Tal como ocorrido nos estudos atrás referidos, a variável seleccionada para o estudo da desigualdade salarial é o ganho mensal. Este corresponde ao montante recebido pelos trabalhadores em Outubro de cada ano, líquido de impostos e contribuições para a Segurança Social.

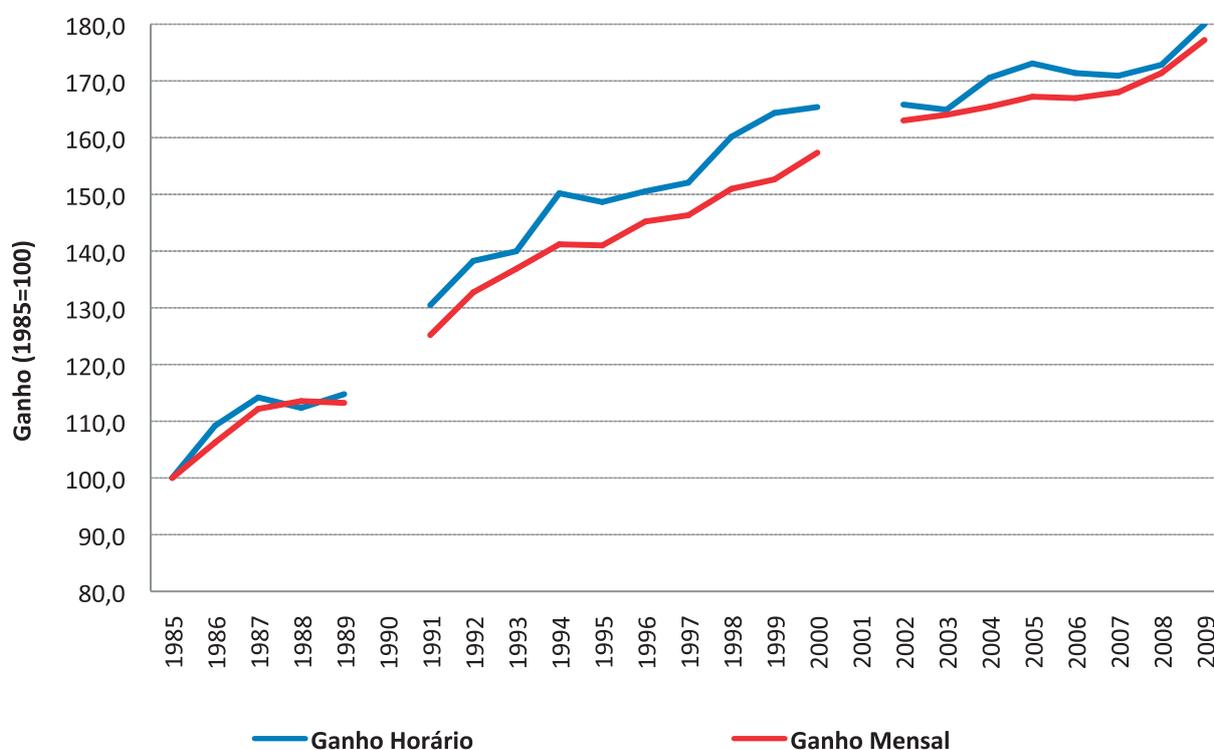
A escolha do ganho mensal permite uma maior aproximação ao conceito do rendimento disponível das famílias, que é importante quando se pretende confrontar a desigualdade salarial com a desigualdade familiar.

Mas a escolha do ganho mensal restringe o universo de análise aos trabalhadores a tempo completo e com remuneração completa, deixando de fora, por exemplo, os trabalhadores a tempo parcial. Igualmente fora do âmbito de análise ficam os trabalhadores independentes que ganham um peso cada vez maior no mercado de emprego e que são tomados em grande medida como geradores de baixos níveis salariais.

Uma variável alternativa para medir a desigualdade salarial seria o ganho horário. A sua consideração permitiria alargar o universo dos trabalhadores tidos em consideração, mas implicaria igualmente tornar mais “difusa” a comparação com os rendimentos familiares.

Para analisar o impacto da escolha do ganho mensal em detrimento do ganho horário no estudo da desigualdade salarial, apresenta-se no gráfico seguinte a evolução destas duas variáveis entre 1985 e 2009.

Gráfico 26 - Comparação entre ganho mensal e ganho horário, Portugal, 1985-2009

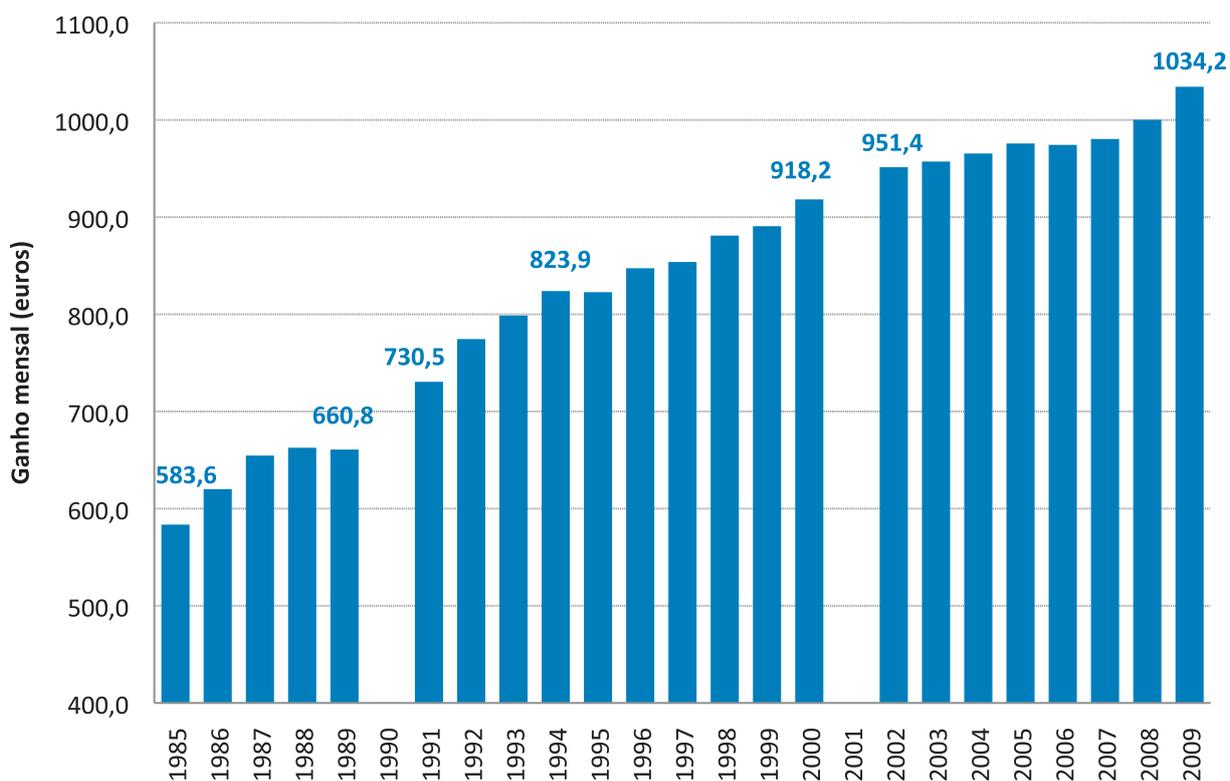


Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A evolução destas duas variáveis ao longo do horizonte temporal em estudo não se afigura particularmente diferente, pelo que é expectável que os resultados obtidos não apresentem grandes divergências²⁵.

No próximo gráfico, está representada a evolução do ganho médio mensal entre 1985 e 2009, a preços de 2009, onde podemos constatar que, apesar do poder de compra dos trabalhadores ter vindo a aumentar ao longo do período em análise, esse aumento teve um comportamento irregular. São visíveis três fases distintas com intensidades diferentes do crescimento salarial. O crescimento médio anual real entre 1985 e 1994 foi próximo de 3,9%, entre 1994 e 2000 ultrapassou ligeiramente 1,8% e entre 2000 e 2009 houve um aumento menos significativo, ficando abaixo de 1,3%.

Gráfico 27 - Ganho mensal, Portugal, 1985-2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: valores monetários em euros, a preços de 2009

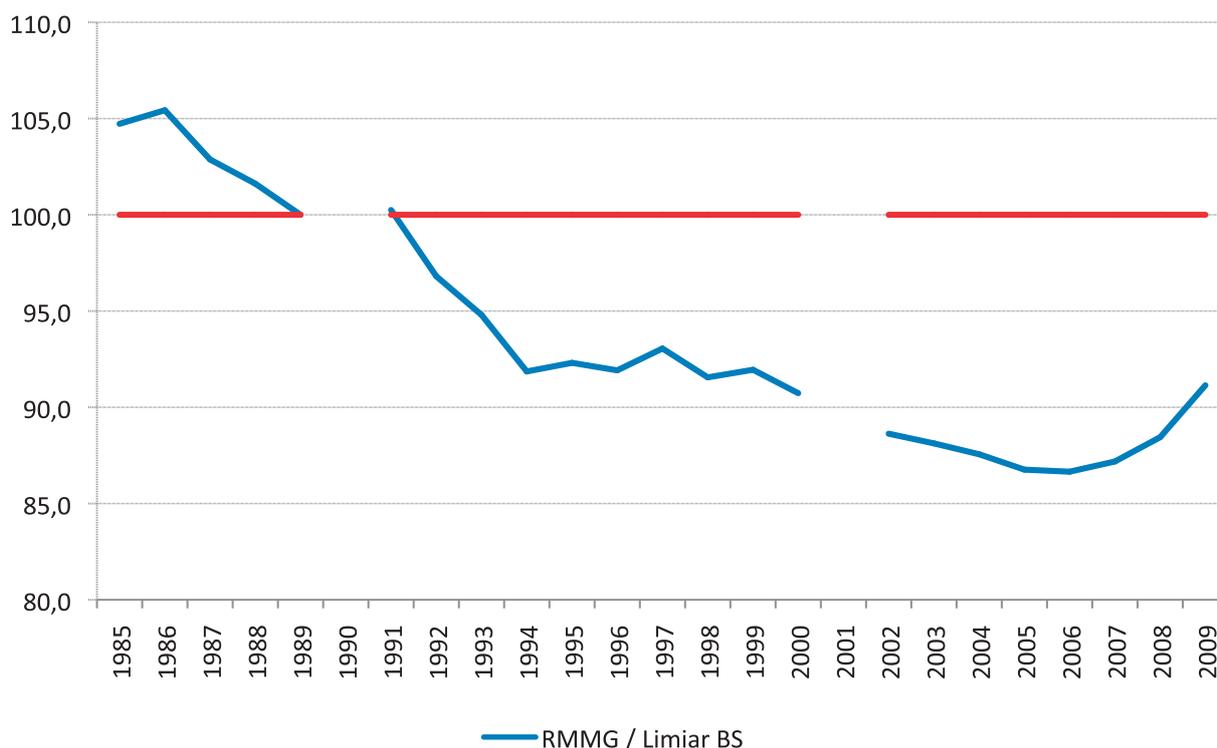
Se nas desigualdades na distribuição dos rendimentos familiares encontrámos pontos de contacto com o fenómeno da pobreza, conforme discutido no ponto 2.3, também na

²⁵ Note-se, porém, que o comportamento semelhante da evolução do nível do ganho mensal e do ganho horário não assegura, só por si, uma igual distribuição dessas duas variáveis.

análise da desigualdade salarial podemos invocar a ocorrência de baixos salários. Na definição habitualmente assumida para o estudo deste tema, utiliza-se uma metodologia similar àquela com que se aborda a pobreza. Neste caso, considera-se que há ocorrência de baixo salário quando este é inferior ao limiar fixado nos 2/3 da mediana do ganho mensal. Para 2009, este valor aproximava-se dos 495€.

No Gráfico 28 está representada a relação entre este limiar com o valor da Retribuição Mensal Mínima Garantida, desde 1985 até 2009. Como podemos observar, até 1991, o valor da RMMG excedia o valor do limiar de baixos salários. Desde então, este último deixou de ser coberto pelo referencial da RMMG, tomando valores abaixo deste e distanciando-se cada vez mais ao longo do tempo. Em 2006, essa diferença era na ordem dos 15%, mas, a partir desse ano, existiu uma inversão da tendência, causada por actualizações salariais inferiores aos valores instituídos para o salário mínimo. No último ano do período em análise, essa diferença rondava os 9,7%.

Gráfico 28 - Relação entre retribuição mensal mínima garantida e limiar de baixos salários, Portugal, 1985-2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Apesar do crescimento real verificado com as actualizações do salário mínimo/RMMG desde 1985, o salário mínimo perdeu peso face aos ganhos médios, até 1994. A partir desse ano e até 2000 observa-se uma atenuação dessa dinâmica, voltando novamente a aumen-

tar até 2006, ano no qual o salário mínimo representava 57,8% da mediana do ganho (índice de Kaitz²⁶).

É importante também perceber quantos são os trabalhadores de baixos salários. Desde a segunda metade da década de 1980, a incidência de trabalhadores de baixos salários variava em tornos dos 9%. A década de 1990 é marcada pela intensa incidência de trabalhadores a auferirem baixos salários, atingindo-se os 14,4%. Houve entretanto uma diminuição dessa incidência e no início do século XXI aquela proporção rondava os 12%.

A evolução registada no Gráfico 28 não pode deixar de merecer alguma reflexão adicional. A evolução do rácio RMMG/Limiar de baixos salários mostra que, se até 1988 auferir a RMMG era suficiente para que um trabalhador não fosse considerado de baixo salário, a partir desse ano o salário mínimo passa a corresponder claramente e de forma crescente a um nível de baixo salário.

²⁶ Rácio entre o salário mínimo e o salário mediano (OIT, 2010).

Quadro 20 - 'Shares' do ganho mensal por decis do ganho médio, Portugal, 1985-2009

	1º decil	2º decil	9º decil	10º decil
1985	4,14	5,78	14,67	23,96
1986	4,14	5,74	14,75	24,37
1987	4,24	5,64	14,87	24,62
1988	4,37	5,56	14,83	25,01
1989	4,43	5,46	14,67	25,75
1991	4,41	5,24	14,62	27,37
1992	4,25	5,05	14,67	28,69
1993	4,25	4,95	14,72	28,94
1994	4,24	4,90	14,79	29,46
1995	4,33	4,99	14,89	29,09
1996	4,36	4,98	14,80	29,48
1997	4,42	5,02	14,88	29,22
1998	4,42	5,05	14,93	29,09
1999	4,46	5,08	14,83	29,20
2000	4,42	5,07	15,02	29,13
2002	4,35	5,01	14,96	29,52
2003	4,31	4,97	14,98	29,78
2004	4,28	4,91	15,00	29,96
2005	4,25	4,88	15,02	30,13
2006	4,25	4,90	14,97	30,10
2007	4,30	4,94	14,99	29,83
2008	4,33	4,94	14,88	30,00
2009	4,43	4,98	14,89	29,83

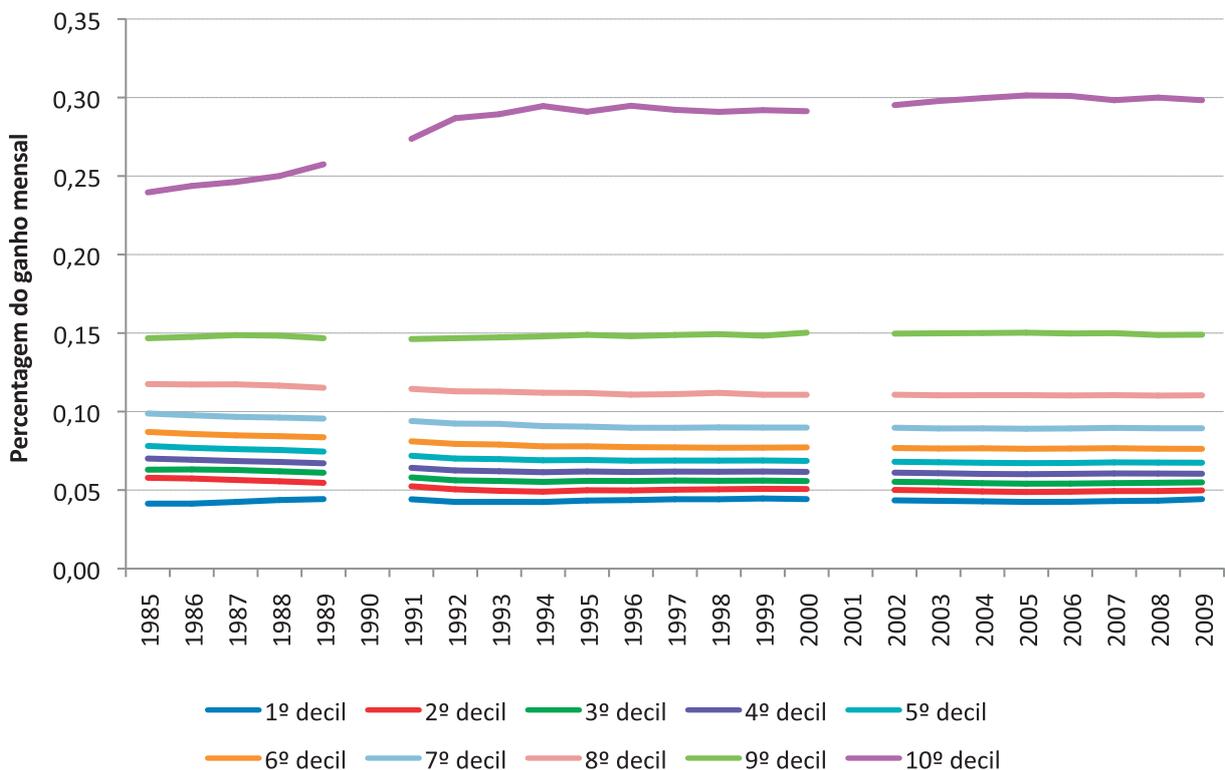
Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A partir da análise da distribuição do ganho mensal, é evidente a estagnação dos salários de todos os decis à excepção do 10º decil, ou seja, dos 10% de trabalhadores mais bem remunerados.

Verifica-se ainda que os trabalhadores de mais baixos salários (1º decil) auferiam, em 2009, em média, 458 euros, e que os trabalhadores de mais altos salários (10º decil) apresentavam um ganho salarial de 3085 euros, quase sete vezes superior ao dos primeiros e 4,2 vezes superior ao salário mediano.

Esta relação tem vindo a tornar-se cada vez mais desequilibrada, se compararmos com a situação verificada em 1985, quando os trabalhadores com mais altos salários auferiam, em média, 5,8 vezes mais do que os trabalhadores do 1º decil e 2,9 vezes mais que o ganho mensal mediano.

Gráfico 29 - ‘Shares’ do ganho mensal por decis do ganho médio, Portugal, 1985-2009

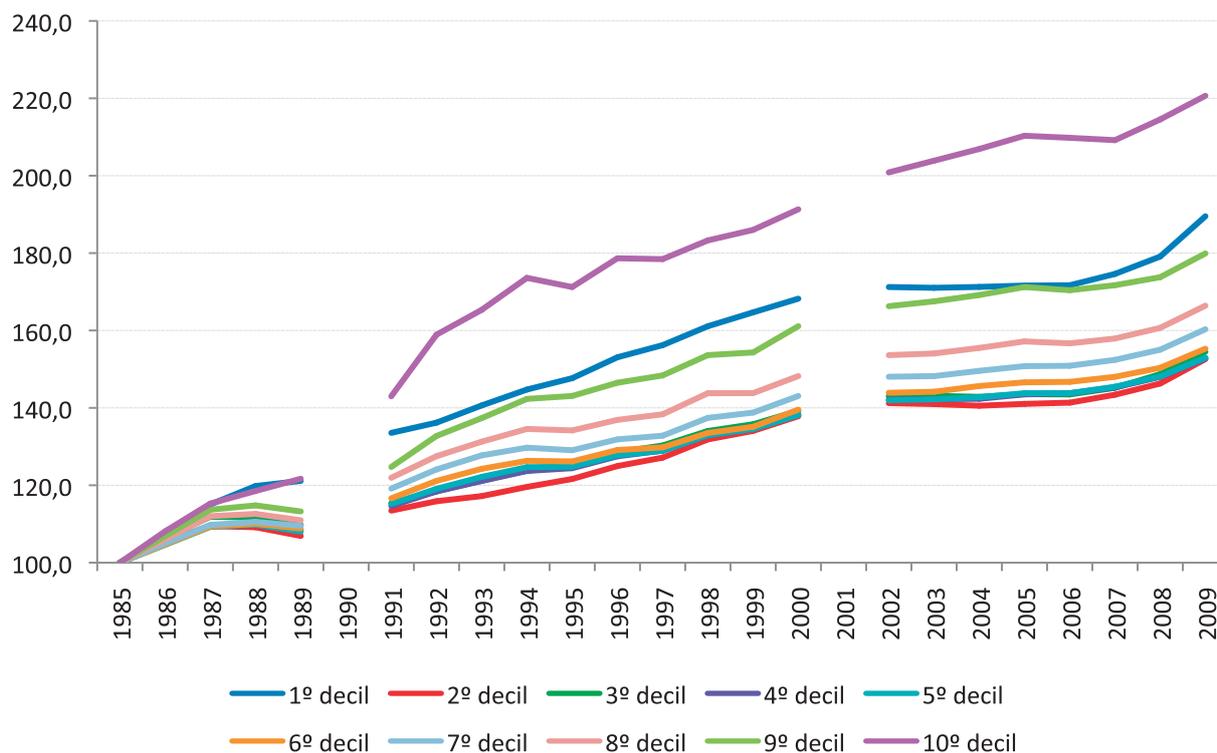


Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Se pelo Gráfico 29 ficamos com a noção da discrepância da distribuição salarial, especialmente entre o 10º decil e os restantes decis do ganho médio, no Gráfico 30 percebemos as suas evoluções relativamente à data inicial, 1985, onde todos os decis valem, por definição, 100.

Mais uma vez, é perceptível que a maior evolução salarial foi sentida pelos trabalhadores do 10º decil, mas observamos também que o segundo maior crescimento salarial foi nos trabalhadores do 1º decil.

Gráfico 30 – Evolução dos ‘shares’ do ganho mensal, Portugal, 1985-2009 (1985=100)



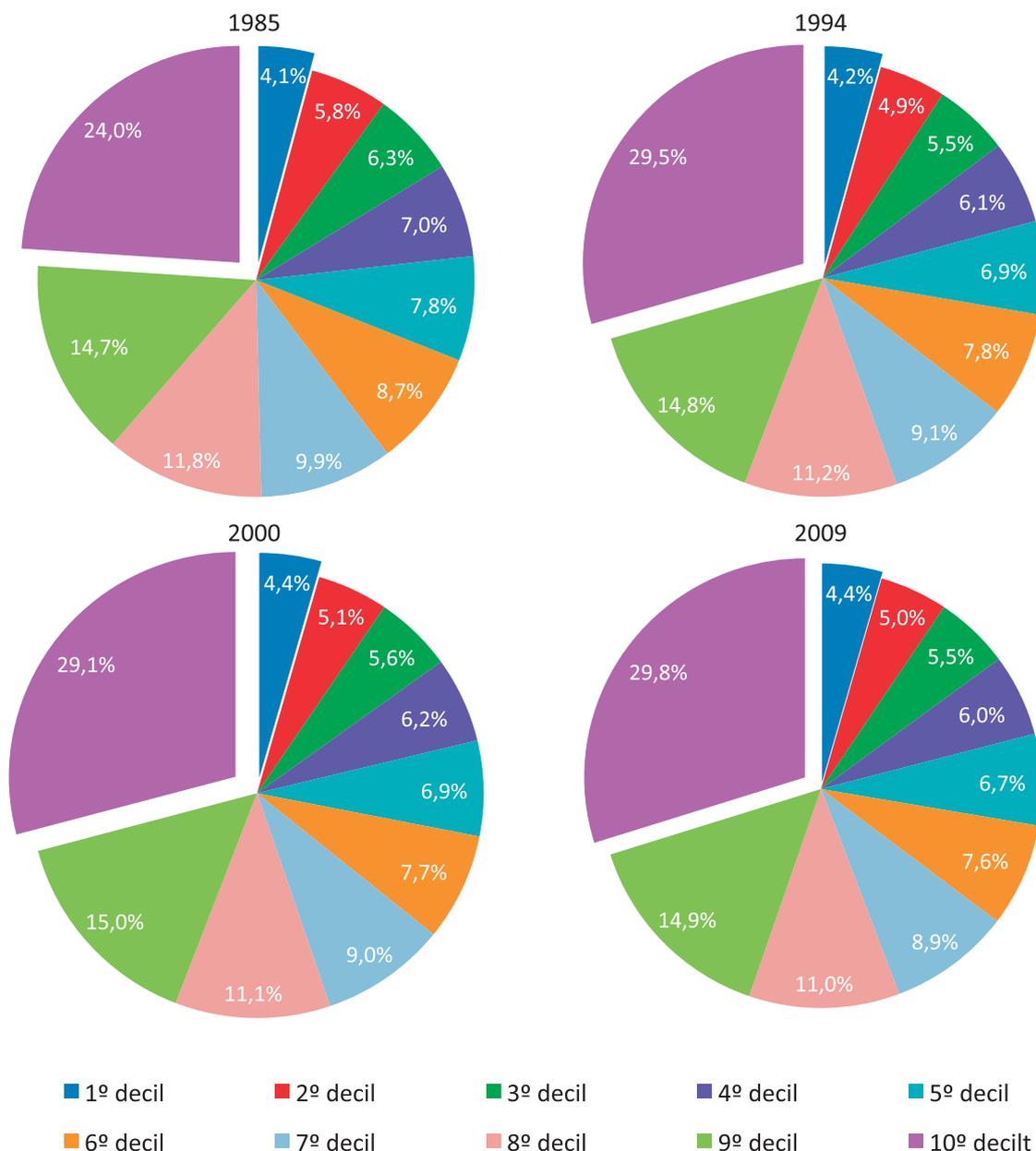
Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

As tendências verificadas podem ser confirmadas pela análise das alterações registadas nos diferentes decis da distribuição. Vamos particularizar a pesquisa aos seguintes anos: 1985, 1994, 2000 e 2009. Os anos intermédios (1994 e 2000) foram escolhidos por serem anos de inflexão, ou seja, conseguimos notar três fases distintas no comportamento da desigualdade salarial, ao longo do período em análise. Entre 1985 e 1994, regista-se um forte agravamento das desigualdades, entre 1994 e 2000 observa-se um decréscimo da desigualdade e entre 2000 e 2009 um período de alguma estagnação, existindo um momento de agravamento, até 2005, e um momento de melhoria até 2009, mas a um ritmo mais lento.

Os trabalhadores do 1º decil, ou seja, os 10% de trabalhadores mais mal remunerados, auferiam em 2009 cerca de 4,4% do total dos ganhos, enquanto os trabalhadores do 2º e 3º decis não auferiam em cada decil mais de 5,5%. Já os 10% de trabalhadores mais bem remunerados auferiam cerca de 30% da massa salarial, sendo este o grupo onde se observam as maiores diferenças desde o início da análise (com um ‘share’ no 10º decil, em 1985, de 24%).

Salienta-se, ainda, a redução da proporção do rendimento do 2º e 3º decis entre 1985 e 2009.

Gráfico 31 - 'Shares' do ganho médio mensal, Portugal, 1985, 1994, 2000 e 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985,1994,2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

O rácio S80/S20 é a proporção do ganho médio mensal total recebido pelos 20% da população de maiores remunerações (quintil superior) em relação à recebida pelos 20% na posição oposta (quintil inferior). O rácio S90/S10, menos usual, é semelhante e compara grupos posicionais ainda mais nos extremos da distribuição, ou seja, a proporção de ganho médio mensal total recebido pelos 10% da população de maiores salários em relação à recebida pelos 10% menos bem pagos.

Quadro 21 - Índice S80/S20 e S90/S10, Portugal, 1985-2009

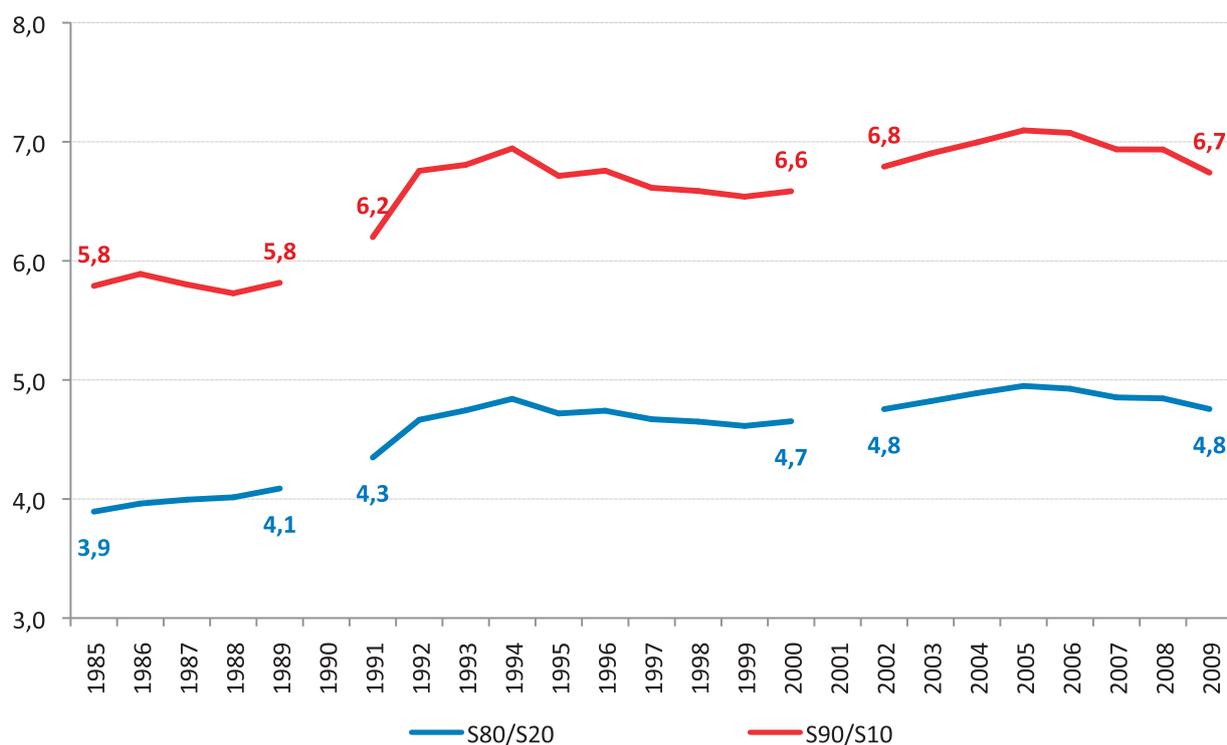
	S80/S20	S90/S10
1985	3,89	5,79
1986	3,96	5,89
1987	3,99	5,80
1988	4,01	5,73
1989	4,09	5,82
1991	4,35	6,20
1992	4,67	6,76
1993	4,74	6,81
1994	4,84	6,94
1995	4,72	6,71
1996	4,74	6,76
1997	4,67	6,61
1998	4,65	6,59
1999	4,61	6,54
2000	4,65	6,58
2002	4,75	6,79
2003	4,82	6,90
2004	4,89	7,00
2005	4,95	7,10
2006	4,93	7,08
2007	4,85	6,94
2008	4,85	6,94
2009	4,76	6,74

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

O aumento das desigualdades ao longo do período deve-se, essencialmente, ao aumento do ganho mensal dos trabalhadores do 10º decil. Nos anos em que se registou uma redução das desigualdades foi também fundamentalmente em consequência da diminuição dos salários mais altos.

Em 1985, o quinto da população respeitante aos indivíduos com remunerações mais altas ganhava 3,9 vezes mais que o quinto na posição inferior da distribuição. Essa foi a proporção mais baixa até 2009. Apesar do progresso na atenuação das diferenças entre 2005 e 2007, a manutenção no ano seguinte e um novo abrandamento entre 2008 e 2009, as disparidades salariais têm vindo a crescer desde o início do período em análise.

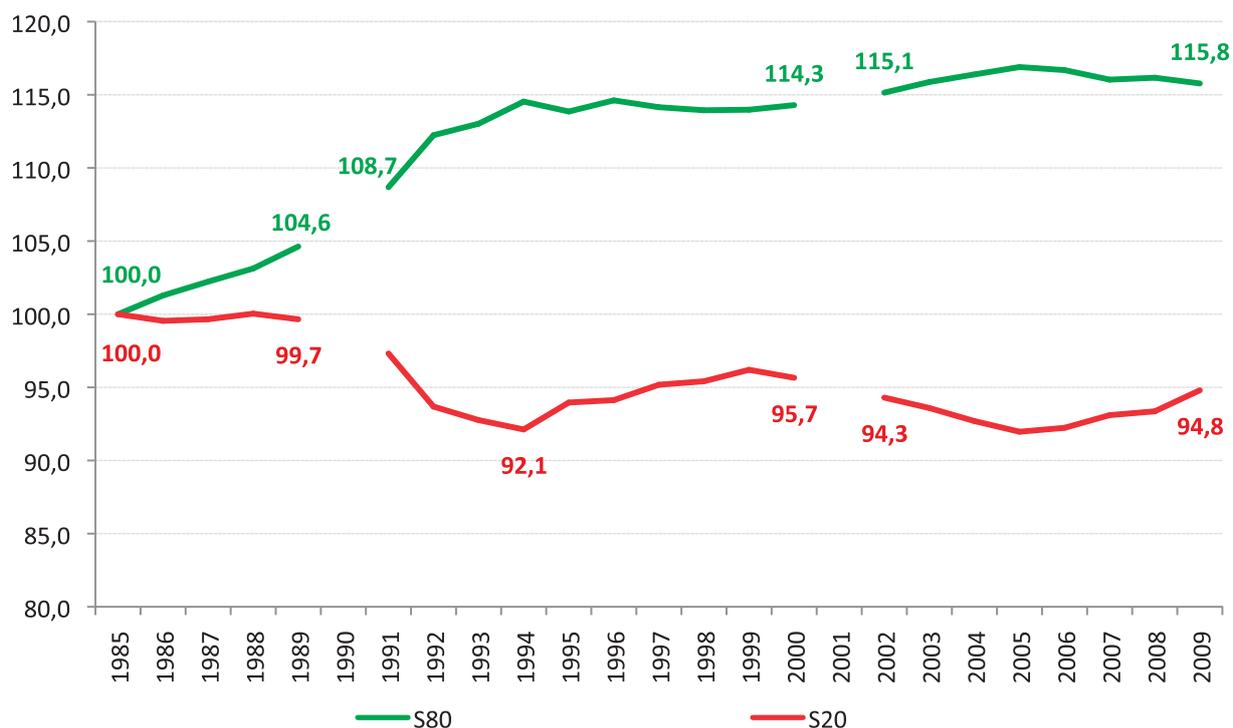
Gráfico 32 - Índice S80/S20 e S90/S10, Portugal, 1985-2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Para complementar esta análise, o próximo gráfico valida o que antes foi dito. É perceptível a redução dos salários dos trabalhadores do primeiro quintil, passando de 9,9%, em 1985, para 9,4%, em 2009, ao passo que o grupo de trabalhadores com maiores salários tem vindo a ganhar peso bastante significativo, passando de 38,6% para 44,7%.

Gráfico 33 – Evolução dos ‘shares’ S20 e S80, Portugal, 1985-2009 (1985=100)



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Outro tipo de indicador que nos permite avaliar as principais alterações ocorridas na desigualdade é o rácio de percentis.

Começamos por representar o rácio P99/P1, o rácio P95/P5 e o rácio P90/P10. Por exemplo, o rácio P99/P1 compara os ganhos dos indivíduos no percentil 99 e os do percentil 1, o P95/P5 os ganhos dos indivíduos no percentil 95 e com os do percentil 5 e o rácio P90/P10 compara os ganhos dos indivíduos no percentil 90 e os do percentil 10.

Quadro 22 - Índice P99/P10 , P95/P05 e P99/P01, Portugal, 1985-2009

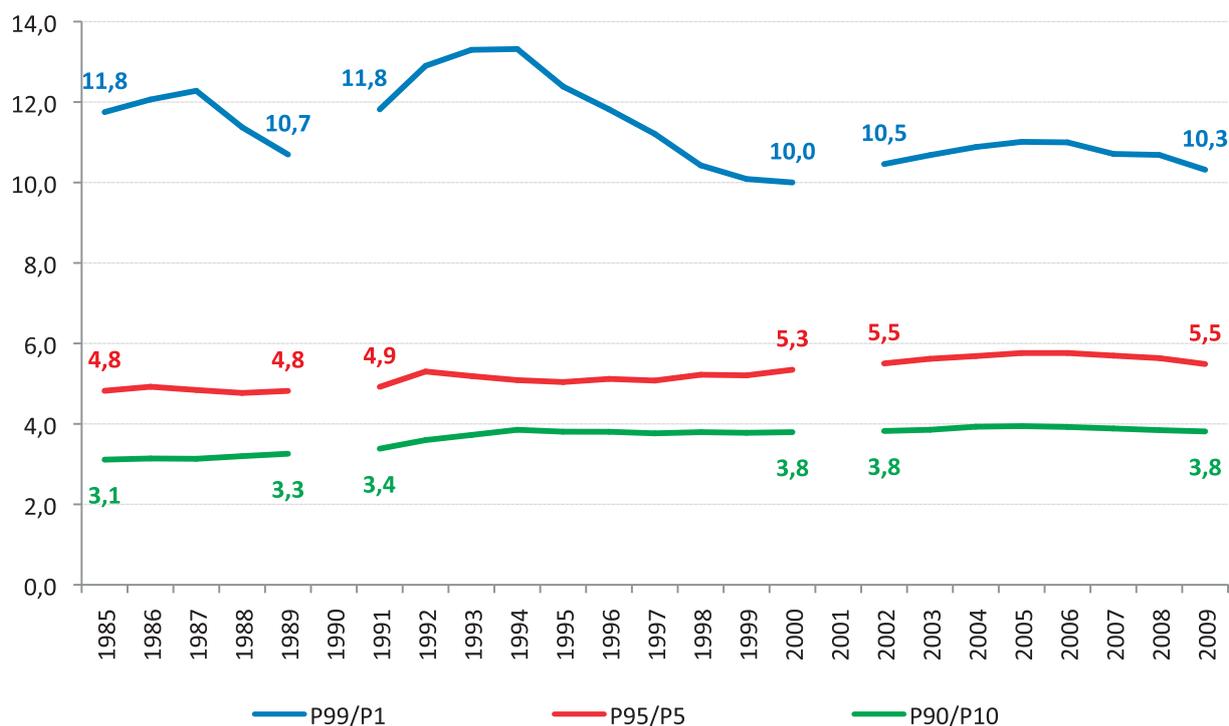
	P90/P10	P95/P05	P99/P01
1985	3,11	4,82	11,75
1986	3,14	4,92	12,06
1987	3,13	4,84	12,28
1988	3,20	4,77	11,37
1989	3,26	4,82	10,70
1991	3,38	4,92	11,82
1992	3,60	5,30	12,90
1993	3,72	5,19	13,30
1994	3,85	5,09	13,32
1995	3,81	5,04	12,39
1996	3,80	5,12	11,82
1997	3,77	5,08	11,21
1998	3,79	5,22	10,43
1999	3,78	5,21	10,09
2000	3,79	5,35	10,00
2002	3,82	5,50	10,46
2003	3,85	5,62	10,68
2004	3,93	5,69	10,88
2005	3,94	5,76	11,01
2006	3,92	5,76	11,00
2007	3,89	5,70	10,71
2008	3,84	5,63	10,69
2009	3,81	5,49	10,32

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Uma das ilações que retiramos da análise feita até ao momento é que as alterações na distribuição da massa salarial advêm principalmente do crescimento das remunerações dos trabalhadores do último decil.

É notório, de facto, esse crescimento, nomeadamente no índice P95/P5 e no P90/P10, mas com baixa intensidade. Pela representação gráfica do P99/P1 é possível percebermos o seu comportamento oscilatório, mas se compararmos os resultados de 1985 com os de 2009, percebemos que as diferenças entre os dois grupos diminuiram.

Gráfico 34 - Índice P99/P01 , P95/P05 e P90/P10, Portugal, 1985-2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Quando se analisa os extremos da população e os trabalhadores da parte central da distribuição, é evidente a aproximação entre os grupos dos trabalhadores com mais baixos salários e o grupo dos trabalhadores com salários medianos e o distanciamento entre o segmento dos trabalhadores com as maiores remunerações e o grupo dos trabalhadores com salários medianos.

Quadro 23 - Índice P50/P1, P50/P05, P50/P10, P90/P50, P95/P50 e P99/P50, Portugal 1985-2009

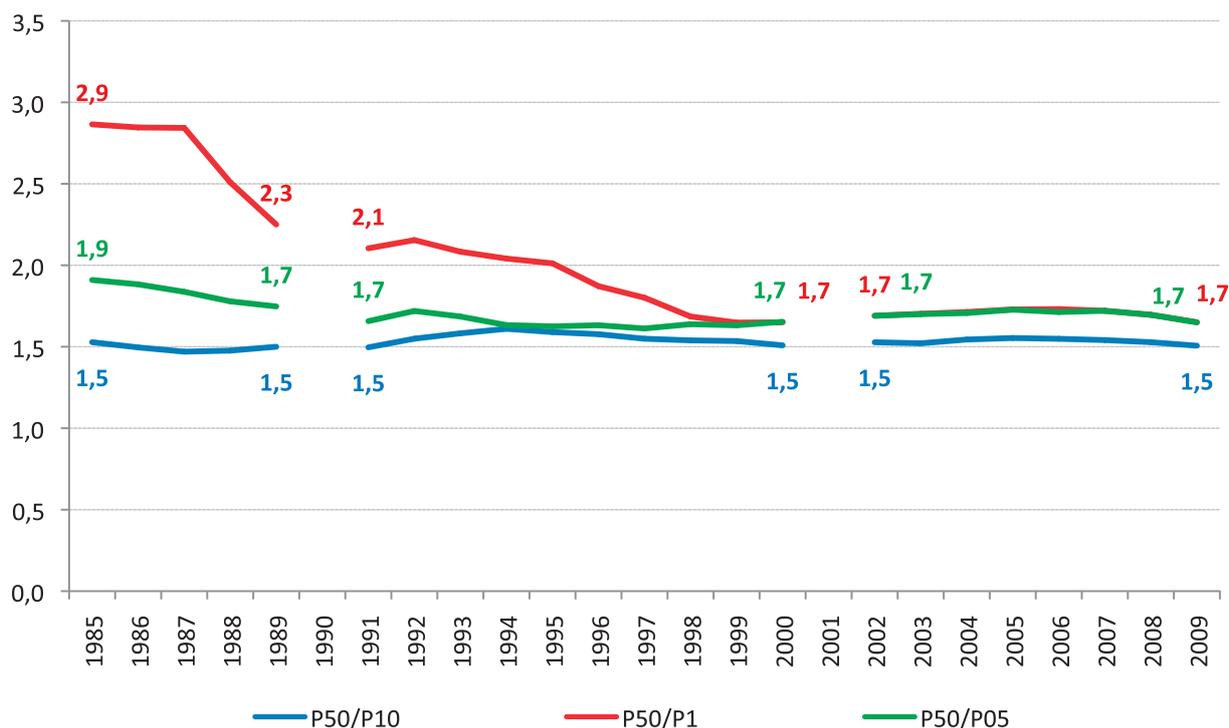
	P50/P01	P50/P05	P50/P10	P90/P50	P95/P50	P99/P50
1985	2,86	1,91	1,53	2,04	2,53	4,10
1986	2,85	1,88	1,50	2,10	2,62	4,24
1987	2,84	1,84	1,47	2,13	2,65	4,32
1988	2,51	1,78	1,48	2,17	2,70	4,53
1989	2,25	1,75	1,50	2,17	2,77	4,75
1991	2,10	1,66	1,50	2,26	3,01	5,62
1992	2,15	1,72	1,55	2,32	3,22	5,99
1993	2,08	1,69	1,58	2,35	3,22	6,38
1994	2,04	1,63	1,61	2,39	3,25	6,53
1995	2,01	1,63	1,59	2,39	3,24	6,16
1996	1,87	1,63	1,58	2,41	3,28	6,31
1997	1,80	1,61	1,55	2,43	3,28	6,22
1998	1,69	1,64	1,54	2,47	3,31	6,19
1999	1,65	1,63	1,53	2,46	3,32	6,12
2000	1,65	1,65	1,51	2,52	3,36	6,05
2002	1,69	1,69	1,53	2,50	3,39	6,18
2003	1,70	1,70	1,52	2,53	3,44	6,28
2004	1,71	1,71	1,54	2,54	3,46	6,35
2005	1,73	1,73	1,55	2,54	3,47	6,37
2006	1,73	1,71	1,55	2,53	3,48	6,35
2007	1,72	1,72	1,54	2,52	3,45	6,23
2008	1,70	1,70	1,53	2,52	3,46	6,30
2009	1,65	1,65	1,51	2,53	3,47	6,27

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

O próximo gráfico apresenta as medidas de desigualdade na primeira metade da distribuição dos ganhos, onde é claro o comportamento estável dos índices P50/P10 e P50/P5. Os resultados do primeiro índice, em 1985 e 2009, são idênticos, tendo nestes dois anos os trabalhadores do percentil 50 auferido 1,5 vezes mais que os trabalhadores do percentil 10. Já no caso do índice P50/P5 existe uma ligeira descida uma vez que em 1985, os trabalhadores do percentil 50 auferiam 1,9 vezes mais que os trabalhadores do percentil 5, e em 2009 os trabalhadores do percentil 50 auferiam 1,7 vezes mais que os trabalhadores do percentil 5.

Em contrapartida, verificou-se uma descida acentuada na diferença entre os trabalhadores do percentil 50 e os trabalhadores do 1º percentil, entre 1987 e 1998. Em 1985, os trabalhadores do percentil 50 ganhavam mais 2,9 vezes que os trabalhadores do percentil 1, mas vinte e cinco anos depois os trabalhadores do percentil 50 auferiam 1,7 vezes mais que os trabalhadores do percentil 1.

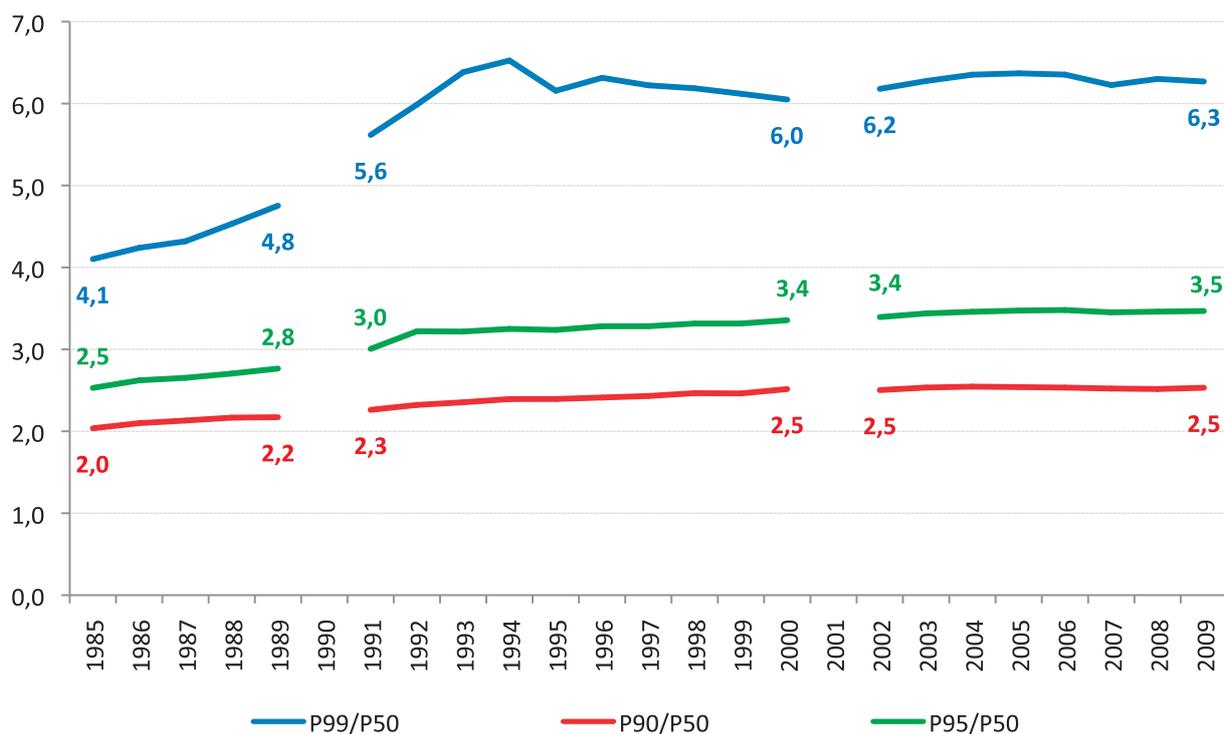
Gráfico 35 - Índice P50/P10 , P50/P05 e P50/P01, Portugal, 1985-2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

De acordo com os resultados dos três índices, P90/P50, P95/P50 e P99/P50, que analisam as diferenças entre os grupos posicionais do extremo superior da distribuição e o grupo posicional do meio da distribuição, o aumento das desigualdades é inequívoco. Há um crescimento acentuado, em particular entre 1985 e 1994, nomeadamente no índice P99/P50. Em 1985, os trabalhadores do percentil 99 ganhavam mais 4,1 vezes que os trabalhadores do percentil 50. Em 1994, ganhavam 6,5 vezes mais e em 2009, ganhavam quase 6,3 vezes mais.

Gráfico 36 - Índice P99/P50 , P95/P50 e P90/P50, Portugal, 1985-2009

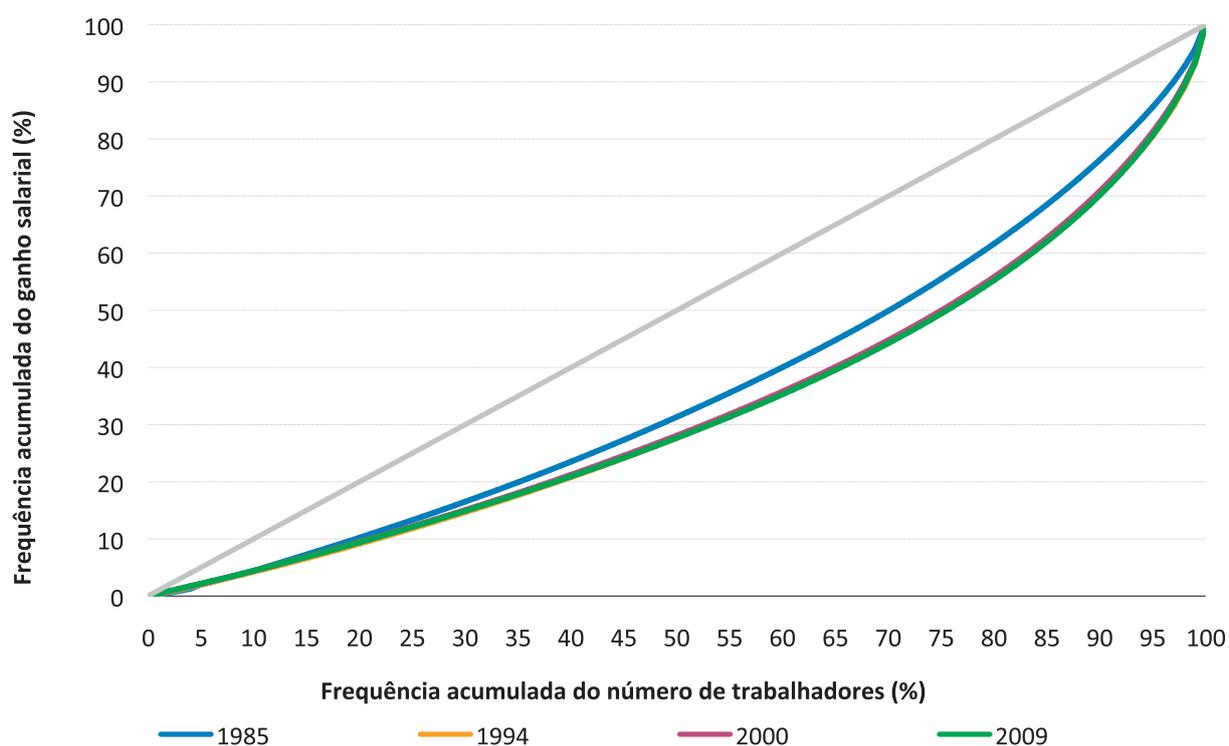


Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A ligação entre o agravamento da desigualdade e o comportamento dos ganhos mais elevados pode ser observado comparando as curvas de Lorenz da distribuição do ganho nesses dois anos.

As curvas de Lorenz situam-se muito próximas, nos anos de 1994, de 2000 e de 2009, traduzindo um fraco agravamento da desigualdade ocorrida entre esses anos. De acordo com a representação de 1985, é possível verificar o agravamento que houve entre esse ano e os outros anos representados, principalmente nos rendimentos mais elevados, contrariando o comportamento que se verificou com os rendimentos familiares. As alterações ocorridas na desigualdade familiar resultam essencialmente da melhoria registada no rendimento disponível das famílias e dos indivíduos de menores rendimentos. A evolução da desigualdade salarial, por seu lado, encontra-se predominantemente associada às transformações ocorridas nos rendimentos mais elevados.

Gráfico 37 - Curvas de Lorenz, Portugal, 1985, 1994, 2000 e 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985,1994,2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

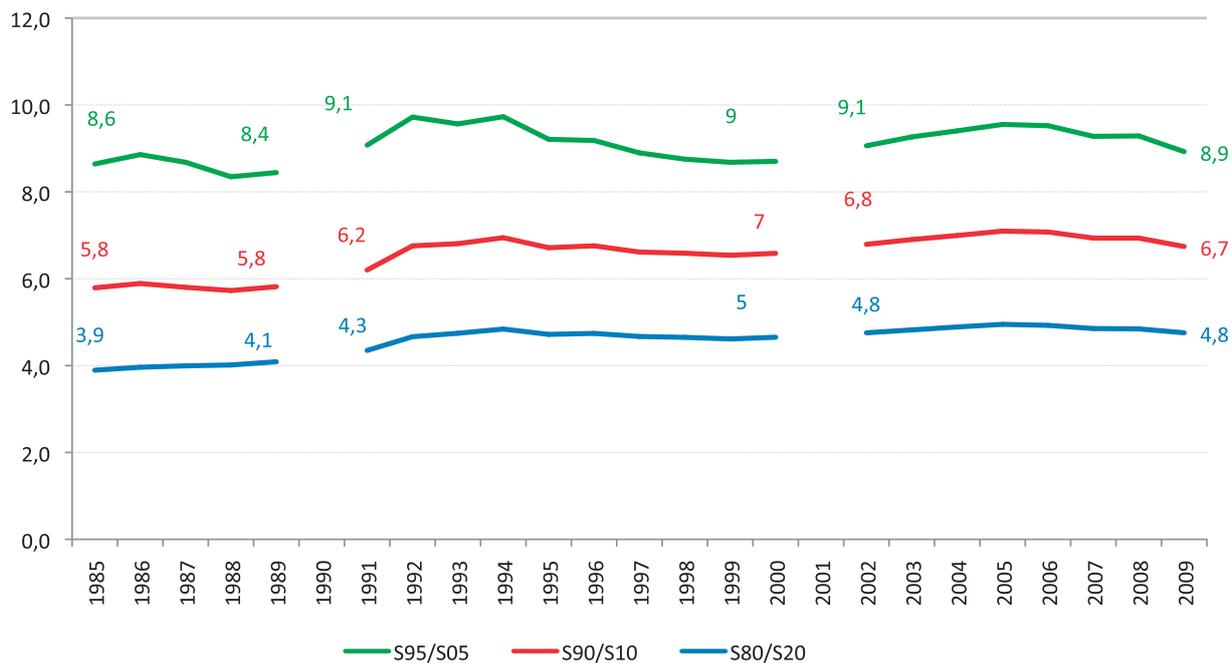
Para aprofundar a análise do comportamento mais recente da desigualdade salarial, procurar-se-á agora reflectir sobre os valores dos principais indicadores de desigualdade para o período 1985-2009. Ao contrário do ocorrido com os rendimentos familiares, a desigualdade salarial sobe ao longo do horizonte temporal considerado.

O Gráfico 38 apresenta os indicadores S_{80}/S_{20} , S_{90}/S_{10} e S_{95}/S_{05} para a distribuição do ganho mensal entre 1985 e 2009.

Neste gráfico a situação é substancialmente diferente da que ocorreu na desigualdade familiar já que, entre 1985 e 2009, todos os indicadores revelam um aumento da assimetria na distribuição do ganho.

No entanto, o comportamento dos vários indicadores não é o mesmo ao longo de todo o período considerado. É possível identificar três fases distintas na evolução da desigualdade salarial, ao longo do período em análise. Entre 1985 e 1994, regista-se um forte agravamento das desigualdades; entre 1994 e 2000, observa-se um decréscimo da desigualdade; e, de 2000 até 2009, um período de alguma estagnação, existindo um certo agravamento até 2005 e alguma melhoria até 2009, mas a um ritmo mais lento.

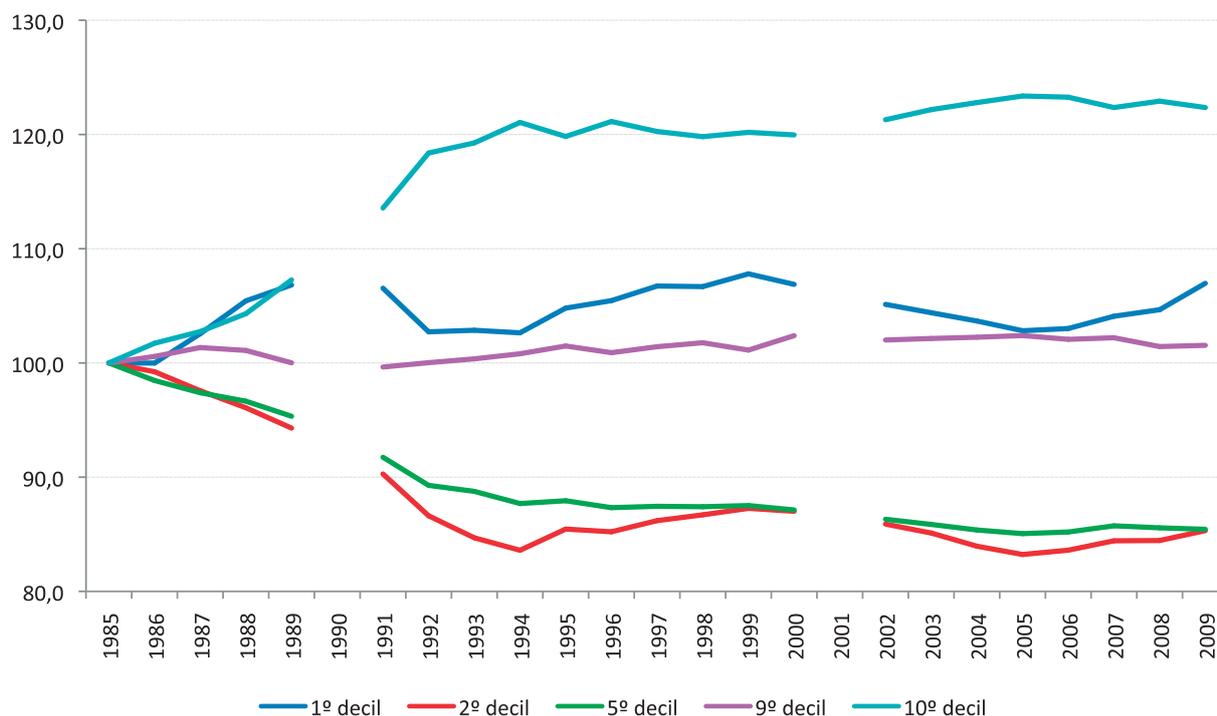
Gráfico 38 - S95/S05, S90/S10, S80/S20, Portugal, 1985-2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

De forma análoga ao que fizemos com os rendimentos familiares, podemos observar a evolução da proporção do ganho total recebida pelos vários decis da distribuição.

Gráfico 39 - Evolução dos 'shares' dos diferentes decis, Portugal, 1985-2009 (1985=100)



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A imagem que sobressai do gráfico anterior é, uma vez mais, a oposta da verificada com os rendimentos das famílias. O decil de maiores rendimentos vê o seu 'share' aumentar de seis pontos percentuais entre 1985 e 2009, passando de 24% para 30% do ganho total, um aumento superior a 25%. O segundo e o quinto decil regredem nitidamente em termos do respectivo 'share'. Os trabalhadores do primeiro decil registam um ganho mínimo (4,5%) ao longo do período.

Somente o décimo, o nono e o primeiro decil da distribuição apresenta ganhos do respectivo 'share' entre 1985 e 2009. Os restantes decis da distribuição vêm a sua quota-parte no ganho total decrescer.

Se, para garantir a comparabilidade com a análise dos rendimentos familiares, restringíssemos o estudo ao período 1993 a 2009, o padrão de evolução dos vários decis não se alterava, evidenciando os mesmos "ganhadores" e "perdedores", embora a amplitude das alterações fosse muito inferior.

A subida da desigualdade salarial parece, assim, claramente associada a um aumento progressivo da quota do ganho total auferida pelos indivíduos de maior nível salarial.

O Quadro 24 e o gráfico subsequente possibilitam analisar o comportamento dos diferentes índices de desigualdade ao longo do período 1985-2009. O índice de Gini registou um agra-

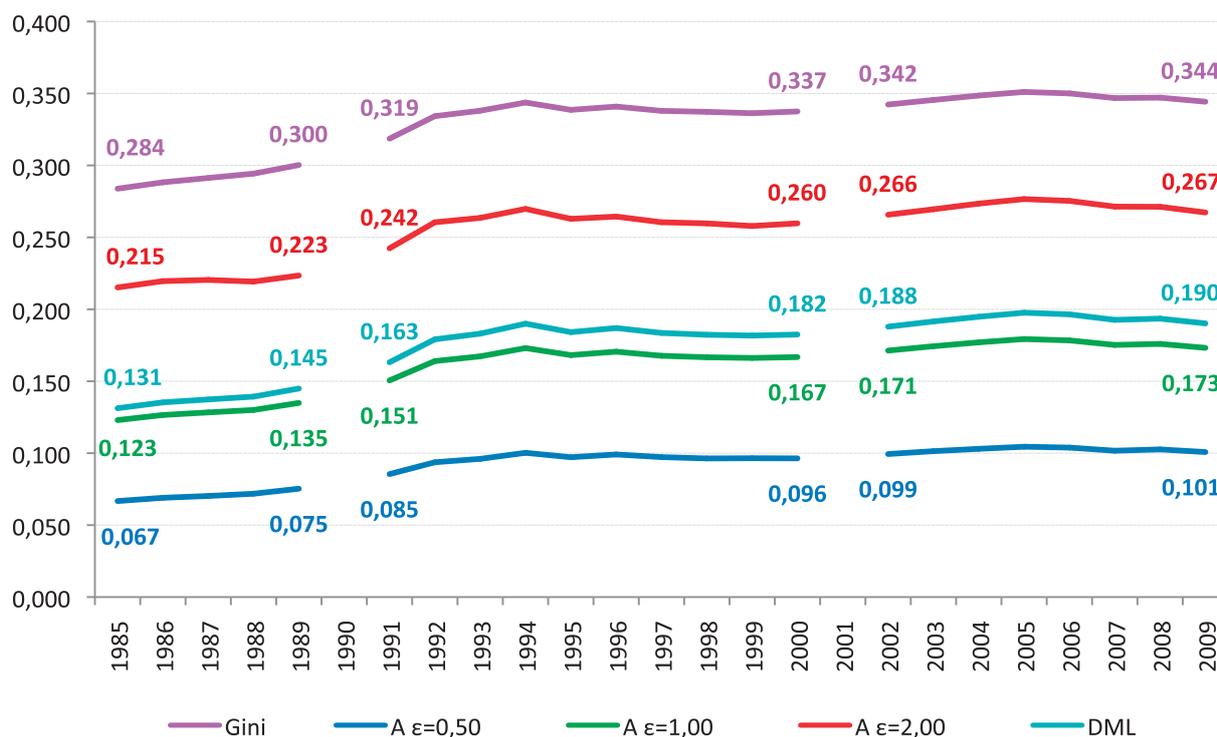
vamento da desigualdade salarial dos trabalhadores por conta de outrem. Em 2003, o índice de Gini ultrapassa o pico mais alto desde o início da série, que se verificou em 1994 (0,344). Foi em 2005, contudo, que se registou o valor mais alto de todo o período em análise, sendo este valor igual a 0,351. Desde esse ano que este indicador traduz uma melhoria, invertendo assim a tendência de agravamento anterior, que se vinha a registar desde 1999.

Quadro 24 - Índices de desigualdade salarial, Portugal, 1985-2009

	I.Gini	I. Atkinson $\epsilon=0,5$	I. Atkinson $\epsilon=1,0$	I. Atkinson $\epsilon=2,0$	DML
1985	0,284	0,067	0,123	0,215	0,131
1986	0,288	0,069	0,127	0,220	0,135
1987	0,291	0,070	0,128	0,220	0,137
1988	0,294	0,072	0,130	0,219	0,139
1989	0,300	0,075	0,135	0,223	0,145
1991	0,319	0,085	0,151	0,242	0,163
1992	0,334	0,094	0,164	0,260	0,179
1993	0,338	0,096	0,167	0,264	0,183
1994	0,344	0,100	0,173	0,270	0,190
1995	0,339	0,097	0,168	0,263	0,184
1996	0,341	0,099	0,171	0,264	0,187
1997	0,338	0,097	0,168	0,260	0,184
1998	0,337	0,096	0,167	0,260	0,182
1999	0,336	0,096	0,166	0,258	0,182
2000	0,338	0,096	0,167	0,260	0,183
2002	0,342	0,099	0,171	0,266	0,188
2003	0,346	0,101	0,174	0,270	0,192
2004	0,349	0,103	0,177	0,274	0,195
2005	0,351	0,105	0,179	0,277	0,198
2006	0,350	0,104	0,179	0,276	0,197
2007	0,347	0,102	0,175	0,271	0,193
2008	0,347	0,102	0,176	0,271	0,194
2009	0,344	0,101	0,173	0,267	0,190

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Gráfico 40 - Índice de Atkinson, Gini e DML, Portugal, 1985-2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Três movimentos podem ser identificados através da leitura do gráfico anterior, onde estão representados os vários indicadores de desigualdade. Na segunda metade da década de 80 e na primeira da década de 1990, verificou-se um aumento da assimetria salarial, seguindo-se uma redução até ao início do século XXI. No entanto, entre 2000 e 2005, a maioria dos indicadores de desigualdade evidenciaram um agravamento contínuo da situação de desigualdade salarial, nomeadamente entre os trabalhadores de mais baixos e de mais altos salários. Nos dois anos seguintes, houve uma redução da desigualdade salarial, em 2008 observa-se um aumento dos índices de desigualdade, mas em 2009 volta-se a verificar a tendência decrescente dos anos anteriores. O agravamento identificado em 2008 surge essencialmente associado ao aumento dos rendimentos mais elevados.

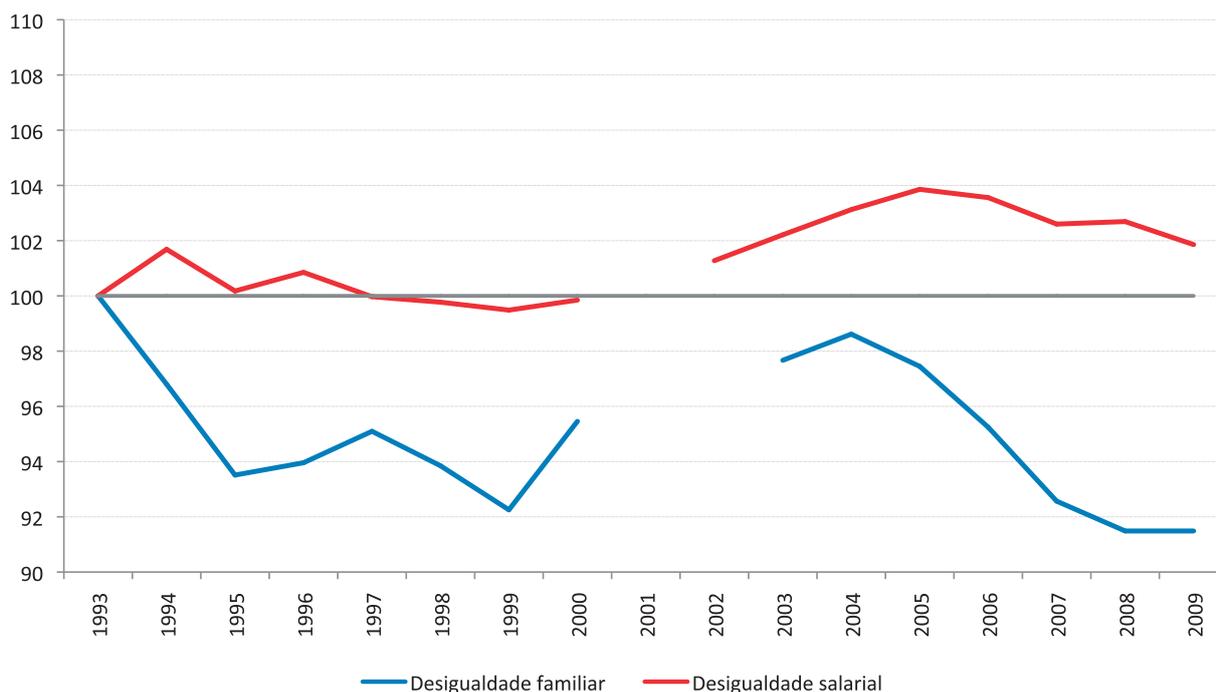
Quanto ao Índice de Atkinson com $\epsilon=0,5$, este tem um incremento de quase 54%, desde 1985. Este índice é, entre os índices considerados neste estudo, o mais sensível a alterações ocorridas nos rendimentos mais elevados. O facto de ser precisamente este índice a reportar maior crescimento percentual permite desde já uma primeira associação entre o agravamento da desigualdade e as variações das remunerações mais elevadas.

Em suma, entre 1985 e 2009, as medidas de desigualdade mais sensíveis ao extremo inferior da distribuição (Atkinson com $\epsilon=2,0$ e DML) evidenciam um agravamento da desigualdade também para os indivíduos com mais baixos salários.

De modo geral, os indicadores de desigualdade permitem verificar que as alterações da desigualdade salarial não foram idênticas, ao longo dos anos considerados. Entre 1985 e 1994 os índices registam um forte agravamento das desigualdades, entre 1994 e 1999, todos os índices assinalam um ligeiro decréscimo da desigualdade, seguindo-se, entre 2000 e 2005, um período de agravamento da desigualdade que eliminou todos os ganhos ocorridos no período anterior. Após 2005, os vários índices retomam a tendência descendente, embora a ritmo mais lento.

A comparação entre a evolução da desigualdade familiar e a desigualdade salarial, ao longo do período 1993-2009, é aprofundada no Gráfico 41. Neste gráfico confronta-se a evolução do índice de Gini calculado a partir dos inquéritos às famílias e dos Quadros de Pessoal tomando como referência os valores de 1993.

Gráfico 41 – Evolução do índice de Gini, Portugal, 1985-2009 (1993=100)



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

O comportamento evolutivo dos dois índices de Gini é claramente diferente. A desigualdade familiar apresenta uma significativa redução ao longo do período 1993-2009, enquanto a desigualdade salarial evidencia um agravamento no decorrer do mesmo horizonte temporal.

3.3 Evolução dos rendimentos mais elevados

Vimos nos pontos anteriores que as alterações nos rendimentos mais elevados têm constituído um factor determinante da evolução da desigualdade familiar e, em particular, da desigualdade salarial. Os estudos mais tradicionais acerca da desigualdade baseados nos inquéritos às famílias dificilmente captam toda a dimensão das alterações ocorridas entre os rendimentos mais elevados, na medida em que a sua dimensão amostral raramente permite observar o que ocorre para lá do último decil ou do vigésimo vintil da distribuição.

Apesar dessa limitação, nos últimos anos desenvolveram-se vários estudos a nível europeu e internacional tentando precisamente descortinar o que acontece nos rendimentos mais elevados, aqueles que estão para lá do percentil 90, com base em fontes de informação estatística alternativas. A publicação por Atkinson, em 2007, da obra “Top Incomes over the Twentieth Century: A Contrast between European and English-Speaking Countries” veio chamar a atenção dos investigadores para a importância desta área de investigação e constituiu um marco determinante no impulsionar deste tipo de estudos.

Em 2008, utilizando metodologias similares às propostas por Atkinson, Facundo Alvaredo procedeu a uma análise exaustiva dos rendimentos mais elevados em Portugal com base na informação administrativa dos impostos sobre os rendimentos e dos Quadros de Pessoal. A primeira parte deste ponto assenta nos dados publicados por Alvaredo. Na segunda parte, e seguindo a sua metodologia de análise, reformulamos e actualizamos os resultados por ele obtidos a partir dos Quadros de Pessoal.

O Quadro 25 apresenta a proporção do rendimento auferida pelas 10%, 5%, 1%, 0,5%, 0,1% e 0,01% unidades fiscais de maiores rendimentos em Portugal no período compreendido entre 1976 e 2003.

Quadro 25 - 'Shares' dos rendimentos fiscais mais elevados, Portugal, 1976-2003

	10% mais ricos	5% mais ricos	1% mais ricos	0,5% mais ricos	0,1% mais ricos	0,01% mais ricos
1976	31,71	21,12	7,89	5,04	1,30	0,38
1977	26,84	17,46	6,40	4,04	1,30	0,30
1978	24,93	16,27	5,77	3,58	1,15	0,36
1979	20,32	13,28	4,52	2,76	0,78	
1980	18,77	12,49	4,32	2,65	0,81	
1981	18,84	12,10	3,97	2,40	0,73	
1982	20,99	14,32	4,79	2,86	0,73	
1989	30,20	19,89	6,84	4,29	1,53	0,45
1990	31,19	20,70	7,21	4,52	1,60	0,45
1991	32,43	21,59	7,46	4,62	1,55	0,40
1992	33,15	22,11	7,58	4,66	1,53	0,35
1993	34,68	23,26	8,06	4,96	1,64	0,37
1994	35,02	23,51	8,19	5,08	1,69	0,37
1995	35,38	23,84	8,41	5,26	1,79	0,39
1996	35,07	23,71	8,45	5,33	1,84	0,41
1997	35,76	24,27	8,78	5,57	1,97	0,45
1998	35,45	24,09	8,78	5,59	1,98	0,45
1999	36,18	24,71	9,23	5,98	2,23	0,54
2000	36,13	24,58	9,09	5,85	2,10	0,49
2001	37,84	25,80	9,65	6,35	2,43	0,62
2002	36,77	24,87	8,97	5,74	2,05	0,47
2003	36,41	24,69	9,13	5,93	2,26	0,68

Fonte: Alvaredo, F. (2008)

A observação dos resultados constantes do quadro anterior é deveras significativa. Ao longo do período considerado a proporção dos rendimentos auferida pelo último decil subiu mais de quatro pontos percentuais, passando de 31,7% em 1976 para 36,4% em 2003. Comportamento semelhante ocorre em todos os outros segmentos da parte superior da distribuição analisados.

Este acréscimo da proporção do rendimento auferida pelos indivíduos de maior rendimento não é, porém, homogéneo. Quanto mais subimos na escala dos rendimentos, maior é o crescimento do respectivo 'share', como surge evidenciado no Quadro 22 onde se apresentam as respectivas taxas de crescimento.

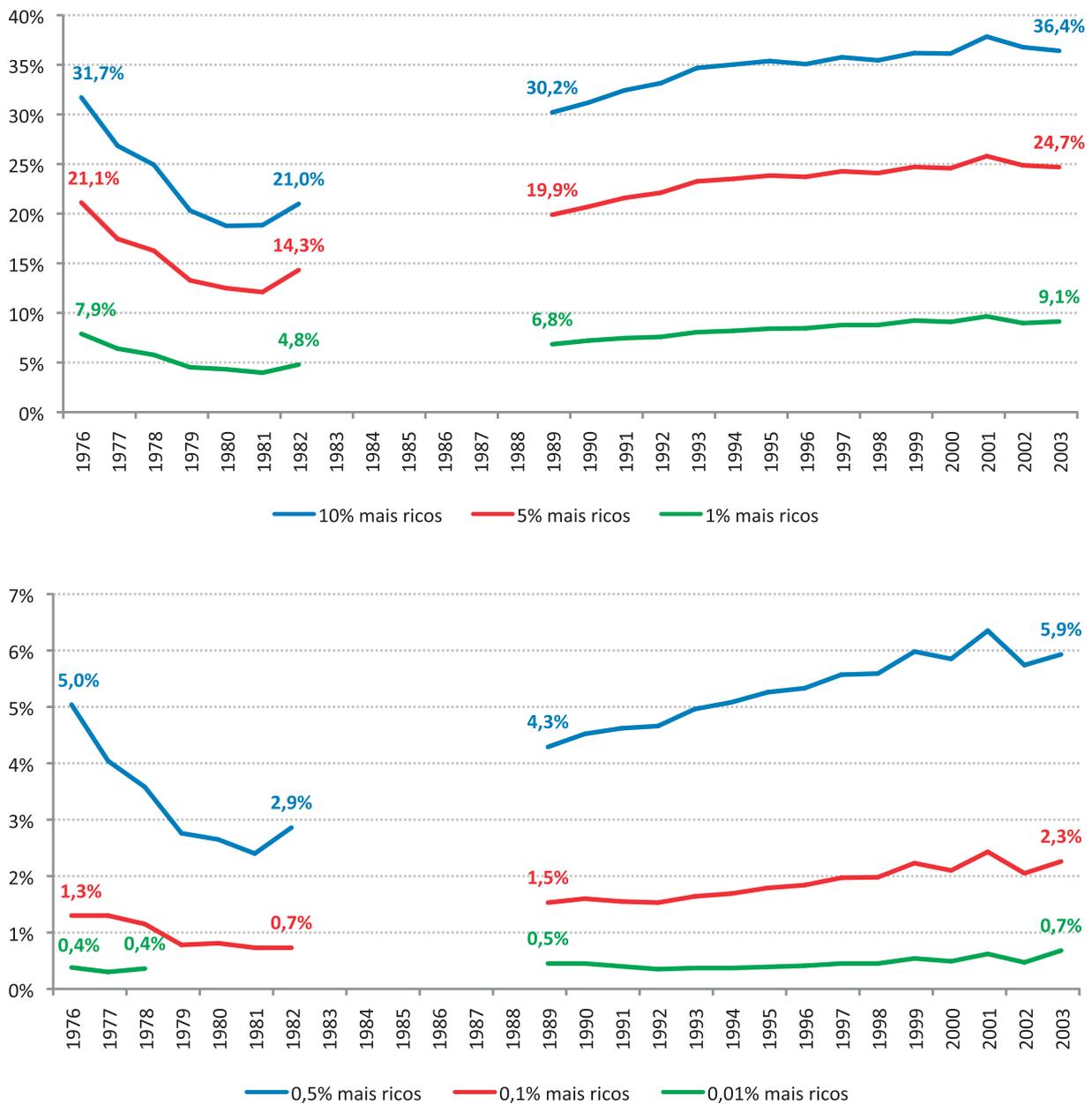
Quadro 26 - Taxa de crescimento dos 'shares' dos rendimentos fiscais mais elevados, Portugal, 1976-2003

	10% mais ricos	5% mais ricos	1% mais ricos	0,5% mais ricos	0,1% mais ricos	0,01% mais ricos
1976 - 2003	20,6%	24,1%	33,5%	38,2%	47,7%	51,1%

Fonte: Alvaredo, F. (2008)

O Gráfico 42 permite observar com mais detalhe o percurso de crescimento dos vários 'shares' deste escalão de rendimento. Possibilita igualmente ilustrar que esse percurso ascendente começa no início dos anos 80, após uma descida acentuada nos últimos anos da década de 1970, e que se mantém praticamente inalterado até aos nossos dias.

Gráfico 42 - 'Shares' dos rendimentos fiscais mais elevados, Portugal, 1976- 2003



Fonte: Alvaredo, F. (2008)

Nota: valores obtidos a partir das receitas fiscais

Aplicando a mesma grelha de análise aos dados do ganho dos trabalhadores a tempo completo e com remuneração completa registados nos QP, construímos o Quadro 27.

Quadro 27 - 'Shares' do ganhos salariais mais elevados, Portugal, 1985- 2009

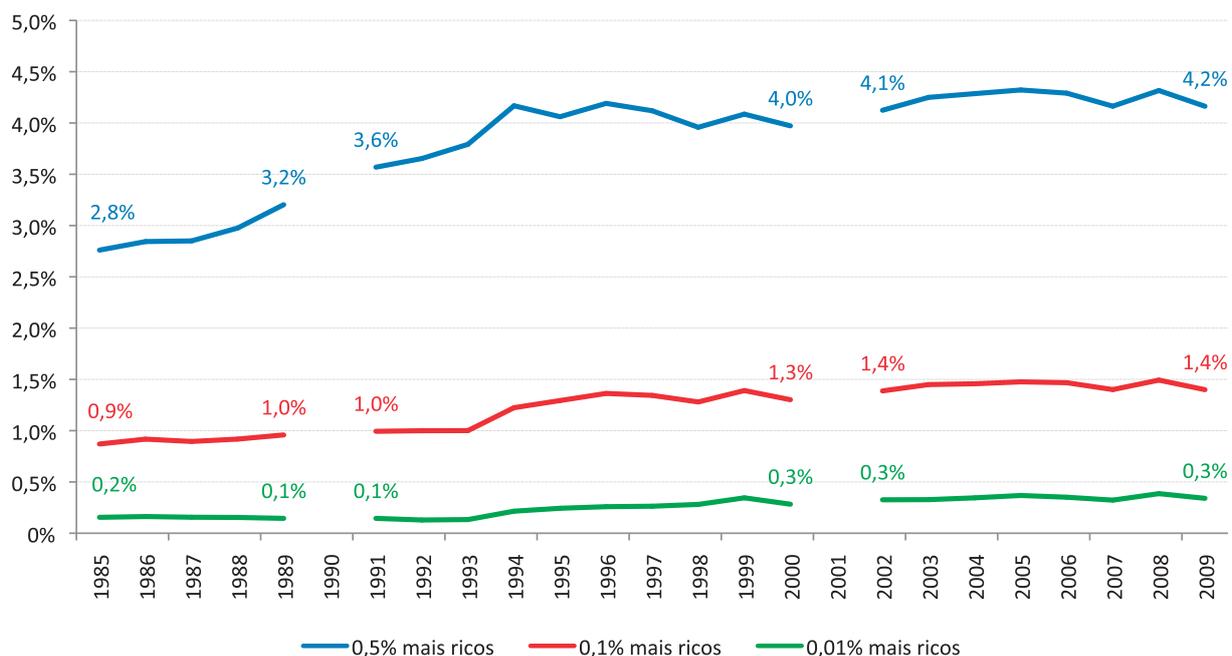
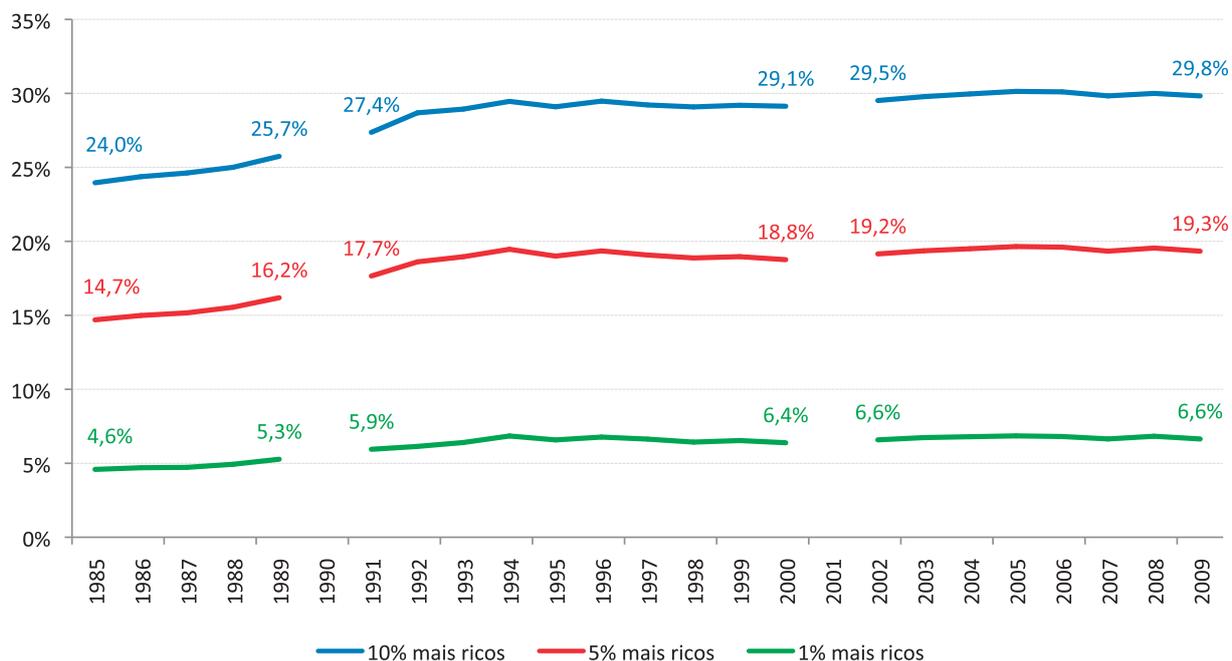
	10% mais ricos	5% mais ricos	1% mais ricos	0,5% mais ricos	0,1% mais ricos	0,01% mais ricos
1985	23,96	14,70	4,59	2,76	0,87	0,15
1986	24,37	14,99	4,70	2,84	0,92	0,16
1987	24,62	15,17	4,73	2,85	0,89	0,16
1988	25,01	15,55	4,93	2,98	0,92	0,15
1989	25,75	16,19	5,27	3,20	0,96	0,14
1991	27,37	17,66	5,95	3,57	0,99	0,14
1992	28,69	18,61	6,14	3,65	1,00	0,13
1993	28,94	18,96	6,40	3,79	1,00	0,13
1994	29,46	19,46	6,84	4,17	1,22	0,21
1995	29,10	19,00	6,58	4,06	1,29	0,24
1996	29,48	19,35	6,77	4,19	1,36	0,26
1997	29,22	19,07	6,63	4,12	1,34	0,26
1998	29,09	18,88	6,43	3,96	1,28	0,28
1999	29,20	18,97	6,54	4,09	1,39	0,35
2000	29,13	18,76	6,39	3,97	1,30	0,28
2002	29,52	19,15	6,58	4,12	1,39	0,33
2003	29,78	19,36	6,74	4,25	1,45	0,33
2004	29,96	19,50	6,79	4,29	1,46	0,34
2005	30,13	19,65	6,85	4,32	1,48	0,37
2006	30,10	19,61	6,81	4,29	1,47	0,35
2007	29,83	19,34	6,64	4,16	1,40	0,32
2008	30,00	19,55	6,83	4,32	1,49	0,39
2009	29,83	19,33	6,64	4,16	1,40	0,34

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Os dados dos rendimentos salariais mais elevados não diferem substancialmente dos registados para os rendimentos fiscais desde o início dos anos 80. Existe um crescimento continuado da proporção do ganho total auferido pelos trabalhadores de maiores salários e esse crescimento é tanto mais significativo quanto mais alto esses trabalhadores se encontram na escala salarial. O crescimento do 'share' do ganho do 10º decil é de cerca de 25%, passando de 24,0% para 30,0%, mas os 0,01% de maiores salários vêm a sua quota-parte do ganho total mais do que duplicar.

O Gráfico 43 confirma o padrão de crescimento sustentado da proporção do ganho total detida pelos trabalhadores de salários mais elevados.

Gráfico 43 - 'shares' dos salários mais elevados, Portugal, 1985- 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A observação efectuada neste ponto do nosso trabalho necessita de um aprofundamento adicional para confirmar e explicar as principais alterações ocorridas na parte superior da distribuição dos rendimentos em Portugal. A utilização da informação das estatísticas fiscais revela-se aqui ainda mais essencial. Apesar do carácter muito preliminar da análise efectuada, as pistas que esta sugere são, simultaneamente, promissoras quanto a um conhecimento

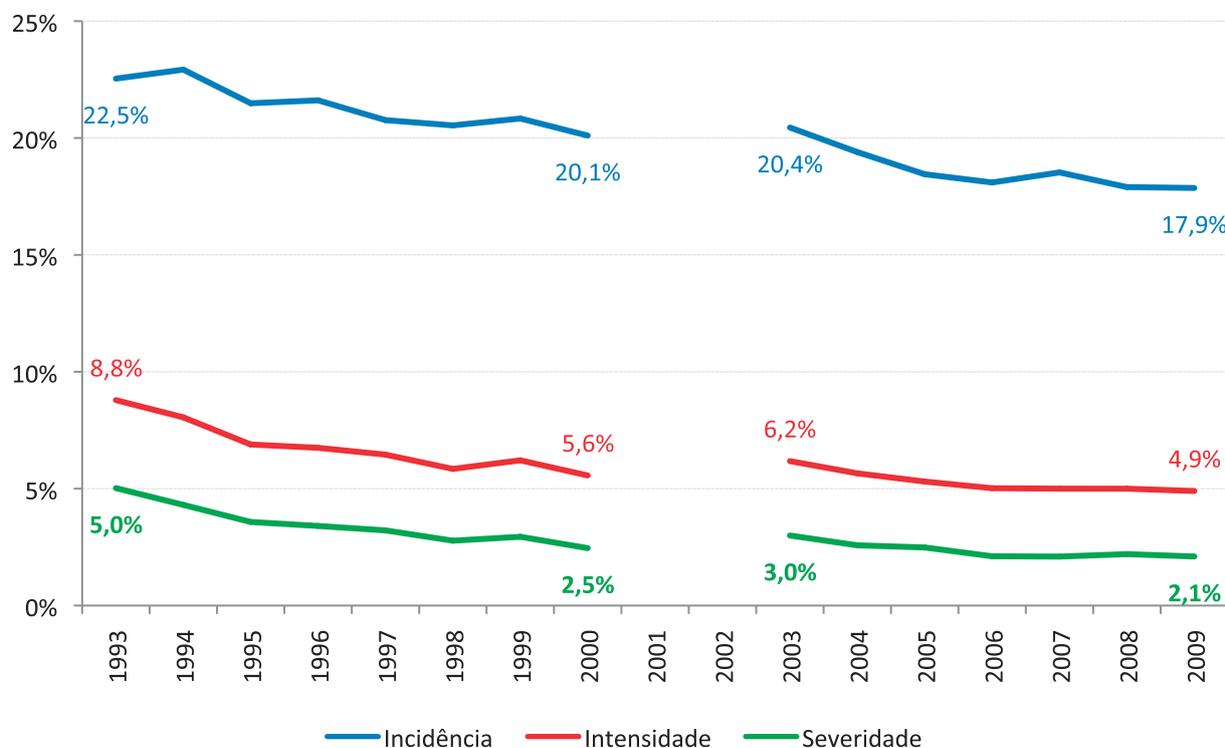
mais aprofundado das desigualdades e preocupantes quanto ao nível de disparidades que efectivamente existem na nossa sociedade.

3.4 Evolução da pobreza monetária

As alterações ocorridas na desigualdade não são dissociáveis das transformações ocorridas nos indicadores de pobreza e no próprio bem-estar da população.

O Gráfico 44 apresenta os indicadores correspondentes à incidência, à intensidade e à severidade da pobreza ao longo do período 1993-2009. Como seria expectável, dado o papel preponderante que os rendimentos mais baixos desempenharam nas alterações do nível de desigualdade familiar, o padrão seguido pela evolução dos principais indicadores de pobreza é muito próximo do seguido pelo da desigualdade do rendimento equivalente. No entanto, na medida em que os indicadores de pobreza somente de forma marginal são afectados pelos rendimentos mais elevados, a redução da pobreza ocorrida é mais significativa do que a registada no caso da desigualdade.

Gráfico 44 - Índices de pobreza monetária, Portugal, 1993-2009

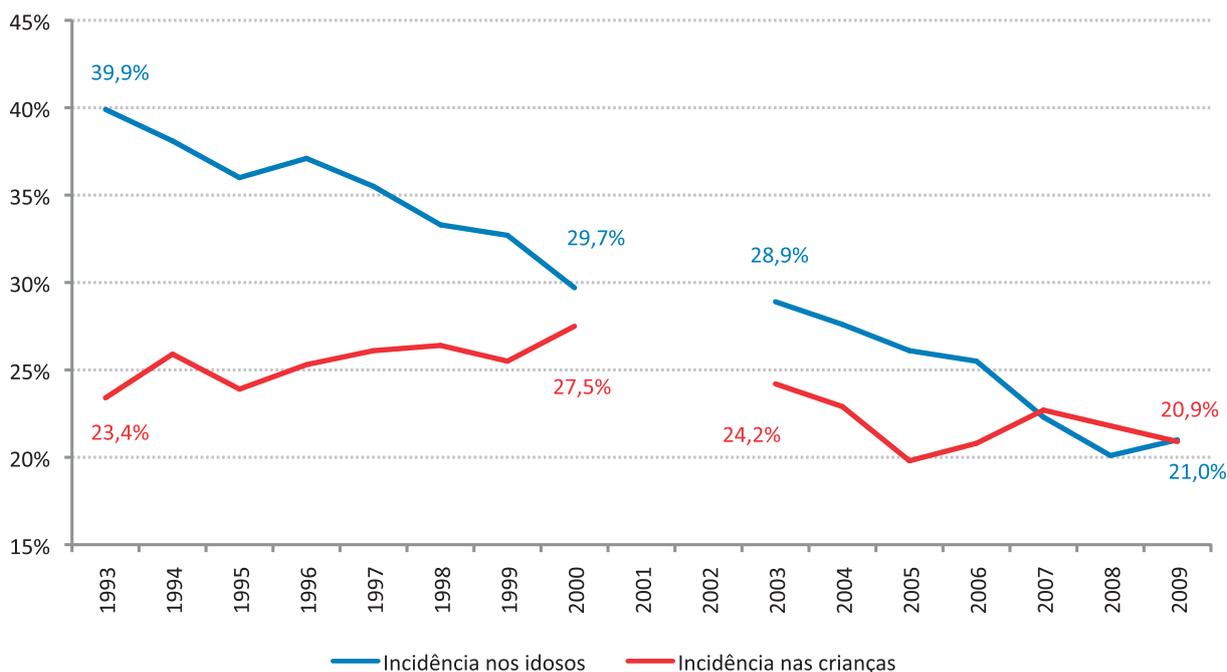


Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A taxa de pobreza regista uma diminuição de 4,7 pontos percentuais, passando de 22,5% da população em 1993 para 17,9% em 2009, a intensidade da pobreza reduz-se em cerca de 44% e a severidade da pobreza assume em 2009 um valor que é menos de metade do registado em 1993. A implementação de medidas de política social especialmente dirigidas à população em maior precariedade como o Rendimento Social de Inserção ou o Complemento Solidário para Idosos ocorrida ao longo deste período não é certamente alheia à significativa redução das várias dimensões da pobreza e, em particular, à diminuição da intensidade e severidade da pobreza.

Particularmente significativa é a evolução da taxa de pobreza dos idosos em Portugal que, num período de 15 anos, se reduziu de cerca de 40% em 1993 para 21% em 2009. Infelizmente, redução semelhante não ocorreu com a pobreza infantil, que permanece bastante elevada como mostra o gráfico seguinte.

Gráfico 45 - Incidência de pobreza nos idosos e nas crianças, Portugal, 1993-2009



Fonte: INE, PEADP 1994-2001 /ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Pode-se questionar se estes resultados não estão dependentes da linha de pobreza utilizada para tipificar e quantificar o fenómeno da pobreza. Uma forma de responder a essa dúvida consiste em considerar linhas de pobreza alternativas à definição standard de 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. Para a construção dessas linhas de pobreza alternativas utilizámos como limite inferior 30% do rendimento mediano por adulto equiva-

lente em 1993 (a preços de 2009) e como limite superior 80% desse rendimento em 2009, o que, grosso modo, corresponde a um intervalo compreendido entre 2000 e 7000 euros/ano. Para cada uma dessas novas linhas de pobreza estimaram-se os respectivos indicadores de incidência (F₀) e intensidade da pobreza (F₁). Nos quadros e gráficos seguintes apresentam-se os resultados do exercício.

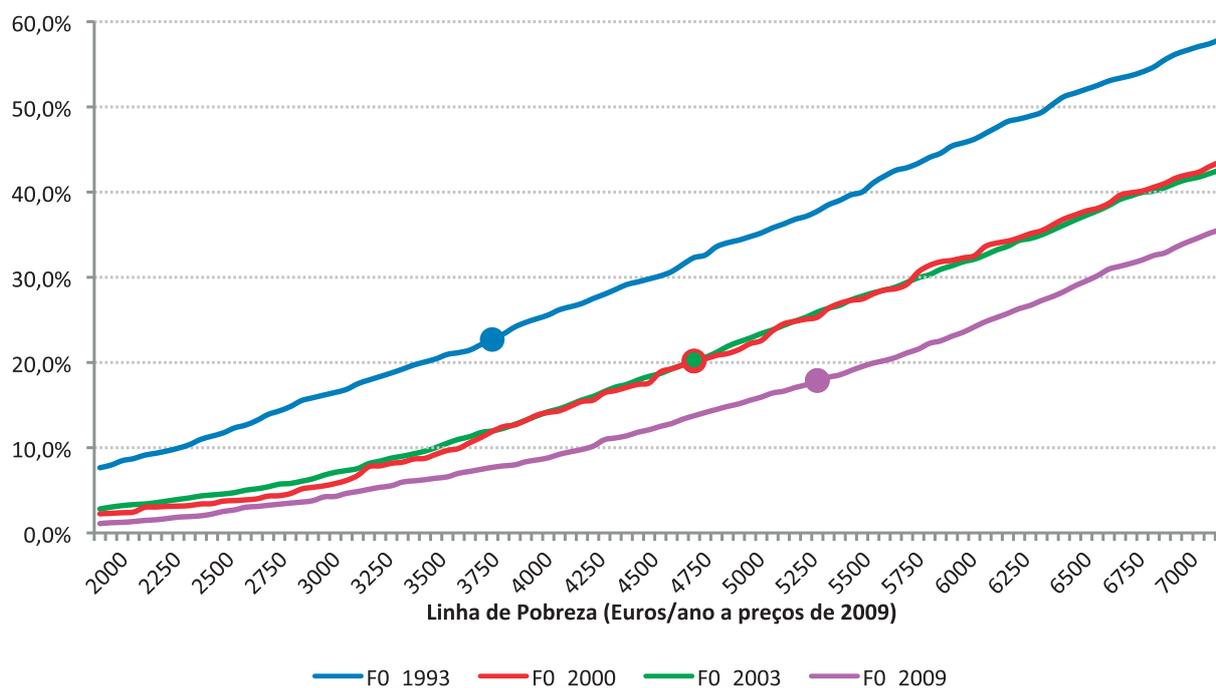
Quadro 28 - Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009

Linha de Pobreza (€/ano)	1993	2000	2003	2009
2000	0,076	0,022	0,028	0,011
2500	0,114	0,034	0,045	0,022
3000	0,162	0,055	0,068	0,042
3500	0,204	0,092	0,100	0,064
4000	0,256	0,141	0,142	0,088
4500	0,302	0,189	0,187	0,125
5000	0,358	0,237	0,238	0,164
5500	0,419	0,285	0,285	0,202
6000	0,476	0,340	0,332	0,253
6500	0,531	0,387	0,384	0,310
7000	0,580	0,436	0,426	0,355

Fonte: INE, PEADP 1994, 2001 /ICOR 2003, 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores das linhas de pobreza a preços de 2009

O gráfico seguinte evidencia a incidência da pobreza monetária para qualquer linha de pobreza, compreendida entre 2000 e 7000 euros/ano. Para facilitar a comparação com a linha de pobreza “oficial” em cada um dos anos considerados, surge igualmente representada a taxa de pobreza correspondente à linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

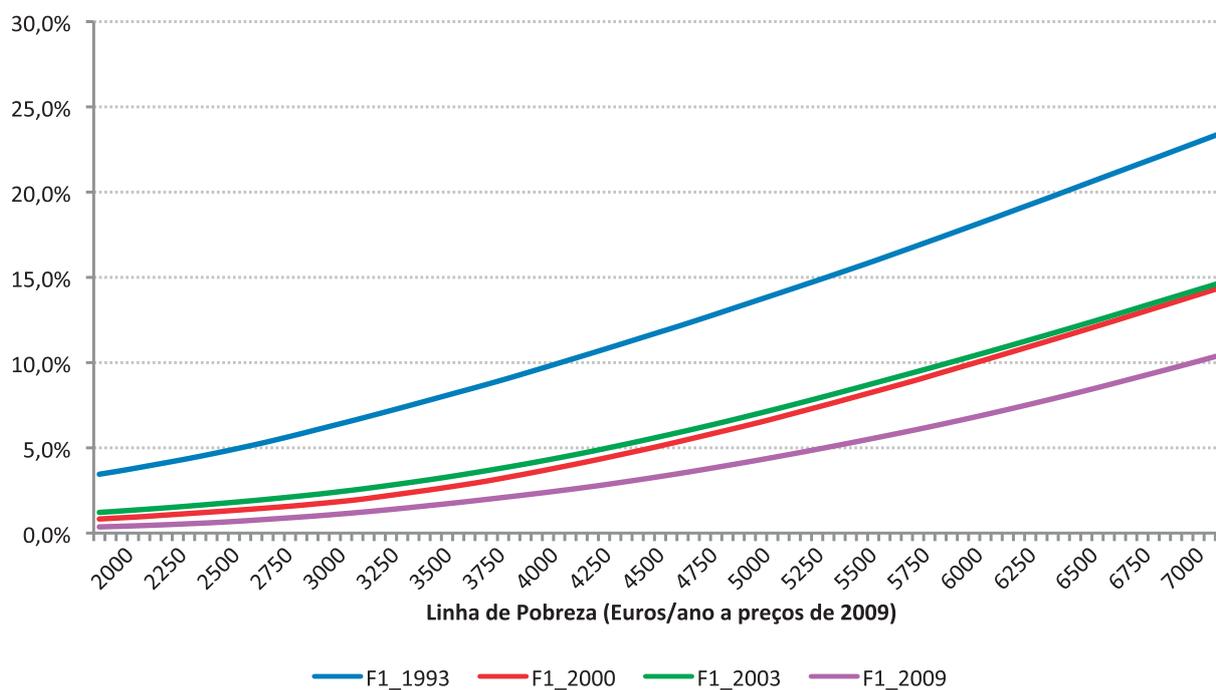
Gráfico 46 - Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009

Quadro 29 - Intensidade da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009

Linha de Pobreza (€/ano)	1993	2000	2003	2009
2000	0,035	0,008	0,012	0,004
2500	0,046	0,012	0,017	0,006
3000	0,062	0,018	0,023	0,010
3500	0,079	0,026	0,032	0,017
4000	0,098	0,037	0,043	0,024
4500	0,118	0,051	0,057	0,033
5000	0,139	0,067	0,072	0,044
5500	0,162	0,085	0,090	0,057
6000	0,185	0,104	0,108	0,071
6500	0,210	0,123	0,127	0,087
7000	0,235	0,144	0,147	0,104

Fonte: INE, PEADP 1994, 2001 /ICOR 2003, 2010, (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores das linhas de pobreza a preços de 2009

Gráfico 47 - Intensidade da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009

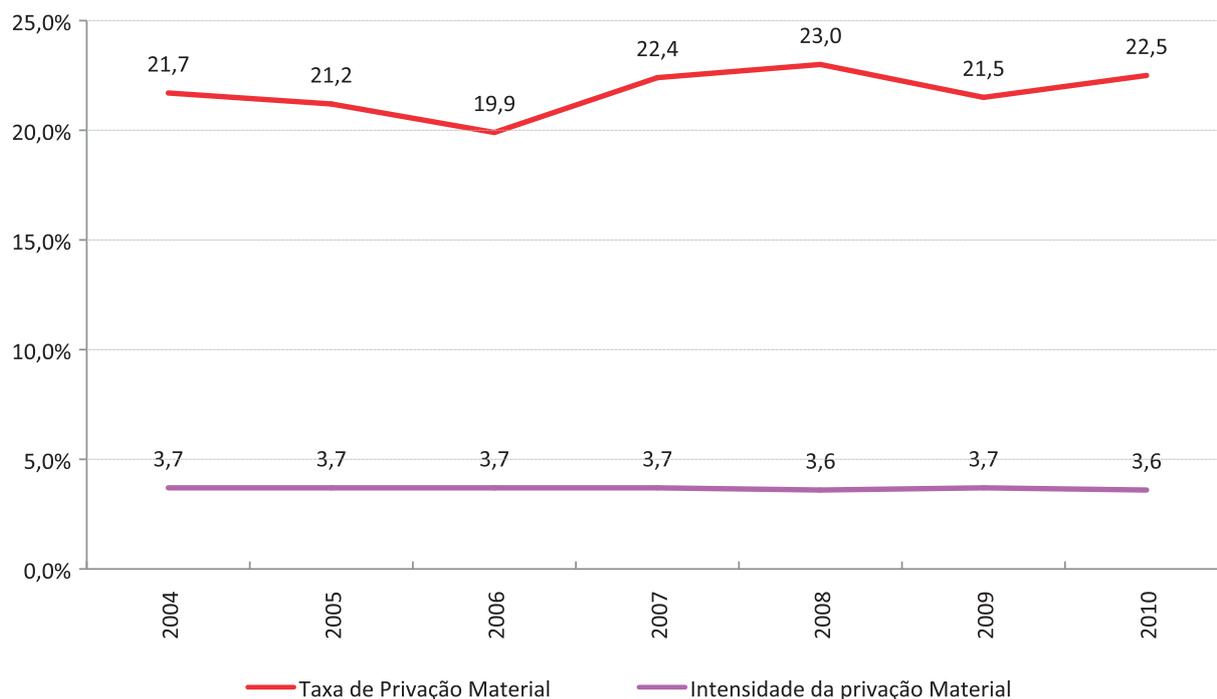


Fonte: INE, PEADP 1994,2001 /ICOR 2004,2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Esta metodologia possibilita uma aproximação ao conceito de “linha de pobreza absoluta” e permite uma análise da evolução da incidência da pobreza face a qualquer limiar razoável fixo, no período em análise. Os resultados anteriores são particularmente relevantes na medida em que comprovam uma descida sustentada da incidência e da intensidade da pobreza ao longo do período em análise, seja qual for a linha de pobreza estabelecida, dentro do intervalo considerado.

3.5 Evolução da privação material e da pobreza

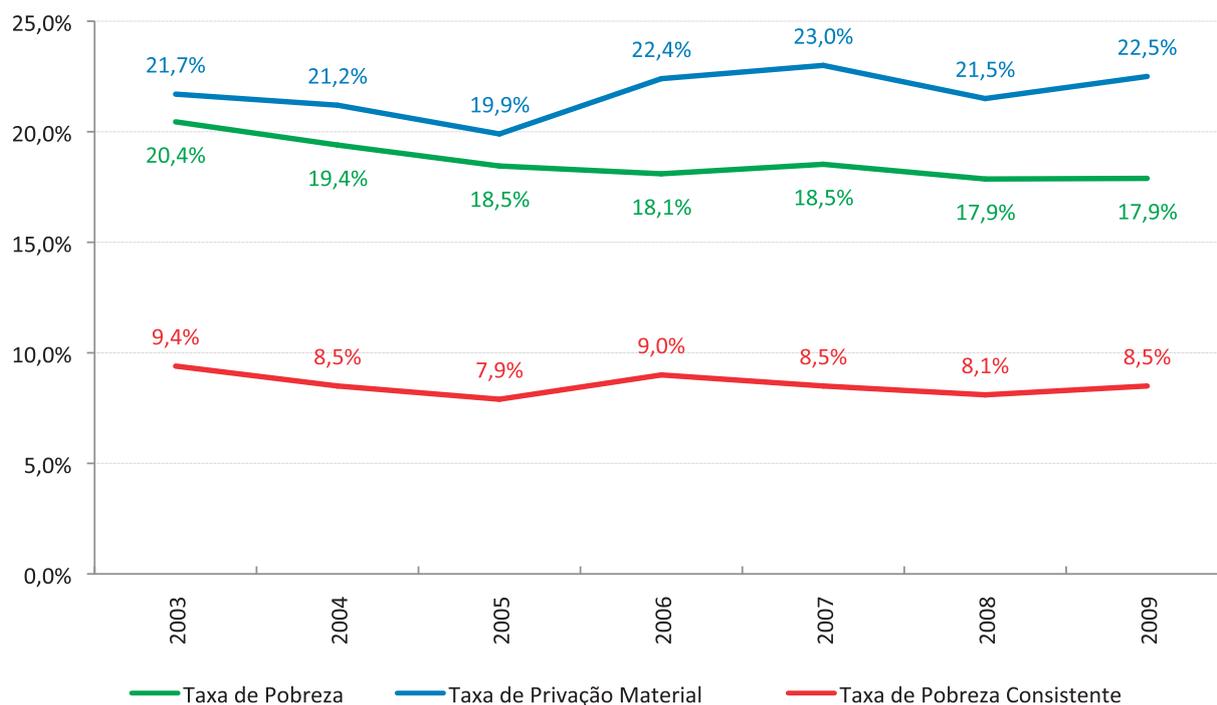
O Gráfico 48 permite evidenciar a evolução dos principais indicadores de privação material ao longo do período 2004-2010. A incidência da privação material regista um ligeiro acréscimo, inferior a um ponto percentual, entre 2004 e 2010. Por outro lado, a intensidade da privação material, medida pelo número médio de itens não acedíveis pelo conjunto da população em privação, mantém-se praticamente constante.

Gráfico 48 - Incidência e intensidade de privação material, Portugal, 2004-2010

Fonte: INE, ICOR 2004,2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

O nível de pobreza consistente diminuiu ligeiramente no decorrer do período 2003-2009. O Gráfico 49 permite observar o comportamento da taxa de pobreza consistente comparando-a com a evolução das taxas de pobreza monetária e de privação material. A redução da taxa de pobreza persistente parece resultar predominantemente da descida da taxa de pobreza monetária, que é atenuada pela subida dos níveis de privação material.

Gráfico 49 - Pobreza Consistente, Portugal, 2003-2009



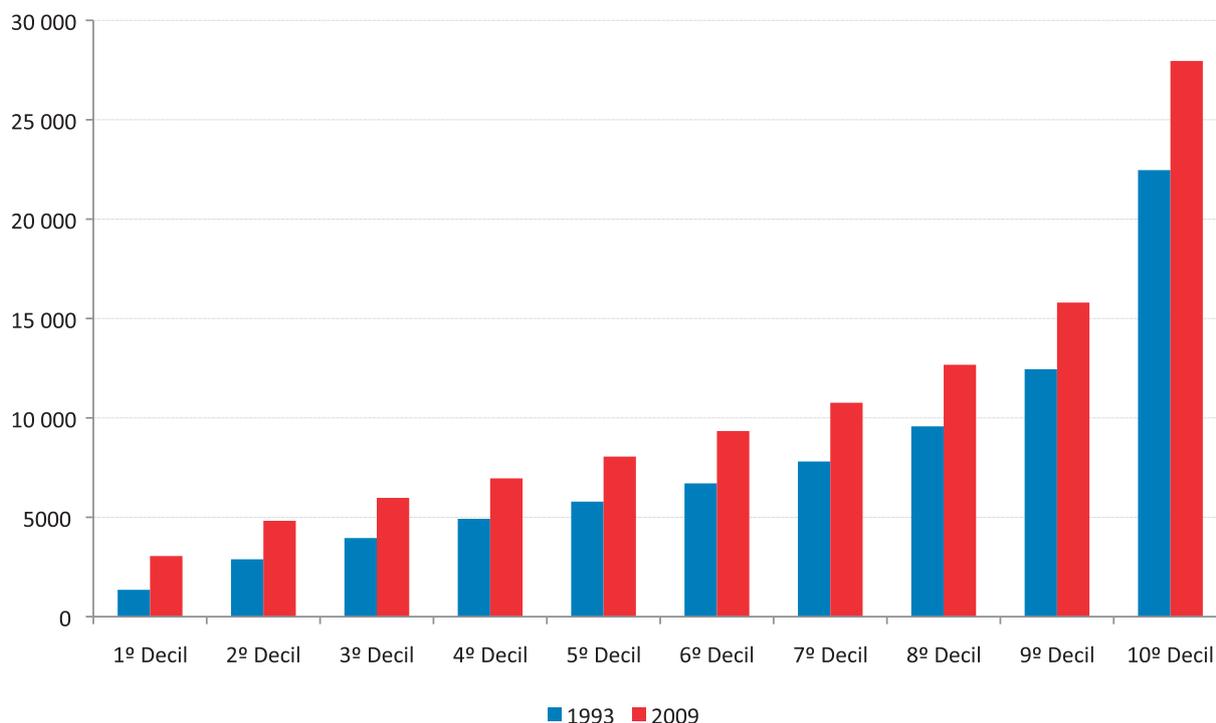
Fonte: INE, ICOR 2004,2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

3.6 Indicadores de bem-estar social

Tendo-se analisado a evolução recente dos principais indicadores de desigualdade e de pobreza, torna-se necessário analisar em que medida as alterações ocorridas na distribuição do rendimento se reflectiram nas condições de vida da população, no seu nível de bem-estar.

A avaliação do bem-estar da população e da sua evolução temporal depende em grande medida da variável que se toma como referência para medir esse mesmo bem-estar. Se admitirmos, como simplificação, que o rendimento por adulto equivalente constitui uma aproximação aceitável para medir o nível de vida dos indivíduos e das famílias, então uma primeira leitura das alterações ocorridas no nível de vida da população pode ser dada através da análise do rendimento médio de cada decil, expresso em termos reais. O Gráfico 50 indica-nos o rendimento médio de cada decil em 1993 e 2009, expresso em euros a preços de 2009.

Gráfico 50 - Rendimento médio por adulto equivalente por decil, Portugal, 1993 e 2009



Fonte: INE, PEADP 1994/ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)
Nota: valores do rendimento em euros/ano, a preços de 2009

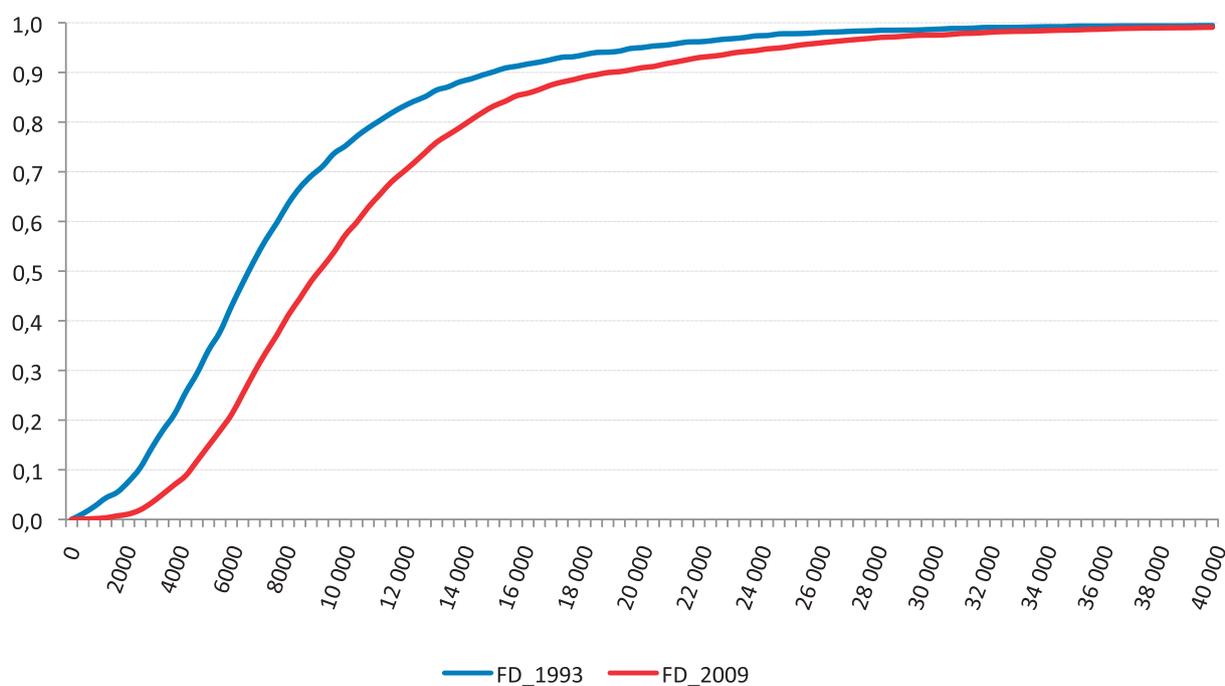
Os resultados acima apresentados sugerem claramente uma melhoria do rendimento médio real de cada decil e, conseqüentemente, uma melhoria das condições de vida da população. A análise das taxas de variação permite verificar que os ganhos de rendimento real ao longo do período considerado não se repartiram igualmente entre os vários decis. Os indivíduos situados no 1º decil da distribuição viram os seus rendimentos reais por adulto equivalente mais que duplicados ao longo dos 15 anos em análise. Os restantes decis registaram crescimento mais modesto e inversamente proporcional ao seu posicionamento na escala de rendimentos. As alterações antes observadas quanto aos índices de desigualdade e de pobreza encontram nestes valores do rendimento médio de cada decil uma explicação e uma validação adicional.

Note-se, no entanto, que a análise anterior se baseia exclusivamente na comparação dos dois anos extremos que balizam o período em análise. Uma análise ‘mais fina’, que compare cada par de anos permitiria identificar diferenças no ritmo de variação e mesmo na direção do crescimento dos rendimentos de cada decil. Aqui privilegiou-se a imagem global da evolução ocorrida ao longo do período e esta retrata inquestionavelmente uma melhoria significativa das condições de vida do conjunto da população.

A utilização dos rendimentos médios de cada decil como instrumento para medir as variações do nível de vida e do bem-estar da população enferma, porém, de uma limitação grave. A utilização dos rendimentos médios de cada decil como que igualiza os rendimentos de todos os indivíduos desse mesmo decil. Já atrás verificamos, por exemplo ao analisar o Gráfico 2, que a dispersão e a assimetria dos rendimentos extravasa claramente a fronteira dos decis.

A avaliação do nível de bem-estar do conjunto da população exige uma análise mais completa dos rendimentos do conjunto da população. A utilização das funções de distribuição possibilita essa análise e permite ordenar de forma inequívoca duas distribuições em termos de bem-estar social desde que a única variável relevante para medir o bem-estar sejam os recursos disponíveis das famílias.

Gráfico 51 - Funções de distribuição, Portugal, 1993 e 2009



Fonte: INE, PEADP 1994/ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

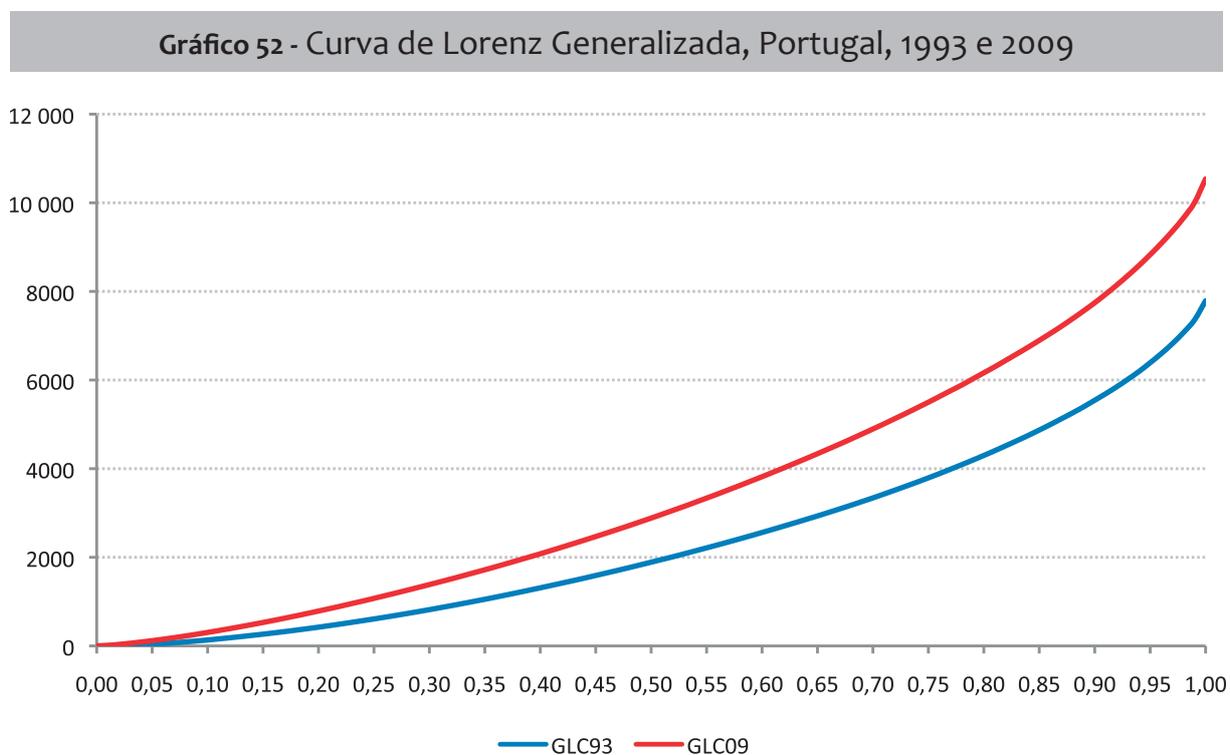
Nota: valores do rendimento em euros/ano, a preços de 2009

A função de distribuição associa os diferentes níveis de rendimento com a proporção de indivíduos que dispõem de um rendimento inferior a esse nível. No Gráfico 51 apresentam-se as funções de distribuição correspondentes à distribuição do rendimento real por adulto equivalente em 1993 e em 2009. Por simplificação da representação, truncaram-se os rendimentos superiores a 40 000 euros/ano, o que como vimos antes corresponde a cerca de 1% da população.

A leitura do gráfico é relativamente simples. Se considerarmos, por exemplo, um nível de 4000 euros/ano, a proporção da população abaixo desse limiar era de 9% em 2009 e é de cerca de 26% em 1993. A consequência imediata é a de que, nesse ponto, a curva de 2009 se encontra abaixo da de 1993. Se o mesmo se verificar para qualquer nível de rendimento no intervalo considerado, então podemos afirmar que a distribuição de 2009 representa manifestamente um nível de bem-estar social superior. É precisamente essa a situação retratada pelo Gráfico 51.

Uma visão mais exigente requer, porém, que o nível de bem-estar social não dependa exclusivamente dos rendimentos mas igualmente das formas como este se distribui entre a população. Shorrocks (1983) sugeriu a utilização das designadas curvas de Lorenz Generalizadas como instrumento de ordenação do bem-estar social, que traduz esta dupla preocupação. A curva de Lorenz Generalizada obtém-se multiplicando cada ordenada da curva de Lorenz tradicional pelo rendimento médio de cada distribuição. Permite assim conjugar a informação acerca do nível médio dos rendimentos com a informação sobre como este se distribui. A ordenação obtida por estas curvas introduz assim uma nítida preferência pela equidade na avaliação do bem-estar social.

O Gráfico 52 apresenta as curvas de Lorenz Generalizadas para os anos de 1993 e 2009.



Fonte: INE, PEADP 1994-2001 /ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: valores do rendimento em euros/ano, a preços de 2009

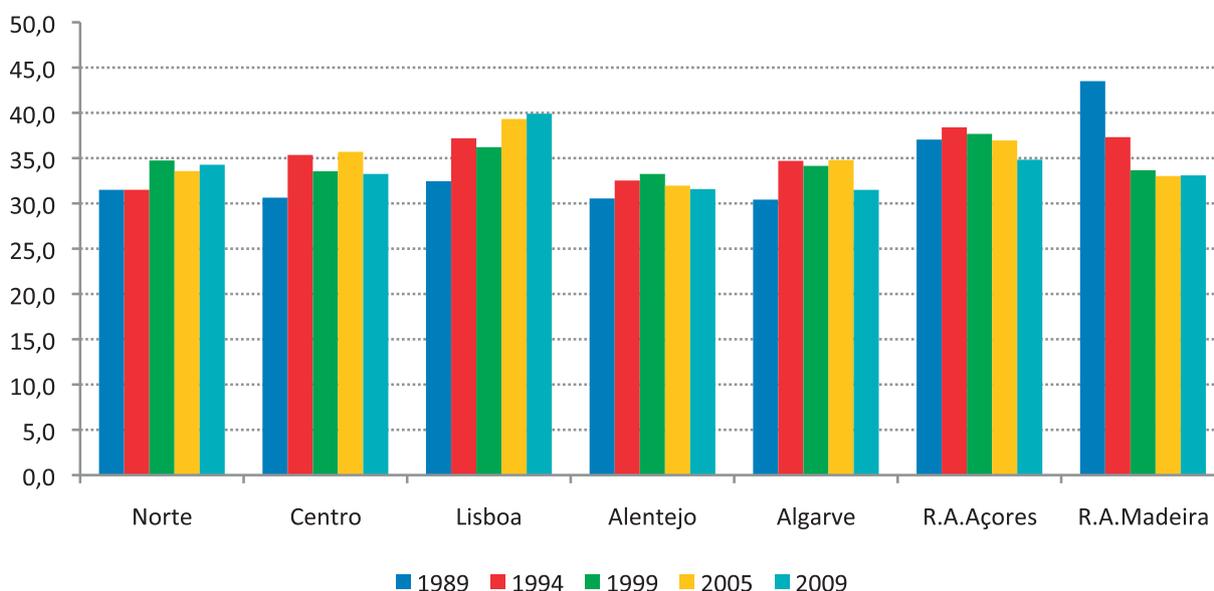
O facto de a curva de Lorenz Generalizada de 2009 se situar sempre acima da curva de 1993 traduz, uma vez mais, uma melhoria do bem-estar social ocorrida no decorrer do período em análise.

3.7 Evolução da desigualdade e da pobreza monetária a nível regional

Apesar das insuficiências do ICOR para analisar a dimensão regional das desigualdades e da pobreza monetária já enunciadas no ponto 2.6, tentaremos de seguida colmatar essa lacuna recorrendo aos dados dos Inquéritos às Despesas das Famílias (IDEF) realizados quinzenalmente pelo INE. Apesar das diferenças metodológicas entre os dois inquéritos, com particular incidência na definição do rendimento disponível das famílias, é possível obter-se uma imagem aproximada das principais alterações ocorridas na desigualdade económica e na pobreza monetária, nas suas vertentes regionais.

O Gráfico 53 apresenta o valor do índice de Gini regional para os anos de 1989, 1994, 1999, 2005 e 2009.

Gráfico 53 - Índice de Gini por NUTS II, Portugal, 1989, 1994, 1999, 2005 e 2009



Fonte: INE, IOF 1989/1990, IOF 1994/1995, IOF 2000, IDEF 2005/2006 e IDEF 2010/2011 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

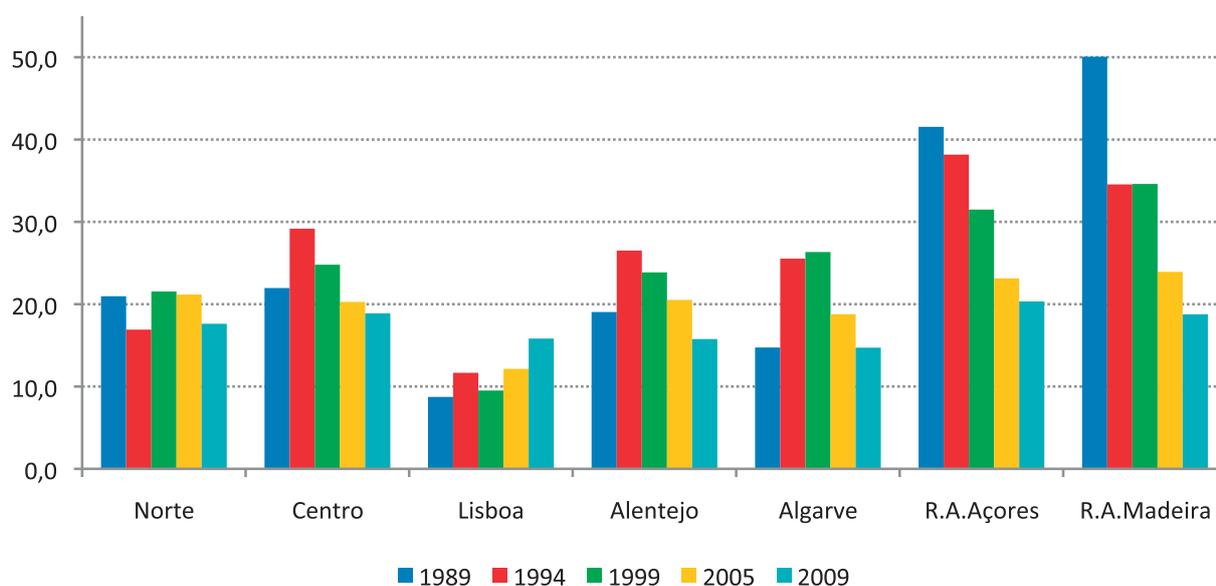
Uma primeira constatação que se pode extrair dos dados apresentados no quadro anterior é a de que no período em análise (1989-2009) se operou alguma convergência entre os níveis de desigualdade das diferentes regiões. Se em 1989 a distância que separava o nível de desigualdade da região mais desigual da menos desigual era de cerca de 13 pontos percentuais, vinte anos depois essa mesma distância reduziu-se para oito pontos. Um dos factores que mais contribuiu para essa convergência foi a redução acentuada da desigualdade, medida pelo índice de Gini, na Região Autónoma da Madeira.

Outro facto saliente que advém do gráfico anterior é o do aumento significativo das desigualdades na região de Lisboa. Entre 1989 e 2009, o índice de Gini da região de Lisboa subiu mais de sete pontos percentuais, o que permitiu que esta região constituísse no final do período a região mais desigual do território nacional.

No Gráfico 54 encontram-se representadas as taxas de incidência da pobreza para as sete regiões ao longo do período em análise, estimadas com base na linha de pobreza definida em cada um dos anos a nível nacional. Dada a estreita associação entre a linha de pobreza e os rendimentos médios de cada região, não surpreende que a região com maior nível de rendimento médio (Lisboa) seja a que apresenta menores taxas de pobreza. No entanto, entre 1989 e 2009, a taxa de pobreza na região de Lisboa subiu cerca de 80%, o que poderá ser explicado pela emergência de novas formas de pobreza, particularmente associadas às grandes concentrações urbanas e ao desemprego.

Mas a transformação mais significativa ocorrida em termos de incidência da pobreza a nível regional é indiscutivelmente a forte redução das taxas de pobreza nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Apesar de estas duas regiões permanecerem em 2009 como as regiões com maior incidência da pobreza, a proporção de famílias e de indivíduos com recursos inferiores à linha de pobreza nacional reduziu-se acentuadamente: a taxa de incidência da pobreza reduziu-se, entre 1989 e 2009, 21 pontos percentuais na R.A. dos Açores e mais de 31 pontos percentuais na R.A. da Madeira. Num contexto de redução da incidência da pobreza a nível nacional, a convergência entre as várias regiões alicerçou-se predominantemente na diminuição da taxa de pobreza das regiões mais pobres.

Gráfico 54 - Taxa de Pobreza por NUTS II, Portugal, 1989, 1994, 1999, 2005 e 2009



Fonte: INE, IOF 1989/1990, IOF 1994/1995, IOF 2000, IDEF 2005/2006 e IDEF 2010/2011 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

3.8 Portugal e a União Europeia: convergência ou afastamento

A análise da evolução da desigualdade em Portugal não pode ficar completa sem uma contextualização do fenómeno no contexto europeu. Qual foi a tendência nos diferentes países ao longo dos anos mais recentes? A situação a que chegámos hoje, com Portugal a constituir-se como um dos países mais desiguais do conjunto, conforme vimos no ponto 2.7, foi mais ou menos evidente no passado? Por outras palavras, houve, neste tema, uma convergência ou um afastamento da sociedade portuguesa em relação às suas congéneres europeias? Este ponto pretende responder a este género de perguntas.

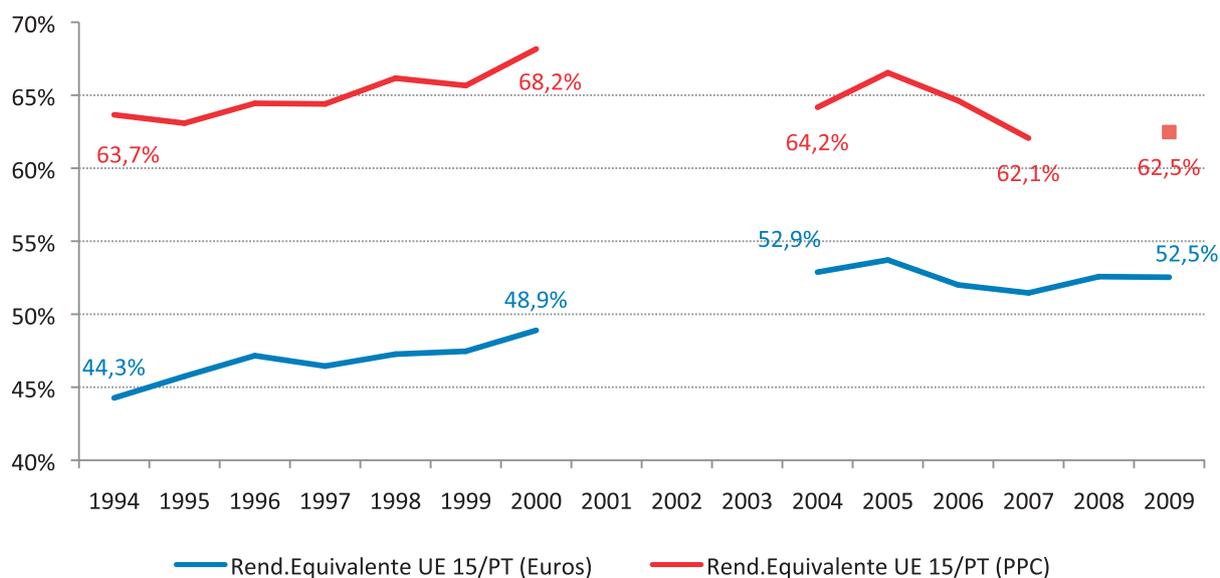
A análise temporal recairá sobre o período de 1994 a 2009²⁷. Para Portugal, existe uma quebra de série no período 2001-2002 (os anos diferem noutros países), decorrente da transição entre instrumentos diferentes de recolha, designadamente os inquéritos já referidos, o ECHP e o EU-SILC.

À semelhança do que fizemos no ponto 2.7, então para o ano 2009, devemos também agora começar por observar os níveis médios de rendimento equivalente na Europa, agora na perspectiva evolutiva. O Gráfico 55 permite ter uma ideia aproximada da tendência de

²⁷ Chama-se uma vez mais a atenção para o facto de serem os anos a que se referem os rendimentos inquiridos nos inquéritos e não o ano da realização destes últimos. Na generalidade dos Estados-membros, as perguntas sobre rendimentos dos inquéritos realizados em determinado ano referem-se ao ano anterior.

convergência dos rendimentos em Portugal com os da Europa a 15, considerando quer os valores médios do rendimento equivalente expresso em euros quer em paridades de poder de compra.

Gráfico 55 - Rendimento equivalente português face ao rendimento equivalente médio na UE15, 1994-2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

A leitura que emerge do quadro anterior é a de entre 1994 e 2000 se verifica uma convergência do rendimento médio equivalente das famílias portuguesas face ao da União Europeia a 15 países, quer consideremos o rendimento expresso em euros quer em PPC. Se, em 1994, o rendimento médio equivalente em Portugal em euros representava 44,3% do valor médio do conjunto dos 15 países que então compunham a UE, seis anos depois esse rácio subia para 48,9%. Aumento semelhante em termos de acréscimo de valores percentuais ocorreu em PPC.

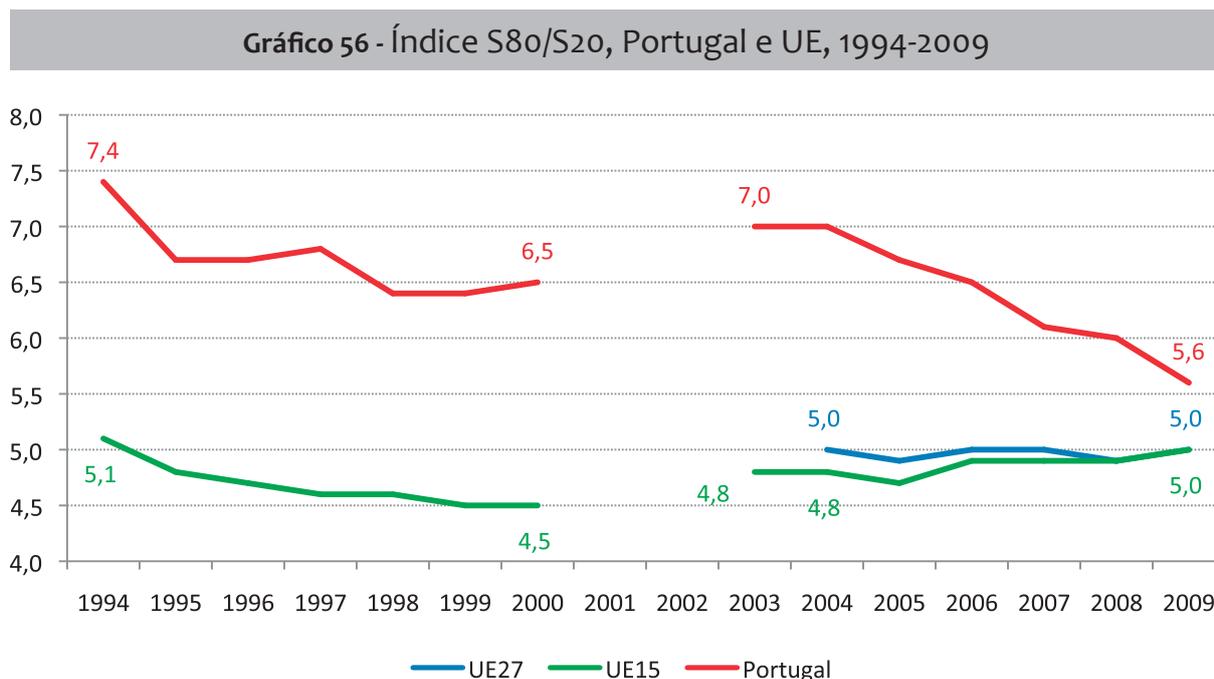
No período subsequente, 2004-2009, verifica-se uma estabilidade do rácio entre o rendimento equivalente de Portugal e da UE15 em euros e uma descida desse mesmo rácio quando os rendimentos considerados se encontram expressos em PPC.

Para analisar a existência ou de convergência entre Portugal e a União Europeia em termos de desigualdade económica, vamos considerar a evolução do indicador S80/S20 e do índice de Gini na medida em que são estes os indicadores disponíveis para o conjunto dos países da UE²⁸. Como vimos antes, o primeiro desses indicadores é particularmente sensí-

²⁸ Embora nos gráficos seguintes somente se apresentem valores para Portugal e para a média da União Europeia, no Anexo Estatístico é apresentada a informação disponível para os vários países da União Europeia.

vel às diferenças entre os extremos da distribuição do rendimento enquanto o segundo confere particular importância às transformações ocorridas nos rendimentos situados na parte central da distribuição.

O Gráfico 56 apresenta a evolução do indicador S80/S20 para Portugal e para o conjunto da União Europeia a 15 países ao longo do período 1994-2009 e para o conjunto da UE a 27 de 2004 a 2009.



Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Ao longo de todo o período considerado Portugal apresenta valores para este indicador superiores ao do conjunto da UE. No entanto, enquanto na UE este indicador apresentou uma relativa estabilidade, com o rácio que relaciona o rendimento auferido pelos 20% mais ricos com a parte do rendimento detida pelos 20% mais pobres a oscilar em torno de 5, em Portugal este indicador registou uma diminuição de um valor de 7,4 para 5,6.

A análise do Gráfico 56 suscita ainda duas observações adicionais. A primeira, é a de que a descida da desigualdade em Portugal não é uniforme ao longo do período temporal considerado. Ela é particularmente acentuada entre 2004 e 2009, com o indicador S80/S20 a diminuir de 7,0 para 5,6.

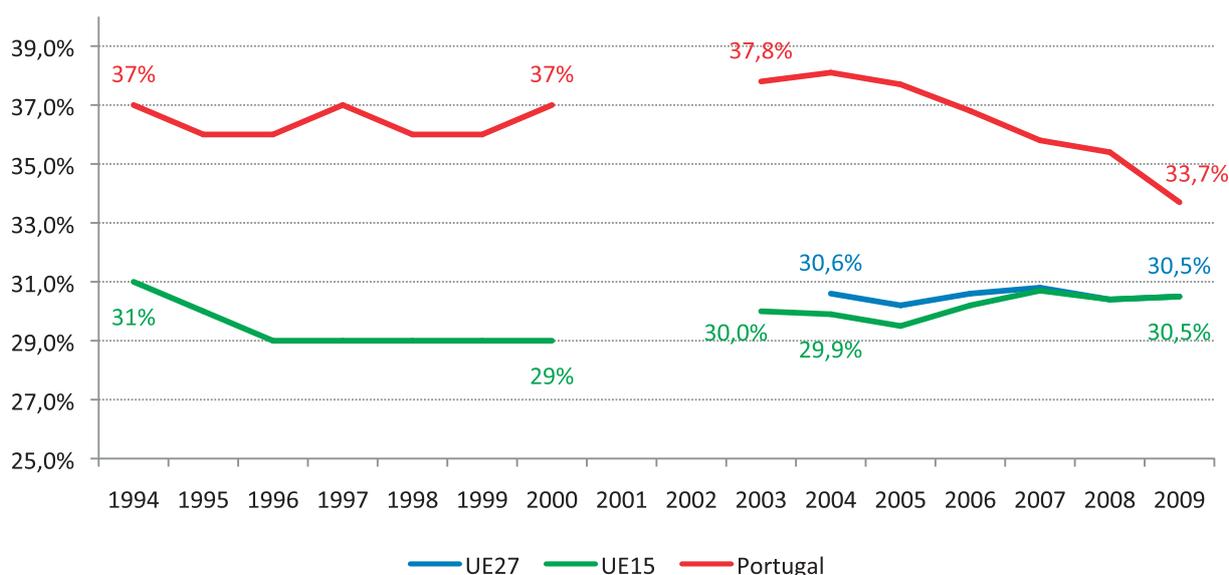
A segunda observação é a de que não parecem existir grandes diferenças entre o valor do índice S80/S20 quando confrontamos o seu valor médio para a União Europeia a 15 ou a 27. Esta similitude entre os valores médios do índice parece sugerir que os alargamentos

ocorridos desde 2004 não alteraram significativamente o quadro da desigualdade na UE. Como veremos mais à frente, só aparentemente isso é verdade.

A análise do comportamento do índice de Gini (Gráfico 57) confirma os principais traços antes salientados. A diferença mais significativa comparativamente ao indicador S80/S20 é a manutenção do índice de Gini em Portugal em torno dos 37% entre 1994 e 2000, enquanto no mesmo período o índice de Gini do conjunto da UE a 15 se reduzia em dois pontos percentuais. Após 2004, a descida mais acentuada do índice de Gini acompanha a evolução do índice S80/S20.

Considerando os dois indicadores e o horizonte temporal analisado (1994-2009), podemos afirmar que se verifica alguma convergência de Portugal à União Europeia em termos de desigualdade económica. A distância que separa os indicadores de desigualdade em Portugal com os da média da UE reduziu-se para metade entre 1994 e 2009.

Gráfico 57 - Índice de Gini, Portugal e UE, 1994-2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

A convergência atrás evidenciada de Portugal ao conjunto da UE em termos redistributivos não evitou, como vimos no ponto 2.7, que Portugal permanecesse como um dos países mais desiguais do conjunto da União Europeia. De facto, ao observar-se os indicadores publicados para cada Estado-membro, verifica-se que Portugal tem apresentado, ao longo do período, os níveis de desigualdade mais altos. Na verdade, se a comparação for feita exclusivamente com o “grupo dos 15”, Portugal assume ao longo de praticamente todo o período a posição cimeira da lista (Quadro 30). Tal não se verifica apenas em 2009, assu-

mindando esse papel a Espanha. Mais abaixo, com níveis de desigualdade ligeiramente menores, encontram-se com frequência outros países do Sul da Europa, como Grécia e Itália, e ainda o Reino Unido.

Quadro 30 - Posição relativa dos cinco países com maior desigualdade (I. Gini), UE15, 1994-2009

	1°		2°		3°		4°		5°	
	País	I.Gini								
1994	PT	37	GR	35	ES	34	IT	33	IE	33
1995	PT	36	GR	34	ES	34	IE	33	IT	32
1996	PT	36	GR	35	ES	35	IE	33	IT	31
1997	PT	37	GR	35	ES	34	IE	34	UK	32
1998	PT	36	GR	34	ES	33	UK	32	IE	32
1999	PT	36	GR	33	ES	32	UK	32	IE	30
2000	PT	37	UK	35	GR	33	ES	33	IE	29
2004	PT	38,1	UK	34,6	GR	33,2	IT	32,8	IE	31,9
2005	PT	37,7	GR	34,3	UK	32,5	IT	32,1	IE	31,9
2006	PT	36,8	GR	34,3	UK	32,6	IT	32,3	IE	31,3
2007	PT	35,8	UK	33,9	GR	33,4	ES	31,3	IT	31,0
2008	PT	35,4	GR	33,1	UK	32,4	ES	32,3	IT	31,5
2009	ES	33,9	PT	33,7	UK	33,0	GR	32,9	IT	31,2

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Contudo, a análise à posição relativa de Portugal no contexto europeu não poderá ficar completa se não for introduzida a questão do alargamento da União nos últimos anos. E é precisamente esta questão que vem lançar preocupações adicionais em qualquer exame que se faça ao tema das desigualdades no quadro europeu. Conforme se viu no gráfico anterior, não parece haver diferenças particularmente significativas entre o nível de desigualdade da União Europeia a 15 membros ou a 27. Mas a verdade é que alguns dos novos Estados-membros apresentam indicadores com valores particularmente elevados, mais altos até do que aqueles apresentados por Portugal, em certas ocasiões. É o caso, por exemplo, de países como a Lituânia, a Letónia, a Polónia e, mais recentemente, a Bulgária e a Roménia.

O Quadro 31 é uma reprodução do Quadro 30, para os anos mais recentes (desde o alargamento de 2004) e incluindo já todos os 27 Estados-membros actuais, permitindo observar a nova realidade.

Quadro 31 - Posição relativa dos cinco países com maior desigualdade (I. Gini), UE27, 2004-2009

	1°		2°		3°		4°		5°	
	País	I.Gini								
2004	PT	38,1	LT	36,3	LV	36,1	PL	35,6	UK	34,6
2005	LV	39,2	PT	37,7	LT	35,0	GR	34,3	PL	33,3
2006	RO	37,8	PT	36,8	LV	35,4	BG	35,3	GR	34,3
2007	LV	37,7	RO	36,0	BG	35,9	PT	35,8	LT	34,0
2008	LV	37,4	LT	35,5	PT	35,4	RO	34,9	BG	33,4
2009	LT	36,9	LV	36,1	ES	33,9	PT	33,7	RO	33,3

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

A título de curiosidade, registe-se o facto de alguns destes novos Estados-membros, designadamente parte dos novos integrantes do Leste Europeu, como a Bulgária ou a Roménia, terem tido um crescimento acentuado das desigualdades desde o início da primeira década do novo século. Em 2000, a Roménia registava um índice de Gini de 30% e a Bulgária apenas 26%. Em 2009, ambos os países registavam níveis de desigualdade superiores a 33%.

A sobreposição aproximada das curvas da UE15 e da UE27 no Gráfico 57, pode ser explicada por duas forças de efeito oposto associadas à entrada dos novos Estados-membros. Por um lado, entre os 12 países que fizeram parte das duas etapas de alargamento da União Europeia, existem aqueles com índices de desigualdade relativamente baixos como é o caso da Eslovénia, Hungria e da República Checa com valores do índice de Gini inferiores a 25% em 2009, ou com níveis de desigualdade abaixo da média da UE como a Eslováquia, Malta e Chipre. Por outro lado, verifica-se também um ligeiro acréscimo da desigualdade em países que já faziam parte da União e que estavam historicamente associados a distribuições mais igualitárias do rendimento, como é o caso dos países escandinavos: Dinamarca (passou de 20% em 1996, para 27% em 2009) e Finlândia (22% para 25%). Todos estes factores ajudam a desmentir a primeira ideia que os valores médios parecem transmitir, isto é, a de que o alargamento não trouxe quaisquer efeitos ao nível da desigualdade média na União Europeia.

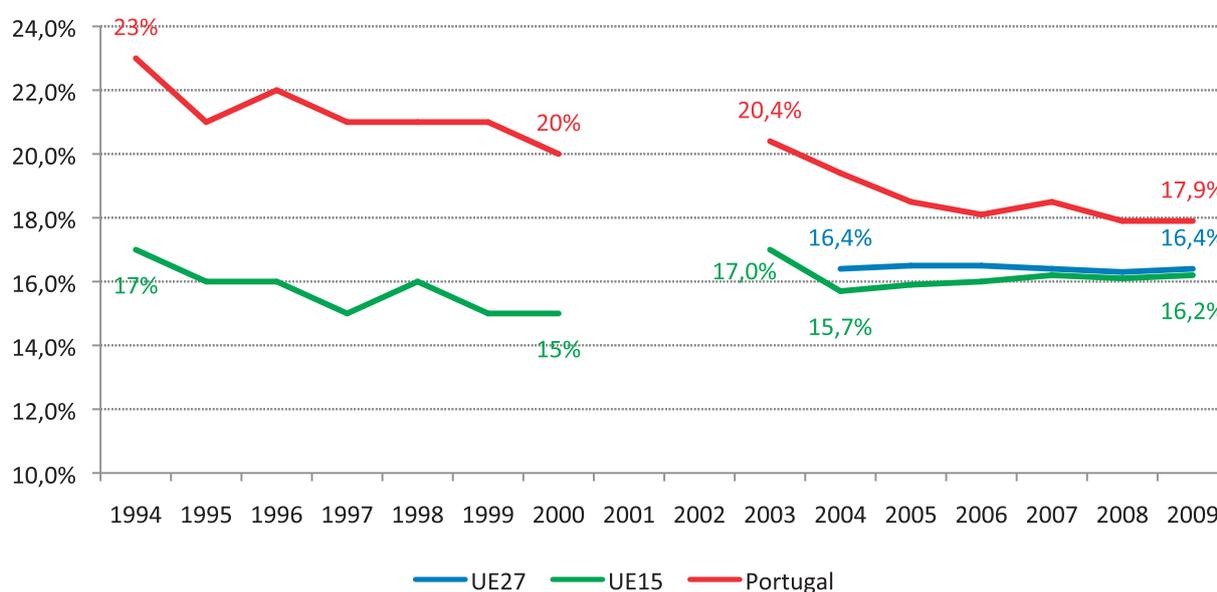
Uma abordagem alternativa, mas complementar, do processo de convergência entre Portugal e a União Europeia em termos de distribuição do rendimento prende-se com a evolução dos vários indicadores de pobreza monetária. Apesar da forte associação entre estas duas vertentes da distribuição dos rendimentos monetários, já salientada no ponto 2.7, a evolução dos diferentes indicadores que possibilitam medir a desigualdade e a pobreza monetária pode ser substancialmente diferente ou mesmo contraditória.

Na análise do processo de convergência entre Portugal e a União Europeia em termos de pobreza monetária vamos considerar três indicadores: a incidência da pobreza para o

conjunto da população, a incidência da pobreza infantil (taxa de pobreza dos jovens com menos de 16 anos) e a incidência da pobreza entre os idosos (população com 65 e mais anos).

O Gráfico 58 ilustra a evolução da incidência de pobreza em Portugal e na UE ao longo do período 1994-2009. Nestes 15 anos, a taxa de pobreza da população portuguesa registou uma redução de cerca de cinco pontos percentuais, passando de 23% para 18%. Essa descida gradual da taxa de pobreza ocorreu praticamente ao longo de todo o período considerado. No mesmo horizonte temporal a incidência da pobreza no conjunto da UE15 diminuiu menos de um ponto percentual.

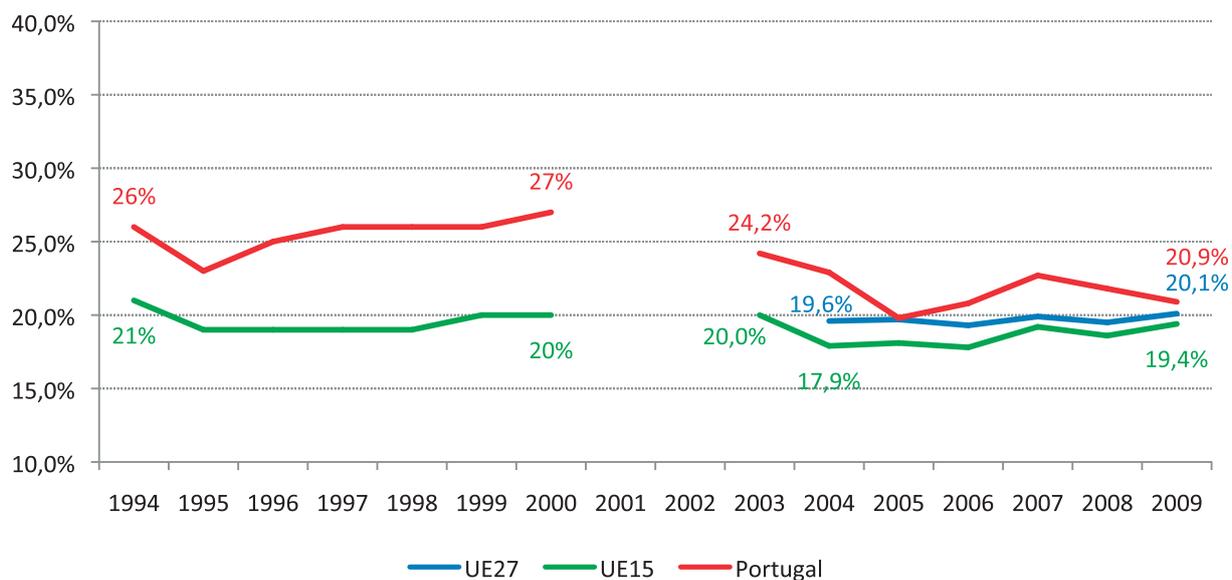
Gráfico 58 - Incidência da pobreza, Portugal e UE, 1994-2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

A redução alcançada por Portugal na taxa de pobreza infantil entre 2004 e 2009 é de magnitude semelhante à registada para o conjunto da população (Gráfico 59). A incidência da pobreza entre os jovens passou de 26% em 1994 para cerca de 21% em 2009. No mesmo período a UE15 registou uma diminuição da incidência da pobreza entre os jovens de cerca de 1,5 pontos percentuais, passando de 21% em 1994 para 19,4% em 2009.

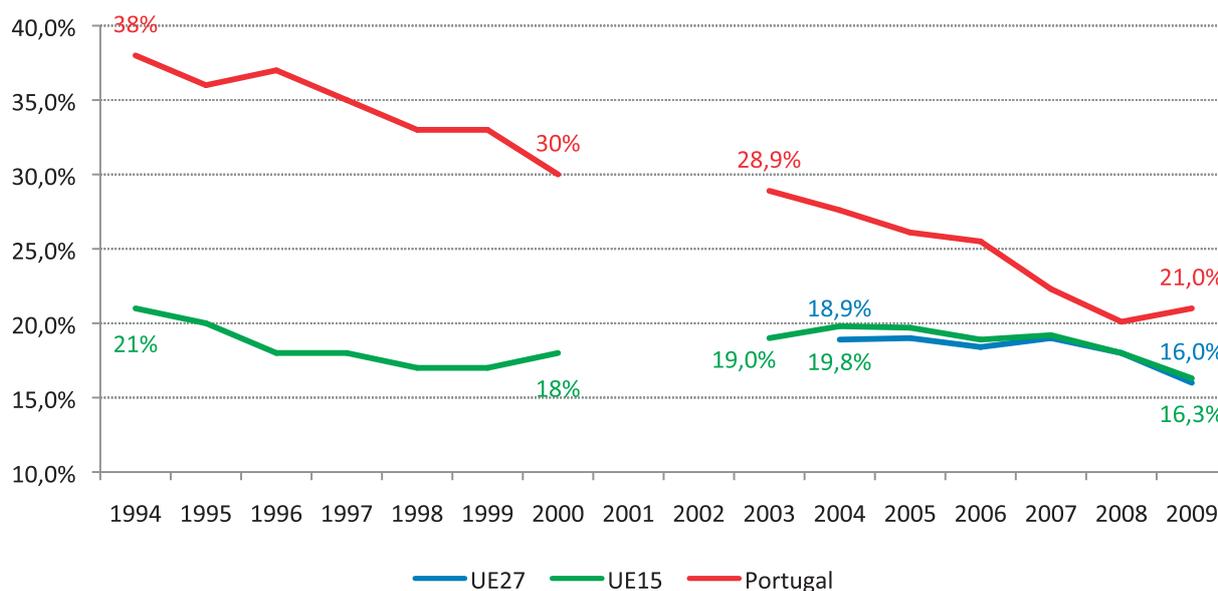
Gráfico 59 - Incidência da pobreza infantil, Portugal e UE, 2004-2009



Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

O resultado mais significativo alcançado por Portugal em termos de redução de pobreza verifica-se, no entanto, na taxa de incidência de pobreza entre a população idosa. Entre 1994 e 2009, a taxa de pobreza dos idosos reduziu-se 17 pontos percentuais, passando de 38% para 21%.

Em 1994, Portugal era o país com a taxa de pobreza mais elevada entre a população idosa de toda a União Europeia. A incidência da pobreza neste segmento da população era 17 pontos percentuais superior à da média da UE15 (21%). No fim do período em estudo, essa diferença é somente de cerca de cinco pontos percentuais.

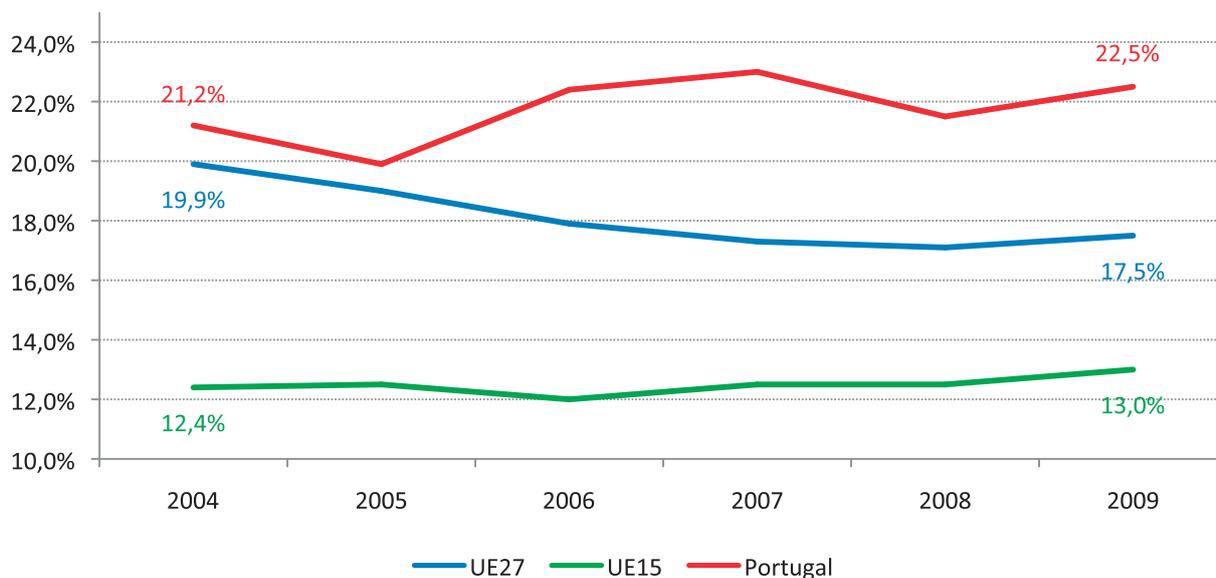
Gráfico 60 - Incidência da pobreza nos idosos, Portugal e UE, 1994-2009

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

A análise dos três indicadores de pobreza monetária apresentados permite afirmar inequivocamente que ao longo dos 15 anos analisados se verificou uma aproximação dos principais indicadores de pobreza entre Portugal e a União Europeia. Este processo de convergência, ainda que mais significativo do que o ocorrido com os indicadores de desigualdade, não foi porém suficiente para impedir que Portugal continue a ser um dos países da União Europeia com maior incidência de pobreza monetária.

Uma última dimensão em que a questão da convergência entre Portugal e o conjunto dos restantes países da União Europeia se pode colocar refere-se aos indicadores de privação material. O Gráfico 61 apresenta a taxa de privação material de Portugal e da UE ao longo do período 2004-2009.

Contrariamente ao ocorrido nos indicadores de desigualdade e de pobreza, as diferenças entre a média da UE a 15 e a 17 surgem bem marcadas evidenciando as diferenças nas condições materiais de vida entre os países da UE15 e aqueles que aderiram à UE após 2004. Portugal não somente registou um agravamento da sua taxa de privação material como a distância que o separa dos valores médios da União Europeia se agravou.

Gráfico 61 - Incidência da privação material, Portugal e UE, 2004-2009

Fonte: Eurostat Statistical Database, EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

3.9 Síntese

Se no final do Capítulo 2 falámos numa ‘fotografia’ do fenómeno da desigualdade económica em Portugal, aqui podemos dizer que chegámos ao ‘filme’ dos anos mais recentes, que mostra claramente o percurso que conduziu àqueles primeiros resultados.

Os dados agora apresentados permitem evidenciar que Portugal tem conseguido conciliar, ao longo das últimas décadas, a persistência de altos níveis de desigualdade com uma melhoria significativa das condições de vida do conjunto da população. Todos os índices de bem-estar social associados à distribuição dos rendimentos revelam que, apesar das assimetrias, a população portuguesa dispõe hoje de níveis de rendimento e de bem-estar superiores às verificadas no passado recente.

Uma conclusão adicional é a de que as alterações mais significativas possíveis de detectar no nível de desigualdade familiar ocorreram na parte inferior da distribuição, ao nível dos rendimentos mais baixos. A ligeira redução da desigualdade ocorrida entre 1993 e 2008 resulta principalmente do aumento dos recursos dos indivíduos e das famílias de menores rendimentos. Esta transformação não pode ser dissociada das políticas sociais e de combate à pobreza direccionadas ao apoio destas famílias. Mas a capacidade de as políticas sociais gerarem reduções significativas na desigualdade é necessariamente limitada, visto não ser esse o seu objectivo principal. Uma redução sustentada das desigualdades exige não somente

a melhoria das condições de vida dos grupos sociais mais vulneráveis, mas igualmente uma distribuição mais justa de todos os recursos gerados pela sociedade.

Ainda que Portugal continue a ser um dos países com um distribuição de rendimento mais desigual entre os parceiros membros da União Europeia e a distância em relação à média continue a ser significativa, os dados apurados para o período 1993-2009 permitem distinguir uma certa convergência com aquilo que é o nível médio de uma Europa feita de realidades muito díspares.

Por outro lado, a tendência de descida, ainda que ligeira, das disparidades nos rendimentos familiares não encontrou, apesar de tudo, paralelo na evolução da distribuição da massa salarial. Ao longo do período 1985-2009, verificou-se, a diferentes velocidades no tempo, um agravamento das desigualdades salariais, motivado essencialmente pelo aumento desproporcional das remunerações mais elevadas. É certo que houve um significativo aumento relativo dos salários mais baixos – dos trabalhadores situados no 1º decil da distribuição – mas insuficiente e não acompanhado por tendências semelhantes noutras partes da distribuição para poder impedir o aumento da desigualdade.

Estando o agravamento das assimetrias salariais fortemente condicionado pelo aumento das remunerações mais altas, procurámos ainda compreender, à luz dos trabalhos mais recentes nesta matéria, as dinâmicas de evolução ocorridas na parte superior da distribuição dos rendimentos. Esta é, contudo, uma área de estudo em aberto, que no futuro poderá beneficiar em larga medida da disponibilização para investigação de informação fiscal.

A leitura a que procedemos das principais alterações registadas na distribuição do rendimento e na desigualdade constitui somente uma primeira observação, em grande parte descritiva, das mutações ocorridas na distribuição do rendimento em Portugal. A identificação dos seus determinantes e a compreensão dos mecanismos geradores da desigualdade é uma tarefa diferente que pressupõe a consideração explícita dos diferentes grupos sociais existentes na sociedade, das diferentes dinâmicas das várias fontes do rendimento e ainda dos impactos redistributivos da política económica. É o que nos propomos discutir de seguida.

4 PRINCIPAIS FACTORES EXPLICATIVOS DA EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE FAMILIAR

Nos últimos anos, a sociedade portuguesa passou por várias transformações com impactos distintos na distribuição do rendimento em geral: alterações de carácter demográfico associadas ao envelhecimento da população; redução da dimensão média das famílias e modificações da sua composição²⁹; modificações na relação entre as famílias e a actividade produtiva, com o aumento significativo de famílias em que nenhum membro trabalha, com as flutuações no desemprego e com a precariedade laboral e mudanças no nível de instrução da população, principalmente nos indivíduos mais jovens.

A abordagem clássica que a teoria das desigualdades tem para identificar a forma como essas mutações da sociedade se transmitem ao processo de geração e de distribuição dos rendimentos adopta as chamadas técnicas de decomposição da desigualdade, de acordo com as características dos indivíduos e das famílias (ou de um indivíduo cujas características possibilitem tipificar a família). A desigualdade é assim “decomposta” na soma da desigualdade existente em cada grupo e na desigualdade que ocorre entre os vários grupos socioeconómicos.

Por exemplo, podemos-nos interrogar sobre qual o impacto das alterações ocorridas na estrutura etária da população portuguesa, com um profundo envelhecimento da mesma, sobre a distribuição do rendimento e sobre a desigualdade económica. Uma abordagem possível de estabelecer na relação entre a idade dos indivíduos e a desigualdade existente consiste em analisar as disparidades que existiriam se a estrutura etária da população fosse a única justificação da assimetria dos rendimentos. Uma abordagem alternativa passaria por investigar o que aconteceria à desigualdade se as diferenças motivadas pela estrutura etária fossem completamente eliminadas³⁰.

²⁹ Ao longo deste trabalho, e em particular neste ponto, referimo-nos frequentemente aos conceitos de família e de agregado familiar como formas de designação dos agregados domésticos privados (ADP). Trata-se, obviamente, de uma simplificação de linguagem na medida em que as unidades de análise do PEADP 1994-2001 e do ICOR 2004-2010 são efectivamente os ADP, com uma constituição que extravasa a simples relação familiar entre os indivíduos que partilham o mesmo alojamento.

³⁰ Note-se que a primeira das abordagens referidas implica considerar que todos os indivíduos com a mes-

As duas abordagens são obviamente complementares. Shorrocks (1980) demonstrou que, ao utilizarmos o Desvio Médio Logarítmico (DML) como indicador de desigualdade, a sua decomposição permite uma resposta unificada às duas abordagens.

O nível de desigualdade medido através do índice DML pode ser aditivamente decomposto em duas componentes: a desigualdade intragrupos e a desigualdade intergrupos.

A desigualdade intragrupos é a soma da desigualdade existente em cada grupo (medida igualmente através do DML), ponderada pela importância relativa de cada grupo no conjunto da população total. A desigualdade intragrupo não tem em conta as assimetrias no rendimento médio dos vários grupos, pelo que a quantificação desta componente da desigualdade corresponde à resposta à segunda abordagem acima referida.

A desigualdade intergrupos corresponde à desigualdade que teríamos se todos os indivíduos num determinado grupo (mantendo o exemplo anterior, num determinado escalão etário) auferissem um rendimento idêntico ao do rendimento médio do grupo a que pertence. Nesse caso, a característica definidora do grupo (a idade) seria o único factor explicativo da desigualdade. O valor da desigualdade intergrupos constitui assim a resposta à primeira das abordagens referidas.

A importância relativa da desigualdade intergrupos na desigualdade total pode ser interpretada como um indicador da relevância de uma dada característica sobre a desigualdade total, como a parte da desigualdade explicada por essa mesma característica socioeconómica. Por exemplo, como veremos no ponto 4.4, a importância do grupo etário do indivíduo de referência das famílias portuguesas sobre a desigualdade total era, em 2009, somente 1,8%.

A comparação da “parte explicada da desigualdade” de cada uma das características socioeconómicas utilizadas para particionar a população permite estabelecer uma ordenação da importância relativa dos vários grupos tidos em consideração e identificar os principais factores explicativos do nível e da evolução da desigualdade³¹.

Ao longo deste trabalho tentamos identificar as principais alterações de natureza socioeconómica ocorridas na sociedade portuguesa e descortinar a forma como essas transformações contribuíram para o decréscimo da desigualdade familiar ocorrida entre 1993 e 2009.

A selecção das variáveis a utilizar para proceder à decomposição da desigualdade está condicionada pelas variáveis disponibilizadas em dois inquéritos distintos: Painel Europeu dos Agregados Familiares (PEADP/ECHP), para os anos entre 1994 e 2001, e o seu sucessor, o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC), para os anos entre 2004 e 2009³².

ma idade (no mesmo escalão etário) têm o mesmo nível de rendimento mas que o rendimento médio de cada nível etário é diferente. A segunda abordagem apresentada corresponde a uma situação em que o rendimento médio de cada idade (escalão etário) é idêntico mas com variância não nula.

³¹ Para uma análise mais aprofundada das técnicas de decomposição da desigualdade, veja-se Rodrigues (1993, 2008) ou Cowell e Jenkins (1995).

³² A existência de ‘missing values’ em algumas categorias utilizadas para particionar a população implica que a desigualdade total não corresponda exactamente à soma ponderada das desigualdades intragrupo mais a

4.1 Dimensão do ADP

O primeiro factor analisado prende-se com a dimensão dos agregados familiares. Entre 1993 e 2009, a dimensão média dos agregados familiares diminuiu de 3,1 pessoas para 2,7. No mesmo período, a percentagem de agregados compostos exclusivamente por uma pessoa aumentou de 13,3% para 17,7% e a proporção de agregados alargados (cinco e mais pessoas) reduziu-se para metade, de 14,5% dos agregados para 7,7%³³.

Estas profundas alterações ocorridas na dimensão média das famílias repercutiram-se na estrutura da população, nos rendimentos relativos das famílias de diferentes dimensões e nos níveis de desigualdade prevalentes no interior dos diferentes tipos de famílias.

A informação é apresentada graficamente neste capítulo e no próximo, mas nos quadros do anexo encontram-se os resultados com maior pormenor.

O primeiro painel do Gráfico 62 evidencia a distribuição da população pelas famílias de diferentes dimensões nos anos de 1993, 2000, 2003 e 2009. Nele é bem patente a redução ocorrida na proporção da população enquadrada em famílias numerosas e o conseqüente aumento da sua participação em agregados familiares compostos exclusivamente por um ou dois indivíduos.

O segundo painel do mesmo gráfico ilustra, através das barras associadas à escala da esquerda, a relação entre o rendimento médio equivalente de cada grupo e o rendimento médio equivalente do conjunto da população. Uma primeira leitura que se pode fazer do gráfico é a de que as famílias constituídas por um só elemento não somente viram a sua importância aumentar como também melhoraram substantivamente a sua posição relativa em termos de rendimento. Em 1993, o rendimento médio deste grupo era o mais baixo de todos os grupos considerados, com cerca de 70% do rendimento médio global. No último ano considerado o seu rendimento médio representava já 87% do rendimento médio do conjunto da população. Apesar desta aproximação do rendimento médio das famílias composta por um indivíduo ao rendimento médio, este grupo, conjuntamente com o das famílias numerosas, continua a apresentar os rendimentos mais baixos de todas as categorias de dimensão dos ADP consideradas. Em 1993, 19,4% da população habitava em agregados domésticos compostos por uma ou duas pessoas. Em 2009, essa proporção atingia os 29,2%. Por outro lado, a percentagem da população residente em famílias alargadas reduziu-se de 26,4% para 15,3% ao longo do mesmo período.

desigualdade intergrupo. Estas situações são, no entanto, pouco expressivas pelo que não colocam em causa os principais resultados obtidos. No Anexo estatístico são apresentados os valores detalhados da decomposição da desigualdade familiar para todos os anos do período 1993-2009.

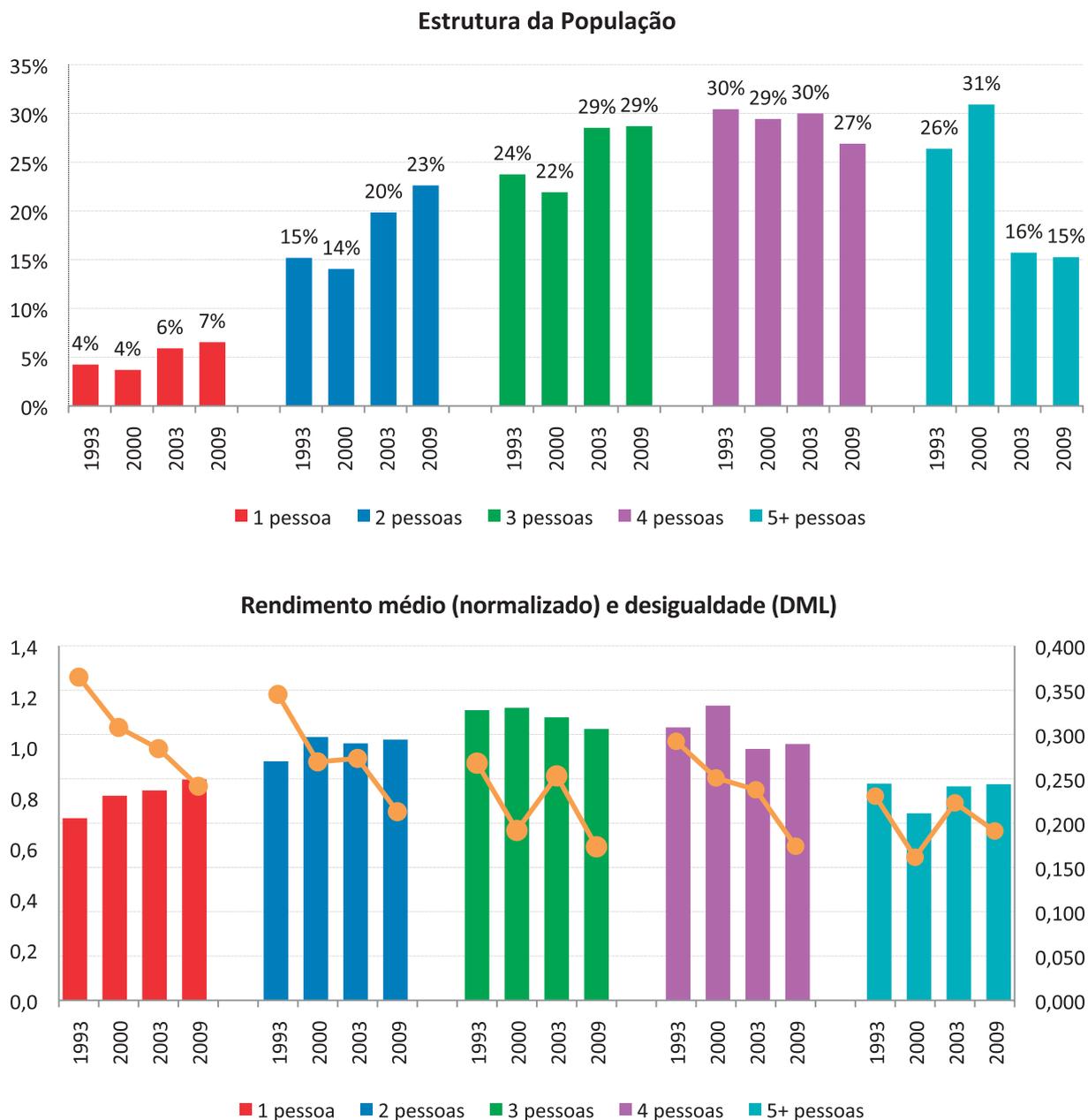
³³ Note-se que a proporção de agregados com uma determinada característica é diferente da proporção de pessoas que residem nesses agregados. Por exemplo, em 2009, a percentagem dos agregados alargados (cinco e mais pessoas) era de 7,7% mas a importância relativa da população nesse grupo era de 15,3%. Os gráficos seguintes reportam a distribuição da população e não a distribuição dos agregados familiares.

O segundo painel do Gráfico 62 possibilita ainda observar a evolução da desigualdade em cada um dos grupos, medida pelo Desvio Médio Logarítmico (DML)³⁴. As linhas deste gráfico, medidas na escala da direita, dão-nos o valor assumido pelo DML em cada grupo e em cada ano considerado. A escolha deste índice para avaliar a evolução da desigualdade registada no interior de cada um dos grupos socioeconómicos justifica-se pelas suas propriedades, em particular o facto de este permitir separar a desigualdade intragrupos da desigualdade intergrupos de qualquer partição da população considerada.

A principal imagem que resulta do gráfico é a da redução da desigualdade existente no seio de todos os grupos entre 1993 e 2009. O grupo mais heterogéneo, e o mais desigual, que é precisamente o das famílias unipessoais, vê o seu nível de desigualdade reduzir-se de 0,365 para 0,242. Esta redução da desigualdade em todos os grupos, conjugada com alguma aproximação entre o rendimento médio dos diferentes grupos e o rendimento mediano da população, explica grande parte da diminuição da desigualdade total verificada.

³⁴ O Desvio Médio Logarítmico é um índice de desigualdade calculado como $(1/N) \sum_{i=1}^N \ln(\mu/y_i)$, onde N representa a dimensão da população, y_i o rendimento do indivíduo i e μ o rendimento médio da população. Quanto maior o valor assumido pelo índice, maior o nível de desigualdade existente.

Gráfico 62 - Decomposição da desigualdade familiar por dimensão do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009



Fonte: INE, PEADP 1994, 2001 / ICOR 2004, 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

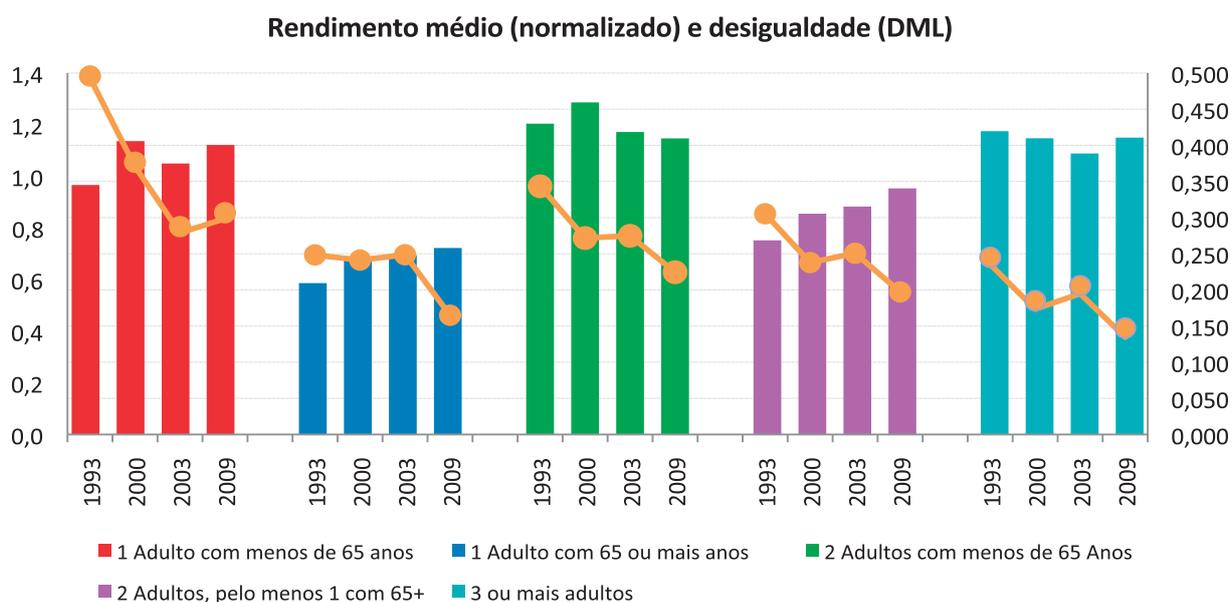
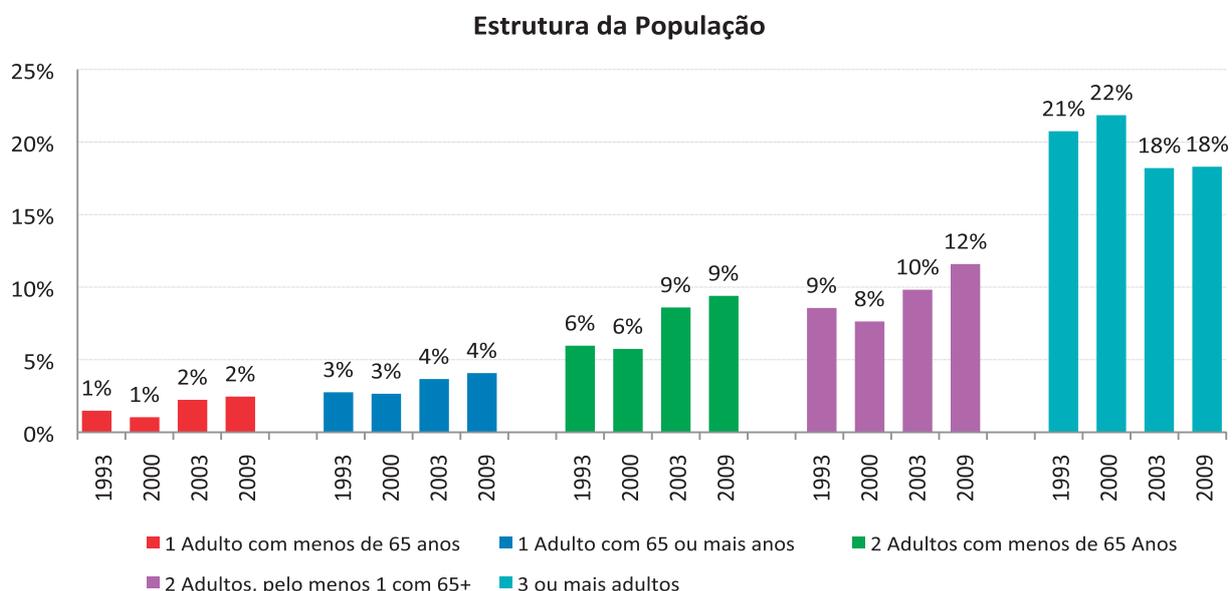
4.2 Composição do ADP

A segunda variável ensaiada como factor potencialmente explicativo da desigualdade e da sua evolução foi o tipo de família. A partição dos agregados familiares por tipo de família conjuga a dimensão dos agregados com a sua composição, pelo que permite alargar e aprofundar a análise antes feita tendo em conta exclusivamente a dimensão. Os dois pares

de gráficos seguintes, com estruturas semelhantes ao Gráfico 62, permitem-nos analisar as transformações ocorridas nos vários tipos de famílias, separando-as em dois subgrupos: as famílias sem e com crianças.

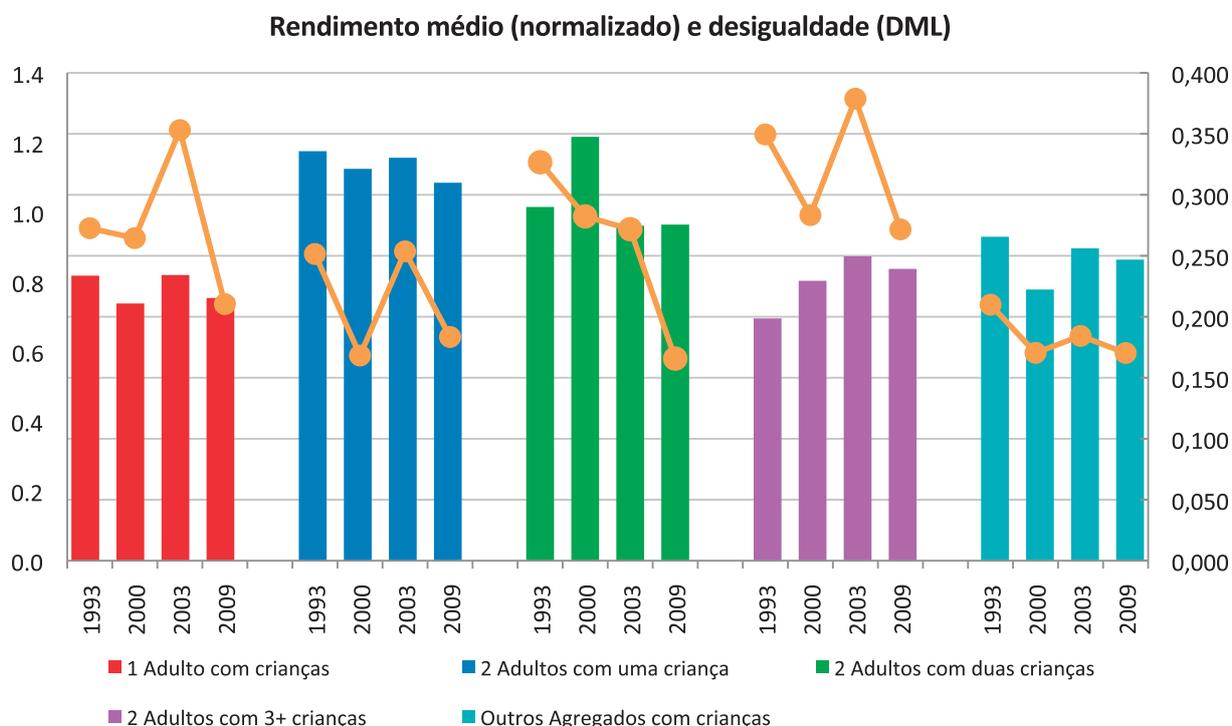
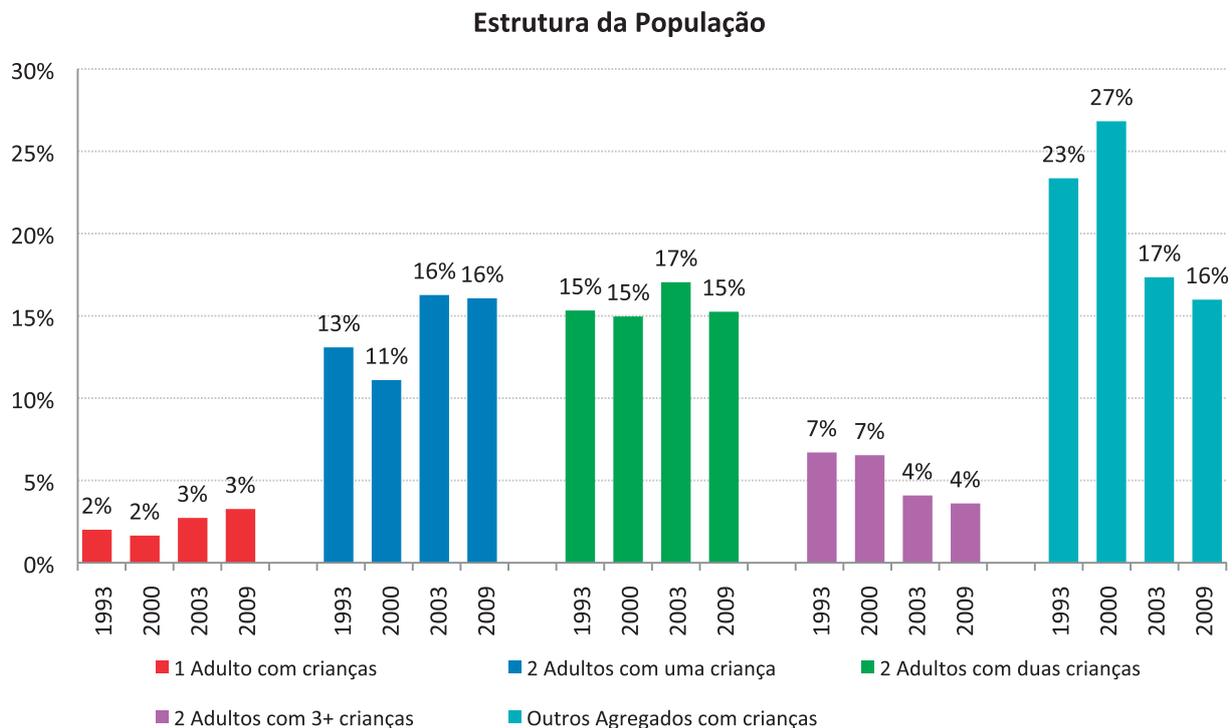
Esta divisão da tipologia das famílias em dois subgrupos é, em grande medida, motivada por facilidade de apresentação. Contudo, ela não deixa de traduzir uma primeira característica das mutações ocorridas na composição das famílias: a diminuição do peso dos agregados familiares com crianças. Se, em 1993, a proporção de agregados familiares com crianças representava 46% do total, o seu peso diminuiu para cerca de 39% em 2009.

Gráfico 63 - Decomposição da desigualdade familiar por composição do ADP (I), Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009



Fonte: INE, PEADP 1994, 2001 / ICOR 2004, 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Gráfico 64 - Decomposição da desigualdade familiar por composição do ADP (II), Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009



Fonte: INE, PEADP 1994, 2001 / ICOR 2004, 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Uma segunda característica que sobressai dos dois gráficos anteriores é o envelhecimento da população. As famílias constituídas por um idoso isolado e por dois indivíduos em que

pelo menos um tem mais de 65 anos vêem o seu peso demográfico aumentar ao longo dos anos examinados. Este crescimento demográfico da população idosa no quadro desta tipologia de famílias parece igualmente ser acompanhado de alguma melhoria da sua posição relativa na distribuição de rendimentos. A título de exemplo, o rendimento médio dos idosos isolados, que no início do período em análise representava cerca de 59% do rendimento médio do país, alcança os 72,2% em 2009.

A forte heterogeneidade das famílias unipessoais antes verificada ganha uma explicação adicional. A separação deste grupo de acordo com a idade, destacando os idosos com 65 e mais anos, permite observar que estamos perante sectores da população com níveis de rendimentos muito distintos. As famílias unipessoais em que o indivíduo está em idade activa apresentam um nível de rendimento médio que corresponde a cerca de 100-110% do rendimento médio global, enquanto as famílias de idosos têm um rendimento médio que é sempre inferior a 75% do mesmo referencial.

Os indivíduos isolados com menos de 65 anos e os casais com três e mais crianças constituem os grupos que apresentavam maiores níveis de desigualdade no ano inicial. Se em relação ao primeiro grupo referido a heterogeneidade dos níveis de rendimento não é particularmente estranha, no caso do segundo grupo a elevada desigualdade nele existente parece traduzir que os casais com três e mais crianças se situam predominantemente nos extremos da distribuição do rendimento, isto é, nos decis mais baixos e mais elevados, diminuindo a sua presença nos decis centrais.

A descida, entre 1993 e 2009, do nível de desigualdade em praticamente todos os tipos de família constitui, porém, o principal elemento a evidenciar nos dois gráficos anteriores. A tendência descendente da desigualdade total não parece, assim, associada a um determinado grupo específico da população, constituindo antes uma transformação que abarca todos os tipos de agregados familiares, ainda que com diferentes intensidades.

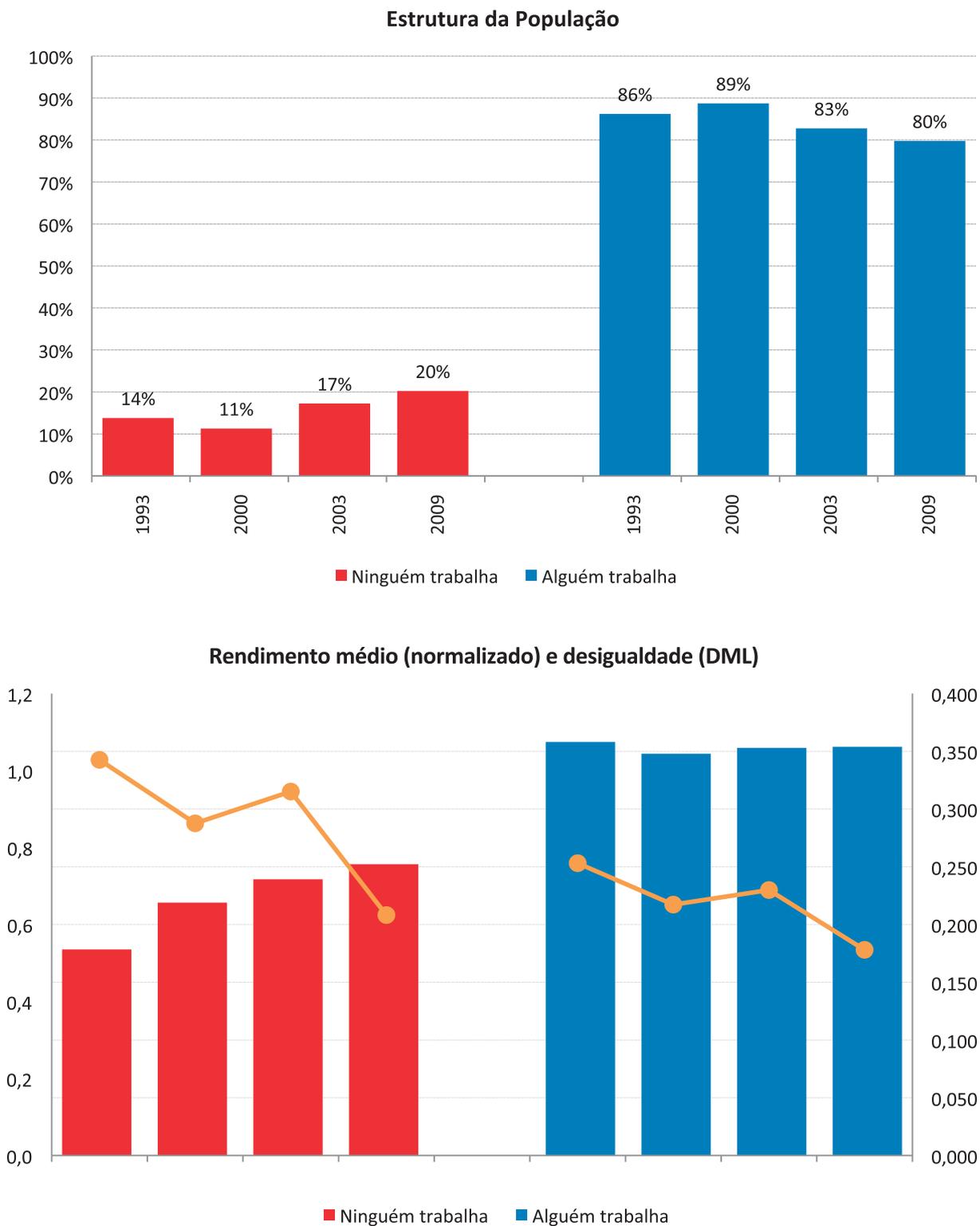
4.3 Participação do ADP na actividade produtiva

O progressivo envelhecimento da população antes verificado não pode deixar de se repercutir na importância relativa dos rendimentos de trabalho nos rendimentos familiares e, de forma mais geral, na ligação entre as famílias e a actividade produtiva. Para elucidarmos a evolução deste vínculo entre as famílias e o mercado de trabalho procedemos à segmentação dos agregados familiares entre aqueles em que essa ligação existe, isto é, em que algum elemento da família aufer rendimentos do trabalho, e aquelas em que a estrutura de rendimentos é composta por outro tipo de rendimentos, predominantemente prestações sociais.

Os microdados do PEADP 1994 e do ICOR 2010 permitem verificar que a percentagem de famílias sem qualquer relação com o mercado de trabalho cresce, entre 1993 e 2009, de 24% para 31%. Neste último ano, 20,2% da população habitava em agregados familiares que não dispunham de qualquer rendimento de trabalho, quer regular, quer precário. Ainda que o envelhecimento da população possa constituir o factor mais importante deste progressivo “desligar” da relação entre as famílias e a actividade produtiva, não é certamente a única explicação.

O Gráfico 65 apresenta estes dois grupos de famílias para os quatro anos em análise.

Gráfico 65 - Decomposição da desigualdade familiar por participação do ADP na actividade produtiva, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009



Fonte: INE, PEADP 1994, 2001 / ICOR 2004, 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Os dois painéis do gráfico anterior permitem comprovar o peso crescente dos indivíduos residentes em famílias sem qualquer ligação ao mercado de trabalho mas igualmente o seu fraco nível de rendimentos. Estas famílias dispõem de um rendimento médio inferior ao rendimento médio em qualquer um dos anos considerado. No entanto, o seu nível de rendimentos relativos cresceu ao longo do período analisado, traduzindo, eventualmente, uma maior abrangência das prestações sociais. O nível de desigualdade deste grupo diminuiu igualmente de forma significativa ao longo do período em observação.

4.4 Grupo etário do indivíduo de referência

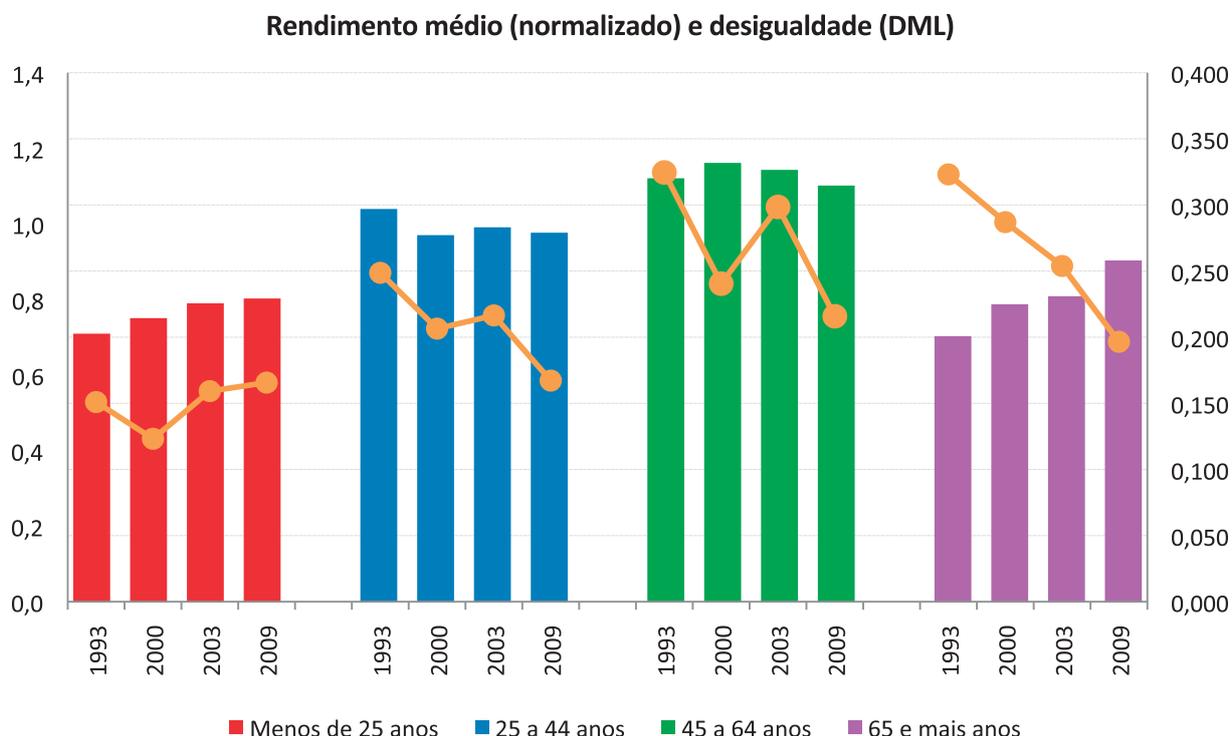
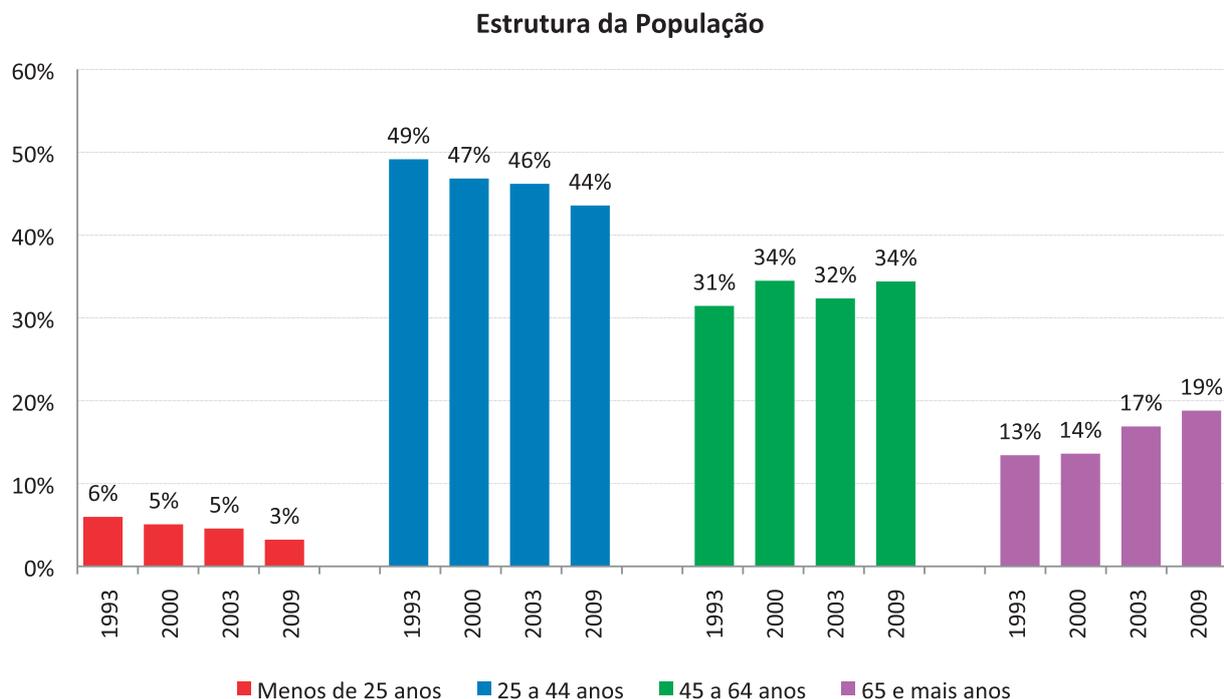
As restantes variáveis de segmentação da população consideradas como potenciais factores explicativos da desigualdade remetem para as características do indivíduo de referência das famílias, isto é, para as características do indivíduo com maior nível de rendimento no seio de cada um dos agregados familiares.

A primeira destas variáveis é o grupo etário do indivíduo de referência. Também aqui os efeitos do envelhecimento da população são notórios. De acordo com os inquéritos às famílias que constituem a base estatística deste trabalho, a proporção de famílias cujo indivíduo de referência era idoso subiu cinco pontos percentuais, passando de 23% em 1993 para 28% em 2009. No mesmo período, a percentagem da população residindo neste tipo de famílias subiu de 13% para 19%³⁵.

Mais uma vez, é possível comprovar a subida progressiva do rendimento relativo deste grupo. O seu rendimento médio passa de 70% para cerca de 90% do rendimento médio do conjunto da população. Embora permaneça como um dos grupos com níveis de rendimento mais baixos, juntamente com as famílias cujo indivíduo de referência tem menos de 25 anos, a sua posição relativa na distribuição de rendimentos melhorou de forma significativa. É também neste grupo que se registam as quebras mais acentuadas da desigualdade intragrupos.

³⁵ Os números anteriores permitem ilustrar uma distinção importante quando particionamos a população de acordo com as características do indivíduo de referência: a diferença entre os valores atribuídos ao indivíduo de referência e os valores da população em agregados domésticos cujo indivíduo de referência possui uma determinada característica. No caso em análise, a proporção de idosos entre os indivíduos de referência das famílias era, em 2009, de 23%. No entanto, dado que as famílias cujo indivíduo de referência é idoso têm geralmente uma menor dimensão, a percentagem de indivíduos residentes nesta categoria de famílias é somente de 16%. Os gráficos que a seguir se apresentam tomando como base as características do indivíduo de referência expressam a distribuição da população e não as características particulares dos indivíduos de referência.

Gráfico 66 - Decomposição da desigualdade familiar por grupo etário do indivíduo de referência do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009



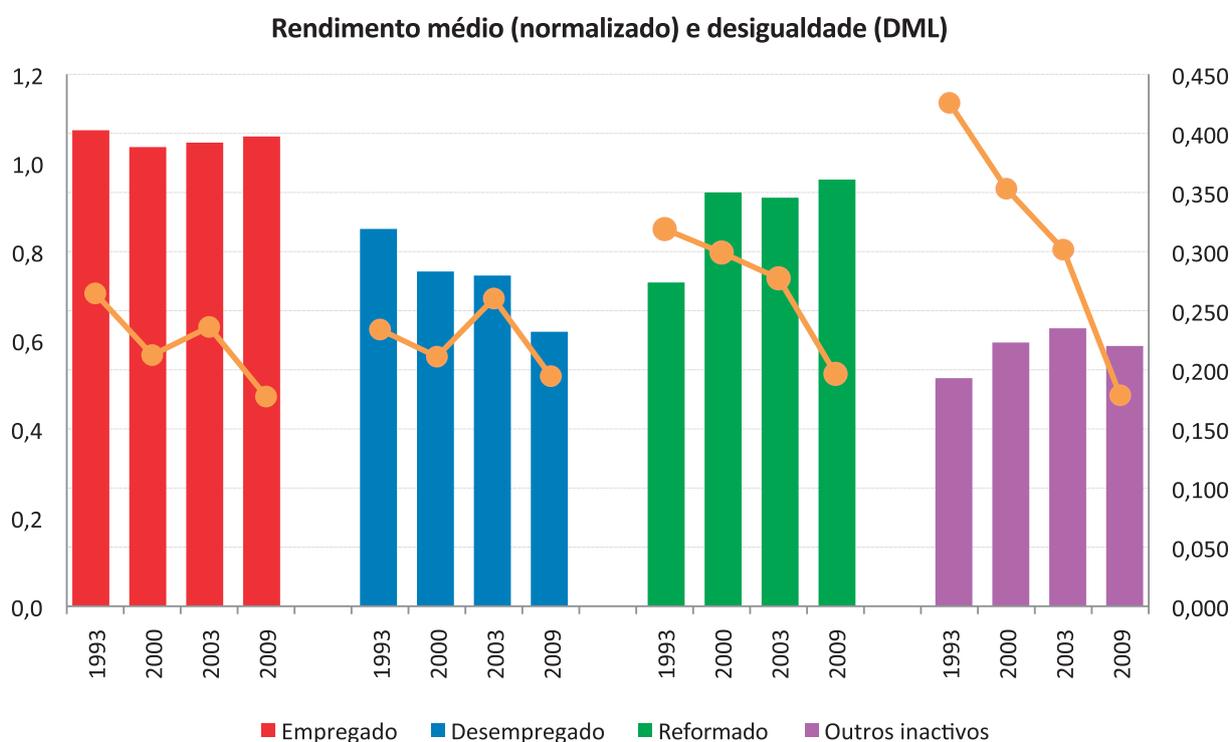
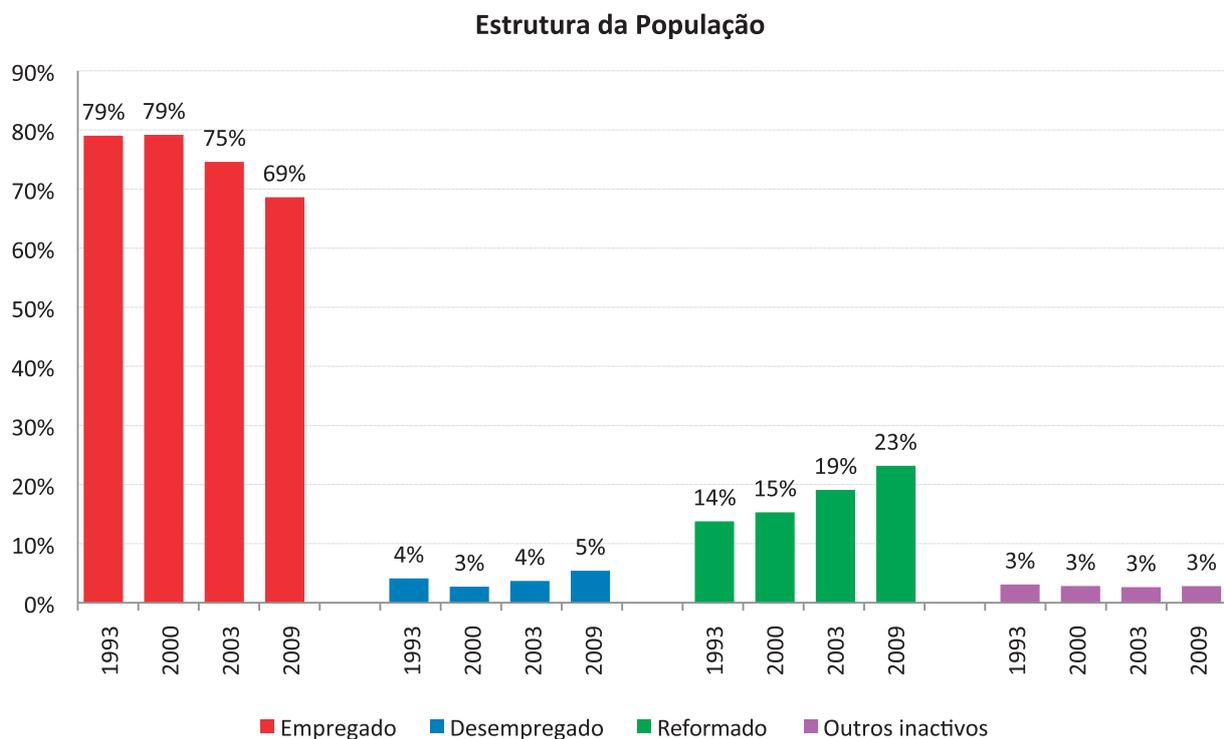
Fonte: INE, PEADP 1994, 2001 / ICOR 2004, 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

4.5 Condição perante o trabalho do indivíduo de referência

O Gráfico 67 aprecia as alterações ocorridas na desigualdade na óptica da condição perante o trabalho do indivíduo de referência.

A consideração da condição perante o trabalho permite confirmar e alargar grande parte dos resultados obtidos antes quanto ao modelo das transformações demográficas e económicas já analisadas. A proporção de famílias cujo indivíduo de referência trabalha diminui de 80%, em 1993, para 69% em 2009. A percentagem de agregados familiares cujo indivíduo de referência é reformado sobe de 14% para 23%.

Gráfico 67 - Decomposição da desigualdade familiar por condição perante o trabalho do indivíduo de referência do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009



Fonte: INE, PEADP 1994, 2001 / ICOR 2004, 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

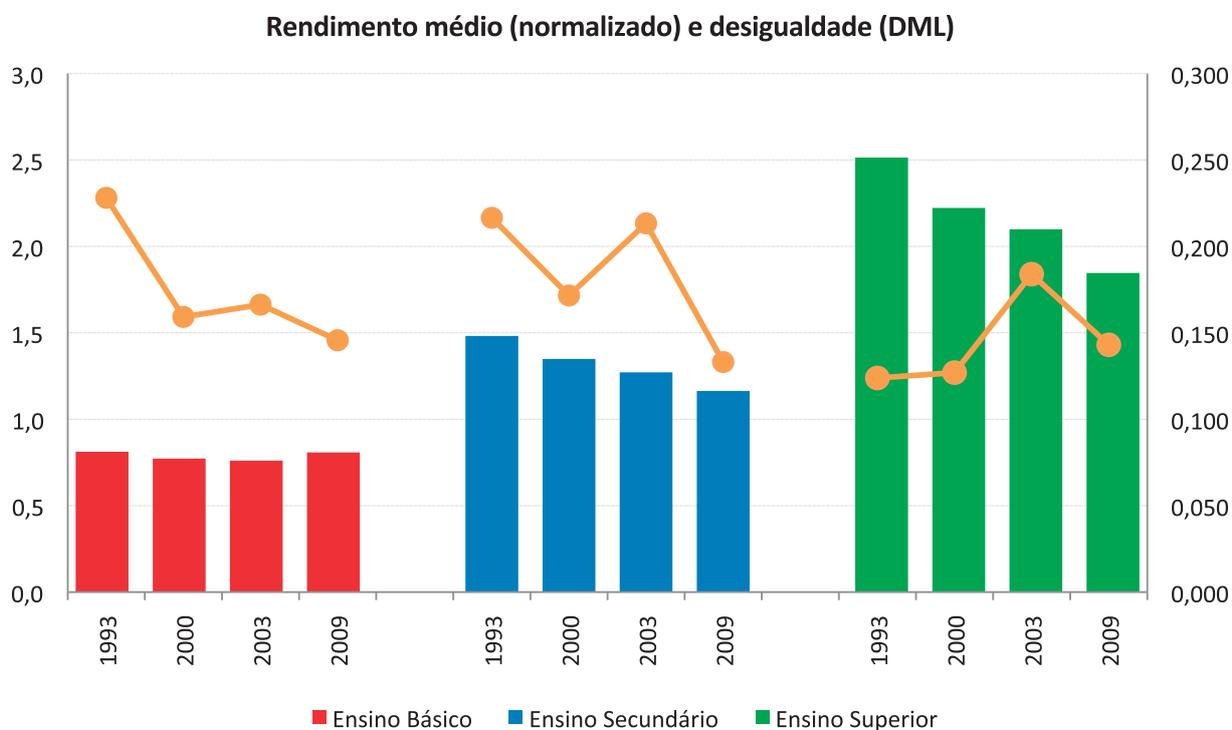
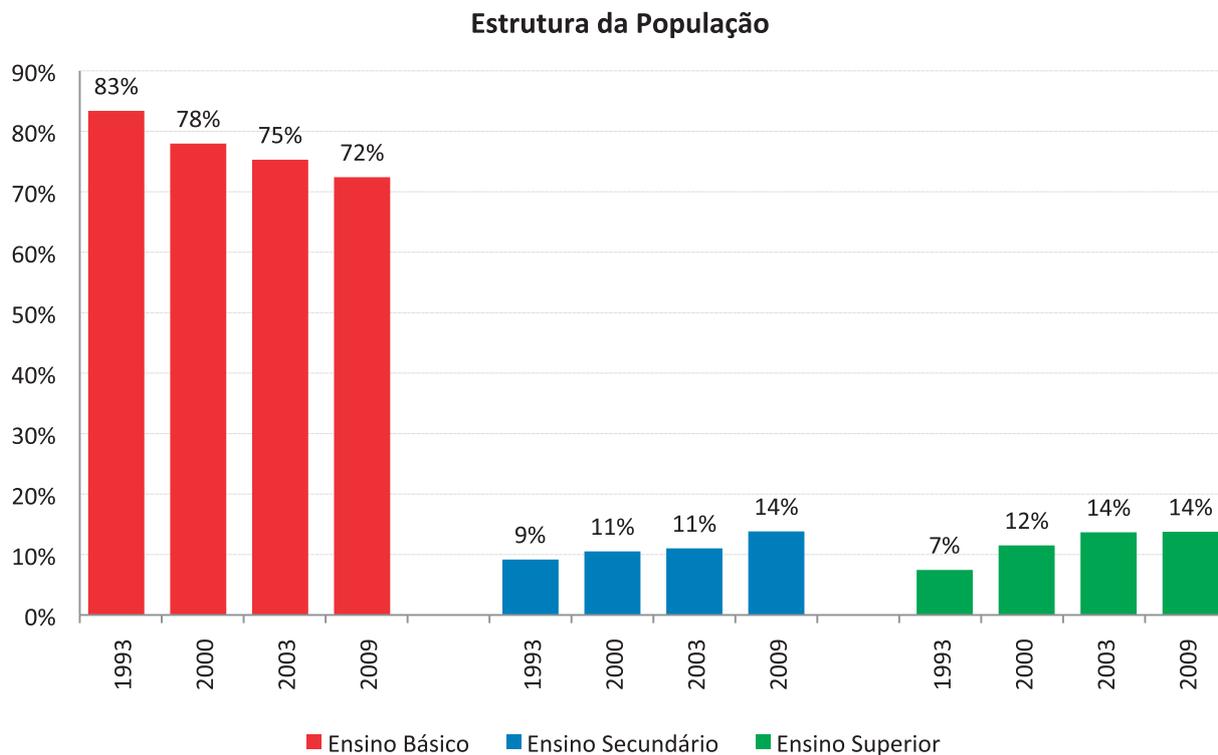
Da comparação do rendimento médio dos diferentes grupos e da sua evolução, sobressai o baixo nível de rendimentos relativos das famílias cujo indivíduo pertence ao grupo dos outros inactivos.

Embora o nível de desigualdade diminua em todos os grupos socioeconómicos considerados, essa diminuição é mais acentuada nos grupos correspondentes aos reformados e outros inactivos. Este resultado é particularmente importante uma vez que confirma, novamente, o importante papel das prestações sociais na redução da desigualdade.

4.6 Nível de escolaridade completo do indivíduo de referência

O último gráfico a analisar evidencia as alterações ocorridas no nível de instrução do indivíduo de referência dos agregados familiares.

Gráfico 68 – Decomposição da desigualdade familiar por nível de escolaridade completo do indivíduo de referência do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009



Fonte: INE, PEADP 1994, 2001 / ICOR 2004, 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

O estudo dos resultados apresentados no Gráfico 68 introduz elementos novos na avaliação dos factores explicativos da evolução da desigualdade em Portugal. Em primeiro lugar, porque a variável nível de instrução apresenta uma forte associação com os níveis de rendimento. Em segundo, porque as alterações demográficas associadas ao aumento do nível de escolaridade geraram efeitos contraditórios na desigualdade intragrupos.

A percentagem da população vivendo em agregados familiares cujo indivíduo de referência possui habilitações de nível superior subiu de 7,4%, em 1993, para 13,8% em 2009. O alargamento deste grupo populacional traduziu-se quer numa diminuição da vantagem relativa deste grupo na escala dos rendimentos quer num aumento da desigualdade existente no seu seio. Se o rendimento médio deste grupo representava, em 1993, 2,5 vezes o rendimento médio da população, em 2009 essa proporção descia para 1,8. O índice de desigualdade, medido pelo Desvio Médio Logarítmico subia, no mesmo horizonte temporal, de 0,124 para 0,143.

O alargamento de famílias cujo representante apresenta habilitações superiores surge, assim, associado a uma maior assimetria dos seus rendimentos e a uma menor valorização relativa, em termos de rendimentos monetários, da obtenção desse nível de habilitações.

4.7 Decomposição da desigualdade por fontes de rendimento

Tendo analisado a importância relativa da dispersão dos rendimentos de diferentes grupos socioeconómicos para a desigualdade, iremos neste ponto investigar a relevância das diferentes componentes do rendimento disponível por adulto equivalente para essa mesma desigualdade. Também aqui as técnicas de decomposição se revelam particularmente úteis. Shorrocks (1982) propôs uma metodologia de decomposição aditiva da desigualdade total por fontes de rendimento, que permite identificar a contribuição para a desigualdade total das diferentes componentes do rendimento, independentemente do índice de desigualdade utilizado.

O quadro seguinte foi construído de acordo com essa metodologia. Dadas as dificuldades de compatibilização das categorias do rendimento existentes no PEADP e no ICOR, optamos por uma desagregação relativamente simples do rendimento equivalente considerando quatro categorias: rendimentos do trabalho, pensões, transferências sociais e outros rendimentos.

O painel do lado esquerdo do Quadro 32 permite-nos observar a estrutura do rendimento equivalente nos mesmos quatro anos utilizados para a decomposição da desigualdade por grupos socioeconómicos. Os valores constantes do quadro permitem verificar o declínio

relativo dos rendimentos de trabalho entre 1993 e 2009, compensados por um aumento do peso relativo das pensões nos rendimentos familiares. As pensões de velhice e de sobrevivência por morte do cônjuge passam de peso relativo no rendimento total de 11,8%, em 1993, para 20,9% em 2009. Um outro aspecto que se salienta no Quadro 32 é o reduzido peso dos “outros rendimentos” que engloba quer as transferências entre privados quer os rendimentos de capital. A estabilização do seu peso relativo em torno dos 2% parece indiciar alguma subestimação deste tipo de rendimentos nos inquéritos directos às famílias.

As últimas quatro colunas do quadro permitem-nos observar a contribuição de cada componente do rendimento equivalente para a desigualdade total. O sinal negativo associado às transferências sociais a partir de 2000 traduz o efeito equalizador dessa componente do rendimento familiar.

Quadro 32 - Decomposição da desigualdade por fontes de rendimento (I)
Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009

	Estrutura do Rendimento				Contribuição para a desigualdade			
	1993	2000	2003	2009	1993	2000	2003	2009
Rendimentos do trabalho	80,2	77,8	73,6	70,0	89,0	78,7	83,6	79,3
Pensões	11,8	14,4	18,6	20,9	5,1	9,7	14,0	17,3
Transferências sociais	5,8	5,5	6,0	6,9	0,3	-0,4	-0,1	-2,0
Outros rendimentos	2,2	2,3	1,8	2,2	5,6	11,9	2,5	5,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, PEADP 1994, 2001 / ICOR 2004, 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Como seria de esperar, dado o seu peso relativo, os rendimentos do trabalho são a componente que mais contribui para a desigualdade, seguido pelas pensões e pelos outros rendimentos.

A simples apreciação da contribuição relativa de cada componente do rendimento para a desigualdade dá-nos somente uma visão parcial das dinâmicas de desigualdade que lhe estão associadas. Uma forma mais precisa de observar o papel de cada fonte do rendimento nas desigualdades consiste em dividir essa contribuição pelo respectivo peso na estrutura do rendimento. Obtemos assim como que uma contribuição “líquida” dessa componente, expurgada do efeito do seu peso no rendimento total.

O Quadro 33 apresenta-nos a contribuição para a desigualdade das quatro fontes de rendimento corrigidas do seu peso relativo.

Quadro 33 - Decomposição da desigualdade por fontes de rendimento (II)
Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2009

	Contribuição para a desigualdade			
	Estrutura do Rendimento			
	1993	2000	2003	2009
Rendimentos do trabalho	111,0	101,2	113,6	113,3
Pensões	43,6	67,6	75,1	82,8
Transferências sociais	4,6	-6,6	-2,2	-29,6
Outros rendimentos	248,6	514,5	137,8	241,0

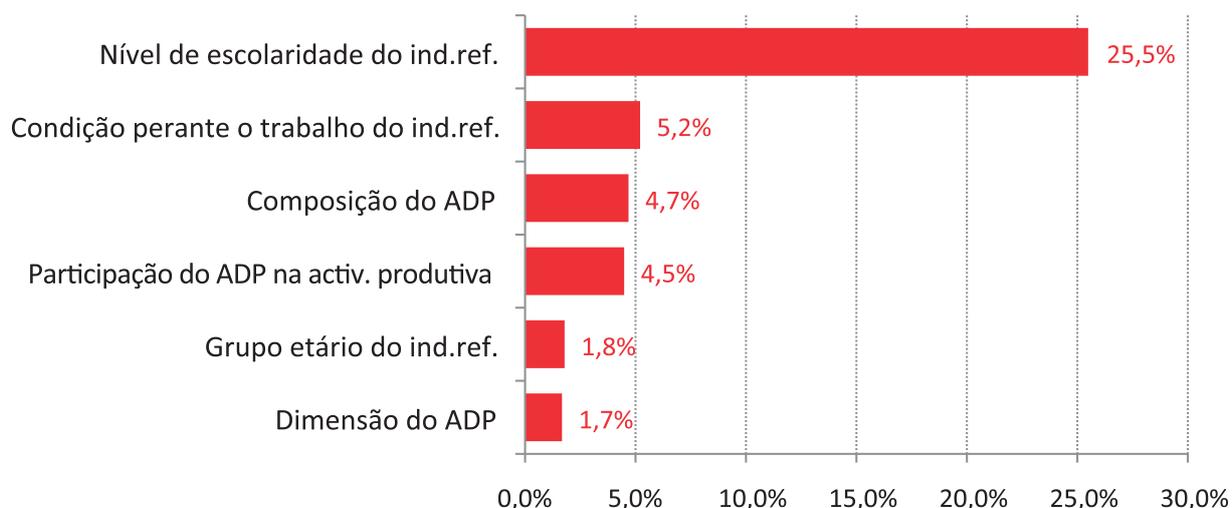
Fonte: INE, PEADP 1994,2001 /ICOR 2004,2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Tanto os “rendimentos do trabalho” como os “outros rendimentos” têm uma contribuição para a desigualdade que é superior à sua importância relativa na estrutura dos rendimentos. Em particular, os “outros rendimentos” geram um efeito de desigualdade que é superior ao dobro do seu ‘share’ no rendimento total. As “pensões”, apesar de gerarem uma contribuição positiva para a desigualdade total, essa contribuição é menos do que proporcional ao seu peso relativo.

4.8 Síntese

A consideração de diferentes grupos socioeconómicos como potenciais factores explicativos da evolução da desigualdade familiar ocorrida em Portugal entre 1993 e 2009 possibilitou uma nova visão sobre o padrão de alterações ocorridas na distribuição do rendimento.

Em primeiro lugar, o peso das desigualdades intragrupo supera largamente a importância da desigualdade intergrupos em praticamente todos os grupos considerados. Com excepção da segmentação da população de acordo com o nível de instrução do indivíduo de referência, todas as demais partições revelam uma “capacidade explicativa” da desigualdade inferior a 10%. O nível de escolaridade do indivíduo de referência explica cerca de 25% da desigualdade total. A dimensão do agregado ou o escalão etário do indivíduo de referência explicam menos de 2% do total da desigualdade. O Gráfico 69 ilustra a importância relativa das desigualdades intergrupos para o ano de 2009.

Gráfico 69 - Proporção da desigualdade explicada, Portugal, 2009

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A redução da desigualdade ocorrida no conjunto da população é acompanhada pela redução da desigualdade existente no seio da generalidade dos grupos socioeconómicos considerados, o que, de alguma forma, desvaloriza o papel explicativo desses grupos na evolução da desigualdade ocorrida.

Resulta também da análise efectuada que é predominantemente nos grupos socioeconómicos de rendimentos mais baixos que a redução da desigualdade é mais acentuada. Esta conclusão complementa e valida a análise antes efectuada quanto à importância das transformações ocorridas na parte inferior da distribuição do rendimento na redução dos níveis de desigualdade. Ilustra, também, a relevância dos vários tipos de prestações sociais na diminuição das desigualdades ocorrida em Portugal.

A análise da decomposição da desigualdade por fontes de rendimento permitiu verificar que os rendimentos do trabalho são aqueles que mais contribuem para a desigualdade total, embora a sua contribuição corrigida da sua importância relativa no rendimento equivalente seja inferior à da categoria outros rendimentos. As transferências sociais evidenciam claramente um efeito atenuador das desigualdades, que se acentua no ano de 2009.

5 PRINCIPAIS FACTORES EXPLICATIVOS DA EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE SALARIAL

O mercado de trabalho reúne múltiplas desigualdades sociais. Na população empregada identificam-se fossos salariais que podem ser consequência de inúmeros factores discriminatórios associados ao sexo, à idade, às situações de precariedade, entre outros. Neste capítulo continuaremos, então, o estudo das alterações ocorridas na sociedade portuguesa, iniciado no Capítulo 4. Para o efeito, utilizamos a mesma metodologia para a decomposição da desigualdade por categorias socioeconómicas, mas aqui faremos incidir o exame sobre a população empregada. Realçamos mais uma vez que, apesar de a fonte de informação usada para este fim ser a mais completa entre as disponíveis, não cobre todas as formas de emprego, nomeadamente os trabalhadores a tempo parcial e os trabalhadores independentes.

Esta base de dados limitará a escolha das variáveis a estudar. Teremos um conjunto de variáveis caracterizadoras do trabalhador, sendo estas o sexo, o escalão etário, as habilitações, a profissão, as qualificações e a antiguidade na empresa e ainda um grupo de variáveis que caracterizam a empresa/estabelecimento onde o trabalhador exerce a sua actividade, as quais são a região do estabelecimento, a dimensão da empresa e a classificação da empresa em grandes sectores de actividade³⁶.

5.1 Sexo

A desigualdade entre sexos e o esforço para alcançar a igualdade entre homens e mulheres é um tema que consta com bastante frequência nas agendas políticas. Estas disparidades

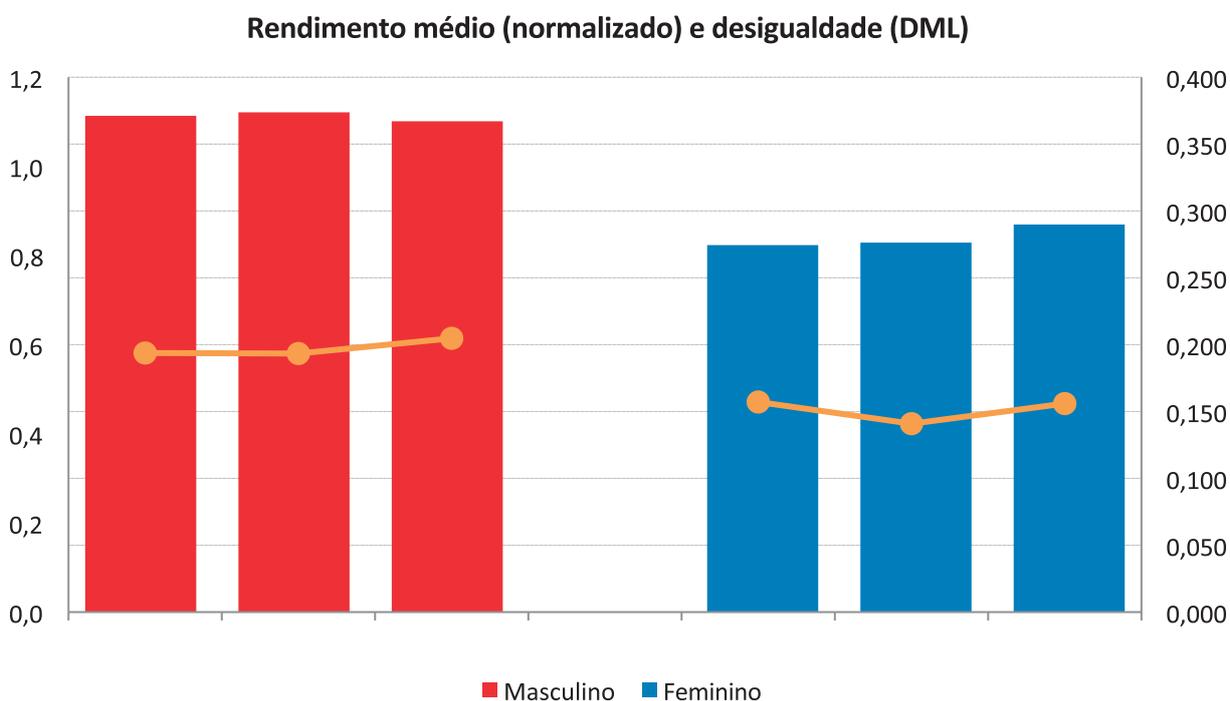
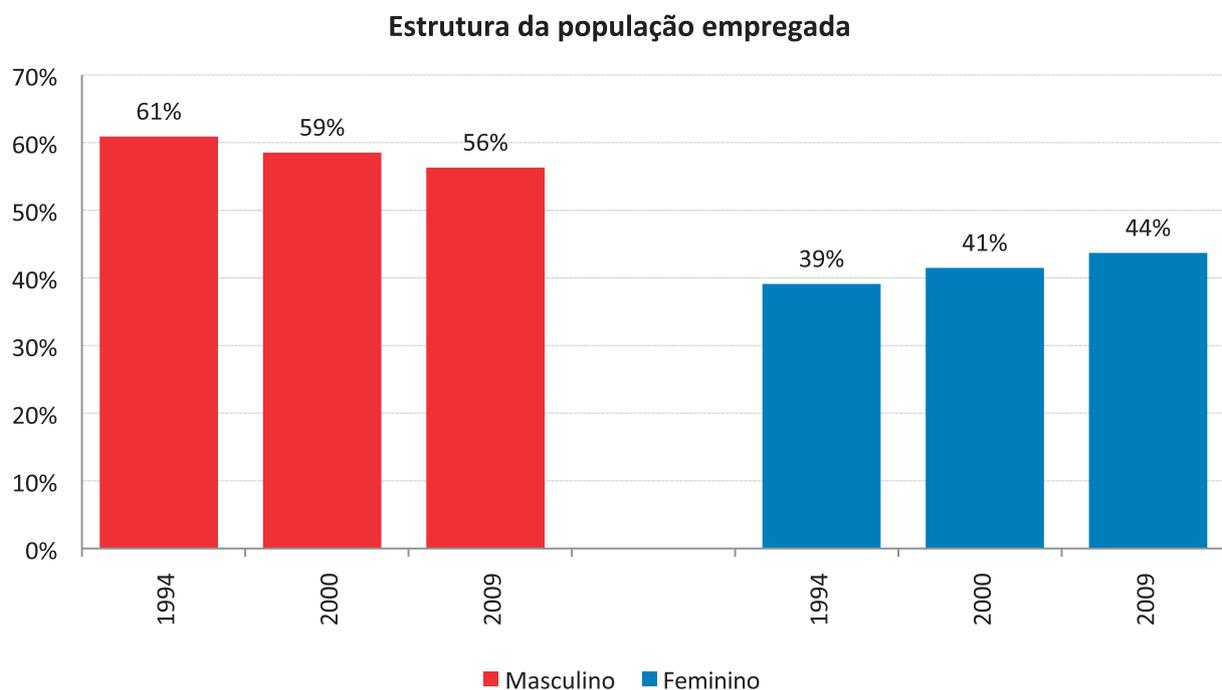
³⁶ Tal como verificado na decomposição da desigualdade familiar, a existência de “missing values” em algumas categorias utilizadas para particionar a população implica que a desigualdade total não corresponda exactamente à soma ponderada das desigualdades intragrupo mais a desigualdade intergrupo. No Anexo estatístico são apresentados os valores detalhados da decomposição da desigualdade salarial para todos os anos do período 1994-2009.

significam situações de desequilíbrio, sendo na maioria das vezes as mulheres a tomarem a posição mais desfavorável.

O mercado de emprego, que em Portugal não foge a esse princípio, é constituído por uma maior proporção de homens e são eles que auferem remunerações médias mais altas.

Apesar desta disparidade, é notória uma melhoria desde o início do período em análise. Houve um aumento da percentagem de mulheres no mercado de emprego, ao longo do tempo, passando de 39%, em 1994, para 44%, em 2009, e, ao nível salarial, observa-se uma atenuação dos desequilíbrios gerados pelas remunerações provenientes do trabalho. Em 1994, as mulheres auferiam, em média, 26% menos que o ganho médio dos trabalhadores do sexo masculino e, em 2009, essa diferença era de 21%. A parte inferior do Gráfico 63 evidencia as alterações ocorridas no peso das mulheres no total dos trabalhadores e a aproximação do ganho entre homens e mulheres. Em 1994, o salário relativo das mulheres comparativamente ao ganho médio era de 82%, passando em 2009 para 87%.

Gráfico 70 - Decomposição da desigualdade salarial por sexo, Portugal, 1994, 2000 e 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1994, 2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

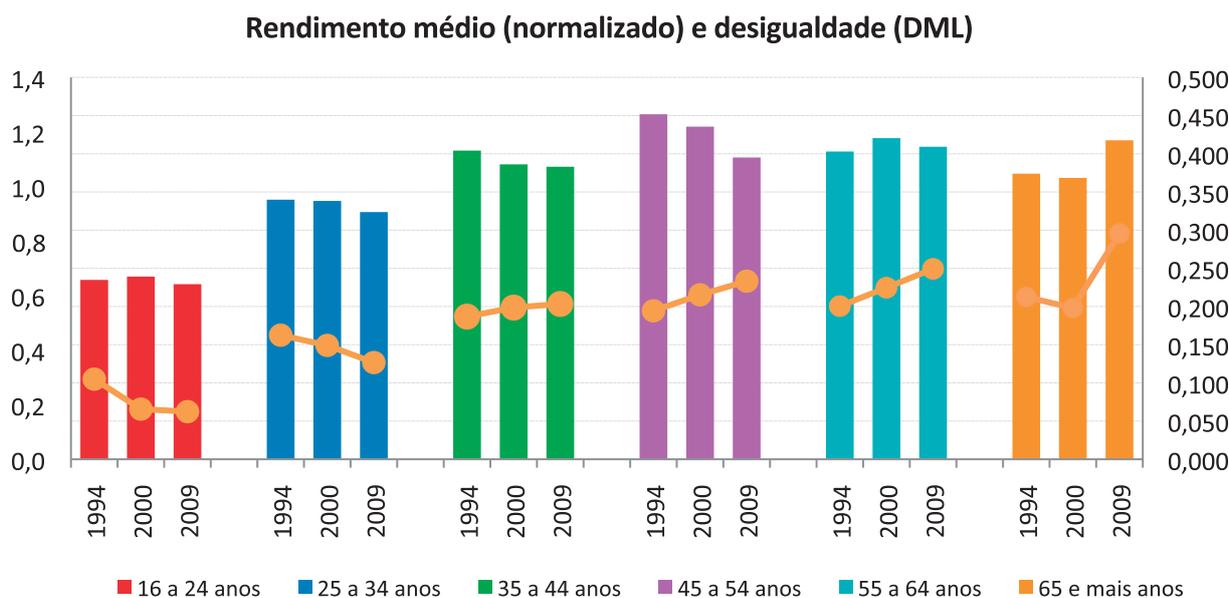
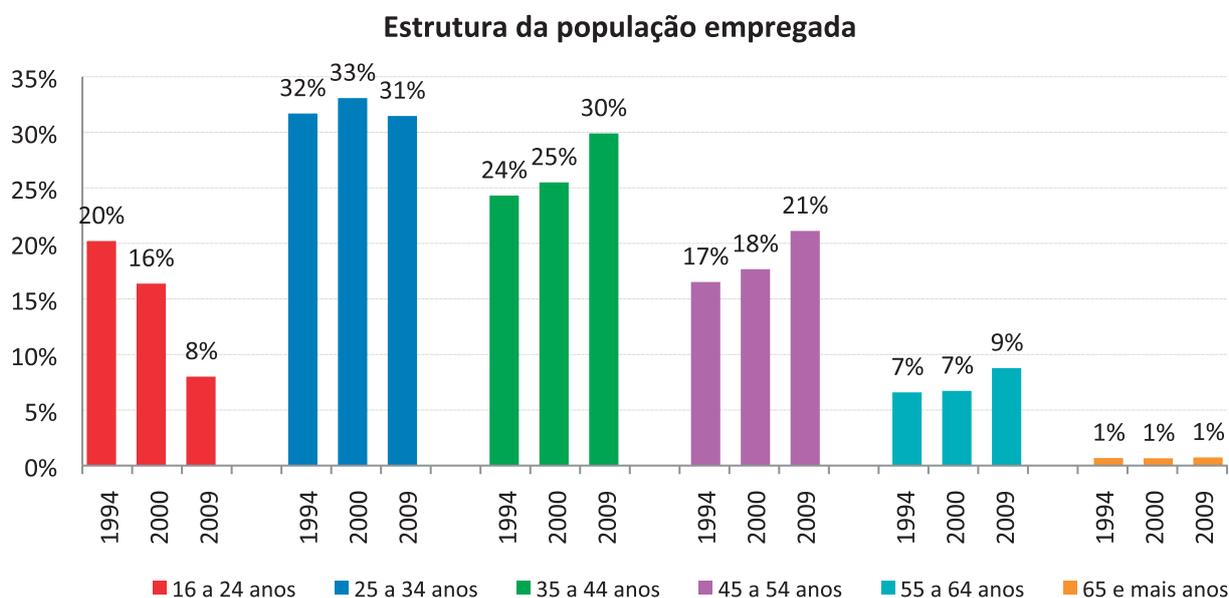
São os trabalhadores do sexo masculino que apresentam os valores de desigualdade mais elevados, atingindo em 2009 os maiores níveis registados, mas a proporção de desigualdade imputável às diferenças entre os sexos dos trabalhadores é pouco significativa.

Assim, apesar das discrepâncias observadas entre os sexos, esta variável, aparentemente, não é um factor muito significativo para a explicação das assimetrias na distribuição da massa salarial. Tal deve-se, fundamentalmente, à forte heterogeneidade salarial existente em cada um dos grupos.

5.2 Grupo etário

De acordo com as estatísticas demográficas divulgadas e os resultados apresentados no Capítulo 4, é claro o envelhecimento da população portuguesa. Este facto foi verificado, nesse capítulo, a propósito da análise da desigualdade familiar por grupo etário do indivíduo de referência. Neste ponto, a partir do Gráfico 71, percebe-se que houve um decréscimo da proporção do segmento mais jovem e intensificaram-se as camadas mais envelhecidas, comprovando-se também aqui a mesma tendência de envelhecimento. Note-se que, desta vez, há mais do que alterações demográficas em jogo. A evolução do mercado de trabalho, com a entrada mais tardia por parte dos jovens, por um lado, e o avanço na idade de reforma, por outro, encontrar-se-á também implícita nas mudanças ocorridas na estrutura etária da população empregada.

Gráfico 71 - Decomposição da desigualdade salarial por grupos etários, Portugal, 1994, 2000 e 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1994, 2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

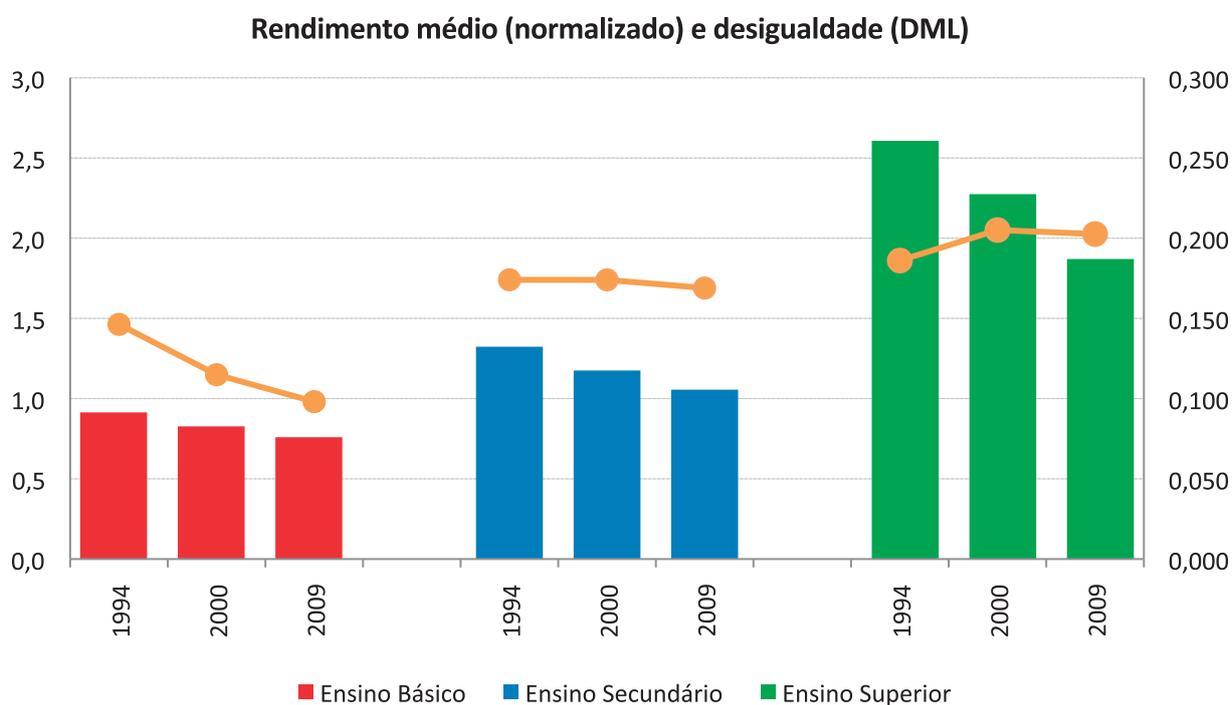
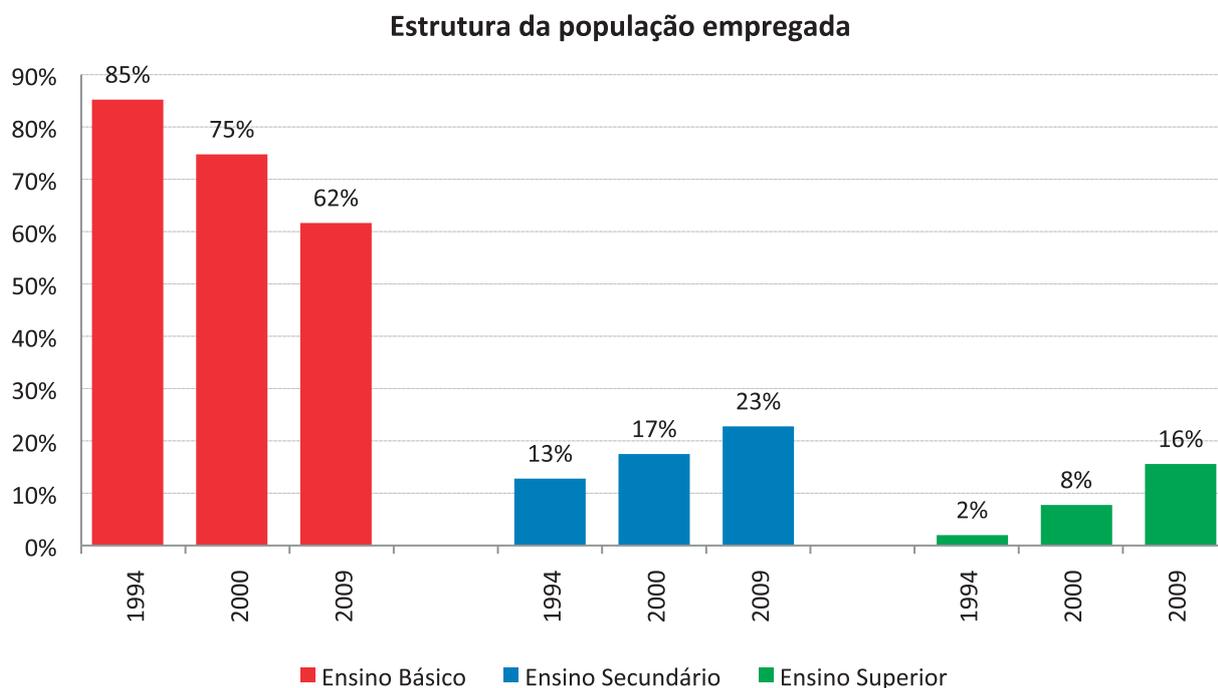
É perceptível um aumento do ganho mensal médio à medida que se avança nas classes etárias, pelo menos até ao grupo das idades entre os 45 e os 54 anos, onde é atingido o valor máximo. Tal verifica-se durante 1994 e 2000, mas, em 2009, o ganho mensal médio daquela classe cai para um nível inferior ao das classes seguintes, sendo que passa a ser o grupo dos 65 e mais anos a auferir a média mais elevada. É também entre estes que, de 2000 a 2009, se produz um acentuado aumento da desigualdade. Em todo o caso, trata-se de uma classe pouco expressiva em termos de dimensão, como se observa na primeira parte do gráfico.

Nas restantes classes, com maior peso na estrutura, há comportamentos distintos na evolução da desigualdade. Nos mais jovens, até aos 34 anos, assiste-se a uma clara diminuição, direcção contrária àquela a que se tem nas idades entre os 35 e os 64 anos.

5.3 Habilitações

No Gráfico 72, onde está representada a distribuição por habilitações, observa-se que existiam, em 1994, 85% trabalhadores com ensino básico, 13% com ensino secundário e 2% com ensino superior.

Gráfico 72 - Decomposição da desigualdade salarial por habilitações, Portugal, 1994, 2000 e 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1994, 2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

É notória, até 2009, uma melhoria dos níveis habilitacionais no mercado de emprego. Os trabalhadores com ensino básico passaram para 62%, aqueles com ensino secundário pas-

saram para os 23% e os que possuíam o ensino pós-secundário ou superior atingiram os 16%. É perfeitamente clara a deslocação da estrutura educacional ao longo do período.

Como seria de esperar, existe uma forte assimetria salarial consoante as categorias habilitacionais. De modo geral, os trabalhadores auferem um ganho médio maior quanto maior é o nível habilitacional. No entanto, tal como se verificou no Capítulo 4, os trabalhadores com níveis educacionais mais elevados estão a perder vantagem relativa na escala de rendimentos: em 1994, o ganho deste grupo representava 2,6 vezes o ganho médio total, passando para 1,9 em 2009. Ainda assim, esta perda em termos médios deve ser relativizada à luz do acréscimo da dispersão salarial a que também se assiste ao longo do período para este mesmo grupo: como se observa no gráfico, a desigualdade salarial do grupo com habilitações mais elevadas agravou-se entre 1994 e 2009. Situação inversa ocorre nos restantes grupos, que registam uma diminuição da desigualdade.

5.4 Qualificações

O baixo nível de qualificação dos trabalhadores é usualmente apontado como uma das principais razões do baixo nível de competitividade da economia portuguesa e como um dos factores potenciadores das desigualdades salariais. Para analisarmos a relevância das qualificações na desigualdade salarial procedeu-se à partição dos trabalhadores por oito categorias que estão representadas no Gráfico 73 e no Gráfico 74³⁷. Pretende-se, igualmente, observar em que medida as alterações anteriormente identificadas nas habilitações escolares se reflectem nos diferentes níveis de qualificação.

Uma primeira constatação é o importante peso dos trabalhadores com menos qualificações. Em 1994, quase 40% dos trabalhadores por conta de outrem com remuneração completa e horário completo são não qualificados. A importância deste grupo decresce, no entanto, ao longo do período em estudo, fixando-se em 32% em 2009.

No outro extremo da escala de qualificações, o conjunto dos quadros superiores e quadros médios mais do que duplica o seu peso relativo: de 5,6%, em 1994, para 13,8% em 2009.

Esta alteração na estrutura dos níveis de qualificação reflecte as transformações ocorridas nos níveis de habilitação dos trabalhadores e também, embora em menor grau, as mudanças ocorridas na sua estrutura etária, com a diminuição do peso relativo dos trabalhadores mais jovens.

Os principais movimentos detectados no estudo das habilitações escolares no que concerne às diferenças relativas dos ganhos e nos níveis de desigualdade aparecem igualmente

³⁷ Dado o número de categorias consideradas, e de forma a facilitar a leitura, optou-se por repartir a apresentação da informação por dois gráficos.

reproduzidos na análise dos níveis de qualificação. As categorias de maiores rendimentos (quadros superiores e quadros médios) vêem o seu peso relativo aumentar, tornam-se mais heterogéneos, a distância que separa o seu nível médio de ganho do ganho médio do conjunto dos trabalhadores diminui e a desigualdade intragrupo aumenta.

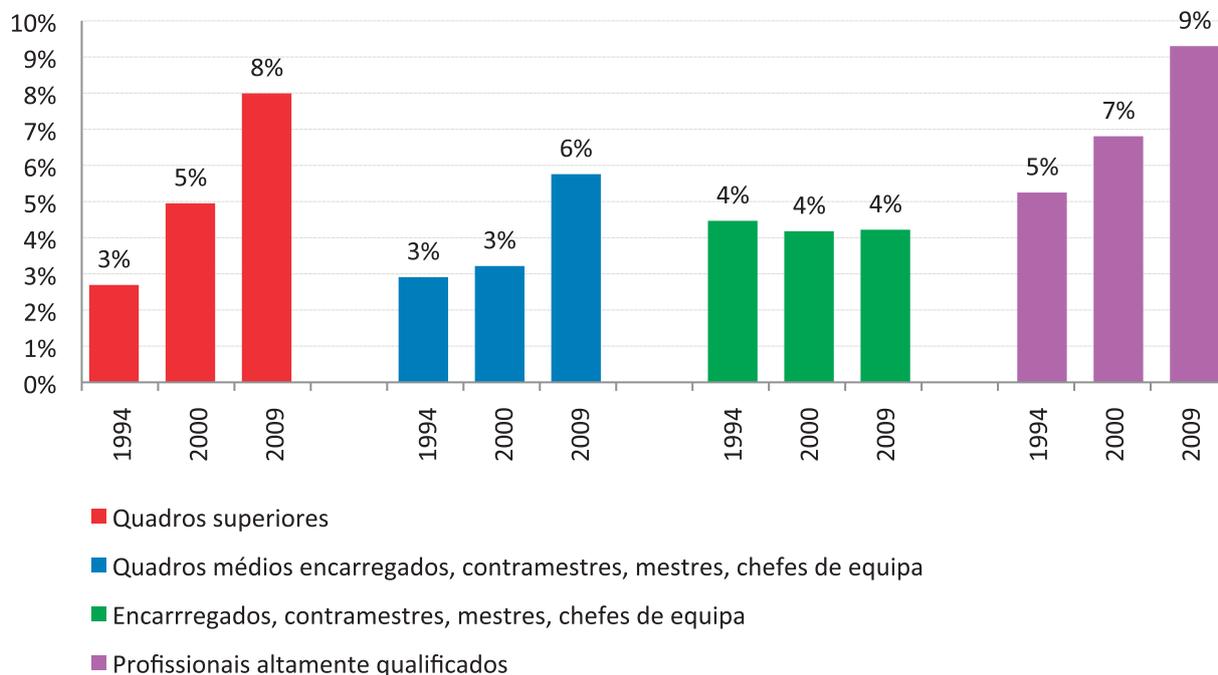
Se, em 1994, o ganho médio dos quadros superiores era cerca de três vezes superior ao ganho médio nacional, em 2009 esse valor reduz-se para 2,4. No mesmo período a desigualdade deste grupo aumentou 44%.

Entre os trabalhadores não qualificados as alterações ocorridas revelam um padrão quase oposto: a diminuição do seu peso relativo parece traduzir alguma homogeneização salarial, com a correspondente diminuição da desigualdade no interior das várias categorias de qualificação. Esta diminuição da desigualdade não é, porém, acompanhada por um aumento do seu ganho relativo. A generalidade das categorias dos trabalhadores não qualificados vê a distância que os separa do ganho médio global aumentar entre 1994 e 2009.

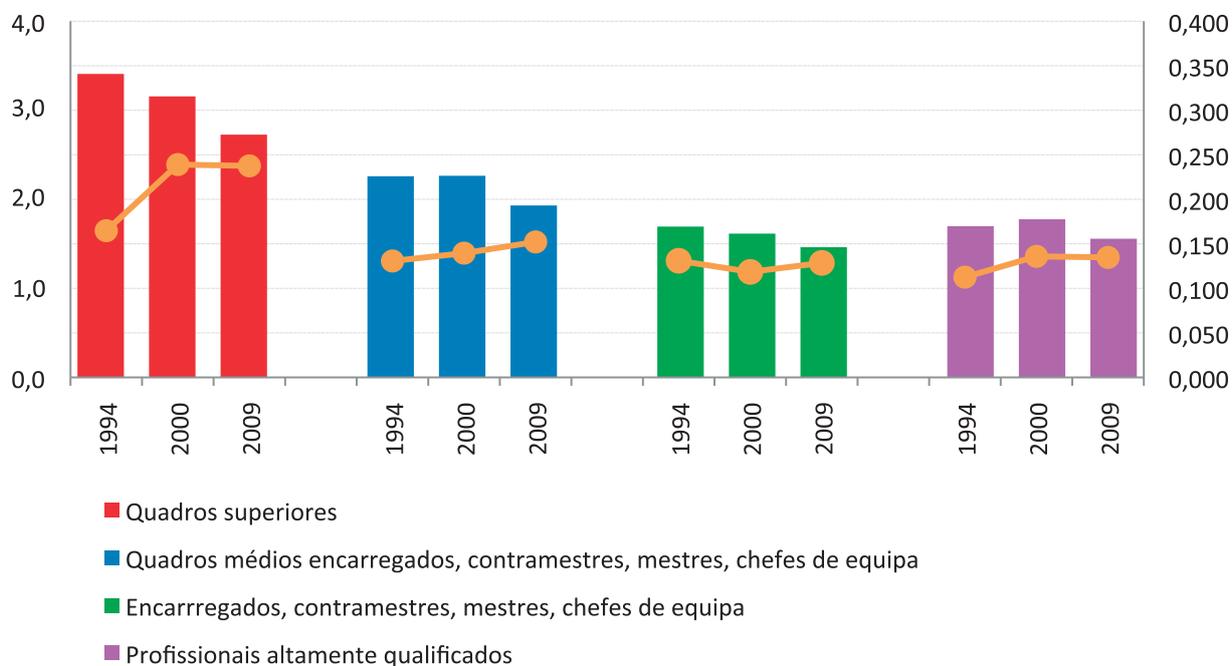
As qualificações dos trabalhadores surgem, na nossa análise, como o determinante mais importante da desigualdade salarial. O nível de qualificações explicava 36% da desigualdade em 2004. No período 1994-2009, a importância das qualificações na explicação da desigualdade acentuou-se. Em 2009, explicava 50% da desigualdade total.

Gráfico 73 - Decomposição da desigualdade salarial por qualificações (i), Portugal, 1994, 2000 e 2009

Estrutura da população empregada



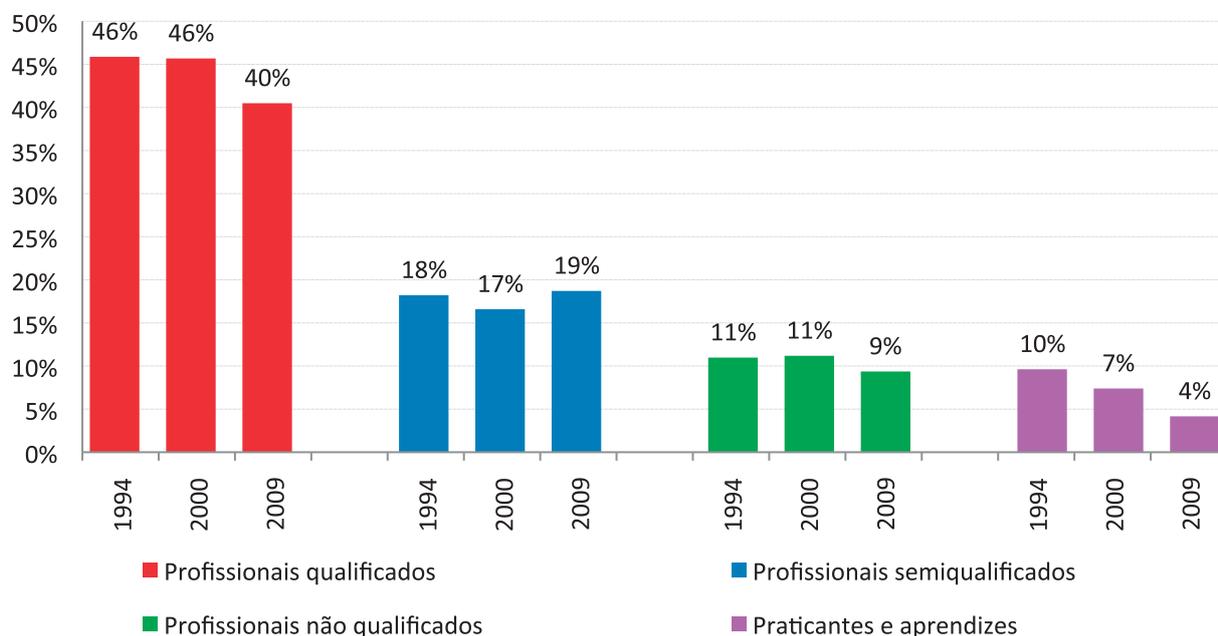
Rendimento médio (normalizado) e desigualdade (DML)



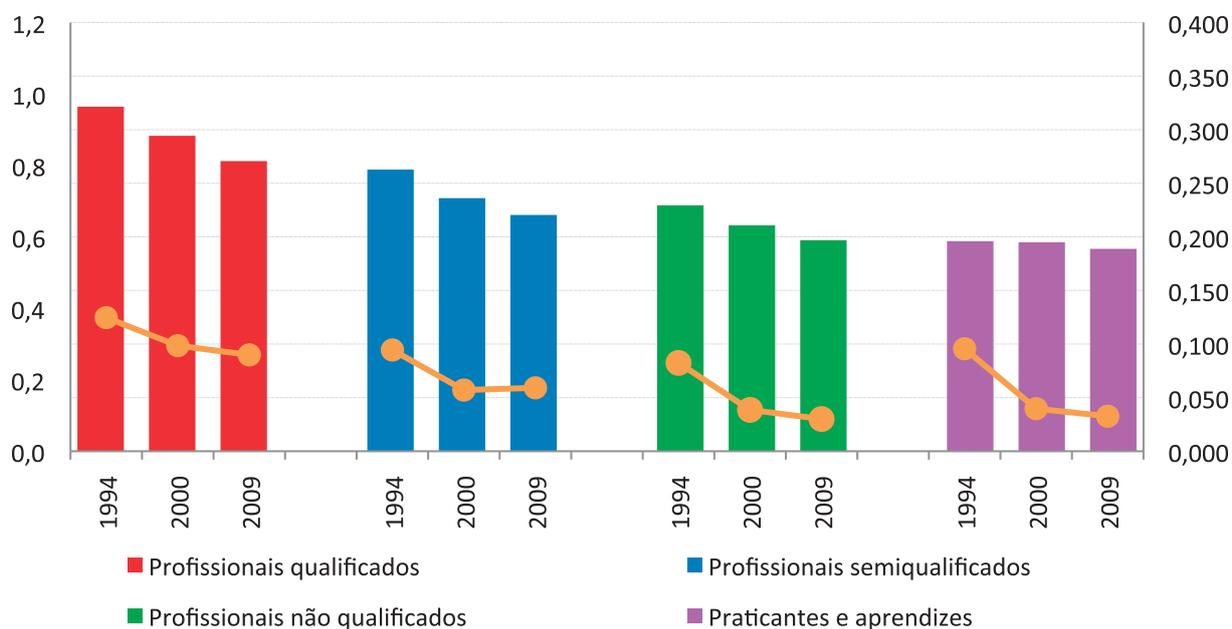
Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1994, 2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Gráfico 74 - Decomposição da desigualdade salarial por qualificações (ii), Portugal, 1994, 2000 e 2009

Estrutura da população empregada



Rendimento médio (normalizado) e desigualdade (DML)



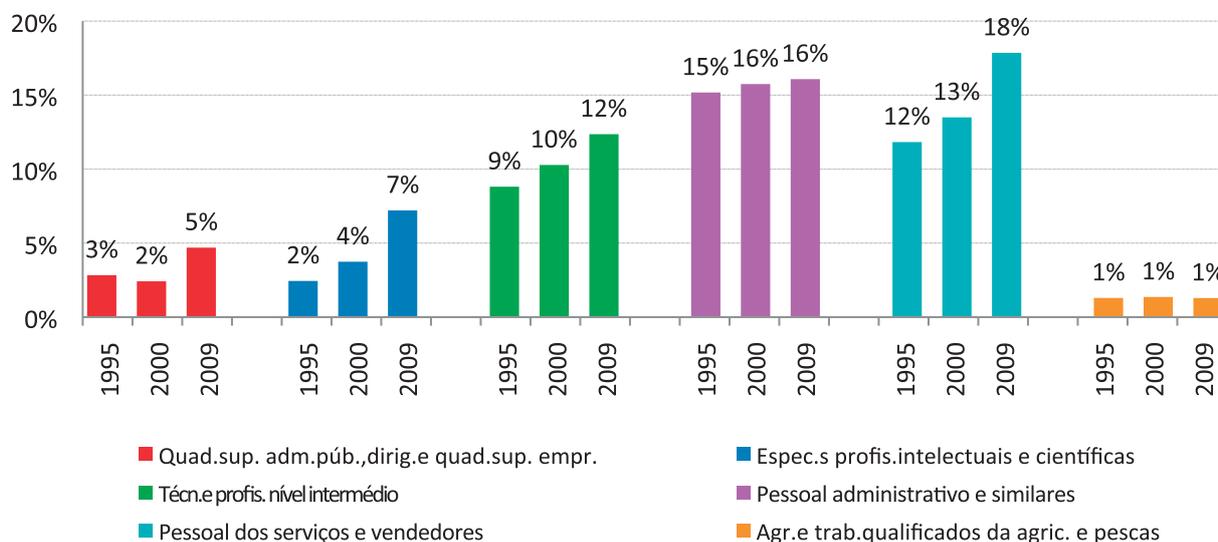
Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1994, 2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

5.5 Profissões

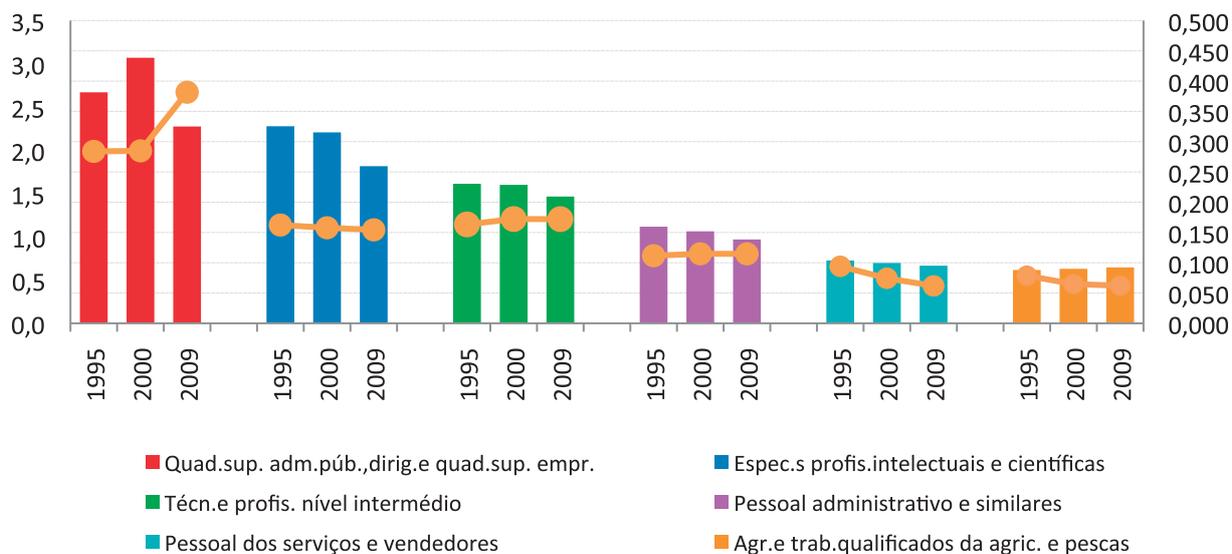
A Classificação Nacional de Profissões (CNP/94) é uma nomenclatura que permite comparar os dados sobre profissões a nível internacional. Tal como no ponto anterior, o número de categorias a observar ditou a opção de distribuir a informação por dois gráficos (Gráfico 75 e Gráfico 76). As categorias de maior dimensão são as do pessoal administrativo, dos operários e do pessoal dos serviços (incluindo vendedores), que representam, de forma geral, mais de metade do total dos trabalhadores. A alteração da estrutura dos trabalhadores ao nível das suas profissões evidencia bem a evolução do mercado de trabalho português ao longo destes anos. Entre aquelas profissões mais frequentes, foi a categoria associada aos serviços que teve um maior crescimento ao longo do período (12% para 18%), ao contrário dos operários, que caíram de praticamente um quarto da população empregada, em 1995, para um quinto, em 2009. Ao nível das profissões menos expressivas em termos de dimensão, um aspecto que merece realce no contexto da evolução do mercado laboral é o aumento significativo da proporção dos especialistas de profissões intelectuais e científicas, que quase quadruplicou ao longo do período. Note-se, também, o quase desaparecimento da categoria dos aprendizes, praticantes, auxiliares e ajudantes.

Gráfico 75 - Decomposição da desigualdade salarial por profissão (i), Portugal, 1994, 2000 e 2009

Estrutura da população empregada

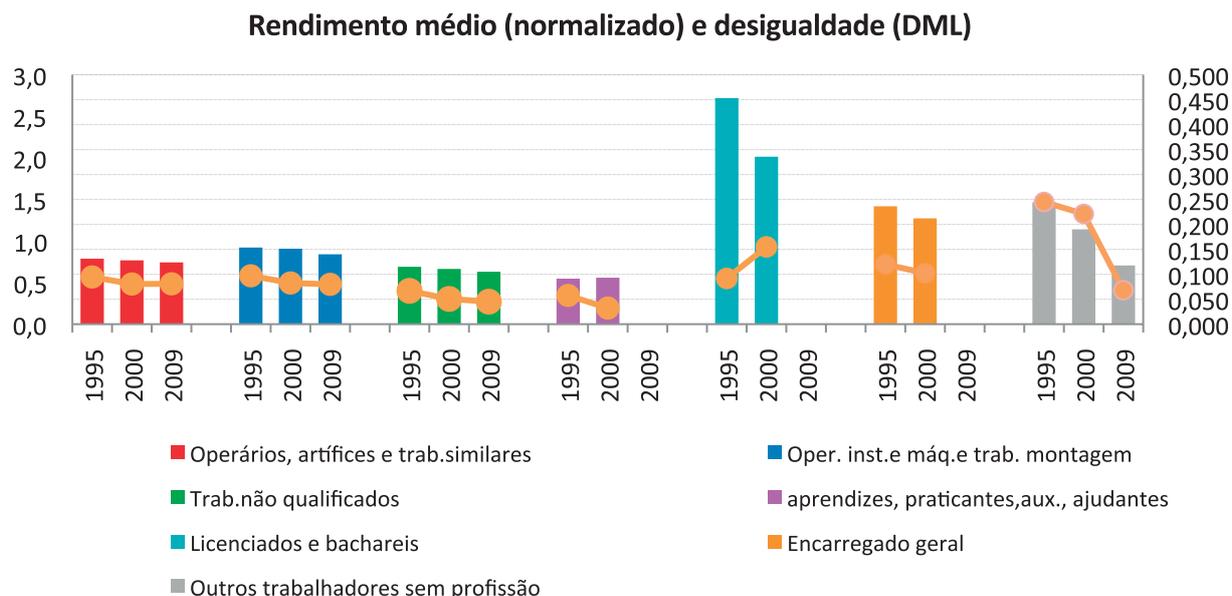
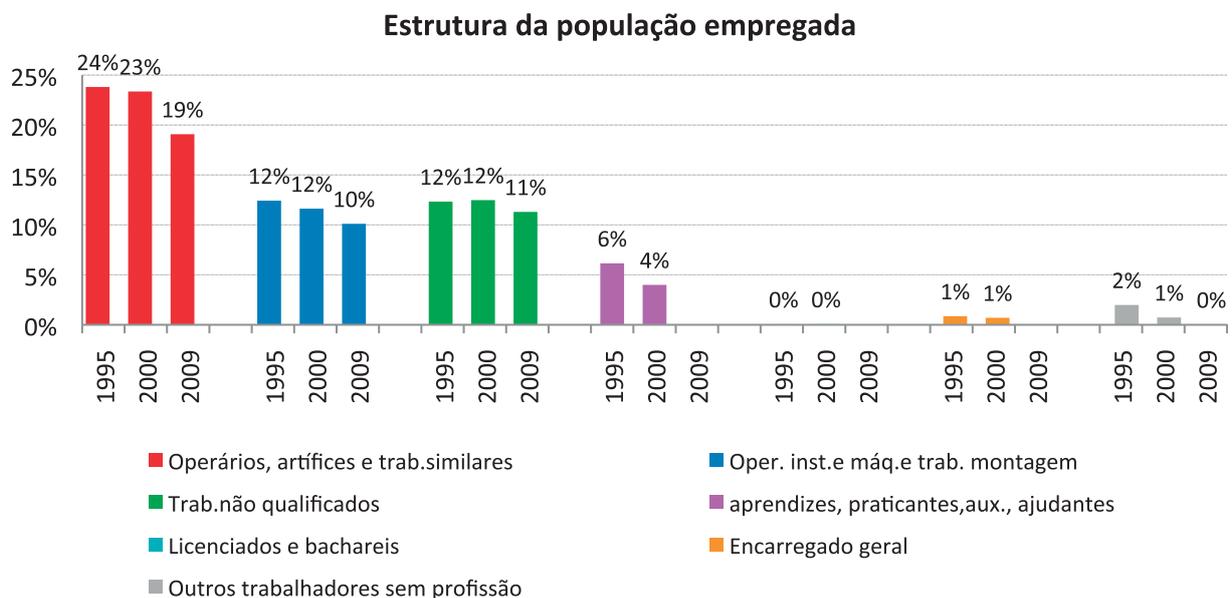


Rendimento médio (normalizado) e desigualdade (DML)



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1994, 2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Gráfico 76 - Decomposição da desigualdade salarial por profissão (ii), Portugal, 1994, 2000 e 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1994, 2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

A população pertencente à primeira categoria da CNP é a mais bem remunerada, sendo esta categoria normalmente constituída pelos quadros superiores da administração pública, os dirigentes e quadros superiores de empresas, os especialistas das profissões intelectuais e científicas e os técnicos e profissionais de nível intermédio. Uma vez que os Quadros de Pessoal não são representativos do sector público, é importante realçar que este grupo não é considerado nesta categoria da CNP, conforme aqui a analisamos.

De modo geral, existe uma diminuição do ganho mensal médio relativo ao longo do período em todas as categorias, à excepção daquelas em que se encontram os agricultores e os trabalhadores qualificados da agricultura e pescas. Em média e a preços de 2009, a remuneração destes trabalhadores atingia os 507€, em 1995, passando em 2009 para os 668€.

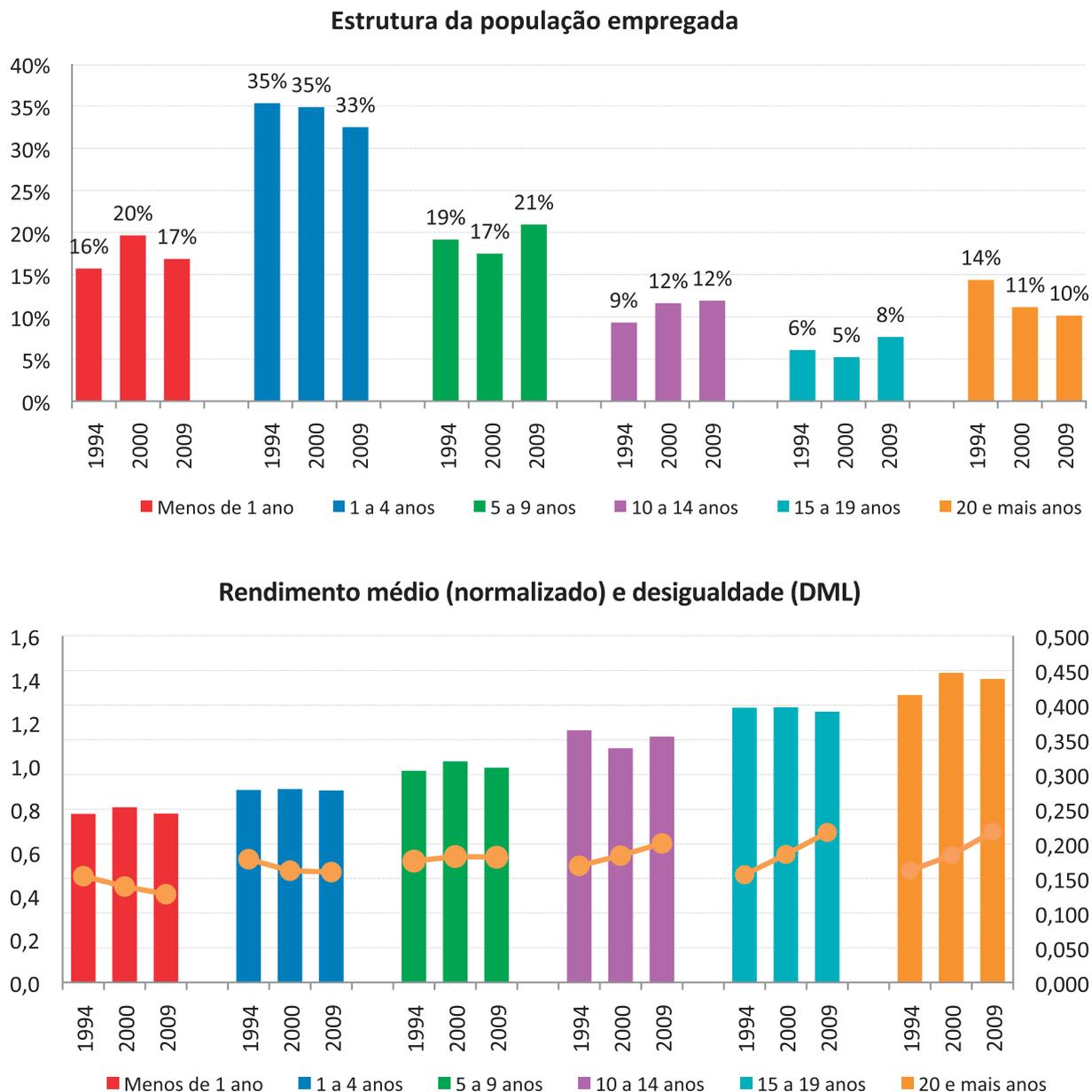
A apreciação da desigualdade explicada evidencia a importância da profissão na explicação da desigualdade total, sendo que o DML atinge 42,6%, em 2009.

Assim, à educação e às qualificações juntam-se as profissões, como um dos principais determinantes da diferenciação de salários, não se podendo esquecer a relação próxima e óbvia que existe entre aquelas três características.

5.6 Antiguidade

Outro possível factor explicativo da assimetria na distribuição da massa salarial é a antiguidade do trabalhador na empresa. De forma geral, e ao longo do período, cerca de metade dos trabalhadores apresentam antiguidades nunca superiores a 4 anos, não tendo havido uma evolução significativa a este nível. Já mais visível é a forma como uma presença prolongada na mesma empresa se tem tornado menos frequente com o avançar do tempo. Se, em 1994, 14% dos trabalhadores estavam há 20 ou mais anos na mesma empresa, essa proporção cai para os 10% em 2009, quebra esta que aparentemente é compensada por aumentos modestos nas categorias imediatamente anteriores.

Gráfico 77 - Decomposição da desigualdade salarial por antiguidade na empresa, Portugal, 1994, 2000 e 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1994, 2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

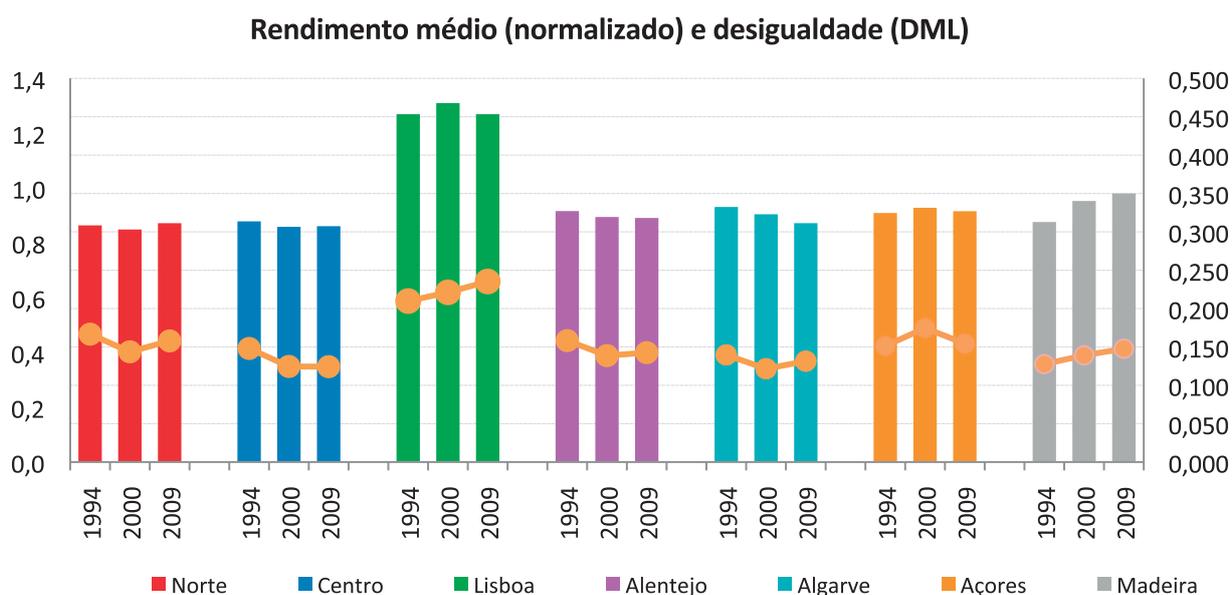
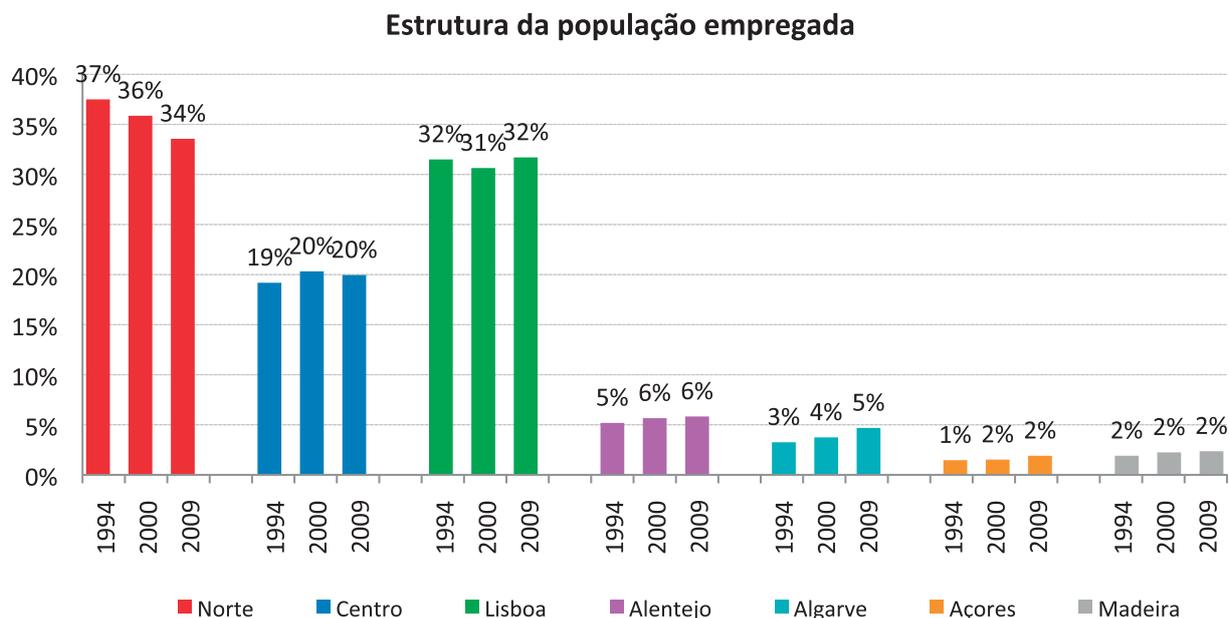
Pelo gráfico anterior, torna-se evidente que quanto mais anos um trabalhador está ao serviço de uma empresa, mais experiência laboral tenderá a adquirir, o que conduzirá, por sua vez, a ganhos mensais mais elevados. Os trabalhadores com mais de 20 anos de antiguidade, em 2009, auferiam, em média, mais 40% do que o ganho mensal médio, ao passo que os trabalhadores há menos de um ano na empresa auferiam apenas 78% do mesmo referencial. Contudo, se passarmos à análise da dispersão salarial, chega-se a uma conclusão frequente noutras decomposições levadas a cabo ao longo deste capítulo: é à medida que

se avança para as categorias com maiores ganhos médios que aumenta a desigualdade na distribuição dos mesmos. Mais, quanto maior é a antiguidade e, portanto, maior o ganho médio, maior é também o aumento verificado na própria desigualdade.

5.7 Região

As assimetrias regionais na distribuição do rendimento são apontadas habitualmente como uma das principais determinantes da desigualdade em Portugal. Interessa, antes de mais, realçar a forte assimetria que existe na própria distribuição do emprego por estas regiões, como demonstra a primeira parte do Gráfico 78.

Gráfico 78 - Decomposição da desigualdade salarial por região NUTS II do estabelecimento, Portugal, 1994, 2000 e 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1994, 2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

As regiões Norte e Lisboa representam em 2009, *grossa modo*, 65% da população empregada³⁸. Com a inclusão da região Centro, chega-se aos 85%, sendo portanto pouco significativas as proporções apresentadas pelas restantes regiões.

³⁸ É importante evidenciar que não estamos a analisar a região (NUTS II) onde o trabalhador reside, mas sim a região onde exerce a sua actividade profissional.

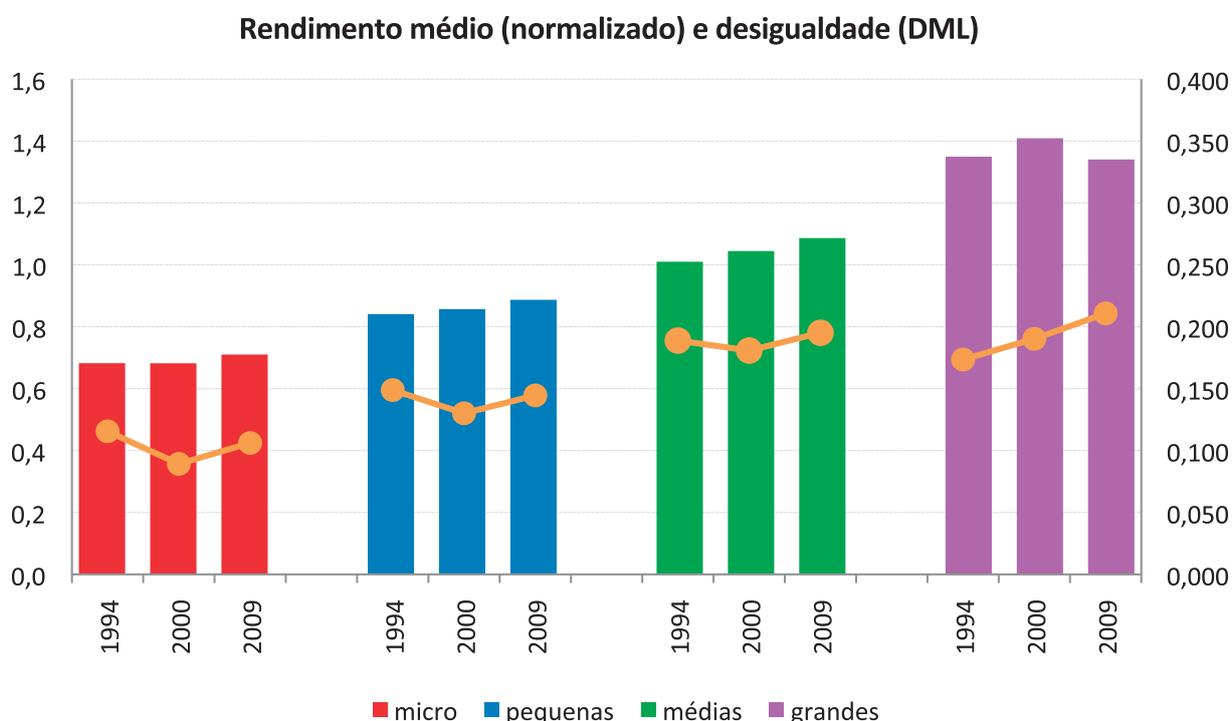
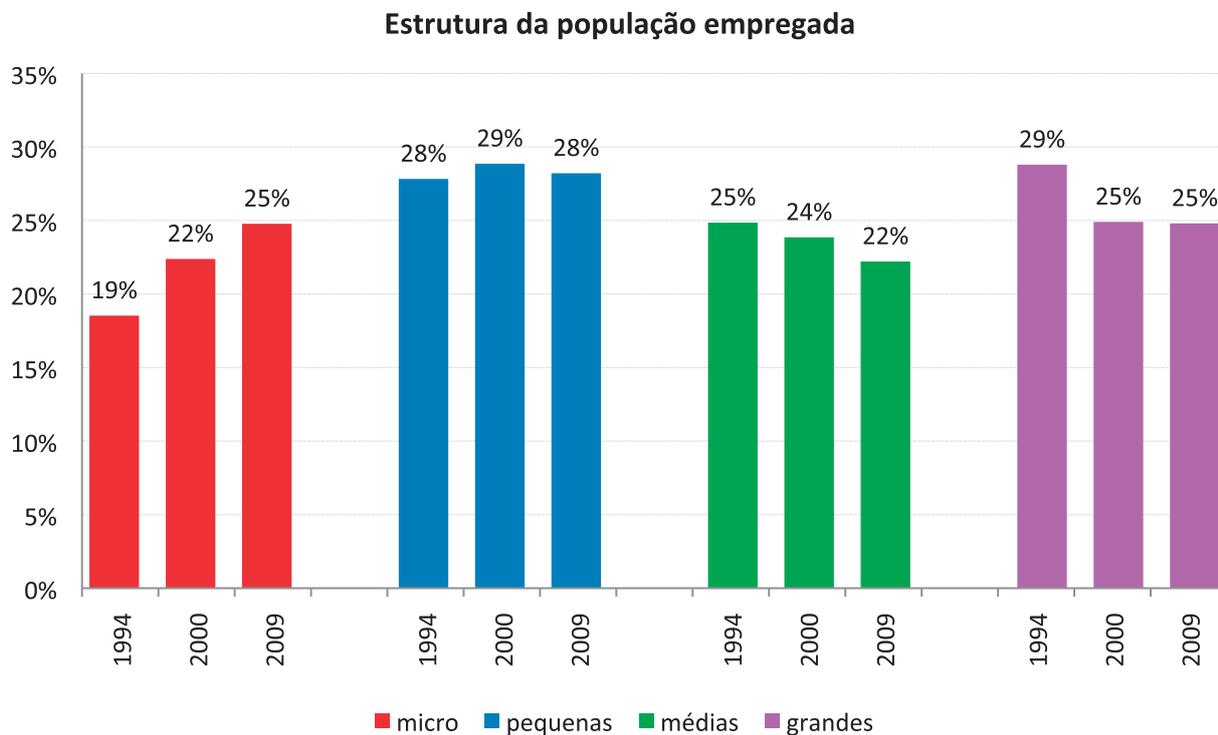
Em resposta à tese que inicia este ponto, facilmente se percebem no gráfico anterior as fortes disparidades salariais, destacando-se a região de Lisboa, com uma remuneração média bastante superior às das restantes regiões. Por outro lado, as regiões Norte e Centro são aquelas onde se observam, na maioria dos anos, os menores ganhos mensais médios. Das sete regiões NUTS II, só na da Madeira é que ocorreu uma melhoria no ganho médio. As restantes sofreram decréscimos desde 1994. É na região de Lisboa e nos Açores que se registam os maiores níveis de desigualdade, sendo de registar ainda o crescimento desta na Madeira.

5.8 Dimensão da empresa

O tecido empresarial em Portugal é maioritariamente constituído por microempresas, ou seja, empresas com menos de 10 pessoas ao serviço. As empresas de maior dimensão (médias e grandes³⁹) apresentam uma expressão bastante reduzida, mas, no entanto, são responsáveis por 47% do emprego em 2009.

³⁹ Considera-se uma *'microempresa'* aquela que conta com menos de 10 pessoas ao serviço; *'pequena empresa'* a que tem entre 10 a 49; as *'médias'* têm entre 50 a 249 e as "grandes" têm mais de 250.

Gráfico 79 - Estrutura da população empregada por dimensão da empresa, Portugal, 1994, 2000 e 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1994, 2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

O ganho médio dos trabalhadores em empresas de grande dimensão é quase 35% superior ao ganho médio total, em 2009, sendo este o grupo com maior nível de ganho médio O

nível remuneratório vai diminuindo com a dimensão da empresa, representando cerca de 71% no grupo das empresas de menor dimensão.

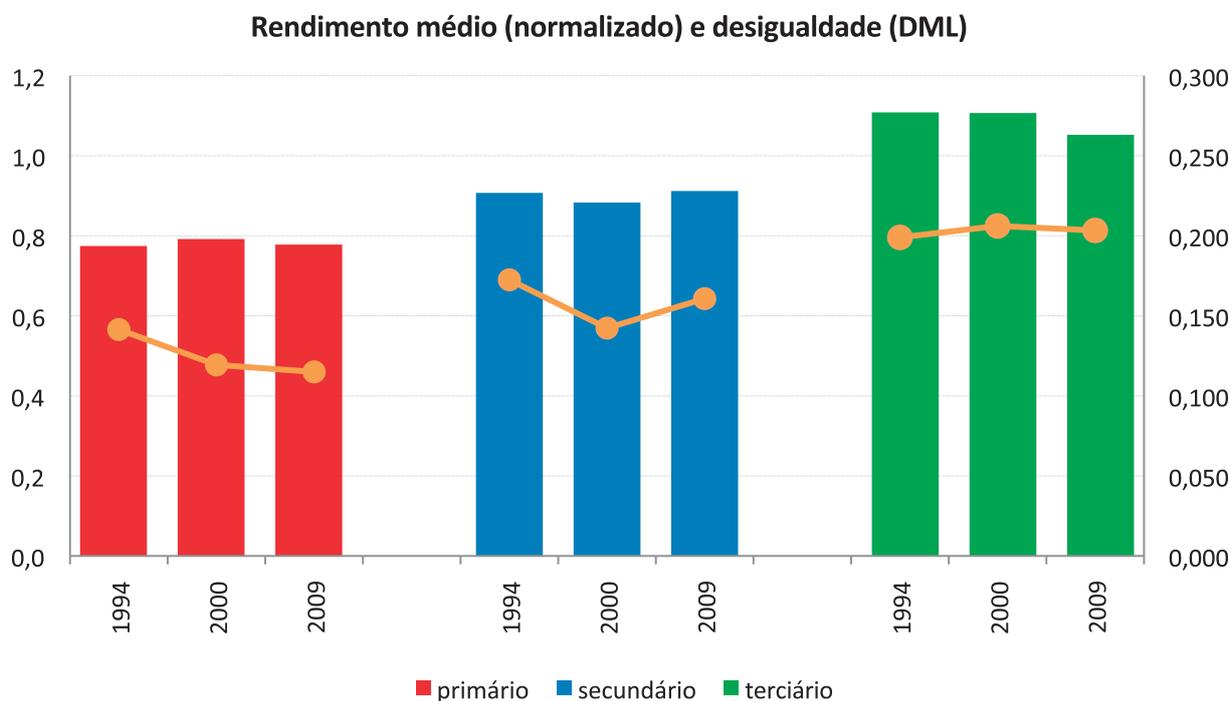
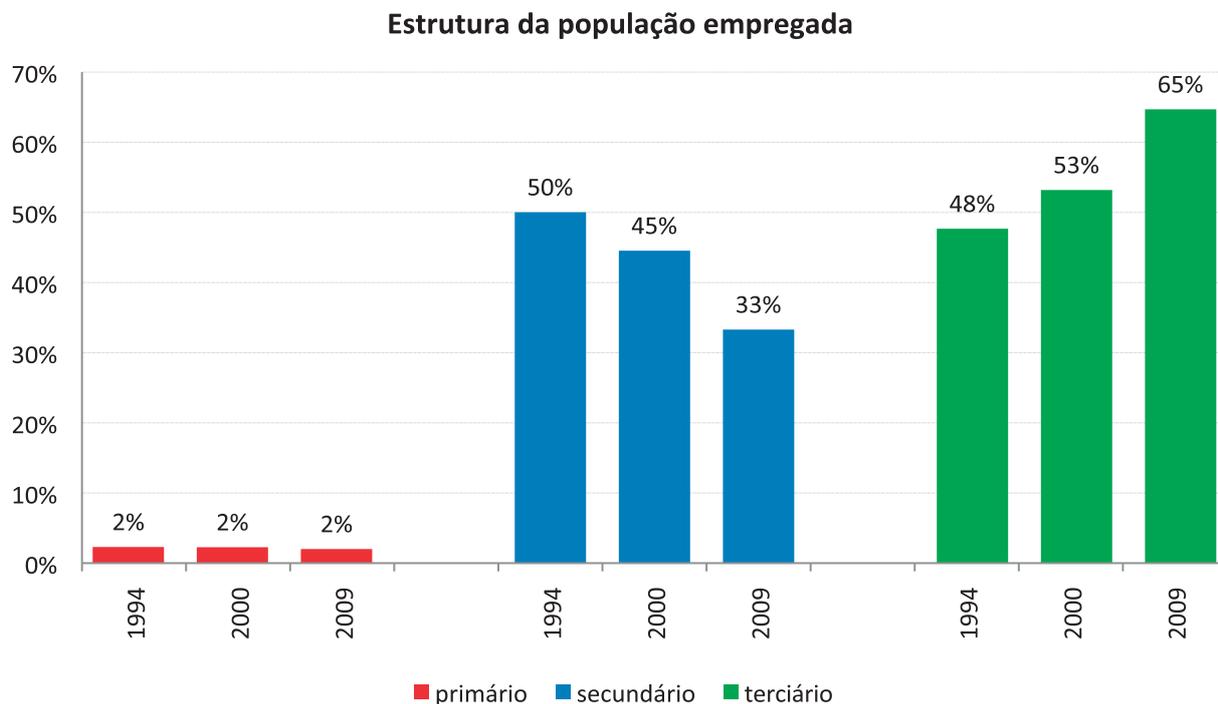
Embora nenhum grupo apresente níveis de desigualdade particularmente elevados verifica-se uma tendência para as disparidades salariais serem tanto maiores quanto maior for a dimensão da empresa.

5.9 Grandes sectores de actividade

Neste ponto pretende-se avaliar a influência que os sectores económicos têm sobre a distribuição salarial. Para esta análise, segmentou-se a população por grandes sectores de actividade da empresa onde o trabalhador exerce uma actividade económica. O sector primário compreende as actividades ligadas à natureza, como sejam a agricultura, a silvicultura, as pescas, a pecuária, a caça ou as indústrias extractivas, que ao longo de todo o período apresenta uma expressão praticamente residual (2% do emprego), já que os Quadros de Pessoal não são totalmente representativos do sector agrícola, não abrangendo as entidades que empregam trabalhadores rurais não permanentes; no secundário estão englobadas as actividades industriais transformadoras, a construção, a produção de energia; finalmente, o terciário é constituído pelo sector dos serviços, nomeadamente o comércio, o turismo, os transportes e as actividades financeiras. É perfeitamente visível no Gráfico 80 a evolução em sentidos contrários destes dois últimos sectores, no que diz respeito a proporção de empregados abrangido por cada um, e que já era de certa forma antecipado pelo que se observou no ponto 5.5, a respeito das profissões: o sector secundário desce de 50% para 33%, ao passo que o terciário aumenta de 48% para 65%.

Apesar das modificações ocorridas na distribuição dos trabalhadores pelos diferentes sectores, os seus ganhos relativos não sofreram alterações significativas e o nível de desigualdade em cada um dos três sectores evidencia uma ligeira tendência para a descida ou para a estabilidade (no caso dos serviços).

Gráfico 8o - Estrutura da população empregada por sector de actividade da empresa, Portugal, 1994, 2000 e 2009



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1994, 2000 e 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

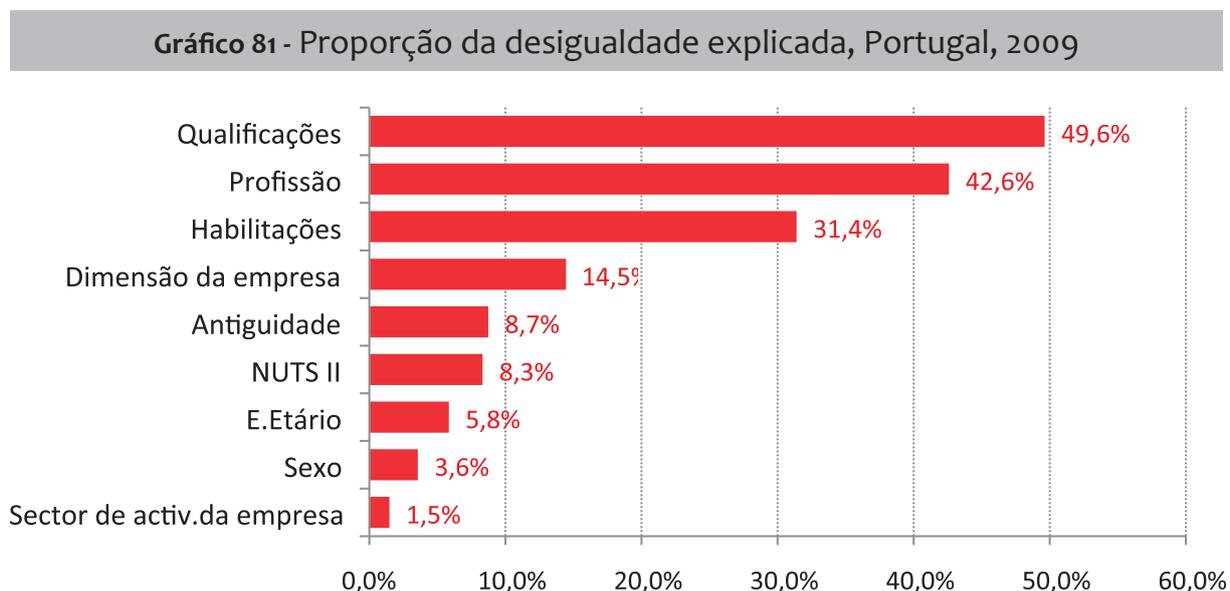
O sector terciário oferece, em média, remunerações mais altas, mas é também aquele onde a dispersão salarial é maior. Em 2009, o Desvio Médio Logarítmico deste grupo era 0,203. No mesmo ano, o sector secundário atingia os 0,161 e o sector primário os 0,119.

5.10 Síntese

Ao longo deste capítulo, tentámos aprofundar o estudo da desigualdade num grupo específico da população: a população empregada. Quisemos determinar os principais factores das assimetrias na distribuição da massa salarial, recorrendo agora a variáveis caracterizadoras do trabalhador e da empresa.

A partir do Gráfico 81 pode-se observar que, em quase todos os grupos considerados, o peso das desigualdades intragrupo supera largamente a importância da desigualdade intergrupos. A proporção da desigualdade explicada por cada uma das partições da população empregada é, pois, sempre inferior à parte da desigualdade atribuível às diferenças existentes no seio de cada um dos grupos.

Porém, destacam-se as qualificações e as profissões como sendo os principais determinantes da diferenciação de salários. Quando se segmenta a população por estas variáveis, observamos que têm uma capacidade explicativa superior a 40%. Logo, para se obter melhores níveis de igualdade salarial dever-se-ia reforçar as políticas de combate às heterogeneidades, tanto ao nível das qualificações como das profissões.



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

6 EFEITOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS E DOS IMPOSTOS SOBRE A DESIGUALDADE

O objectivo deste capítulo é o de tentar evidenciar alguns dos efeitos da intervenção do Estado sobre a distribuição do rendimento, a desigualdade e a pobreza, considerando quer a intervenção pelo lado das receitas (impacto redistributivo da política fiscal), quer por via das políticas sociais (efeitos equalizadores das diversas políticas sociais de combate à exclusão e à pobreza).

A efectiva aferição dos impactos destas medidas sobre a distribuição do rendimento e, em particular, a quantificação das alterações que estas induzem sobre os principais indicadores de desigualdade e de pobreza, implica a necessidade de conjugar a informação administrativa do sistema fiscal e do sistema de protecção social com os resultados dos inquéritos às famílias que constituem a única fonte estatística onde é possível medir esses efeitos.

A conjugação da informação proveniente dos dados administrativos macro e dos microdados dos inquéritos directos às famílias defronta-se, porém, com diversas dificuldades que condicionam ou mesmo inviabilizam, no todo ou em parte, uma real ligação entre estes dois tipos de informação.

Na vertente das receitas fiscais, a dificuldade de acesso à informação dos microdados do IRS constitui uma das principais limitações. A informação disponibilizada, predominantemente através de quadros de apuramentos fiscais, é nitidamente insuficiente para quantificar os efeitos redistributivos do sistema fiscal. As diferenças entre os conceitos de rendimento utilizados pela administração fiscal e os constantes nos inquéritos às famílias, assim como a diferenças entre as unidades de análise utilizadas (unidades fiscais e agregados domésticos privados) são factores adicionais de dificuldade no relacionamento entre os dois tipos de informação.

Por outro lado, os inquéritos às famílias realizados pelo INE atribuem um papel secundário à informação dos rendimentos brutos das famílias na medida em que a sua preocupação fundamental é a identificação do rendimento disponível enquanto indicador dos recursos e das condições de vida dos indivíduos e das famílias. Apesar do Inquérito às Condições de Vida (ICOR) prever, desde o seu lançamento em 2004, a recolha de informação quer dos

rendimentos líquidos quer dos rendimentos brutos, somente nos anos mais recentes a informação dos rendimentos brutos está disponível e de forma incompleta.

O ICOR 2009 apresenta os rendimentos brutos e líquidos das famílias não permitindo, porém, identificar cabalmente o processo de passagem dos primeiros para os segundos. A não distinção entre impostos sobre o rendimento e contribuições para a segurança social torna mais difícil individualizar os efeitos redistributivos do IRS.

Adicionalmente, a metodologia de apuramento do rendimento bruto das famílias é, na maioria dos casos, baseada não no efectivo rendimento bruto mas na passagem do rendimento líquido para o bruto, assente nos impostos deduzidos na fonte. A não consideração, até ao presente, do acerto fiscal que ocorre após a entrega da declaração do IRS e do real apuramento dos impostos a pagar não pode deixar de se repercutir numa subestimação ou sobrestimação dos efeitos redistributivos dos impostos.

No que concerne aos resultados das políticas sociais, uma das principais limitações decorre do nível de agregação das prestações sociais registadas nos inquéritos às famílias. Avaliar o impacto das pensões de velhice, por exemplo, revela-se particularmente difícil quando não se dispõe de informação que possibilite separar as pensões do regime contributivo das pensões sociais do regime não contributivo.

Mas a principal insuficiência dos inquéritos às famílias para avaliar os impactos redistributivos das políticas sociais, com os indicadores de desigualdade e de pobreza tradicionais, radica no facto de uma parte da política social hoje se concretizar através de mecanismos não assentes em transferências monetárias. O desenvolvimento da Acção Social Escolar ou a implementação dos programas de inserção social do Rendimento Social de Inserção (RSI) são exemplos de medidas de indiscutíveis efeitos sobre a exclusão social, a pobreza e as condições de vida dos indivíduos que muito dificilmente podem ser captadas nos inquéritos directos às famílias e que não têm tradução nos indicadores de desigualdade e de pobreza.

Algumas das limitações atrás referidas têm sido parcialmente contornadas através de recurso a técnicas de microsimulação das políticas fiscal e sociais. Utilizando como base estatística os inquéritos às famílias os modelos de microsimulação tentam “reproduzir” o quadro legal das medidas fiscais e sociais para avaliar o seu impacto sobre a distribuição do rendimento. Por exemplo, Rodrigues (2005, 2009) procede a uma análise exaustiva dos efeitos do Complemento Solidário para Idosos (CSI) e do RSI sobre a distribuição do rendimento, a desigualdade e a pobreza monetária.

A construção, a nível europeu, do modelo de microsimulação Euromod constitui igualmente um contributo para o desenvolvimento de um quadro conceptual e metodológico integrado para a avaliação e comparação das políticas fiscais e sociais no âmbito da União Europeia⁴⁰.

⁴⁰ Para informação detalhada sobre o Euromod veja-se Immervoll, *et al.* (1999), Sutherland (2001, 2007) ou consulte-se o endereço na internet <http://www.iser.essex.ac.uk/msu/emod>

Apesar dos obstáculos acima referidos iremos, neste capítulo, proceder a uma avaliação tão rigorosa quanto os dados disponíveis o permitem de alguns impactos da política fiscal sobre a desigualdade e a pobreza em Portugal para os anos mais recentes. Na primeira parte deste capítulo tentaremos identificar os principais efeitos redistributivos do IRS sobre a distribuição do rendimento utilizando a informação disponível no ICOR 2010, enquanto na segunda parte analisaremos os efeitos das transferências sociais sobre a incidência da pobreza. Por último, e tomando como referência o trabalho desenvolvido por Rodrigues (2009), apresentamos um exemplo de microssimulação do CSI e do RSI que ilustra como estas técnicas possibilitam uma avaliação, ainda que parcial, das políticas sociais.

6.1 Impacto do sistema fiscal sobre a distribuição do rendimento e a desigualdade

As vagas mais recentes do ICOR têm apresentado informação com algum detalhe acerca dos rendimentos brutos das famílias, apesar das limitações já enunciadas. O Quadro 34 apresenta a informação mais detalhada disponível acerca da estrutura dos rendimentos familiares⁴¹.

⁴¹ O PEADP não dispunha de qualquer informação acerca dos rendimentos brutos das famílias e as vagas do ICOR anteriores a 2007 careciam igualmente dessa informação, o que inviabiliza qualquer estudo dos efeitos redistributivos do sistema fiscal ao longo do tempo.

Quadro 34 - Estrutura do rendimento disponível, Portugal, 2009

	R.Bruto	(%)	R.Liq.	(%)	RL/RB
Rendimentos do Trabalho	16 566	71,6	12 531	67,5	75,7
Trabalho Conta de Outrem	14 448	62,4	11 017	59,3	76,3
Trabalho Conta Própria	2093	9,0	1489	8,0	71,1
Valor do Veículo da Empresa	25	0,1	25	0,1	100,0
Pensões	4676	20,2	4410	23,7	94,3
Pensões por Velhice	4166	18,0	3913	21,1	93,9
Pensões de Sobrevivência	510	2,2	498	2,7	97,6
Prestações Sociais	1210	5,2	1208	6,5	99,8
P.Sociais Desemprego	436	1,9	436	2,3	100,0
P.Sociais por doença/acidente	99	0,4	99	0,5	100,0
P.Sociais por protecção na invalidez	287	1,2	285	1,5	99,2
P.Sociais com a educação	26	0,1	26	0,1	100,0
P.Sociais protecção crianças/família	231	1,0	231	1,2	100,0
Prestações apoio exclusão social	91	0,4	91	0,5	100,0
P.Sociais no âmbito da habitação	41	0,2	41	0,2	100,0
Outros Rendimentos	687	3,0	427	2,3	62,2
Transferências entre ADPs recebidas	135	0,6	135	0,7	100,0
Rendimentos menores 16 anos	6	0,0	6	0,0	100,0
Impostos Riqueza/Património (-)	-	-	120	0,6	-
Transferências entre ADPs pagas (-)	-	-	68	0,4	-
Rendimentos de capital	202	0,9	162	0,9	80,0
Rendimentos de Propriedade	298	1,3	274	1,5	92,1
Rendimentos Planos Privados	46	0,2	39	0,2	83,8
Pensões					
Rendimento Total	23 139	100,0	18 577	100,0	80,3

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

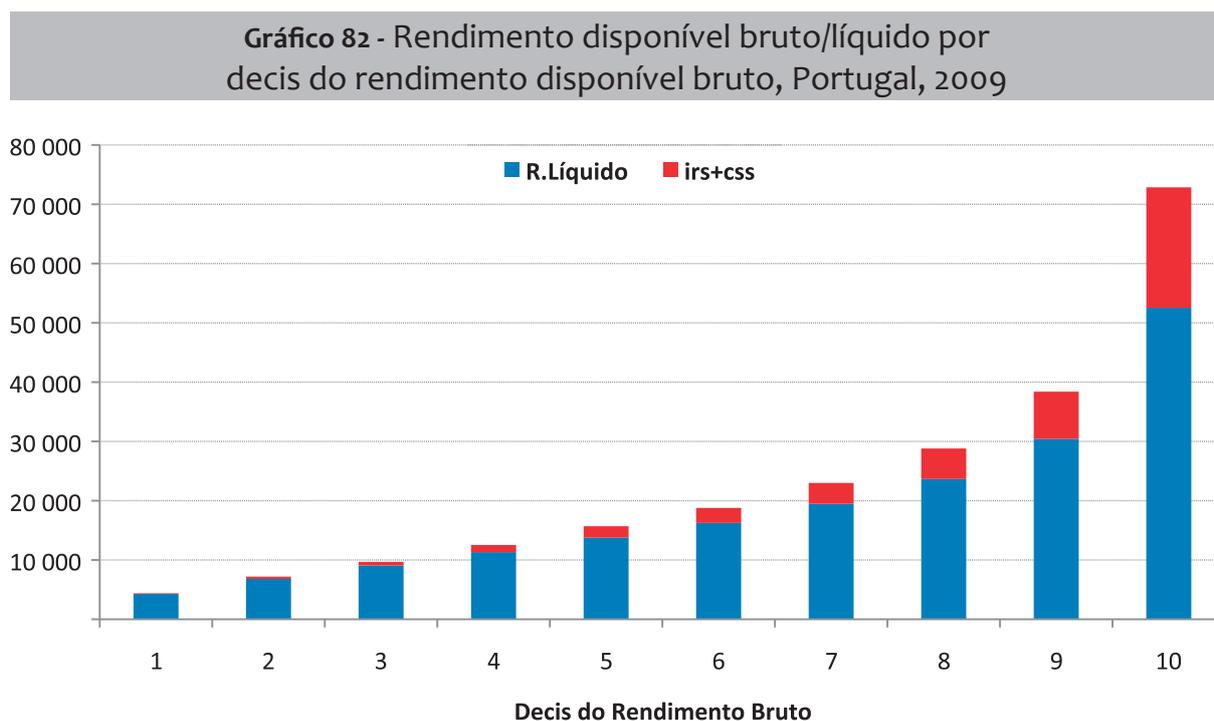
Nota: valores em euros/ano

O quadro anterior evidencia a estrutura do rendimento bruto e do rendimento líquido médio das famílias portuguesas⁴². A acção conjunta do IRS e das contribuições para a Segurança Social corresponde a uma diminuição média de cerca de 20% dos recursos ilícidos

⁴² A estrutura apresentada tanto para o rendimento bruto como para o rendimento líquido é a utilizada pelo Eurostat no âmbito do projecto SILC. A definição das componentes que compõem esses dois conceitos de rendimento pode, obviamente, ser questionável.

augeridos pelas famílias. Essa diminuição não é, no entanto, homogénea para as diferentes fontes do rendimento na medida em existem componentes que estão isentas de impostos e de contribuições e outras que somente pagam IRS.

Uma primeira aproximação dos efeitos redistributivos do sistema fiscal e de contribuições para a segurança social pode ser observada no Gráfico 82, onde se apresenta o rendimento das famílias por decis do rendimento familiar bruto.



Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)
Nota: valores em euros/ano

O gráfico anterior ilustra a progressividade do sistema fiscal ao longo da distribuição do rendimento com um rácio de rendimento líquido/rendimento bruto a variar entre os 2,5% no primeiro decil e 27,9% para os rendimentos mais elevados.

Apesar de o ICOR 2009 não apresentar a desagregação dos montantes de IRS e das contribuições para a segurança social, ensaiámos a nível micro essa separação para a evidenciar a importância relativa de cada uma dessas componentes. Os resultados dessa simulação, que devem ser lidos com algum cuidado dadas as hipóteses necessariamente simplificadas assumidas, constam do quadro seguinte⁴³.

⁴³ A separação dos valores correspondentes ao IRS e às contribuições para a segurança social teve em conta os rendimentos do trabalho declarados e, no caso dos rendimentos de trabalho por conta própria, o quadro legal de obrigatoriedade das contribuições para a segurança social. No quadro seguinte recalculou-se o rendimento líquido das famílias de forma a não ter em conta os Impostos sobre o património e as transferências

Quadro 35 - Rendimento disponível bruto/líquido por decis do rendimento disponível bruto, Portugal, 2009

	R.D.Bruto	CSS	IRS	R.D.Líquido	R.D.L./R.D.B.
1º decil	4381	71	40	4720	97,5
2º decil	7190	253	136	6802	94,6
3º decil	9680	350	261	9069	93,7
4º decil	12 533	750	462	11 322	90,3
5º decil	15 694	1158	758	13 778	87,8
6º decil	18 784	1451	1085	16 247	86,5
7º decil	22 996	1754	1759	19 483	84,7
8º decil	28 806	2325	2819	23 662	82,1
9º decil	38 395	2934	5041	30 419	79,2
10º decil	72 857	5802	14 507	52 548	72,1
Total	23 139	1868	2689	18 675	81,1

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: valores monetários em euros a preços de 2009

Como se pode observar no Quadro 35, as contribuições para a segurança social têm um peso superior ao IRS na passagem do rendimento bruto ao rendimento líquido das famílias até ao sexto decil da distribuição, passando a partir daí a ter uma menor importância relativa.

Quer se considere o conjunto dos impostos com as contribuições ou exclusivamente os valores do IRS, o sistema apresenta uma clara progressividade ao longo da escala de rendimento. Porém, e dada a natureza predominantemente proporcional das contribuições para a segurança social, é o IRS que explica grande parte da progressividade registada com um rácio IRS/rendimento bruto que varia entre praticamente os 0% no primeiro decil e os 20% no 10º decil.

A metodologia seguida para a desagregação dos valores do IRS e das contribuições para a segurança social permitiu ainda evidenciar outro elemento característico do sistema fiscal. A percentagem de agregados domésticos que paga IRS é de cerca de 75,6%, sendo que esta taxa desce para 17% no primeiro decil da população e é praticamente de 100% nos dois últimos decis⁴⁴.

O impacto da política fiscal sobre os diferentes indicadores de desigualdade encontra-se expresso no Quadro 36. O índice de Gini regista uma redução de cerca de 11% (superior a quatro pontos percentuais) quando passamos da distribuição do rendimento bruto ao rendi-

entre agregados pagas, com o objectivo de isolar o impacto do IRS e das contribuições para a segurança social.

⁴⁴ Refira-se, uma vez mais, que os dados apresentados referentes às famílias que pagam IRS têm como unidade de análise os agregados domésticos privados representados no ICOR 2010. Estes dados não são directamente comparáveis com as unidades fiscais representadas nas estatísticas fiscais do IRS. No entanto, e na medida em que o objectivo é medir o impacto do sistema fiscal sobre a distribuição do rendimento familiares, estes resultados não deixam de ser significativos.

mento líquido. A comparação da variação percentual dos diferentes valores para o índice de Atkinson confirma o atrás referido quanto à progressividade do sistema fiscal com os índices mais sensíveis à parte superior da distribuição a registarem uma variação relativa superior.

Quadro 36 - Índices de desigualdade, Portugal, 2009			
Índice	Rend. Bruto	Rend. Líquido	Variação %
Índice de Gini	0,379	0,337	-11,2
Índice de Atkinson ($\epsilon=0,5$)	0,117	0,093	-20,6
Índice de Atkinson ($\epsilon=1,0$)	0,215	0,175	-18,5
Índice de Atkinson ($\epsilon=2,0$)	0,386	0,332	-13,9

Fonte: INE, ICOR 2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

6.2 Eficácia das prestações sociais na redução da incidência da pobreza

Uma primeira avaliação do impacto das políticas sociais sobre a distribuição do rendimento e a pobreza monetária é aquela que é sugerida nas publicações do Eurostat. Este organismo estatístico da União Europeia publica anualmente, com base no SILC, três indicadores associados à incidência da pobreza: a taxa de risco de pobreza após transferências sociais, a taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais excluindo pensões e taxa de risco de pobreza antes de todas as prestações sociais (pensões e transferências sociais).

O primeiro desses indicadores é a taxa de incidência de pobreza que corresponde ao indicador F_0 sugerido por Foster-Greer-Thorbecke (1984) e que temos utilizado neste estudo. Os outros dois indicadores são calculados alterando as componentes do rendimento disponível mas mantendo o limiar de pobreza da primeira distribuição. Assim, dificilmente podem ser consideradas taxas de pobreza alternativas à indicada pelo índice F_0 . A grande vantagem desses dois últimos indicadores é a de permitirem medir a eficácia das várias prestações sociais sobre a incidência da pobreza dada precisamente por F_0 , isto é, pelo primeiro indicador apresentado.

O quadro seguinte apresenta os três indicadores para os vários anos em que existe informação disponível através do PEADP e do ICOR.

Tomando como referência o ano de 2009, é possível verificar que a incidência da pobreza do conjunto da população foi de 17,9% mas que, mantendo inalterado o montante em euros que define a linha de pobreza e subtraindo ao rendimento disponível das famílias as transferências sociais, a incidência passaria para 26,4%. As transferências sociais possibilitam,

assim, uma redução da incidência da pobreza em 6,5 pontos percentuais, o que corresponde a uma variação percentual de 32,3%. Este último valor pode ser considerado um indicador da eficácia das transferências sociais na redução da intensidade da pobreza, o qual surge no quadro com a designação de “Efeito Redutor 2”.

De igual forma, é possível identificar o impacto das pensões na redução da incidência da pobreza. A coluna designada por “Efeito Redutor 1” identifica a variação percentual da incidência da pobreza associada à componente pensões no rendimento disponível. Em 2009, essa redução é de 39,1%, evidenciando claramente a importância desta fonte de rendimento nos recursos das famílias.

Quadro 37 - Eficácia das políticas sociais na redução da incidência da pobreza, Portugal, 1993–2009

	Incidência antes Pensões e Trx. Sociais	Incidência antes de Trx. Sociais	Efeito Redutor 1	Incidência da Pobreza	Efeito redutor 2
1993	36,6	28,0	23,5%	22,5	19,4%
1994	36,7	27,3	25,4%	22,9	16,2%
1995	36,5	26,7	26,9%	21,5	19,5%
1996	37,3	27,3	26,8%	21,7	20,5%
1997	37,6	27,2	27,7%	20,8	23,6%
1998	38,6	27,4	29,0%	20,5	25,1%
1999	38,5	26,8	30,5%	20,8	22,1%
2000	36,7	24,4	33,3%	20,1	17,7%
2003	41,3	26,5	35,9%	20,4	22,8%
2004	40,8	25,7	36,9%	19,4	24,5%
2005	40,2	25,1	37,4%	18,5	26,6%
2006	40,0	24,2	39,5%	18,1	25,3%
2007	41,4	24,9	40,1%	18,5	25,5%
2008	41,5	24,3	41,4%	17,9	26,6%
2009	43,4	26,4	39,1%	17,9	32,3%

Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Portugal, apesar de apresentar valores de eficácia das políticas sociais inferiores à média da União Europeia, tem registado um progressivo aumento dos valores destes indicadores a que certamente não são alheios a importância crescente das pensões no rendimento disponível das famílias e o alargamento das políticas sociais de combate à pobreza e à exclusão.

6.3 Análise do impacto redistributivo das prestações sociais e dos impostos

Nos dois pontos anteriores analisámos sucessivamente o impacto do sistema fiscal e das prestações sociais sobre a distribuição do rendimento, o nível de desigualdade e sobre as várias dimensões da pobreza monetária.

No entanto, a análise integrada do nível de redistribuição que as prestações sociais e os impostos conseguem alcançar na redução das desigualdades exige uma avaliação conjunta da intervenção do Governo quer pelo lado da receita (impostos e contribuições para a segurança social) quer da despesa (pensões e transferências sociais). É o que nos propomos desenvolver neste ponto utilizando a metodologia proposta na obra “Growing Unequal?”⁴⁵, publicada pela OCDE em 2008. A construção, para Portugal, de um conjunto de indicadores semelhantes aos aí apresentados, permite-nos não só evidenciar o impacto redistributivo do sistema de impostos e das prestações sociais nacionais mas igualmente contextualizar os dados obtidos com os valores referentes a um conjunto de países da União Europeia⁴⁶.

O primeiro passo dessa análise integrada consiste em observar o impacto sobre a desigualdade resultante da intervenção do Estado. A comparação da desigualdade associada exclusivamente aos rendimentos privados (isto é, não considerando transferências e impostos) com o rendimento disponível das famílias permite quantificar a redução na desigualdade atribuível às políticas redistributivas.

A simples comparação de um ou mais indicadores de desigualdade antes e após a aplicação das várias políticas (semelhante ao que fizemos no ponto 6.1) coloca, no entanto, um problema adicional. O confronto entre os níveis de desigualdade assim obtidos enferma de algumas limitações na medida em que as diferentes políticas provocam uma reordenação de alguns indivíduos ao longo da escala de rendimentos, o que induz que a distribuição inicial e a final não diferem somente pelos rendimentos considerados mas igualmente pelo lugar que os vários indivíduos aí ocupam. Uma parte do impacto que se pretende medir encontra-se associado a essa reordenação, o que leva alguns autores a considerarem que desta forma se estaria a sobreavaliar os efeitos das políticas redistributivas. Este problema é particularmente sentido quando se utiliza o índice de Gini, na medida em que este tem em conta a ordenação dos diferentes indivíduos ao longo da escala de rendimentos.

Uma solução alternativa consiste em estimar o nível de desigualdade admitindo uma única ordenação, a do rendimento disponível das famílias. Será esta a via que seguiremos.

⁴⁵ Os indicadores apresentados neste ponto baseiam-se no Capítulo 4 da obra referida. Sobre a metodologia seguida, veja-se igualmente Foster e Whiteford (2009).

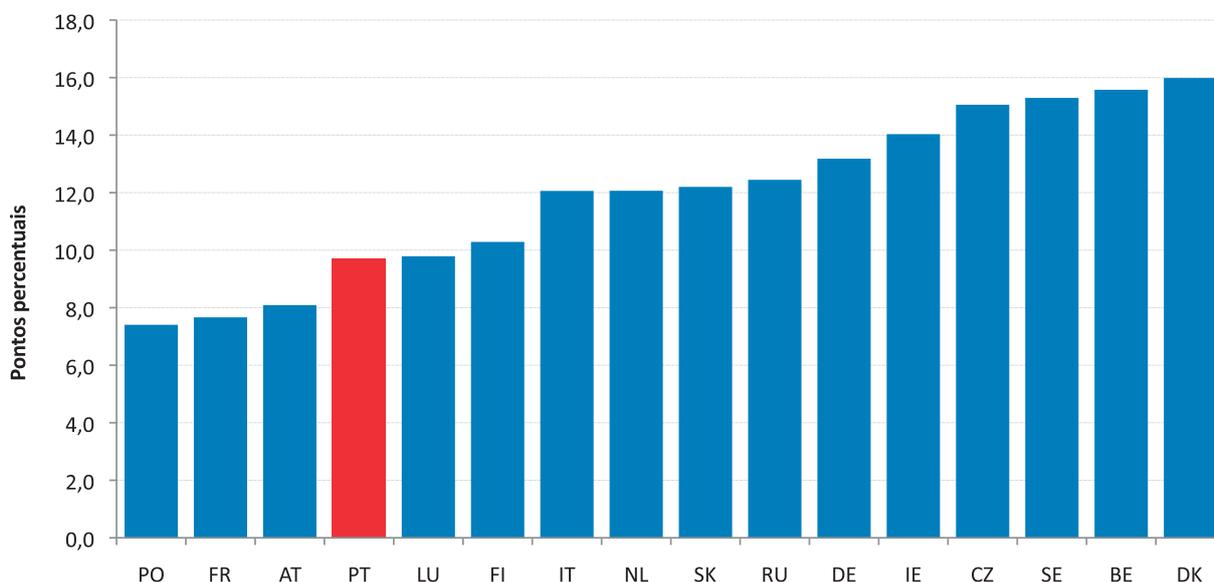
⁴⁶ Ao longo deste ponto utilizaremos o conceito de prestações sociais para designar o conjunto de pensões e de transferências sociais. Pretende-se, assim, um conceito tão próximo quanto possível do conceito de “social benefits”, utilizado no estudo da OCDE.

A diferença na desigualdade será assim obtida através da comparação do índice de concentração da distribuição dos rendimentos privados com o índice de Gini do rendimento disponível. O índice de concentração é calculado exactamente como o índice de Gini normal, residindo a única diferença na ordenação dos indivíduos. Em ambos os casos o rendimento considerado é o rendimento por adulto equivalente, de forma que considere as diferenças na composição e dimensão das famílias.

Utilizando os dados do ICOR 2010, é possível estimar esses indicadores antes e após a consideração das várias políticas redistributivas. O índice de concentração dos rendimentos privados assume um valor de 43,4, reduzindo-se após os impostos e as prestações sociais para 33,7. Verifica-se, assim, uma redução de 9,7 pontos percentuais. A redução da desigualdade associada às políticas redistributivas é de cerca de 22%, comparativamente à desigualdade dos rendimentos exclusivamente privados.

O Gráfico 83 permite comparar o impacto redistributivo em Portugal com outros países da União Europeia. Como se comprova, a eficácia redistributiva das políticas fiscais e das prestações sociais em Portugal é uma das mais baixas entre os países apresentados.

Gráfico 83 - Redução da desigualdade associada às políticas redistributivas



Fontes: Dados de Portugal INE - ICOR 2010 (cálculos dos autores). Para os restantes países OCDE(2008), página 110, <http://dx.doi.org/10.1787/421744352206>.

Nota: valores PT: 2009; restantes países: 2005

Outra forma de olhar para os efeitos da política redistributiva na desigualdade económica é a de tentar identificar os seus efeitos em termos de eficácia e eficiência. De acordo com Beckerman (1979), a eficácia mede os resultados das diferentes políticas em termos da concretização ou não dos seus objectivos, enquanto a análise da eficiência avalia em

que medida os recursos utilizados são efectivamente utilizados na concretização dos objectivos.

No caso vertente, a eficácia mede a redução da desigualdade ao passarmos do rendimento pessoal para o rendimento disponível dos indivíduos. Vimos anteriormente que essa redução no caso português era de 9,7 pontos percentuais (uma diminuição de 0,098 no índice de Gini). Separando os efeitos atribuíveis, por um lado aos impostos e às contribuições para a segurança social e, por outro, aos valores associados às pensões e transferências sociais encontramos os valores de, respectivamente, 3,9 e 5,8 pontos percentuais. A eficácia associada à redução da desigualdade surge representada no Quadro 38, nas colunas A e B.

As colunas C e D do mesmo quadro indicam-nos o peso dos impostos e das prestações sociais no rendimento disponível das famílias. Em 2009, a proporção dos impostos no rendimento disponível por adulto equivalente era de 25,0%, enquanto o peso das prestações sociais atingia os 29,0%.

Se dividirmos o indicador de eficácia de cada tipo de política pelo seu peso relativo no rendimento disponível, obtemos um indicador de eficiência dessa mesma política. Por exemplo, a eficiência do sistema fiscal em Portugal, medida desta forma, é de 0,157. Este valor significa que, por cada ponto percentual de impostos no rendimento disponível, se obtém uma redução da desigualdade de 0,157 pontos percentuais.

A comparação entre a eficácia e a eficiência da política redistributiva permite-nos observar que as prestações sociais são não só mais eficazes mas igualmente mais eficientes na redução das desigualdades em Portugal. Apesar disso, entre o conjunto dos países representados no Quadro 38, o nosso país é dos que apresenta uma das mais baixas taxas de eficácia e de eficiência associadas às prestações sociais.

Quadro 38 - Eficácia e eficiência dos impostos e prestações sociais na redução da desigualdade

	Eficácia		Dimensão		Eficiência	
	Impostos	P. Sociais	Impostos	P. Sociais	Impostos	P. Sociais
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)
Alemanha	0,046	0,086	35,5	28,2	0,130	0,303
Áustria	0,029	0,052	33,4	36,6	0,086	0,142
Bélgica	0,037	0,119	38,3	30,5	0,096	0,391
Dinamarca	0,042	0,118	52,5	25,6	0,080	0,461
Eslováquia	0,028	0,094	20,0	26,0	0,138	0,361
Finlândia	0,038	0,065	30,1	14,4	0,127	0,449
França	0,020	0,056	26,0	32,9	0,079	0,171
Holanda	0,041	0,080	24,7	17,1	0,166	0,468
Irlanda	0,041	0,100	19,4	17,7	0,210	0,565
Itália	0,047	0,073	30,2	29,2	0,156	0,251
Luxemburgo	0,032	0,066	23,8	30,6	0,135	0,215
Portugal	0,039	0,058	25,0	29,0	0,157	0,200
Reino Unido	0,039	0,085	24,1	14,5	0,164	0,586
República Checa	0,037	0,114	21,6	24,3	0,170	0,468
Suécia	0,032	0,121	43,2	32,7	0,075	0,368

Fontes: Dados de Portugal INE, ICOR 2009, cálculos dos autores. Para os restantes países OCDE (2008), página 114, <http://dx.doi.org/10.1787/422051243136>

Nota: valores PT: 2009; restantes países: 2005

Os resultados até ao momento apresentados consideraram os efeitos da política redistributiva sobre o conjunto da distribuição de rendimentos. Uma análise mais fina do *'targetting'* dessas medidas impõe, porém, a consideração de quais os seus resultados sobre a parte inferior da distribuição do rendimento, isto é, sobre os potenciais beneficiários dessas políticas⁴⁷.

Para observar os efeitos dos impostos e das prestações sociais sobre os indivíduos de menor rendimento vamos considerar os seus impactos sobre o primeiro quintil da distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente.

Os 20% de menores rendimentos auferem 7,5% do rendimento disponível por adulto equivalente, recebem 13,4% do montante das prestações sociais e pagam 4,2% do total dos impostos sobre o rendimento e das contribuições para a segurança social. A proporção das prestações sociais no seu rendimento disponível é de 52,2% e o peso dos impostos de 14,2%.

A importância das prestações sociais no rendimento disponível das famílias do 1º quintil pode ser estimada da seguinte forma: a proporção das despesas em prestações sociais do conjunto da população (coluna D no quadro anterior) é multiplicada pela proporção das

⁴⁷ A análise do impacto das políticas redistributivas assente na observação do coeficiente de concentração de Gini e no índice de Gini confere um peso acrescido aos impactos dessas medidas sobre o centro da distribuição dada a forma como estes índices são calculados.

prestações sociais dirigidas ao primeiro quantil (Coluna A do quadro seguinte) para calcular a parcela do rendimento total das famílias que é canalizada para o primeiro quintil através de prestações sociais. O valor obtido (3,4%) representa a proporção dos recursos totais da sociedade que é redistribuída para os 20% mais pobres da sociedade.

Utilizando um procedimento semelhante, podemos estimar a proporção do rendimento disponível total que é paga pelo primeiro quintil através de impostos e contribuições sociais: 1,1%.

O primeiro dos indicadores está representado na coluna B do Quadro 39 e o segundo na coluna D. A diferença entre os dois valores (coluna E) representa as transferências líquidas para o primeiro quintil, expresso como percentagem do rendimento disponível total.

Quadro 39 - Redistribuição Líquida para o primeiro quintil da distribuição do rendimento

	Transferências para as famílias		Impostos e Contribuições pagas pelas famílias		Transferências Líquidas do 1º quintil
	'share' das P. Sociais para o 1º quintil	P. Sociais para o 1º quintil	'share' dos Impostos pagos pelo 1º quintil	Impostos do 1º quintil	
	(A)	(B)	(C)	(D)	
Alemanha	17,4	4,9	2,1	0,7	4,2
Áustria	13,9	5,1	5,4	1,8	3,3
Bélgica	24,1	7,3	3,9	1,5	5,8
Dinamarca	36,0	9,2	6,1	3,2	6,0
Eslováquia	19,0	4,9	5,0	1,0	3,9
Finlândia	32,9	4,7	4,0	1,2	3,5
França	16,2	5,3	5,6	1,5	3,9
Holanda	31,5	5,4	3,4	0,8	4,5
Irlanda	30,8	5,4	0,9	0,2	5,3
Itália	12,6	3,7	1,8	0,6	3,1
Luxemburgo	13,9	4,3	5,9	1,4	2,8
Polónia	9,0	3,2	6,0	1,7	1,6
Portugal	13,4	3,9	4,2	1,1	2,8
Reino Unido	31,4	4,6	1,7	0,4	4,1
República Checa	23,0	5,6	3,5	0,8	4,8
Suécia	25,9	8,5	6,5	2,8	5,7

Fontes: Dados de Portugal INE, ICOR 2010, cálculos dos autores. Para os restantes países OCDE(2008), página 116, <http://dx.doi.org/10.1787/422058728151>

Nota: valores PT: 2009; restantes países: 2005

Os dados do Quadro 39 revelam nitidamente as limitações da política redistributiva em Portugal. Entre os países nele representados, Portugal apresenta uma das proporções mais baixas de prestações sociais para o primeiro quintil da distribuição do rendimento e, depois da Polónia, é aquele que apresenta piores resultados em termos do efeito redistributivo líquido dos impostos e dos benefícios sociais.

Os elevados níveis de desigualdade e de pobreza que ocorrem no nosso país encontram certamente alguma justificação no fraco desempenho das políticas redistributivas.

6.4 A utilização de modelos de microssimulação das políticas sociais

O objectivo deste ponto é o de evidenciar a utilização de técnicas de microssimulação na avaliação dos impactos de políticas sociais tomando como exemplo duas das principais medidas de combate à pobreza e à exclusão social executadas nos últimos anos em Portugal: o complemento solidário para idosos (CSI) e o rendimento social de inserção (RSI).

Os dados apresentados baseiam-se em Rodrigues (2009). Ao utilizarmos os dados deste autor não se pretende aqui proceder a uma avaliação dessas duas políticas mas tão-somente ilustrar uma metodologia que permite quantificar, no quadro de um conjunto de hipóteses necessariamente simplificadoras, os efeitos das políticas sociais sobre a desigualdade e as diferentes dimensões da pobreza.

Embora quer o CSI quer o RSI sejam medidas destinadas a combater a pobreza e a exclusão social em Portugal, elas apresentam características diferentes em termos de redução da pobreza e dos grupos sociais para os quais são dirigidas.

Em vigor desde 1997, o objectivo do RSI é o de reduzir a pobreza extrema através da redução da intensidade da pobreza dos sectores mais vulneráveis da população. O CSI, introduzido de forma gradual desde 2006, tem como objectivo explícito a redução da incidência da pobreza da população idosa, com a sua condição de recursos definida ao nível do limiar de pobreza.

O Quadro 40 apresenta as principais alterações na distribuição do rendimento associadas à simulação das duas medidas. Note-se que a simulação efectuada, mais do que os resultados reais da aplicação das medidas, nos dá os efeitos potenciais das mesmas em situações de ausência de fraude e de uma taxa de participação completa dos indivíduos elegíveis. Constitui, assim, um quadro de referência para a identificação do sentido e da amplitude dos seus efeitos sobre os recursos dos indivíduos e sobre a distribuição dos rendimentos.

Os valores apresentados permitem observar as alterações no rendimento equivalente geradas por estas duas políticas sociais sobre os vários decis da distribuição.

Conjuntamente, a implementação das duas políticas gera um incremento do rendimento disponível equivalente de cerca de 1%, mas a forma como o impacto de cada uma das medidas se repercute ao longo da distribuição do rendimento é substancialmente diferente. Os efeitos do CSI propagam-se ao longo dos primeiros sete decis da distribuição, enquanto os efeitos do RSI se esgotam nos dois primeiros decis. As diferentes condições de recursos

associadas a cada medida, as diversas unidades familiares consideradas para a elegibilidade e os montantes de referência explicam estas diferenças.

Quadro 40 - Simulação do CSI e do RSI na distribuição do rendimento, Portugal, 2006

	Rendim. base	R.Base + CSI	Var (%)	R.base + RSI	Var(%)	R.base +CSI+RSI	Var (%)
1º decil	2798	2982	6,6	3349	20,0	3849	24,7
2º decil	4341	4497	3,6	4370	0,7	4525	4,3
3º decil	5361	5393	0,6	5361	-	5393	0,6
4º decil	6262	6297	0,6	6262	-	6297	0,6
5º decil	7207	7230	0,3	7207	-	7230	0,3
6º decil	8275	8291	0,2	8275	-	8291	0,2
7º decil	9873	9882	0,1	9873	-	9882	0,1
8º decil	11 868	11 871	0,0	11 868	-	11 871	0,1
9º decil	15 643	15 643	-	15 643	-	15 643	-
10º decil	28 359	28 359	-	28 359	-	28 359	-
Total	10 011	10 057	0,5	10 069	0,6	10 110	1,0

Fonte: Rodrigues, C.F.(2009)

Nota: Simulação baseada nos microdados do ICOR 2007. Valores do rendimento em euros/ano, a preços de 2006

Este impacto diferenciado ao longo da distribuição do rendimento de cada uma das medidas não pode deixar de se reflectir no comportamento dos principais indicadores de desigualdade e de pobreza. O Quadro 41 e o Quadro 42 apresentam as alterações ocorridas nas principais medidas de desigualdade associadas a cada uma das medidas e à sua aplicação conjunta.

Quadro 41 - Simulação do CSI e do RSI na distribuição do rendimento - medidas de desigualdade (I), Portugal, 2006

	Gini		S80/S20		S90/S10	
	Valor	Var.(%)	Valor	Var.(%)	Valor	Var.(%)
Rendimento Base	0,362	-	6,2	-	10,1	-
R.Base + CSI	0,358	-1,2	5,9	-4,5	9,6	-6,2
R.Base + RSI	0,354	-2,0	5,7	-7,5	8,7	-16,4
R.Base + CSI + RSI	0,351	-3,0	5,5	-10,9	8,2	-19,8

Fonte: Rodrigues, C.F.(2009)

Nota: Simulação baseada nos microdados do ICOR 2007.

Quadro 42 - Simulação do CSI e do RSI na distribuição do rendimento - medidas de desigualdade (II), Portugal, 2006

	Atkinson ($\epsilon=0,5$)		Atkinson ($\epsilon=1,0$)		Atkinson ($\epsilon=2,0$)	
	Valor	Var.(%)	Valor	Var.(%)	Valor	Var.(%)
Rendimento Base	0,107	-	0,196	-	0,347	-
R.Base + CSI	0,104	-2,3	0,191	-2,5	0,339	-2,6
R.Base + RSI	0,102	-5,0	0,184	-6,1	0,308	-11,3
R.Base + CSI + RSI	0,100	-6,9	0,180	-8,2	0,300	-13,45

Fonte: Rodrigues ,C.F.(2009)

Nota: Simulação baseada nos microdados do ICOR 2007

O impacto redutor de qualquer das medidas sobre a desigualdade é bastante limitado. A aplicação conjunta dos dois programas permite reduzir o índice de Gini em apenas um ponto percentual. Somente as medidas de desigualdade mais sensíveis à parte inferior da distribuição de rendimentos registam decréscimos de desigualdade mais significativos.

O aspecto mais importante que sobressai destes resultados é, no entanto, o âmbito muito limitado das políticas sociais no combate às desigualdades. Não sendo esta a sua vocação principal, os seus efeitos em termos de redução da desigualdade como que se circunscrevem à parte inferior da distribuição. Num país como Portugal em que, como vimos, as principais dinâmicas da desigualdade parecem prevalecer nos rendimentos mais elevados, as políticas sociais de combate à pobreza e à exclusão social terão sempre uma eficácia exígua na redução das desigualdades.

Apesar do impacto sobre as desigualdades de qualquer uma das medidas ser reduzido é de salientar que o RSI revela uma eficácia acrescida em comparação com o CSI. O facto de o RSI ser uma medida muito direccionada à parte mais pobre da população faz com que os seus efeitos sobre a desigualdade sejam mais significativos, em particular quando medidos por índices muito sensíveis aos rendimentos mais débeis (como o índice de Atkinson com $\epsilon=2,0$) ou nos indicadores assentes na distância entre os extremos da distribuição (como o indicador S90/S10).

A avaliação da eficácia destas medidas no combate às várias dimensões da pobreza monetária é completamente diferente. Como se pode observar no Quadro 43, a aplicação conjunta destas duas políticas possibilitaria uma redução significativa da incidência, da intensidade e da severidade da pobreza. Uma redução superior a dois pontos percentuais na taxa de pobreza e um decréscimo superior a 35% na intensidade da pobreza.

Quadro 43 - Simulação do CSI e do RSI na distribuição do rendimento - medidas de pobreza monetária (III), Portugal, 2006

	F ₀ -Incidência		F ₁ -Intensidade		F ₂ -Severidade	
	Valor	Var.(%)	Valor	Var.(%)	Valor	Var.(%)
Rendimento Base	0,173	-	0,046	-	0,019	-
R.Base + CSI	0,154	-11,0	0,040	-12,1	0,017	-11,3
R.Base + RSI	0,168	-2,6	0,034	-25,7	0,010	-46,7
R.Base + CSI + RSI	0,149	-13,7	0,030	-35,7	0,008	-54,7

Fonte: Rodrigues, C.F.(2009)

Nota: Simulação baseada nos microdados do ICOR 2007

O quadro anterior permite igualmente confirmar os diferentes objectivos das duas políticas e a sua complementaridade na redução das situações de precariedade. O CSI, com um valor de referência da medida próximo do limiar de pobreza, consegue níveis de eficácia mais significativos na redução da incidência da pobreza, enquanto o RSI se evidencia predominantemente como uma medida de redução da intensidade da pobreza e de atenuação da pobreza extrema⁴⁸.

6.5 Síntese

Ao longo deste capítulo tentámos evidenciar os efeitos das políticas fiscais e sociais sobre a distribuição do rendimento, a desigualdade e a pobreza. Apesar das limitações decorrentes da informação estatística disponível, foi possível identificar, ainda que de forma necessariamente limitada e fragmentada, os principais impactos dessas políticas.

Uma primeira ilação que emerge da análise efectuada é a de que a intervenção pública para reduzir as desigualdades por via da política social tem um carácter necessariamente precário cujos efeitos se esgotam na correcção das assimetrias da parte inferior da distribuição do rendimento, deixando de fora as que ocorrem na parte superior da distribuição. Por outro lado, a análise dos dados acerca dos impostos sobre o rendimento evidencia as suas potencialidades como mecanismo de redistribuição e o seu nível de progressividade. Mas revela igualmente que muito falta fazer para um conhecimento aprofundado da relação entre os rendimentos familiares e os rendimentos abrangidos pelo sistema fiscal. O elevado número de famílias que não pagam impostos sobre os rendimentos, se por um lado pode traduzir situações de real precariedade, por outro lado pode indiciar a existência de rendimentos obtidos fora da economia formal que urge conhecer.

⁴⁸ Note-se que o rendimento de referência da condição de recursos do RSI é inferior a 60% da linha de pobreza, pelo que esta medida somente de forma marginal terá efeitos na redução da incidência da pobreza.

A análise da eficácia e da eficiência das políticas redistributivas implementadas através do sistema fiscal e das transferências sociais evidenciou claramente o seu fraco desempenho comparativamente ao alcançado noutros países da União Europeia.

Apesar desse fraco desempenho, a eficácia das políticas sociais no combate à exclusão e à pobreza surge indissociável das melhorias verificadas nos principais indicadores de pobreza ocorridos nos últimos anos em Portugal. As políticas sociais assentes em condição de recursos desempenham, nesse contexto, um papel importante. Mas um efectivo conhecimento das situações de precariedade implica também perceber o papel dos mecanismos não monetários de apoio e de suporte às famílias mais desprotegidas presentemente não captadas pelos indicadores de pobreza tradicionais.

7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao longo deste trabalho examinou-se detalhadamente a evolução da desigualdade familiar em Portugal, utilizando a informação estatística mais recente disponibilizada pelos organismos oficiais. Abordou-se igualmente a relação entre a desigualdade, as condições de vida da população e o fenómeno da pobreza monetária. Sempre que possível, confrontaram-se os resultados obtidos com a informação existente a nível da União Europeia, para permitir o confronto entre a realidade nacional e a do espaço europeu onde estamos inseridos.

Diversas conclusões sobressaem da análise da evolução da desigualdade familiar, assente nos microdados do Painel Europeu dos Agregados Familiares (PEADP/ECHP) e do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC) realizados pelo INE:

1. Portugal permanece como um dos países mais desiguais da União Europeia, qualquer que seja o indicador de desigualdade utilizado para medir a desigualdade.
2. Ao longo dos últimos anos, a desigualdade familiar tem-se vindo a atenuar ligeiramente, como é demonstrado pela redução do índice de Gini em cerca de cinco pontos percentuais entre 1993 e 2009.
3. Nos anos compreendidos entre 2003 e 2009, todos os indicadores de desigualdade registaram uma descida dos níveis de desigualdade, o que contradiz de forma clara uma visão muitas vezes difundida de que as desigualdades económicas estão a aumentar em Portugal.
4. A evolução registada na desigualdade em Portugal encontra-se indissociável da melhoria de rendimento e de condições de vida das famílias e dos indivíduos situados nos dois primeiros decis da distribuição do rendimento. A proporção do rendimento total auferida pelos 5% da população mais pobre duplicou entre 1993 e 2009. No mesmo período, o *'share'* do primeiro decil aumentou 67% e o do decil seguinte 23%.

A importância dos rendimentos do trabalho no rendimento familiar justifica uma análise individualizada da desigualdade salarial, tendo como base os microdados dos Quadros de Pessoal, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. A investigação dos ganhos salariais entre 1985 e 2009 revelou um comportamento da evolução da desigualdade salarial oposto ao registado com os rendimentos familiares, nomeadamente:

1. Entre 1985 e 2009, verificou-se um forte agravamento da desigualdade salarial com o índice de Gini a registar um agravamento superior a 6 pontos percentuais, passando de 28,4% para 34,4%. Todos os índices de desigualdade considerados neste estudo registam taxas de crescimento superiores a 20% ao longo de período.
2. Este agravamento da desigualdade salarial não é, contudo, homogéneo ao longo de todo o período em análise. A um período inicial, que vai de 1985 a 1994, de continuado acentuar da desigualdade segue-se, na segunda metade dos anos 90, um período de atenuação das assimetrias salariais que não é, contudo, suficiente para reverter o agravamento prévio. Já neste século as desigualdades salariais voltam a agravar-se até 2005, para se atenuar ligeiramente após esse ano. As desigualdades salariais evidenciam, assim, uma volatilidade superior à observada nos rendimentos familiares.
3. O comportamento dos vários decis da distribuição do ganho salarial é, uma vez mais, a oposta da verificada com os rendimentos das famílias. O decil de maiores rendimentos vê o seu ‘share’ aumentar praticamente seis pontos percentuais entre 1985 e 2009, passando de 24% para 29,8% do ganho total, um aumento superior a 24%. Os trabalhadores do primeiro decil registam um ganho mínimo (6,9%) ao longo do período. Somente o décimo, o nono e o primeiro decil da distribuição apresentam ganhos do respectivo ‘share’ entre 1985 e 2009. Os restantes decis da distribuição vêm a sua quota-parte no ganho total decrescer.
4. Se, para garantir a comparabilidade temporal com os rendimentos familiares, restringíssemos o estudo ao período 1993 a 2009, o padrão de evolução dos vários decis não se alterava, evidenciando os mesmos “ganhadores” e “perdedores”, embora a amplitude das alterações fosse muito inferior. A subida da desigualdade salarial parece, assim, claramente associada a um aumento progressivo da quota do ganho total auferida pelos indivíduos de maior nível salarial.

Os resultados anteriores justificaram uma investigação adicional acerca dos rendimentos mais elevados, na linha dos desenvolvidos nos últimos anos por Atkinson.

1. O estudo da proporção do rendimento auferida pelos 10%, 5%, 1%, 0,5%, 0,1% e 0,01% de trabalhadores com maior ganho, e a sua evolução no período 1985 a 2009 evidenciou que, tal como aconteceu com o décimo decil, todos estes grupos viram o seu ‘share’ aumentar.
2. Mas esse aumento é também ele desigual. Quanto mais subimos na escala dos rendimentos, maior é o crescimento do respectivo ‘share’. Se os 10% de salários mais elevados registam uma subida de 24%, os 1% mais ricos averbam um aumento do seu ‘share’ de 45% e os 0,1% de maiores remunerações um acréscimo de 61%.

3. Este acréscimo da desigualdade na parte superior da distribuição tem-se mantido nos anos mais recentes, embora com diferentes intensidades.
4. É ainda possível verificar uma estreita associação entre o ritmo de crescimento dos 'shares' dos indivíduos de maiores rendimentos e a evolução da desigualdade salarial para o conjunto dos trabalhadores. O que, uma vez mais, aponta para que as alterações verificadas na parte superior da distribuição constituam um elemento determinante do perfil da desigualdade salarial em Portugal.

As alterações ocorridas na desigualdade familiar não são dissociáveis das transformações ocorridas nos indicadores de pobreza e no próprio bem-estar da população. A avaliação do comportamento dos indicadores correspondentes à incidência, à intensidade e à severidade da pobreza ao longo do período 1993-2009 permitem evidenciar:

1. Como seria expectável, dado o papel preponderante que os rendimentos mais baixos desempenharam nas alterações do nível de desigualdade familiar, o padrão seguido pela evolução dos principais indicadores de pobreza é muito próximo do seguido pelo da desigualdade do rendimento equivalente.
2. A taxa de pobreza regista uma diminuição de 4,7 pontos percentuais passando de 22,5% da população, em 1993, para 17,9% em 2009, a intensidade da pobreza reduz-se em cerca de 44% e a severidade da pobreza assume em 2009 um valor que é menos do que metade do registado em 1993.
3. A análise de sensibilidade dos resultados obtidos quanto à escolha do limiar de pobreza comprova uma descida sustentada da incidência da pobreza entre 1993 e 2009, seja qual for a linha de pobreza estabelecida, dentro de um intervalo considerado razoável.
4. Particularmente significativa é a evolução da taxa de pobreza dos idosos em Portugal que, num período de 15 anos, se reduziu de cerca de 40%, em 1993, para 21% em 2009. Infelizmente, redução semelhante não ocorreu com a pobreza infantil que permanece bastante elevada.
5. A evolução da taxa de privação material permaneceu praticamente inalterada, impedindo assim uma descida mais significativa da taxa de pobreza consistente.

As alterações ocorridas na distribuição do rendimento entre 1993 e 2009 traduziram-se igualmente numa melhoria das condições de vida e de bem-estar social da população na medida em que:

1. O rendimento por adulto equivalente subiu, em termos reais, cerca de 35%. Todos os decis viram o seu nível de rendimento médio aumentado.

2. Os ganhos do crescimento do rendimento real não se repartiram igualmente entre os vários decis. Os indivíduos situados no 1º decil da distribuição viram os seus rendimentos reais por adulto equivalente mais que duplicados ao longo dos 15 anos em análise. Os restantes decis registaram crescimento mais modesto e inversamente proporcional ao seu posicionamento na escala de rendimentos. As alterações antes observadas quanto aos índices de desigualdade e de pobreza encontram nestes valores do rendimento médio de cada decil uma explicação e uma validação adicional.
3. A utilização de indicadores mais sofisticados ou de conceitos de bem-estar social mais abrangentes não alteram as principais conclusões que resultam da análise do rendimento médio de cada decil.

Apesar da melhoria das condições de vida do conjunto da população, da ligeira redução da desigualdade familiar e da diminuição significativa das várias dimensões da pobreza monetária, Portugal continua a dispor, em todas essas dimensões, de níveis de pobreza superiores aos da média da UE. A avaliação do processo de convergência de Portugal aos padrões de desigualdade e pobreza média da UE conduz a apreciações diferentes em termos de desigualdade e de pobreza:

1. Em termos de desigualdade familiar, medida pelo índice de Gini, podemos afirmar que a redução alcançada neste índice ao longo do período 1994-2009, cerca de 3 pontos percentuais, não foi suficiente para impedir que Portugal continue a fazer parte do grupo dos países mais desiguais da UE25.
2. No que concerne aos indicadores de pobreza, a redução da incidência da pobreza operada entre 1994 e 2009 traduziu-se, também, numa efectiva aproximação aos valores médios da Europa. Se, no primeiro desses anos, a diferença entre a taxa de pobreza em Portugal e na UE15 era de seis pontos percentuais, em 2009 essa diferença encurtou para apenas 1,7 pontos percentuais.
3. O rendimento médio por adulto equivalente de Portugal, medido em euros, representava, em 1994, 44,3% do rendimento médio da UE15. Em 2009, esse valor situa-se em 52,5%.

A aplicação de técnicas de decomposição da desigualdade por grupos socioeconómicos e por fontes de rendimento permitiu evidenciar:

1. A predominância do nível de instrução como principal factor de explicação das desigualdades familiares. A segmentação da população de acordo com as suas habilitações “explica” cerca de 25% da desigualdade total.

2. O fraco poder explicativo sobre a desigualdade total evidenciado pelas outras variáveis socioeconómicas analisadas: composição da família, participação na actividade produtiva, condição perante o trabalho e idade do indivíduo de referência.
3. Os rendimentos do trabalho são aqueles que mais contribuem para a desigualdade total, embora a sua contribuição corrigida da sua importância relativa no rendimento equivalente seja inferior à dos “outros rendimentos”.
4. O declínio relativo dos rendimentos de trabalho entre 1993 e 2009, compensados por um aumento do peso relativo das pensões nos rendimentos familiares. As pensões de velhice e de sobrevivência passam de peso relativo no rendimento total de 11,8%, em 1993, para 20,9% em 2009.
5. O reduzido peso dos “outros rendimentos” que engloba quer as transferências entre privados quer os rendimentos de capital. A estabilização do seu peso relativo em torno dos 2% parece indiciar alguma subestimação deste tipo de rendimentos nos inquéritos directos às famílias.
6. Quer os rendimentos do trabalho quer os outros rendimentos têm uma contribuição para a desigualdade que é superior à sua importância relativa na estrutura dos rendimentos. Em particular os “outros rendimentos” geram um efeito de desigualdade que é superior ao dobro do seu ‘share’ no rendimento total.
7. As transferências sociais evidenciam claramente um efeito atenuador das desigualdades, que se acentua no ano de 2009.

A decomposição da desigualdade salarial por diversas categorias de trabalhadores e de empresas confirma, reforçando, os resultados da decomposição da desigualdade familiar:

1. A relevância do nível de qualificação/educação como principal factor de explicação das desigualdades familiares. A segmentação da população de acordo com as suas qualificações “explica” cerca de 50% da desigualdade total.
2. A pouca relevância das variáveis ligadas às características da empresa e à sua localização geográfica. Apesar de algumas destas variáveis evidenciarem fortes assimetrias no ganho médio das suas diferentes categorias, como acontece com as regiões, a dimensão da empresa ou o sector de actividade, a forte heterogeneidade salarial existente no seio de cada uma dessas categorias reduz o poder explicativo dessas variáveis na explicação da desigualdade salarial global.

Apesar das limitações decorrentes da informação estatística disponível, foi possível identificar, ainda que de forma necessariamente limitada e fragmentada, os principais impactos do sistema fiscal sobre a distribuição do rendimento e a desigualdade:

1. O estudo da estrutura do rendimento bruto e do rendimento líquido médio das famílias permite comprovar que a acção conjunta do IRS e das contribuições para a segurança social corresponde a uma diminuição média de cerca de 20% dos recursos ilíquidos auferidos pelas famílias.
2. A progressividade do sistema fiscal ao longo da distribuição do rendimento é evidenciada com um rácio de rendimento líquido/rendimento bruto a variar entre os 2,5% no primeiro decil e 27,9% no 10º decil.
3. As contribuições para a segurança social têm um peso superior ao IRS na passagem do rendimento bruto ao rendimento líquido das famílias até ao 6º decil da distribuição, passando a partir daí a ter uma menor importância relativa.
4. A percentagem de agregados domésticos que paga IRS é de cerca de 75,6%, sendo que esta taxa desce para 17% no primeiro decil da população e é praticamente de 100% nos dois últimos decis.
5. O impacto da política fiscal sobre os diferentes indicadores de desigualdade é significativo: o índice de Gini regista uma redução de cerca de 11% (superior a quatro pontos percentuais) quando passamos da distribuição do rendimento bruto ao rendimento líquido. A diminuição mais acentuada dos índices mais sensíveis à parte superior da distribuição confirma a progressividade do sistema fiscal.

A utilização de um conjunto de indicadores de eficácia na redução da incidência da pobreza faculta uma primeira avaliação do impacto das políticas sociais sobre a distribuição do rendimento e a pobreza:

1. Tomando como referência o ano de 2009, é possível verificar que a incidência da pobreza do conjunto da população foi de 17,9% mas que, mantendo a linha de pobreza e subtraindo ao rendimento disponível das famílias as transferências sociais, a incidência passaria para 26,4%. As transferências sociais possibilitam assim uma redução da incidência da pobreza em 8,5 pontos percentuais.
2. Este indicador da eficácia das políticas sociais na redução da pobreza tem registado um progressivo aumento passando de 19,4%, em 1993, para os 32,3% em 2009.
3. As potencialidades da avaliação dos impactos de políticas sociais sobre a desigualdade e a pobreza através da utilização de técnicas de microsimulação são apresentadas.

O estudo agora realizado permite tornar claras as limitações quer da informação estatística disponível quer das técnicas utilizadas para medir a desigualdade económica. Possibilita ainda identificar áreas ainda não investigadas, ou insuficientemente conhecidas, acerca da realidade das desigualdades económicas e sociais.

A utilização do ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – como fonte de informação privilegiada e oficial para medir a desigualdade e as condições de vida da população em Portugal propõe diversas questões quanto à abrangência deste inquérito para retratar fidedignamente as desigualdades económicas:

Em primeiro lugar, ao restringir o âmbito de inquirição aos indivíduos que residem em alojamentos privados, excluindo portanto a população residente em alojamentos colectivos e a população ‘sem abrigo’, deixa de fora uma parcela da população que, independentemente do seu peso numérico, é particularmente relevante em termos de desigualdade e, principalmente, de pobreza. Não sendo previsível, nem fácil, a sua inclusão nos inquéritos nacionais, a especificidade da situação destas famílias e indivíduos deveria suscitar inquéritos direccionados que possibilitassem averiguar das suas condições de vida e complementassem a informação sobre as desigualdades e a pobreza em Portugal.

A segunda questão prende-se com a representatividade regional do ICOR. Portugal é dos poucos países da União Europeia em que não são divulgados dados regionais acerca das desigualdades e da pobreza. As disparidades espaciais nas condições de vida da população, a especificidade regional de algumas políticas sociais e de certos elementos constitutivos da política fiscal justificam que a informação esteja disponível em termos regionais, a nível NUTS II.

A abrangência do rendimento disponível das famílias registado no ICOR constitui outro factor limitativo dos estudos sobre desigualdade e pobreza baseados nesses inquéritos. Até ao presente, o ICOR só muito parcialmente recolhe informação sobre os rendimentos não monetários, e os que recolhe são excluídos na construção dos indicadores de desigualdade e pobreza. Como o próprio INE demonstra através dos resultados do IDEF, a componente não monetária tem um peso não negligenciável nos recursos das famílias portuguesas que, particularmente em situações de crise económica, podem funcionar como uma “almofada” face à escassez de recursos monetários. Independentemente das orientações do Eurostat quanto ao privilegiar os indicadores de desigualdade e de pobreza originados no rendimento monetário, Portugal deveria igualmente divulgar resultados assentes no rendimento total (monetário e em espécie).

O fraco nível de desagregação de algumas componentes do rendimento disponível constitui outro elemento limitativo no estudo das condições de vida das famílias e de avaliação das políticas sociais. Por exemplo, a não discriminação do regime contributivo ou social das pensões de velhice dificulta uma avaliação efectiva do impacto das pensões sociais nos níveis de desigualdade e de pobreza.

Por último, a informação disponibilizada acerca da relação entre os rendimentos brutos e líquidos, e a passagem de uns para outros, é particularmente escassa quer na informação difundida quer nas bases de dados cedidas aos investigadores.

O aprofundamento das potencialidades do ICOR como instrumento privilegiado para aferir das condições de vida das famílias e dos seus níveis de pobreza passa, assim, pela melhoria da inquirição de todos os recursos familiares e pela construção de indicadores de desigualdade e pobreza que reflectam a diversidade de recursos das famílias e dos indivíduos.

Ainda que o ICOR constitua a fonte estatística predominante para a avaliação das desigualdades sociais, não pode constituir a única fonte de informação. A articulação entre a desigualdade familiar e a desigualdade salarial desenvolvida neste trabalho é, na nossa opinião, um exemplo claro das vantagens de conjugar diferentes fontes estatísticas e/ou administrativas com relevância para o estudo das desigualdades e das condições de vida da população.

Nesse contexto, a possibilidade de acesso aos microdados anonimizados das receitas fiscais, em particular dos impostos sobre os rendimentos pessoais, ganha uma relevância acrescida. A utilização deste tipo de informação permitiria não somente uma visão acrescida da distribuição do rendimento, da política redistributiva do Estado, mas igualmente da relação entre rendimentos e património/riqueza na formação das desigualdades, uma área de investigação até ao presente não desenvolvida em Portugal.

A possibilidade de utilização conjunta de diversas fontes de informação estatística não constitui a única via de aperfeiçoar a informação disponível para os estudos sobre as desigualdades e as condições de vida em Portugal. A ausência de estudos que combinem a informação micro a nível individual com a informação macroeconómica, nomeadamente a veiculada através das Contas Nacionais, constitui também uma lacuna importante nos estudos sobre a desigualdade no nosso país.

A importância da economia paralela e da fuga aos impostos constitui outra área com reflexos profundos na distribuição do rendimento sobre o qual muito pouco se conhece. Um estudo recente promovido pela COTEC e pela Universidade Católica do Porto apontava para um peso da economia informal no PIB superior a 20%. Neste estudo verificamos que somente 75% dos agregados domésticos pagavam impostos sobre o rendimento, o que não significa que todas as unidades fiscais neles incluídos o façam. Além da necessidade de um conhecimento mais aprofundado sobre a economia informal que possibilite entender os sectores onde é exercida, o tipo de rendimentos que proporciona e qual a sua distribuição ao longo da escala de rendimentos formais, é igualmente necessário perceber qual a sua tradução nos inquéritos às famílias realizados pelo INE. A hipótese de uma correspondência directa entre a não declaração ao sistema fiscal e a não declaração ao INE quando inquirido nos inquéritos às famílias carece igualmente de confirmação.

O desenvolvimento das técnicas de medição da desigualdade e das condições de vida das famílias a partir dos recursos monetários ou monetarizados encontra-se hoje suficientemente desenvolvido. Ao longo dos últimos anos foram propostos pela comunidade científica e pelos organismos estatísticos internacionais diversos indicadores e modelos que

permitem uma avaliação rigorosa da desigualdade na distribuição dos rendimentos monetários. Ao mesmo tempo foram desenvolvidos diferentes suportes informáticos de cálculo desses indicadores e de estimação desses modelos que suportam o tratamento de largas quantidades de informação.

Duas áreas relevantes para o estudo das desigualdades merecem, no entanto, desenvolvimentos metodológicos adicionais: a avaliação do impacto dos recursos não monetários nem monetarizados das famílias e o desenvolvimento de indicadores que possibilitem introduzir uma componente longitudinal na avaliação das desigualdades e das condições de vida das famílias.

A dificuldade de contabilizar as transferências do Estado para as famílias veiculadas através de bens públicos ou de transferências em géneros constitui hoje uma séria limitação na avaliação da desigualdade. Dois países, com idêntica distribuição dos rendimentos monetários, podem ter situações substantivamente diferentes em termos de bem-estar e de desigualdade efectiva em função dos recursos que a população recebe do Estado em bens e serviços. O desenvolvimento de indicadores que possibilitem contabilizar ou ter em consideração esses recursos permitiria colmatar uma lacuna importante nos estudos sobre a desigualdade.

A análise dinâmica das desigualdades é outra área promissora e, até ao presente, pouco estudada em Portugal. Também aqui os indicadores e as metodologias existentes carecem de aprofundamento. A existência de uma componente longitudinal do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento poderá, no entanto, revelar-se extremamente útil para a realização de estudos sobre a distribuição do rendimento numa óptica longitudinal.

Recentemente vieram a público dois estudos que de alguma forma complementam e confirmam muitos dos resultados que aqui apresentamos.

O primeiro, um relatório da OCDE intitulado “*Divide We Stand – Why Inequality Keeps Rising*”, comprova que na maior parte dos países da OCDE a desigualdade se agravou nos últimos anos, evidenciando o papel nesse acréscimo da desigualdade do aumento da distância que separa os 10% mais ricos dos 10% mais pobres e, em particular, o aumento das desigualdades salariais. Como é referido, “o aumento das desigualdades familiares é fortemente impulsionado pela distribuição salarial. [...] Com poucas excepções os salários dos 10% mais bem pagos cresceram relativamente aos 10% de menores salários” (OCDE, 2011, pp 22).

Apesar das grandes tendências reveladas nesse estudo também estarem presentes na sociedade portuguesa, como antes analisámos, a desigualdade familiar desceu ligeiramente nos últimos anos. Tal deveu-se, em grande medida, às políticas sociais e ao acréscimo do rendimento dos indivíduos e das famílias de maior precariedade económica.

E é precisamente neste olhar para as famílias de menores rendimentos que o segundo estudo se revela particularmente importante e preocupante. Divulgado pela União Europeia no princípio de 2012 o estudo “*The distributional effects of austerity measures: a comparison of six EU countries*” evidencia como, a partir de 2010, o enfraquecimento das políticas sociais como resposta à crise económica pode ter importantes repercussões nas condições de vida das famílias de menores rendimentos, no agravamento das desigualdades sociais e no aumento da pobreza e exclusão social.

A análise da evolução das desigualdades em Portugal apresentada neste estudo tem como referência o último ano para o qual existe informação rigorosa disponível, que é 2009. Mas 2009 poderá também representar o encerramento de um ciclo. Um ciclo caracterizado pela redução dos principais indicadores de pobreza e do atenuar das desigualdades. A profunda crise económica que o nosso país hoje atravessa e as respostas que as autoridades económicas têm ensaiado para a ultrapassar podem inverter profundamente as principais tendências ocorridas nas últimas décadas de que aqui apresentámos registo.

No estudo das desigualdades, como em tudo o que é verdadeiramente importante, o passado não é exemplo mas pode ser lição. Esperamos que o conhecimento aprofundado das desigualdades económicas em Portugal aqui apresentado permita perceber melhor a sua natureza, os mecanismos através da qual as desigualdades se geram e transmitem e os seus principais determinantes. E que, de alguma forma, esse conhecimento contribua para uma sociedade menos tolerante para com as desigualdades.

BIBLIOGRAFIA

- Alvaredo, F. (2008). *Top incomes and earnings in Portugal 1936-2004*. Paris School of Economics Working Paper 17/2008.
- Alves, N. (2009). Novos factos sobre a pobreza em Portugal. *Boletim Económico do Banco de Portugal*, Primavera, pp.125-154.
- Alves, N. (2010). Pobreza e participação no mercado de trabalho em Portugal. In: Carmo, R. (Ed.) *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 101-110.
- Atkinson, A. e T. Piketty (2007). *Top Incomes over the Twentieth Century: A Contrast between European and English-Speaking Countries*. Oxford University Press, Oxford.
- Beckerman, Wilfred, (1979), The Impact of Income Maintenance Payments on Poverty in Britain, *Economic Journal*, 89, 354, pp. 261-79.
- Brandolini, A., A. Rosolia e R. Torrini (2011). *The distribution of employees' labour earnings in the European Union: Data, concepts and first results*, ECINEQ Working Papers 198. ECINEQ, Society for the Study of Economic Inequality, Palma de Mallorca, Spain.
- Callan, T., C. Leventi et al. (2011), *The distributional effects of austerity measures: a comparison of six EU countries*, European Commission, Employment, Social Affairs and Inclusion, Novembro de 2011.
- Cardoso, A. R. (1997). Workers and Employers: Who is Shaping Wage Inequality. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 59(4), pp. 523-547.
- Cardoso, A. R. (1998). Earnings inequality in Portugal: High and rising?. *Review of Income and Wealth*, 44(3), pp. 325-343.
- Carvalho, O. E e M. L. Nunes (1979). *Aspectos da distribuição dos rendimentos em Portugal no período 1973-1978*. Comunicação à II Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa, Lisboa.
- Castanheira, M. E. e M. E. Ribeiro (1977). A repartição pessoal do rendimento em Portugal. *Análise Social*, XIII, (51), pp. 727-739.
- Castanheira, M. E. e J. Pereirinha (1979). Distribuição do rendimento real disponível das famílias. *Planeamento*, 2(3), pp. 111-150.
- Costa, A., M. Silva, J. Pereirinha e M. Matos (1985). *A pobreza em Portugal*. Caritas, Lisboa.
- Costa, A., I. Baptista, P. Perista e P. Carrilho (2008). *Um olhar sobre a pobreza – vulnerabilidades e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Gradiva, Lisboa.
- Cowell, F. A. e S. Jenkins (1995). How Much Inequality Can We Explain? A Methodology and an Application to the United States. *Economic Journal*, 105 (429), pp. 421-430.
- CEAFGEA (2008). *Economia Informal em Portugal*. Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada, UCP, Porto.
- Ferreira, L. (1992). Pobreza em Portugal - Variação e Decomposição de Medidas de Pobreza a partir dos Orçamentos familiares de 1980-1981 e 1989-1990. *Estudos de Economia*, 12 (4), pp. 377-393.
- Ferreira, L. (1997). *Teoria e Metodologia da Medição da Pobreza. Aplicação à situação portuguesa na década de 80*, dissertação de doutoramento, ISEG/UTL, Lisboa.
- Figari, F., H. Levi e H. Sutherland (2007). *Using the EU-SILC for policy simulation: Prospects, some limitations and suggestions*, EUROMOD Working Paper EM1/07. ISER, University of Essex, Colchester.
- Foster, J., J. Greer e E. Thorbecke. (1984), A Class of Decomposable Poverty Measures, *Econometrica*; 52(3), pp. 761-66.

- Foster, M. e P. Whiteford (2009), *How much Redistribution do Welfare States Achieve? The Role of Cash Transfers and Household Taxes*, CESifo DICE Report, 7, 3, p. 34-41.
- Gouveia, M. e R. Albuquerque (1994). A Distribuição dos Salários em Portugal: 1980 e 1990. *Boletim Trimestral do Banco de Portugal*, Março.
- Gouveia, M. e J. Tavares (1995). The distribution of household income and expenditure in Portugal: 1980 and 1990. *Review of Income and Wealth*, 41(1), pp. 1-18.
- Hills, J. (2010). *An anatomy of economic inequality in the UK: report of the National Equality Panel*. CASE Report 60. Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics and Political Science, London, UK.
- Immervoll, H., C. O'Donoghue e H. Sutherland (1999), *An introduction to EUROMOD*, EUROMOD Working Paper EM0/99, ISER, University of Essex, Colchester
- Ministério do Plano e Coordenação Económica (1977). *Plano 77-80*, Grupo de Trabalho nº2 Repartição do Rendimento, Lisboa.
- Nolan, B. & Whelan, C. (2011a). *Poverty and Deprivation in Europe*, Oxford University Press, Oxford.
- Nolan, B. & Whelan, C. (2011b), *The EU 2020 poverty target*, GINI Discussion Papers 19, Amsterdam Institute for Advanced Labour Studies, Amsterdam.
- OECD (2011). *Divided we stand – Why Inequality Keeps Rising*, OECD, Paris.
- OCDE (2008). *Growing unequal? Income Distribution and Poverty*. OCDE, Paris.
- OIT (1979). *Employment and basics needs in Portugal*. OIT, Genebra.
- OIT (2003). *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. OIT, Genebra.
- OIT (2010). *Relatório global sobre os salários 2010/11. Políticas salariais em tempo de crise*. OIT, Genebra.
- Pereirinha, J. (1980). Evolução salarial em Portugal na década de 70. *Estudos de Economia*, I(1), pp. 69-82.
- Pereirinha, J. (1984). Resenha Temática sobre Diferenciações Salariais e Mercado de Trabalho em Portugal. *Revista de Pensamiento Iberoamericano*, 4, pp. 319-325.
- Pereirinha, J. (1986). Repartição do Rendimento. In: Silva, M. (Ed), *Portugal contemporâneo: problemas e perspectivas*. pp. 147-166. INA, Oeiras.
- Pereirinha, J. (1987). A desigualdade do rendimento como fenómeno estrutural. Reflexões sobre o caso português. *Planeamento*, 9 (2/3), pp. 23-49.
- Pereirinha, J. (1988). *Inequalities, household income distribution and development in Portugal*, PH. D Thesis, The Hague, Holanda.
- Ringen, S. (1988). Direct and Indirect Measures of Poverty, *Journal of Social Policy*, 17, pp 351-366.
- Rodrigues, C. F. (1993). The Measurement and Decomposition of Inequality in Portugal 1980/81 - 1989/90, Microsimulation Unit Discussion Paper MU9302, Cambridge, Department of Applied Economics.
- Rodrigues, C. F. (1994). Repartição do Rendimento e Desigualdade: Portugal nos anos 80. *Estudos de Economia*, 14(4), pp. 399-427.
- Rodrigues, C. F. (1996). Medição e Decomposição da Desigualdade em Portugal 1980 - 1990, *Revista de Estatística*, 1(3).
- Rodrigues, C. F. (2008). *Distribuição do Rendimento, Desigualdade Pobreza: Portugal nos anos 90*, Almedina, Coimbra, Portugal.
- Rodrigues, C. F. (2010). Algumas reflexões sobre a evolução recente da desigualdade e do bem-estar social em Portugal. In: Teixeira, A.A.C., Silva, S. e Teixeira, P. (ed) , *O que sabemos sobre a pobreza em Portugal? Tributo à Professora Leonor Vasconcelos Ferreira*, Grupo Editorial Vida Económica, pp. 131-154.

- Rodrigues, C. F. e I. Andrade (2012). Monetary Poverty, Material Deprivation and Consistent Poverty in Portugal, *Nota Economicas*, nº 35, pp 19-39 .
- Rodrigues, C. F. e J.L. Albuquerque (2000). Pobreza e Exclusão Social: Percursos e Perspectivas da Investigação em Portugal. In: *Actas do Seminário Pobreza e Exclusão Social: Percursos e perspectivas da Investigação em Portugal*, Lisboa, CESIS.
- Sen, A. (1970). *Collective Choice and Social Welfare. Mathematical Economic Texts*, 5. São Francisco, Holden-Day.
- Sen, A. (1973) *On Economic Inequality*, 1st ed. Oxford, Clarendon Press.
- Shorrocks, A. F. (1980). The Class of Additively Decomposable Inequality Measures. *Econometrica*, 48, pp. 613-625.
- Shorrocks, A. F. (1982). Inequality Decomposition by Factor Components. *Econometrica*, 50, pp. 193-212.
- Shorrocks, A. F. (1983). Ranking Income Distributions. *Economica*, 50, pp. 3-17.
- Silva, M. (1982). Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-1974), *Análise Social*, XVIII, (72-73-74), pp. 1077-1096.
- Silva, M. (1984). Uma estimativa da pobreza em Portugal em Abril de 1974, *Cadernos de Ciências Sociais*, (1), Junho, pp. 117-128.
- Silva, M. (1991). *Precariedade e vulnerabilidade económica. Nova pobreza em Portugal – uma aproximação empírica*, Lisboa: Centro de Reflexão Cristã.
- Silva, M. (1999). Pobreza e Exclusão Social – a investigação em Portugal nos últimos 25 anos. In *Actas do Seminário Pobreza e Exclusão Social: Percursos e perspectivas da Investigação em Portugal*, Lisboa, CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- Sutherland H. (2001). *EUROMOD: an integrated European benefit-tax model, final report*, EUROMOD Working Paper EM9/01, ISER, University of Essex, Colchester.
- Sutherland, H. (2007). EUROMOD: the tax-benefit microsimulation model for the European Union. In A. Gupta and A. Harding (eds.), *Modelling Our Future: Population Ageing, Health and Aged Care*, 16. Amsterdam: Elsevier, pp. 483–88.
- Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom*, Penguin, Harmondsworth..

Anexo Estatístico

Quadro A. 1 - Rendimento médio por adulto equivalente, Euros/ano, UE, 1994-2009

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
UE15	12041	12402	12856	13476	13905	14698	15613				17760	17787	19092	19993	19768	20064
UE27											14556	14718	15924	16810	16814	16957
Alemanha	15035	16060	16289	15918	16366	17167	17742				18214	17283	20270	21086	21223	21470
Áustria	15708	16338	15677	15343	15860	16566	16611	17566		18787	20102	19684	20342	21381	22106	23160
Bélgica	15015	15719	15649	15644	16415	17282	17803	17163		16941	18542	19011	19143	19986	21002	21353
Bulgária												1582	1721	2662	3278	3496
Chipre											15068	16599	18565	18872	19371	19611
Dinamarca								22515		22754	23294	24013	25113	26030	25897	26915
Eslováquia											3115	3804	4378	5180	6290	6785
Espanha	7445	7606	8019	8235	8905	9762	10602			11744	12176	12926	13654	14583	14948	14747
Estónia										3245	3630	4355	5304	6333	7207	6782
Finlândia		13926	13874	14383	14766	15481	16219			18579	19535	20225	20787	22008	23119	23528
França	14469	14925	15256	15249	15809	15969	16496	19354		17487	18207	18322	18383	22561	23191	23532
Grécia	6180	6479	7066	7779	7601	8119	8262	9675		10199	11149	11666	12130	12766	13505	13974
Hungria											3915	4586	4363	4827	5201	4631
Irlanda	9747	10085	11117	13005	13021	13656	15487			20779	21820	23441	25988	26809	25635	24071
Itália	8913	8352	9246	10068	10484	10952	11320			15834	16671	16648	17239	17734	17963	18136
Letónia											2733	3230	4087	5942	6625	5517
Lituânia											2554	3062	3938	4945	5892	5017
Luxemburgo	22109	23633	23219	23313	24277	25353	26360	29669		30433	31828	33228	34223	35448	36475	36410
Malta											9664	10096	10205	11197	11962	11867
Países Baixos	13005	13839	13886	13776	14466	14779	15518			18901	19419	19419	20809	22303	22790	22692
Polónia											3040	3705	4150	4940	5984	5116
Portugal	5330	5674	6063	6259	6572	6976	7634			8867	9392	9554	9929	10288	10393	10540
Reino Unido	12059	12039	12538	15727	15939	17813	20441				22519	22780	24823	22805	19391	20546
Rep. Checa											4838	5410	6148	6810	8262	7981
Roménia													1987	2323	2516	2374
Suécia								18393		18970	18988	20178	21805	22627	20910	20910

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012.)

Quadro A. 2 - Rendimento médio por adulto equivalente, PPC/ano, UE, 1994-2009

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
UE15	12052	12362	12782	13385	13797	14574	15499				16754	16882	18088	19350		18917
UE27											14167	14427	15639	16862		16641
Alemanha	13371	14010	14583	14947	15398	16475	17812				17390	16736	19755	20738	20502	20245
Áustria	14274	14178	14406	14517	15009	16353	17146		16984	18187	19463	19205	19955	20851	20963	21438
Bélgica	14296	14384	15241	15793	16661	16893	17785		16912	15903	17374	17868	17775	18606	19021	19012
Bulgária												3659	3836	5842	6668	6815
Chipre									16825		16922	18684	21158	21484	21819	21765
Dinamarca										16125	16692	17109	18149	18963	18538	18723
Eslováquia										4391	4391	5305	6182	7310	8710	9213
Eslóvenia										12553	12553	13189	13988	14846	15478	14784
Espanha	8889	9191	9677	10104	10604	11789	12776			13291	13387	14188	14880	15707	15706	15081
Estónia										5230	5758	6736	7741	8635	9274	8862
Finlândia										14676	15782	16364	16940	18408	19055	18874
França	13177	13388	13551	14453	15151	15179	16189			15900	16560	16934	16938	20883	20717	20944
Grécia	7953	8300	8772	9396	9483	10343	10546		12065	11876	12728	13220	13622	14223	14833	14717
Hungria											6316	7240	7196	7237	7502	7301
Irlanda	10888	11695	11854	13406	13149	13220	14366		15383	16471	17503	18909	20873	21183	20093	19584
Itália	10408	10490	10673	11280	11896	12662	12779			15281	15890	15900	16544	17307	17458	17296
Letónia											4870	5668	6728	8924	8864	7255
Lituânia											4774	5584	6868	8241	8937	7448
Luxemburgo	22035	22337	23008	23223	23924	25976	27336		29061	29478	30895	29777	30737	30892	31045	30120
Malta											13225	13502	13648	14839	15477	15143
Países Baixos	12316	12910	13445	14285	15218	15252	15549				17811	18554	20003	21868	21739	21049
Polónia											5712	6067	6645	8004	8660	8788
Portugal	7672	7798	8237	8620	9129	9569	10565			10307	10751	11233	11689	12008	11806	11818
Reino Unido	13386	13659	14296	15120	14794	15964	17272				20520	20601	22046	22347	20371	20494
Rep. Checa										8735	9307	9307	10023	10914	11444	10918
Roménia													3447	3645	4007	4122
Suécia									14892	15626	15950	17033	18865	19981	19269	19269

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Quadro A. 3 - Índice de Gini, UE, 1994-2009

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
UE15	31	30	29	29	29	29	29		30	30	29,9	29,5	30,2	30,7	30,4	30,5
UE27									30		30,6	30,2	30,6	30,8	30,4	30,5
Alemanha	29	27	25	25	25	25	25				26,1	26,8	30,4	30,2	29,1	29,3
Áustria	27	26	25	24	24	24	24		27,4	25,8	26,2	25,3	26,2	26,2	25,7	26,1
Bélgica	29	28	27	27	29	30	28		28,3	26,1	28,0	27,8	26,3	27,5	26,4	26,6
Bulgária						25	26	26	24	26	25	31,2	35,3	35,9	33,4	33,2
Chipre			29						27		28,7	28,8	29,8	28,3	29,1	29,1
Dinamarca	20		20		21		22		24,8	23,9	23,9	23,7	25,2	25,1	26,9	26,9
Eslováquia											26,2	28,1	24,5	23,7	24,8	25,9
Eslóvenia						22	22	22	22		23,8	23,7	23,2	23,4	22,7	23,8
Espanha	34	34	35	34	33	32	33	31	31	30,7	31,8	31,2	31,3	31,3	32,3	33,9
Estónia						36	35	35	34	37,4	34,1	33,1	33,4	30,9	31,4	31,3
Finlândia		22	22	22	24	24	27	26	26	25,5	26,0	25,9	26,2	26,3	25,9	25,4
França	29	29	29	28	29	28	27	27	27	28,2	27,7	27,3	26,6	29,8	29,9	29,8
Grécia	35	34	35	35	34	33	33		34,7	33,0	33,2	34,3	34,3	33,4	33,1	32,9
Hungria						26	25	24	27		27,6	33,3	25,6	25,2	24,7	24,1
Irlanda	33	33	33	34	32	30	29		30,6	31,5	31,9	31,9	31,3	29,9	28,8	33,2
Itália	33	32	31	31	30	29	29			33,2	32,8	32,1	32,3	31,0	31,5	31,2
Letónia						34					36,1	39,2	35,4	37,7	37,4	36,1
Lituânia						31	31				36,3	35,0	33,8	34,0	35,5	36,9
Luxemburgo	29	28	25	26	27	26	27		27,6	26,5	26,5	27,8	27,4	27,7	29,2	27,9
Malta						30					26,9	27,0	26,3	27,9	27,2	28,4
Países Baixos	29	29	26	25	26	29	27	27	27		26,9	26,4	27,6	27,6	27,2	25,5
Polónia						30	30				35,6	33,3	32,2	32,0	31,4	31,1
Portugal	37	36	36	37	36	36	37			37,8	38,1	37,7	36,8	35,8	35,4	33,7
Reino Unido	32	32	30	32	32	32	35	35	34		34,6	32,5	32,6	33,9	32,4	33,0
Rep. Checa							25				26,0	25,3	25,3	24,7	25,1	24,9
Roménia						29	30	30	30	31	31	33	37,8	36,0	34,9	33,3
Suécia			21		22		24	23		23,0	23,4	24,0	23,4	24,0	24,8	24,1

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Quadro A. 4 - Índice S80/S20, UE, 1994-2009

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
UE15	5,1	4,8	4,7	4,6	4,6	4,5	4,5		4,6	4,8	4,8	4,7	4,9	4,9	4,9	5,0
UE27											5,0	4,9	5,0	5,0	4,9	5,0
Alemanha	4,6	4,0	3,7	3,6	3,6	3,5	3,6				3,8	4,1	4,9	4,8	4,5	4,5
Áustria	4,0	3,8	3,6	3,5	3,7	3,4	3,5		4,1	3,8	3,8	3,7	3,8	3,7	3,7	3,7
Bélgica	4,5	4,2	4,0	4,0	4,2	4,3	4,0		4,3	3,9	4,0	4,2	3,9	4,1	3,9	3,9
Bulgária						3,7	3,8	3,8	3,6	4,0	3,7	5,1	7,0	6,5	5,9	5,9
Chipre									4,1		4,3	4,3	4,4	4,2	4,3	4,4
Dinamarca	2,9		2,9		3,0		3,0		3,6	3,4	3,5	3,4	3,7	3,6	4,6	4,4
Eslováquia											3,9	4,1	3,5	3,4	3,6	3,8
Eslovénia						3,2	3,1	3,1	3,1		3,4	3,4	3,3	3,4	3,2	3,4
Espanha	5,9	6,0	6,5	5,9	5,7	5,4	5,5	5,1	5,1	5,1	5,5	5,3	5,3	5,4	6,0	6,9
Estónia						6,3	6,1	6,1	5,9	7,2	5,9	5,5	5,5	5,0	5,0	5,0
Finlândia						3,3	3,7	3,7	3,6	3,5	3,6	3,6	3,7	3,8	3,7	3,6
França	4,5	4,3	4,4	4,2	4,4	4,2	3,9	3,9	3,8	4,2	4,0	4,0	3,9	4,4	4,4	4,5
Grécia	6,5	6,3	6,6	6,5	6,2	5,8	5,7		6,4	5,9	5,8	6,1	6,0	5,9	5,8	5,6
Hungria						3,3	3,1	3,0	3,3		4,0	5,5	3,7	3,6	3,5	3,4
Irlanda	5,1	5,1	5,0	5,2	4,9	4,7	4,5		4,9	4,9	5,0	4,9	4,8	4,4	4,2	5,3
Itália	5,9	5,6	5,3	5,1	4,9	4,8	4,8			5,7	5,6	5,5	5,5	5,1	5,2	5,2
Letónia						5,5					6,7	7,9	6,3	7,3	7,3	6,9
Lituânia						5,0	4,9				6,9	6,3	5,9	5,9	6,3	7,3
Luxemburgo	4,3	4,0	3,6	3,7	3,9	3,7	3,8		4,1	3,9	3,9	4,2	4,0	4,1	4,3	4,1
Malta						4,6					3,9	4,0	3,9	4,2	4,0	4,3
Países Baixos	4,2	4,4	3,6	3,6	3,7	4,1	4,0	4,0	4,0		4,0	3,8	4,0	4,0	4,0	3,7
Polónia						4,7	4,7				6,6	5,6	5,3	5,1	5,0	5,0
Portugal	7,4	6,7	6,7	6,8	6,4	6,4	6,5	7,3	7,4	7,0	7,0	6,7	6,5	6,1	6,0	5,6
Reino Unido	5,2	5,0	4,7	5,2	5,2	5,2	5,4	5,5	5,3		5,9	5,4	5,3	5,6	5,3	5,4
Rep. Checa							3,4				3,7	3,5	3,5	3,4	3,5	3,5
Roménia						4,5	4,6	4,7	4,6	4,8	4,9	5,3	7,8	7,0	6,7	6,0
Suécia			3,0		3,1		3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,6	3,3	3,5	3,7	3,5

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Quadro A.5 - Linhas de pobreza (60% da mediana; indivíduo isolado), Euros/ano, UE, 1994-2009

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alemanha	8063	8714	8861	8636	8762	9204	10024				9836	9398	10666	10986	11151	11278
Áustria	8383	8887	8625	8530	8628	9070	9173		9378	10200	10801	10713	10893	11406	11931	12371
Bélgica	8033	8467	8451	8408	8520	8861	9295		9313	9405	9947	10328	10540	10791	11588	11678
Bulgária						619	639	767	845	876	934	830	888	1303	1697	1810
Chipre									7547		7894	8722	9609	9926	10069	10189
Dinamarca							7751		12554	12735	13274	13598	14004	14497	15017	15401
Eslováquia											1698	1988	2383	2875	3403	3670
Eslóvenia						4148	4359	4582	4742		5278	5590	5944	6536	7118	7042
Espanha	3702	3748	3971	4076	4491	4941	5416	5682	5933	6285	6360	6888	7223	7770	7980	7818
Estónia						1143	1208	1327	1485	1539	1788	2183	2669	3328	3725	3436
Finlândia						8525	8980	9464	9855	10008	10489	10982	11222	11876	12577	12809
França	7592	7913	8012	8133	8289	8459	8343	8672	9024	9145	9567	9726	9865	11395	11786	12035
Grécia	3125	3279	3535	3847	3810	4154	4264		4923	5306	5650	5910	6120	6480	6897	7178
Hungria						1329	1722	2028	2196		2068	2310	2361	2640	2844	2544
Irlanda	4771	4946	5504	6480	6656	7272	8553		10248	10845	11279	11854	13239	13797	13467	11929
Itália	4619	4412	4977	5315	5604	5981	6240			8131	8611	8714	9007	9383	9382	9562
Letónia						1082					1322	1520	2010	2899	3284	2722
Lituânia						1085	1124				1235	1520	1966	2502	2889	2436
Luxemburgo	11204	12099	12342	12484	12762	13267	13863		15468	16165	17038	17688	17935	18550	19059	19400
Malta						4271					5147	5423	5581	6032	6392	6275
Países Baixos	6810	7113	7436	7349	7668	9017	9950	10408	10523		10200	10358	10946	11713	12094	12175
Polónia						1437	1658				1520	1867	2101	2493	3058	2643
Portugal	2602	2788	2967	3017	3168	3397	3589			4149	4317	4386	4544	4886	4969	5207
Reino Unido	6253	6113	6573	8160	8288	10013	10576	10861	10150		11124	11697	12686	11354	9757	10263
Rep. Checa						1815					2540	2881	3254	3641	4377	4235
Roménia													995	1172	1297	1222
Suécia						6978	10065			10398	10499	10795	11307	12344	12749	11825

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Quadro A. 6 - Linhas de pobreza (60% da mediana; indivíduo isolado), PPC/ano, UE, 1994-2009

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alemanha	7033	7601	7930	7786	7932	8484	9492				9391	9100	10395	10804	10772	10635
Áustria	7433	7880	7804	7825	7948	8660	8989		9067	9874	10458	10452	10686	11124	11315	11451
Bélgica	7355	7752	7904	7820	7933	8159	8782		9177	8828	9320	9707	9787	10046	10494	10398
Bulgária						1643	1615	1845	1983	2176	2253	1920	1979	2859	3451	3528
Chipre									7822		8866	9817	10951	11299	11342	11308
Dinamarca							6063		9381	9025	9513	9688	10121	10561	10750	10713
Eslóvaquia											2394	2772	3365	4058	4711	4984
Eslóvenia						5672	5956	6069	6088		6946	7292	7753	8287	8646	8228
Espanha	4303	4357	4582	4688	5162	5830	6369	6676	6970	7113	6993	7560	7871	8369	8384	7995
Estónia						2012	2022	2137	2352	2480	2837	3377	3895	4538	4794	4490
Finlândia						6861	7301	7705	7933	7905	8474	8886	9145	9933	10366	10276
França	6431	6703	6912	7308	7526	7733	7798	8223	8506	8315	8702	8989	9089	10547	10529	10711
Grécia	4211	4419	4548	4815	4621	4997	5141		6140	6179	6450	6697	6873	7219	7575	7559
Hungria						2747	3312	3566	3722		3337	3646	3894	3958	4102	4012
Irlanda	4655	4825	5337	6434	6385	6728	7663		8145	8597	9048	9563	10633	10901	10556	9705
Itália	4879	4660	5180	5564	5889	6321	6641			7847	8208	8323	8644	9157	9119	9119
Letónia						1882					2356	2668	3309	4354	4394	3580
Lituânia						2101	2120				2308	2772	3428	4170	4382	3615
Luxemburgo	10143	10953	11452	11556	11864	12968	13740		15151	15657	16538	15851	16108	16166	16221	16049
Malta						5711					7044	7253	7464	7994	8270	8007
Países Baixos	6475	6763	7167	7093	7345	8656	9572	9882	9869		9612	9897	10522	11485	11536	11294
Polónia						2552	2636				2855	3057	3365	4039	4426	4540
Portugal	3554	3808	4026	4095	4229	4573	4889			4823	4942	5157	5349	5702	5644	5839
Reino Unido	6578	6868	7314	7803	7644	8539	9252	9811	9783		10137	10578	11267	11126	10250	10238
Rep. Checa							3846				4585	4956	5305	5835	6062	5793
Roménia													1726	1838	2065	2122
Suécia							5962	8314		8419	8648	9068	9545	10680	11258	10897

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Quadro A.7 - Incidência da pobreza, UE, 1994-2009

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
UE15	17	16	16	15	16	15	15	15	15	17	15,7	15,9	16,0	16,2	16,1	16,2
UE27											16,4	16,5	16,5	16,4	16,3	16,4
Alemanha	15	14	12	11	11	10	11				12,2	12,5	15,2	15,2	15,5	15,6
Áustria	13	14	13	13	12	12	12		13,2	12,8	12,3	12,6	12,0	12,4	12,0	12,1
Bélgica	16	15	14	14	13	13	13		15,4	14,3	14,8	14,7	15,2	14,7	14,6	14,6
Bulgária						14	16	14	14	15	14	18,4	22,0	21,4	21,8	20,7
Chipre									15		16,1	15,6	15,5	15,7	15,3	15,8
Dinamarca	10		10		10		10		11,7	10,9	11,8	11,7	11,7	11,8	13,1	13,3
Eslóvaquia								10			13,3	11,6	10,6	10,9	11,0	12,0
Eslóvenia						11	11	10	10		12,2	11,6	11,5	12,3	11,3	12,7
Espanha	19	18	20	18	19	18	19	19	19	19,9	19,7	19,9	19,7	19,6	19,5	20,7
Estónia						18	18	18	18	20,2	18,3	18,3	19,4	19,5	19,7	15,8
Finlândia		8	8	9	11	11	11	11	11	11,0	11,7	12,6	13,0	13,6	13,8	13,1
França	15	15	15	15	15	16	13	12	12	13,5	13,0	13,2	13,1	12,7	12,9	13,3
Grécia	22	21	21	21	21	20	20	20	20,7	19,9	19,6	20,5	20,3	20,1	19,7	20,1
Hungria						11	11	10	12		13,5	15,9	12,3	12,4	12,4	12,3
Irlanda	19	19	19	19	19	20	21		20,5	20,9	19,7	18,5	17,2	15,5	15,0	16,1
Itália	20	20	19	18	18	18	19			19,1	18,9	19,6	19,9	18,7	18,4	18,2
Letónia						16					19,2	23,1	21,2	25,6	25,7	21,3
Lituânia						17	17				20,5	20,0	19,1	20,0	20,6	20,2
Luxemburgo	12	11	11	12	13	12	12		11,9	12,7	13,7	14,1	13,5	13,4	14,9	14,5
Malta						15					13,9	14,0	14,8	15,0	15,3	15,5
Países Baixos	11	12	10	10	11	11	11	11	12		10,7	9,7	10,2	10,5	11,1	10,3
Polónia						16	16				20,5	19,1	17,3	16,9	17,1	17,6
Portugal	23	21	22	21	21	21	20	20	19	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9	17,9
Reino Unido	20	18	18	19	19	19	18	18	18		19,0	19,0	18,6	18,7	17,3	17,1
Rep. Checa							8				10,4	9,9	9,6	9,0	8,6	9,0
Roménia						17	17	18	17	18			24,8	23,4	22,4	21,1
Suécia			8		8		9	11		11,3	9,5	12,3	10,5	12,2	13,3	12,9

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Quadro A. 8 - Incidência da pobreza infantil (jovens com menos de 16 anos), UE, 1994-2009

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
UE15	21	19	19	19	19	20	20		19	20	17,9	18,1	17,8	19,2	18,6	19,4
UE27											19,6	19,7	19,3	19,9	19,5	20,1
Alemanha	18	15	15	13	13	13	14				11,6	12,0	13,9	14,7	14,6	17,2
Áustria	16	18	15	15	14	12	13		15,8	15,0	15,2	14,8	15,0	15,1	13,8	14,7
Bélgica	16	15	14	13	12	11	12		16,3	15,5	17,9	15,0	16,8	16,7	16,4	18,5
Bulgária						19	19	15	18	22	18	25,7	29,8	25,6	24,4	26,4
Chipre									11		12,5	11,0	12,1	14,0	12,4	13,9
Dinamarca	6		6		7		7		9,4	9,1	10,1	9,9	9,4	9,3	10,6	10,7
Eslováquia											18,5	16,6	15,8	16,3	17,0	18,5
Eslovénia						9	9	7	9		12,1	11,8	11,7	11,4	11,2	12,6
Espanha	24	23	26	24	25	25	26	21	19	24,2	24,0	24,0	23,6	24,1	23,3	25,3
Estónia						21	19	18	20	23,1	21,3	19,8	17,3	17,1	20,4	16,3
Finlândia		5	5	5	7	6	9	10	10	9,5	9,7	9,1	10,4	11,9	11,9	11,2
França	16	16	16	16	17	18	16	16	15	14,4	14,2	13,5	15,0	15,8	16,2	17,9
Grécia	18	19	18	17	17	19	18		20,9	19,6	19,3	21,5	22,8	22,7	23,4	22,3
Hungria						17	15	13	17		19,7	25,1	18,7	19,5	20,7	20,1
Irlanda	26	27	25	23	21	22	26		21,4	22,2	22,1	21,2	19,1	17,9	17,8	19,9
Itália	24	24	23	21	22	25	25			24,6	23,3	24,5	25,5	24,6	24,0	24,3
Letónia						21					20,3	25,4	19,9	24,3	24,9	26,4
Lituânia						18	20				27,1	24,1	21,5	22,6	24,1	22,1
Luxemburgo	16	14	16	20	19	18	18		16,2	19,3	21,0	19,1	19,9	19,9	21,7	21,5
Malta						21					16,7	16,8	18,9	19,7	21,0	20,0
Países Baixos	13	14	13	14	14	17	17	17	18		15,7	13,6	14,4	13,3	15,4	13,5
Polónia						22	22				29,0	26,1	23,9	22,1	22,7	22,1
Portugal	26	23	25	26	26	26	27			24,2	22,9	19,8	20,8	22,7	21,8	20,9
Reino Unido	28	25	27	29	29	27	23	23	22		23,3	24,5	23,2	24,4	20,6	20,0
Rep. Checa							12				17,7	16,8	16,1	12,3	12,8	13,6
Roménia						23	22	24	22	25			33,5	32,4	32,8	31,3
Suécia			7		7		7	10		11,6	9,2	14,5	11,4	12,3	12,7	12,4

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Quadro A. 9 - Incidência da pobreza dos idosos (65 e mais anos anos), UE, 1994-2009

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
UE15	21	20	18	18	17	17	18	18	19	19	19,8	19,7	18,9	19,2	18,0	16,3
UE27																
Alemanha	15	17	12	12	11	10	12				18,9	19,0	18,4	19,0	18,0	16,0
Áustria	20	21	22	21	24	23	24		15,9	17,0	13,4	12,5	16,2	14,9	15,0	14,1
Bélgica	25	25	23	22	22	24	26		22,0	20,9	14,3	16,2	14,0	15,0	15,1	15,2
Bulgária						15	15	14	14	16	18	19,9	23,9	33,8	39,3	32,2
Chipre							24		52		50,3	51,9	50,6	46,4	44,4	41,2
Dinamarca									20,9	17,0	17,6	17,4	17,7	18,1	20,1	17,7
Eslóvaquia											7,1	8,5	9,6	9,9	10,8	7,7
Eslóvenia						21	20	19	19		20,3	19,9	19,4	21,3	20,0	20,2
Espanha	16	14	16	15	16	19	22	28	28	29,5	29,3	30,7	28,2	27,4	25,2	21,7
Estónia						16	18	16	17	20,5	20,3	25,1	33,2	39,0	33,9	15,1
Finlândia		12	12	16	16	19	18	18	17	16,7	18,7	21,8	21,6	22,5	22,1	18,3
França	19	18	17	18	19	19	11	10	11	15,3	16,4	16,1	13,1	11,7	11,9	10,6
Grécia	35	33	34	35	33	31	33		29,4	28,2	27,9	25,6	22,9	22,3	21,4	21,3
Hungria						8	12	8	10		6,5	9,4	6,1	4,3	4,6	4,1
Irlanda	19	22	27	33	34	42	44		39,5	38,0	32,8	26,9	28,3	21,1	16,2	10,6
Itália	18	18	17	17	14	13	17			21,0	22,6	21,7	21,9	20,9	19,6	16,6
Letónia						6					21,2	29,8	33,3	51,2	47,5	18,8
Lituânia						14	12				17,0	22,0	29,8	29,5	25,2	10,2
Luxemburgo	12	9	9	9	8	9	7		10,3	8,2	7,8	7,9	7,2	5,4	6,0	5,9
Malta						20					23,4	24,2	20,7	24,7	20,9	18,8
Países Baixos	8	7	4	4	7	6	8	8	7		5,4	5,8	9,5	9,4	7,7	5,9
Polónia						8	7				7,3	7,8	7,8	11,7	14,4	14,2
Portugal	38	36	37	35	33	33	30			28,9	27,6	26,1	25,5	22,3	20,1	21,0
Reino Unido	32	28	25	25	21	24	27	26	24		24,8	26,1	26,5	27,3	22,3	21,4
Rep. Checa							6				5,3	5,9	5,5	7,4	7,2	6,8
Roménia						17	19	19	20	17			30,6	26,0	21,0	16,7
Suécia							16	15		14,0	10,1	11,3	9,9	15,0	17,7	15,5

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Quadro A. 10 - Intensidade da pobreza (Relative poverty gap), UE, 1994-2009

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
UE15	24	22	23	23	22	21	22				21,4	22,1	21,8	20,9	21,7	22,6
UE27											23,3	23,3	23,0	21,7	22,4	23,2
Alemanha	29	21	22	21	20	19	19				18,9	20,4	23,2	22,2	21,5	20,7
Áustria	20	16	19	19	18	14	19		20,0	19,8	15,3	15,5	17,0	15,3	17,2	17,2
Bélgica	21	19	21	20	18	17	15		22,7	21,5	17,8	19,4	17,8	17,2	18,1	18,0
Bulgária						21	21	20	19	19	20	28,1	33,5	27,0	27,4	29,6
Chipre			24						19		19,4	18,9	19,7	16,5	17,6	18,0
Dinamarca							13		15,0	19,0	15,6	16,5	17,0	18,0	18,4	21,6
Eslováquia											23,5	20,0	19,2	18,1	23,2	25,7
Eslovénia						19	19	19	20		19,1	18,6	19,4	19,3	20,2	20,2
Espanha	24	27	28	27	27	22	24	22	22	24,6	25,5	26,0	24,1	23,6	27,7	30,6
Estónia						25	24	24	24	26,3	24,0	22,0	20,2	20,3	17,0	23,2
Finlândia		15	14	16	17	15	12	14	15	14,3	13,8	14,5	14,1	15,7	15,1	13,8
França	19	20	21	21	18	18	17	16	16	18,6	16,5	18,5	17,9	14,8	18,2	20,2
Grécia	32	30	31	29	28	30	28		28,7	24,6	23,9	25,8	26,0	24,7	24,1	23,4
Hungria						33	18	17	20		18,4	24,1	19,8	17,3	16,3	16,5
Irlanda	14	15	16	18	21	23	24		21,4	19,2	20,2	16,6	17,6	17,7	16,2	15,2
Itália	26	27	28	26	27	26	28			25,0	24,2	24,2	22,3	23,0	22,6	24,5
Letónia						23					27,2	24,9	24,6	28,6	28,9	29,4
Lituânia						23	22				28,4	29,1	25,7	25,7	23,1	32,6
Luxemburgo	19	17	16	17	15	17	17		17,9	16,4	18,6	19,7	18,8	16,6	17,6	18,6
Malta						17					17,6	18,0	17,2	20,4	16,2	16,6
Países Baixos	27	24	18	21	19	17	17	18	20		20,9	16,9	17,0	14,9	16,5	16,2
Polónia						22	23				30,1	25,0	24,0	20,6	22,7	22,2
Portugal	28	26	25	26	23	25	22			24,7	26,0	23,5	24,3	23,2	23,6	22,7
Reino Unido	22	21	21	23	22	23	19	20	20		22,3	22,8	22,4	21,0	20,6	21,4
Rep. Checa							16				18,2	16,8	18,1	18,5	18,8	21,1
Roménia						22	22	23	22	23			34,8	32,3	32,0	30,6
Suécia						17	17	18		17,4	17,9	22,7	20,3	18,0	20,3	19,7

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Quadro A. 11 - Incidência da privação material (três ou mais itens), UE, 1994-2009

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
UE15			12,4	12,5	12,0	12,5	12,5	13,0
UE27			19,9	19,0	17,9	17,3	17,1	17,5
Alemanha			11,0	13,5	12,1	13,0	12,5	11,1
Áustria	7,1	8,2	8,3	10,0	10,1	13,7	10,9	10,7
Bélgica	11,5	11,8	13,3	12,9	12,0	11,6	11,4	12,3
Bulgária			71,4	72,4	72,4	55,0	55,5	55,6
Chipre			31,2	30,7	30,8	24,5	23,5	26,7
Dinamarca	5,4	6,5	7,6	7,8	7,0	5,4	6,0	6,0
Eslováquia			42,6	35,7	30,2	27,8	24,5	24,9
Eslovénia			14,7	14,4	14,3	16,9	16,2	15,8
Espanha		13,4	10,8	11,0	9,5	8,7	11,3	13,2
Estónia		21,3	26,6	17,7	15,4	12,4	17,1	22,3
Finlândia		10,6	10,8	9,9	9,4	9,1	8,2	8,4
França		14,1	13,2	12,7	12,2	13,1	13,5	12,6
Grécia	31,0	25,1	26,3	23,5	22,0	21,8	23,0	24,1
Hungria			39,7	37,4	38,6	37,1	40,3	39,9
Irlanda	11,6	10,4	11,2	11,4	10,3	13,6	17,1	19,6
Itália		14,3	14,3	13,9	14,9	16,1	15,6	15,9
Letónia			56,3	50,4	44,6	35,2	39,7	46,1
Lituânia			51,7	41,4	29,6	22,2	27,0	36,0
Luxemburgo	5,0	2,7	3,9	2,7	3,0	3,5	4,0	4,1
Malta			14,9	12,5	13,0	13,3	14,8	14,7
Países Baixos			7,5	6,5	5,6	5,2	5,2	7,2
Polónia			50,8	44,0	38,2	32,3	29,5	28,4
Portugal		21,7	21,2	19,9	22,4	23,0	21,5	22,5
Reino Unido			12,5	11,0	10,4	11,3	10,3	13,4
Rep. Checa			22,7	19,7	16,4	16,2	15,6	15,1
Roménia					53,3	50,3	49,3	49,2
Suécia		6,9	5,7	6,2	5,8	4,6	4,8	3,9

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Quadro A.12 - Intensidade de privação material (nº médio de itens), UE, 1994-2009

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
UE15	3,7	3,6	3,5	3,5	3,5	3,7	3,6	3,6
UE27	3,6	3,6	3,8	3,8	3,7	3,7	3,7	3,7
Alemanha				4,9	4,9	4,6	4,6	4,1
Áustria			3,5	3,5	3,6	3,4	3,5	3,4
Bélgica			3,8	3,8	3,7	3,6	3,6	3,6
Bulgária	3,6	3,7	3,6	3,6	3,7	3,5	3,5	3,6
Chipre		3,8	3,8	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6
Dinamarca			3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6
Eslováquia			3,9	3,9	3,9	3,8	3,8	3,7
Eslovénia		3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Espanha		3,6	3,6	3,6	3,5	3,6	3,6	3,6
Estónia			3,6	3,5	3,6	3,6	3,6	3,6
Finlândia	4,0	4,0	3,8	3,8	3,9	3,8	3,7	3,7
França			4,0	4,0	3,9	3,8	3,8	3,9
Grécia	3,7	3,8	3,7	3,7	3,6	3,6	3,5	3,6
Hungria		3,8	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7
Irlanda			4,4	4,1	4,0	4,0	4,0	4,1
Itália			4,2	4,1	4,0	3,9	3,9	3,9
Letónia	3,5	3,5	3,6	3,5	3,4	3,3	3,3	3,2
Lituânia			3,6	3,4	3,4	3,4	3,4	3,5
Luxemburgo			3,4	3,5	3,4	3,4	3,4	3,4
Malta			4,2	4,1	3,9	3,8	3,8	3,8
Países Baixos		3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7	3,6
Polónia					4,5	4,3	4,3	4,2
Portugal			3,8	3,8	3,7	3,6	3,7	3,7
Reino Unido			3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Rep. Checa		3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Roménia		3,6	3,5	3,5	3,5	3,4	3,4	3,4
Suécia			3,6	3,6	3,5	3,5	3,4	3,5

Fonte: Eurostat Statistical Database, ECHP 1995-2001 / EU-SILC 2004-2010 (acedido em Agosto 2012)

Quadro A. 13 - Rendimento médio por adulto equivalente, 'shares' e índices de desigualdade familiar, Portugal, 1993-2009

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	Rendimento médio por adulto equivalente (euros/ano)														
Rendimento médio	7790	7829	7974	8254	8445	8760	9032	9610	9990	10334	10276	10358	10471	10307	10540
	'Shares' (%)														
S10	1,7%	2,0%	2,3%	2,3%	2,4%	2,6%	2,5%	2,6%	2,4%	2,5%	2,5%	2,7%	2,8%	2,7%	2,9%
S20	5,4%	5,9%	6,5%	6,5%	6,5%	6,8%	6,7%	6,8%	6,5%	6,6%	6,8%	6,9%	7,1%	7,2%	7,5%
S80	44,8%	43,8%	43,0%	43,6%	44,1%	43,9%	43,0%	44,3%	45,0%	45,7%	45,4%	44,4%	43,5%	43,2%	41,5%
S90	28,8%	27,9%	27,4%	27,8%	28,5%	28,4%	27,6%	29,0%	29,3%	30,3%	30,0%	28,7%	28,1%	28,0%	26,5%
	Índices de desigualdade														
S80/S20	8,2	7,5	6,7	6,7	6,8	6,4	6,4	6,5	7,0	6,9	6,7	6,5	6,1	6,0	5,6
S90/S10	16,7	14,1	12,1	12,0	12,0	11,1	10,9	11,1	12,3	12,1	11,8	10,8	10,0	10,3	9,2
Gini	0,387	0,374	0,361	0,364	0,368	0,363	0,357	0,369	0,378	0,381	0,377	0,368	0,358	0,354	0,337
Atkinson $\epsilon=0,5$	0,126	0,118	0,109	0,109	0,112	0,109	0,105	0,112	0,118	0,121	0,118	0,110	0,106	0,105	0,093
Atkinson $\epsilon=1$	0,252	0,230	0,214	0,212	0,216	0,209	0,204	0,209	0,225	0,223	0,219	0,204	0,196	0,194	0,175
Atkinson $\epsilon=2$	0,646	0,509	0,513	0,467	0,509	0,444	0,471	0,444	0,502	0,440	0,430	0,360	0,362	0,356	0,332
DML	0,290	0,262	0,241	0,239	0,244	0,234	0,228	0,235	0,254	0,252	0,247	0,228	0,218	0,215	0,193

Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários a preços de 200

Quadro A. 14 - Rendimento médio por adulto equivalente, 'shares' e índices de desigualdade salarial, Portugal, 1985-2009

	1985	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Ganho médio mensal (euros)																								
Ganho médio	584	620	655	663	661	731	775	799	824	823	847	854	881	891	918	951	957	966	976	974	980	1000	1034	
'shares' (%)																								
S10	4,1%	4,1%	4,2%	4,4%	4,4%	4,4%	4,2%	4,3%	4,2%	4,3%	4,4%	4,4%	4,4%	4,5%	4,4%	4,3%	4,3%	4,3%	4,2%	4,3%	4,3%	4,3%	4,3%	4,4%
S20	9,9%	9,9%	9,9%	9,9%	9,9%	9,7%	9,3%	9,2%	9,1%	9,3%	9,3%	9,4%	9,5%	9,5%	9,5%	9,4%	9,3%	9,2%	9,1%	9,2%	9,2%	9,2%	9,3%	9,4%
S80	38,6%	39,1%	39,5%	39,8%	40,4%	42,0%	43,4%	43,7%	44,2%	44,0%	44,3%	44,1%	44,0%	44,0%	44,2%	44,5%	44,8%	45,0%	45,2%	45,1%	44,8%	44,8%	44,9%	44,7%
S90	24,0%	24,4%	24,6%	25,0%	25,7%	27,4%	28,7%	28,9%	29,5%	29,1%	29,5%	29,2%	29,1%	29,2%	29,1%	29,5%	29,8%	30,0%	30,1%	30,1%	29,8%	30,0%	29,8%	29,8%
Índices de desigualdade																								
S80/S20	3,9	4,0	4,0	4,1	4,1	4,3	4,7	4,7	4,8	4,7	4,7	4,7	4,6	4,6	4,7	4,8	4,8	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9	4,8	4,8
S90/S10	5,8	5,9	5,8	5,8	5,8	6,2	6,8	6,8	6,9	6,7	6,8	6,6	6,6	6,5	6,6	6,8	6,9	7,0	7,1	7,1	6,9	6,9	6,9	6,7
Gini	0,284	0,288	0,291	0,294	0,300	0,319	0,334	0,338	0,344	0,339	0,341	0,338	0,337	0,336	0,338	0,342	0,346	0,349	0,351	0,350	0,347	0,347	0,347	0,344
Atkinson $\epsilon=0,5$	0,067	0,069	0,070	0,072	0,075	0,086	0,097	0,096	0,100	0,097	0,099	0,097	0,096	0,097	0,096	0,099	0,101	0,103	0,105	0,104	0,102	0,102	0,101	0,101
Atkinson $\epsilon=1$	0,123	0,127	0,128	0,130	0,135	0,151	0,164	0,167	0,173	0,168	0,171	0,168	0,167	0,166	0,167	0,171	0,174	0,177	0,179	0,178	0,175	0,176	0,176	0,173
Atkinson $\epsilon=2$	0,215	0,220	0,220	0,219	0,224	0,242	0,261	0,264	0,270	0,263	0,264	0,261	0,260	0,258	0,260	0,266	0,270	0,274	0,277	0,275	0,271	0,271	0,271	0,267
DML	0,131	0,135	0,137	0,139	0,145	0,163	0,179	0,183	0,190	0,184	0,187	0,184	0,182	0,182	0,183	0,188	0,192	0,195	0,198	0,197	0,193	0,194	0,194	0,190

Fonte: MSSS/GEP, Quadros de Pessoal, 1985-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)
Nota: valores monetários: euros/mês a preços de 2009)

Quadro A. 15 - Decomposição da desigualdade familiar por dimensão do agregado, Portugal, 1993-2009

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)															
1 pessoa	4,2%	4,7%	4,3%	4,2%	4,0%	3,8%	3,8%	3,7%	5,9%	5,9%	6,1%	6,2%	6,4%	6,4%	6,5%
2 pessoas	15,2%	15,0%	14,8%	14,1%	13,2%	14,1%	14,2%	14,0%	19,8%	20,0%	20,8%	21,0%	21,5%	22,2%	22,6%
3 pessoas	23,8%	23,0%	23,3%	22,6%	21,9%	21,7%	22,1%	21,9%	28,5%	29,3%	29,8%	29,1%	28,1%	29,7%	28,7%
4 pessoas	30,4%	30,9%	31,2%	32,1%	31,2%	30,4%	30,0%	29,4%	30,0%	28,8%	28,2%	28,7%	28,7%	27,5%	26,9%
5 ou mais pessoas	26,4%	26,3%	26,4%	27,1%	29,6%	30,0%	30,0%	30,9%	15,7%	16,0%	15,1%	15,0%	15,3%	14,2%	15,3%
Rendimento médio por adulto equivalente (euros)															
1 pessoa	5604	5753	6254	6309	6745	6625	6994	7765	8281	7758	7869	8362	8811	9303	9195
2 pessoas	7355	8240	8453	8528	8773	9224	9340	9995	10140	10401	10545	10619	10538	10594	10853
3 pessoas	8927	8600	8892	8827	9151	9493	10059	11102	11166	11698	11345	11482	11176	10835	11297
4 pessoas	8398	8359	8379	9156	9579	10018	9948	11187	9920	10303	10001	10270	10545	10264	10671
5 ou mais pessoas	6668	6688	6701	6861	6812	7006	7472	7097	8443	8767	9272	8804	9638	9290	8996
Desvio do rendimento por adulto equivalente face à média (%)															
1 pessoa	71,9%	73,4%	78,4%	76,4%	79,9%	75,6%	77,4%	80,8%	82,9%	75,1%	76,6%	80,7%	84,1%	90,3%	87,2%
2 pessoas	94,4%	105,2%	106,0%	103,3%	103,9%	105,3%	103,4%	104,0%	101,5%	100,7%	102,6%	102,5%	100,6%	102,8%	103,0%
3 pessoas	114,6%	109,8%	111,5%	106,9%	108,3%	108,4%	111,4%	115,5%	111,8%	113,2%	110,4%	110,9%	106,7%	105,1%	107,2%
4 pessoas	107,8%	106,7%	105,1%	110,9%	113,4%	114,4%	110,1%	116,4%	99,3%	99,7%	97,3%	99,2%	100,7%	99,6%	101,2%
5 ou mais pessoas	85,6%	85,4%	84,0%	83,1%	80,7%	80,0%	82,7%	73,8%	84,5%	84,8%	90,2%	85,0%	92,0%	90,1%	85,4%
Índices de desigualdade (DML)															
1 pessoa	0,365	0,339	0,364	0,319	0,367	0,305	0,290	0,308	0,284	0,267	0,285	0,277	0,262	0,259	0,242
2 pessoas	0,345	0,360	0,315	0,334	0,330	0,278	0,279	0,269	0,273	0,271	0,292	0,266	0,231	0,229	0,213
3 pessoas	0,268	0,233	0,222	0,207	0,191	0,197	0,160	0,192	0,253	0,252	0,241	0,213	0,201	0,184	0,173
4 pessoas	0,292	0,220	0,202	0,220	0,235	0,223	0,252	0,251	0,238	0,238	0,215	0,199	0,206	0,221	0,174
5 ou mais pessoas	0,230	0,242	0,217	0,195	0,200	0,202	0,191	0,161	0,223	0,209	0,211	0,204	0,224	0,218	0,191
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por dimensão do agregado															
Desigualdade total	0,290	0,262	0,241	0,239	0,244	0,234	0,228	0,235	0,254	0,252	0,247	0,228	0,218	0,215	0,193
% Desigualdade explicada	2,9%	2,7%	2,9%	3,4%	4,4%	5,2%	4,0%	8,4%	1,9%	2,6%	1,8%	2,1%	0,9%	0,7%	1,7%

Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/ano a preços de 2009

Quadro A. 16 - Decomposição da desigualdade familiar por composição do agregado, Portugal, 1993-2009

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	Distribuição da população (%)														
1 Adulto com menos de 65 anos	1,5%	1,6%	1,4%	1,3%	1,2%	1,1%	1,0%	1,0%	2,2%	2,1%	2,2%	2,4%	2,4%	2,4%	2,5%
1 Adulto com 65 ou mais anos	2,8%	3,1%	2,9%	2,8%	2,8%	2,7%	2,7%	2,7%	3,7%	3,8%	3,8%	3,8%	4,0%	4,0%	4,1%
2 Adultos com menos de 65 Anos	6,0%	5,9%	6,1%	5,5%	5,0%	5,8%	6,0%	5,7%	8,6%	8,5%	9,0%	8,6%	8,8%	9,1%	9,4%
2 Adultos, pelo menos 1 com 65+	8,6%	8,3%	7,9%	7,9%	7,5%	7,5%	7,5%	7,6%	9,8%	10,1%	10,6%	11,1%	11,5%	11,5%	11,6%
3 ou mais adultos	20,7%	15,2%	17,9%	19,2%	19,8%	20,2%	21,0%	21,9%	18,2%	18,1%	17,8%	17,6%	18,6%	19,4%	18,3%
1 Adulto com crianças	2,0%	2,4%	2,5%	2,5%	2,0%	1,7%	1,8%	1,7%	2,7%	2,6%	2,5%	2,7%	2,7%	3,2%	3,3%
2 Adultos com uma criança	13,1%	14,0%	12,6%	12,0%	11,7%	10,9%	11,2%	11,1%	16,3%	16,9%	17,4%	17,4%	15,7%	16,0%	16,1%
2 Adultos com duas crianças	15,3%	18,5%	17,8%	18,1%	17,7%	17,4%	16,2%	15,0%	17,0%	15,9%	16,0%	15,9%	16,3%	16,0%	15,3%
2 Adultos com 3+ crianças	6,7%	7,6%	6,5%	6,2%	7,1%	7,1%	7,1%	6,5%	4,4%	4,1%	3,8%	3,4%	3,9%	3,5%	3,6%
Outros Agregados com crianças	23,4%	23,4%	24,3%	24,5%	25,2%	25,6%	25,4%	26,8%	17,3%	17,8%	16,8%	17,2%	16,1%	14,8%	16,0%
	Rendimento médio por adulto equivalente (euros)														
1 Adulto com menos de 65 anos	7528	8200	9568	8175	9821	9060	8956	10920	10486	9976	9734	10361	10756	11975	11819
1 Adulto com 65 ou mais anos	4567	4471	4609	5420	5473	5595	6261	6529	6937	6509	6786	7122	7681	7709	7613
2 Adultos com menos de 65 Anos	9378	10162	9773	10258	10449	11344	11547	12361	11705	12201	12393	12589	11908	12217	12087
2 Adultos, pelo menos 1 com 65+	5858	6662	7507	7419	7597	7529	7594	8218	8819	8964	9114	9146	9602	9414	10046
3 ou mais adultos	9151	8039	8596	8521	8958	9913	10366	11025	10874	11754	11375	11710	12403	12102	12119
1 Adulto com crianças	6372	7559	6520	6236	7050	8018	7438	7093	8190	8997	8062	8503	8107	8073	7944
2 Adultos com uma criança	9156	8943	9229	9209	9253	8846	9431	10807	11553	11834	11569	11462	10789	10565	11431
2 Adultos com duas crianças	7908	8643	8589	9932	10278	10811	10424	11691	9603	10029	10102	9946	10106	10287	10166
2 Adultos com 3+ crianças	5416	6264	6639	6854	6713	7243	8773	7719	8726	9341	10233	8674	11208	9267	8827
Outros Agregados com crianças	7242	7188	6921	7051	7104	6985	7186	7478	8955	8895	8744	9245	9010	8391	9106

Decomposição da desigualdade familiar por composição do agregado, Portugal, 1993-2009 (continuação)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Desvio do rendimento por adulto equivalente face à média (%)															
1 Adulto com menos de 65 anos	96,6%	104,7%	120,0%	99,0%	116,3%	103,4%	99,2%	113,6%	105,0%	96,5%	94,7%	100,0%	102,7%	116,2%	112,1%
1 Adulto com 65 ou mais anos	58,6%	57,1%	57,8%	65,7%	64,8%	63,9%	69,3%	67,9%	69,4%	63,0%	66,0%	68,8%	73,4%	74,8%	72,2%
2 Adultos com menos de 65 Anos	120,4%	129,7%	122,6%	124,3%	123,7%	129,5%	127,8%	128,6%	117,2%	118,1%	120,6%	121,5%	113,7%	118,5%	114,7%
2 Adultos, pelo menos 1 com 65+	75,2%	85,0%	94,2%	89,9%	90,0%	85,9%	84,1%	85,5%	88,3%	86,7%	88,7%	88,3%	91,7%	91,3%	95,3%
3 ou mais adultos	117,5%	102,6%	107,8%	103,2%	106,1%	113,2%	114,8%	114,7%	108,8%	113,7%	110,7%	113,0%	118,4%	117,4%	115,0%
1 Adulto com crianças	81,8%	96,5%	81,8%	75,6%	83,5%	91,5%	82,4%	73,8%	82,0%	87,1%	78,5%	82,1%	77,4%	78,3%	75,4%
2 Adultos com uma criança	117,5%	114,2%	115,7%	111,6%	109,6%	101,0%	104,4%	112,5%	115,6%	114,5%	112,6%	110,7%	103,0%	102,5%	108,5%
2 Adultos com duas crianças	101,5%	110,3%	107,7%	120,3%	121,7%	123,4%	115,4%	121,7%	96,1%	97,0%	98,3%	96,0%	96,5%	99,8%	96,5%
2 Adultos com 3+ crianças	69,5%	80,0%	83,3%	83,0%	79,5%	82,7%	97,1%	80,3%	87,3%	90,4%	99,6%	83,7%	107,0%	89,9%	83,7%
Outros Agregados com crianças	93,0%	91,8%	86,8%	85,4%	84,1%	79,7%	79,6%	77,8%	89,6%	86,1%	85,1%	89,3%	86,1%	81,4%	86,4%
Índices de desigualdade (DML)															
1 Adulto com menos de 65 anos	0,496	0,472	0,565	0,404	0,513	0,418	0,404	0,377	0,287	0,351	0,353	0,317	0,309	0,298	0,307
1 Adulto com 65 ou mais anos	0,248	0,204	0,170	0,250	0,253	0,221	0,229	0,241	0,249	0,185	0,221	0,226	0,214	0,199	0,165
2 Adultos com menos de 65 Anos	0,343	0,400	0,321	0,325	0,324	0,235	0,257	0,272	0,275	0,272	0,319	0,281	0,242	0,268	0,224
2 Adultos, pelo menos 1 com 65+	0,305	0,279	0,300	0,298	0,311	0,271	0,254	0,238	0,251	0,247	0,241	0,235	0,202	0,176	0,197
3 ou mais adultos	0,245	0,170	0,175	0,166	0,172	0,189	0,165	0,185	0,206	0,203	0,190	0,192	0,171	0,167	0,147
1 Adulto com crianças	0,273	0,384	0,280	0,361	0,380	0,327	0,274	0,264	0,353	0,311	0,377	0,273	0,287	0,277	0,210
2 Adultos com uma criança	0,251	0,245	0,229	0,191	0,173	0,150	0,125	0,168	0,254	0,265	0,249	0,211	0,196	0,180	0,183
2 Adultos com duas crianças	0,327	0,251	0,229	0,270	0,281	0,276	0,327	0,282	0,272	0,273	0,247	0,210	0,239	0,257	0,166
2 Adultos com 3+ crianças	0,350	0,327	0,321	0,379	0,408	0,413	0,371	0,283	0,379	0,381	0,420	0,329	0,414	0,321	0,272
Outros Agregados com crianças	0,210	0,209	0,182	0,146	0,143	0,132	0,138	0,170	0,184	0,165	0,142	0,175	0,147	0,150	0,170
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por composição do agregado															
Desigualdade total	0,290	0,262	0,241	0,239	0,244	0,234	0,228	0,235	0,254	0,252	0,247	0,228	0,218	0,215	0,193
% Desigualdade explicada	5,9%	4,6%	4,8%	5,4%	5,8%	7,9%	6,6%	8,8%	3,4%	4,5%	4,2%	4,1%	3,9%	4,8%	4,7%

Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/ano a preços de 2009

Quadro A. 17 - Decomposição da desigualdade familiar por tipo de participação do agregado na actividade produtiva, Portugal, 1993-2009

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)															
Ningúém trabalha	13,8%	13,4%	12,5%	12,1%	11,6%	12,7%	11,4%	11,3%	17,2%	16,6%	18,0%	18,0%	18,0%	18,9%	20,2%
Alguém trabalha	86,2%	86,6%	87,5%	87,9%	88,4%	87,3%	88,6%	88,7%	82,8%	83,4%	82,0%	82,0%	82,0%	81,1%	79,8%
Rendimento médio por adulto equivalente (euros)															
Ningúém trabalha	4170	4876	5833	5720	5616	5653	6195	6312	7167	7347	7358	7547	7934	7852	7974
Alguém trabalha	8369	8291	8279	8604	8817	9212	9395	10029	10579	10929	10916	10977	11030	10880	11190
Desvio do rendimento por adulto equivalente face à média (%)															
Ningúém trabalha	53,5%	62,2%	73,2%	69,3%	66,5%	64,5%	68,6%	65,7%	71,7%	71,1%	71,6%	72,9%	75,8%	76,2%	75,7%
Alguém trabalha	107,4%	105,8%	103,8%	104,2%	104,4%	105,2%	104,0%	104,4%	105,9%	105,8%	106,2%	106,0%	105,3%	105,6%	106,2%
Índices de desigualdade (DML)															
Ningúém trabalha	0,343	0,335	0,319	0,302	0,281	0,288	0,285	0,288	0,315	0,294	0,313	0,265	0,236	0,225	0,208
Alguém trabalha	0,253	0,235	0,223	0,221	0,228	0,213	0,212	0,217	0,230	0,232	0,220	0,208	0,205	0,203	0,178
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por tipo de participação do agregado na actividade produtiva															
Desigualdade total	0,290	0,262	0,241	0,239	0,244	0,234	0,228	0,235	0,254	0,252	0,247	0,228	0,218	0,215	0,193
% Desigualdade explicada	8,4%	5,5%	2,5%	3,4%	3,8%	5,0%	3,4%	4,1%	3,9%	4,0%	4,3%	4,2%	3,4%	3,5%	4,5%

Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)
Nota: Valores monetários: euros/ano a preços de 2009

Quadro A. 18 - Decomposição da desigualdade familiar por escalão etário do indivíduo de referência, Portugal, 1993-2009

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)															
Menos de 25 anos	6,0%	4,8%	4,5%	3,9%	6,2%	6,3%	5,8%	5,1%	4,6%	4,1%	3,3%	3,4%	3,7%	3,6%	3,2%
25 a 44 anos	49,2%	48,3%	48,4%	47,5%	48,4%	46,5%	46,5%	46,8%	46,2%	46,9%	45,1%	44,4%	43,5%	43,3%	43,6%
45 a 64 anos	31,4%	32,8%	33,1%	34,4%	32,1%	32,5%	33,8%	34,5%	32,3%	32,4%	34,5%	34,5%	34,8%	34,5%	34,4%
65 e mais anos	13,4%	14,2%	14,0%	14,3%	13,3%	14,7%	14,0%	13,6%	16,9%	16,6%	17,0%	17,8%	18,0%	18,6%	18,8%
Rendimento médio por adulto equivalente (euros)															
Menos de 25 anos	5526	5525	5602	5830	5492	6779	6758	7212	7889	8187	8430	7130	7903	7164	8457
25 a 44 anos	8097	7948	7997	8461	8569	8948	9049	9323	9899	10096	9997	9958	10009	10059	10292
45 a 64 anos	8730	8814	8918	8955	9445	9866	10122	11160	11417	12048	11722	11889	12018	11487	11607
65 e mais anos	5474	5970	6428	6536	6964	6563	7283	7564	8076	8192	8439	9004	9135	9304	9518
Desvio do rendimento por adulto equivalente face à média (%)															
Menos de 25 anos	70,9%	70,5%	70,3%	70,6%	65,0%	77,4%	74,8%	75,0%	79,0%	79,2%	82,0%	68,8%	75,5%	69,5%	80,2%
25 a 44 anos	103,9%	101,5%	100,3%	102,5%	101,5%	102,1%	100,2%	97,0%	99,1%	97,7%	97,3%	96,1%	95,6%	97,6%	97,7%
45 a 64 anos	112,1%	112,5%	111,8%	108,5%	111,8%	112,6%	112,1%	116,1%	114,3%	116,6%	114,1%	114,8%	114,8%	111,4%	110,1%
65 e mais anos	70,3%	76,2%	80,6%	79,2%	82,5%	74,9%	80,6%	78,7%	80,8%	79,3%	82,1%	86,9%	87,2%	90,3%	90,3%
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)															
Menos de 25 anos	0,151	0,167	0,135	0,137	0,125	0,137	0,134	0,123	0,159	0,180	0,137	0,116	0,151	0,110	0,166
25 a 44 anos	0,249	0,213	0,192	0,212	0,227	0,195	0,214	0,206	0,216	0,203	0,203	0,180	0,185	0,200	0,167
45 a 64 anos	0,325	0,305	0,282	0,250	0,242	0,273	0,228	0,240	0,298	0,314	0,295	0,265	0,250	0,235	0,216
65 e mais anos	0,323	0,296	0,297	0,280	0,291	0,244	0,259	0,287	0,254	0,232	0,246	0,255	0,213	0,205	0,197
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por escalão etário do indivíduo de referência															
Desigualdade total	0,290	0,262	0,241	0,239	0,244	0,234	0,228	0,235	0,254	0,252	0,247	0,228	0,218	0,215	0,193
% Desigualdade explicada	4,5%	3,7%	3,2%	2,9%	3,9%	4,3%	3,3%	4,2%	3,1%	3,7%	2,8%	3,3%	3,1%	2,5%	1,8%

Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/ano a preços de 2009

Quadro A. 19 - Decomposição da desigualdade familiar por condição perante o trabalho do indivíduo de referência, Portugal, 1993-2009

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)															
Empregado	79,0%	79,4%	79,3%	78,4%	80,6%	79,5%	78,8%	79,2%	74,6%	74,4%	73,3%	73,0%	73,0%	68,3%	68,6%
Desempregado	4,1%	3,5%	3,2%	3,9%	2,8%	2,7%	2,9%	2,7%	3,7%	3,9%	4,2%	4,0%	3,5%	6,2%	5,4%
Reformado	13,8%	14,6%	14,2%	14,5%	13,5%	15,2%	15,4%	15,3%	19,1%	19,1%	19,4%	20,0%	20,3%	22,4%	23,2%
Outro inactivo	3,1%	2,5%	3,2%	3,2%	3,1%	2,7%	3,2%	2,8%	2,6%	2,6%	3,1%	3,0%	3,2%	3,1%	2,8%
Rendimento médio por adulto equivalente (euros)															
Empregado	8358	8203	8321	8699	8747	9099	9256	9953	10455	10796	10820	10792	10938	10941	11168
Desempregado	6625	7662	6164	6007	5714	8590	9397	7256	7457	8147	6644	7590	6860	6789	6525
Reformado	5685	6417	7225	7120	7937	7598	8510	8970	9213	9509	9667	10020	10032	10053	10144
Outro inactivo	4004	4580	4523	4918	4738	5845	5609	5716	6267	6503	6130	5728	6693	5166	6188
Desvio do rendimento por adulto equivalente face à média (%)															
Empregado	107,4%	104,7%	104,4%	105,5%	103,8%	103,7%	102,5%	103,6%	104,6%	104,5%	105,3%	104,2%	104,4%	106,2%	106,0%
Desempregado	85,1%	97,8%	77,3%	72,9%	67,8%	97,9%	104,0%	75,5%	74,6%	78,8%	64,6%	73,3%	65,5%	65,9%	61,9%
Reformado	73,0%	81,9%	90,6%	86,4%	94,2%	86,6%	94,2%	93,3%	92,2%	92,0%	94,1%	96,7%	95,8%	97,5%	96,2%
Outro inactivo	51,4%	58,5%	56,7%	59,6%	56,2%	66,6%	62,1%	59,5%	62,7%	62,9%	59,6%	55,3%	63,9%	50,1%	58,7%
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)															
Empregado	0,265	0,238	0,224	0,217	0,227	0,214	0,215	0,212	0,236	0,239	0,230	0,208	0,204	0,204	0,177
Desempregado	0,234	0,363	0,138	0,269	0,176	0,429	0,232	0,211	0,260	0,337	0,221	0,252	0,227	0,189	0,195
Reformado	0,319	0,303	0,278	0,268	0,273	0,251	0,261	0,299	0,277	0,260	0,266	0,265	0,218	0,204	0,197
Outro inactivo	0,426	0,395	0,412	0,344	0,335	0,353	0,266	0,353	0,302	0,263	0,293	0,201	0,314	0,194	0,178
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por condição perante o trabalho do indivíduo de referência															
Desigualdade total	0,290	0,262	0,241	0,239	0,244	0,234	0,228	0,235	0,254	0,252	0,247	0,228	0,218	0,215	0,193
% Desigualdade explicada	4,9%	2,5%	2,8%	3,3%	2,9%	1,7%	1,6%	2,2%	2,1%	1,9%	3,4%	3,0%	2,9%	5,6%	5,2%

Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)
Nota: Valores monetários: euros/ano a preços de 2009

Quadro A. 20 - Decomposição da desigualdade familiar por nível de escolaridade completo do indivíduo de referência, Portugal, 1993-2009

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)															
Ensino básico	83,4%	82,4%	82,7%	81,5%	78,6%	78,9%	78,4%	78,0%	75,3%	75,0%	75,4%	74,9%	74,3%	73,3%	72,4%
Ensino secundário	9,2%	10,2%	9,9%	10,9%	10,4%	11,0%	11,3%	10,5%	11,0%	11,7%	12,2%	12,3%	12,5%	13,3%	13,8%
Ensino superior	7,4%	7,4%	7,4%	7,6%	11,0%	10,1%	10,3%	11,5%	13,7%	13,3%	12,3%	12,8%	13,2%	13,4%	13,8%
Rendimento médio por adulto equivalente (euros)															
Ensino básico	6208	6341	6523	6586	6573	6940	7132	7423	7604	7782	7781	7894	8308	8031	8522
Ensino secundário	11334	10295	10588	11526	11276	11728	12380	12961	12710	13092	12946	13321	12704	12462	12272
Ensino superior	19227	19307	18568	19571	19122	19774	19785	21359	20983	22257	22905	21909	20525	20627	19476
Desvio do rendimento por adulto equivalente face à média (%)															
Ensino básico	81,2%	82,3%	83,5%	81,2%	77,8%	79,2%	79,0%	77,2%	76,1%	75,3%	75,7%	76,2%	79,3%	77,9%	80,8%
Ensino secundário	148,2%	133,6%	135,5%	142,1%	133,5%	133,9%	137,1%	134,9%	127,1%	126,7%	126,0%	128,6%	121,3%	120,9%	116,3%
Ensino superior	251,4%	250,5%	237,6%	241,4%	226,4%	225,7%	219,1%	222,3%	209,9%	215,4%	222,9%	211,5%	195,9%	200,1%	184,6%
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)															
Ensino básico	0,228	0,208	0,190	0,173	0,170	0,169	0,160	0,159	0,166	0,160	0,156	0,153	0,157	0,142	0,146
Ensino secundário	0,217	0,186	0,185	0,203	0,175	0,160	0,156	0,172	0,213	0,191	0,205	0,140	0,166	0,150	0,133
Ensino superior	0,124	0,111	0,092	0,101	0,135	0,132	0,162	0,127	0,184	0,203	0,174	0,154	0,165	0,196	0,143
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por nível de escolaridade completo do indivíduo de referência															
Desigualdade total	0,290	0,262	0,241	0,239	0,244	0,234	0,228	0,235	0,254	0,252	0,247	0,228	0,218	0,215	0,193
% Desigualdade explicada	24,0%	24,1%	23,3%	27,3%	31,5%	29,8%	30,0%	33,2%	31,0%	32,8%	33,6%	33,6%	27,1%	30,1%	25,5%

Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2010 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/ano a preços de 2009

Quadro A. 21 – Decomposição da desigualdade salarial por sexo, Portugal, 1991-2009

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)																		
Masculino	63,2%	62,2%	62,3%	60,9%	60,5%	60,4%	59,6%	59,2%	58,7%	58,5%	59,1%	58,6%	58,4%	57,8%	57,3%	56,9%	56,6%	56,3%
Feminino	36,8%	37,8%	37,7%	39,1%	39,5%	39,6%	40,4%	40,8%	41,3%	41,5%	40,9%	41,4%	41,6%	42,2%	42,7%	43,1%	43,4%	43,7%
Ganho médio mensal (euros)																		
Masculino	817	870	892	917	922	948	958	991	1002	1030	1049	1061	1069	1079	1079	1085	1104	1139
Feminino	582	618	645	678	671	694	700	721	732	761	811	811	821	835	834	842	865	899
Desvio do ganho face ao ganho médio (%)																		
Masculino	11,9%	11,3%	11,7%	11,3%	11,1%	11,9%	11,2%	11,5%	11,5%	11,1%	11,2%	11,0,8%	11,0,7%	11,0,6%	11,0,8%	11,0,7%	11,0,4%	11,0,1%
Feminino	79,7%	79,7%	80,7%	82,3%	81,5%	81,9%	81,9%	81,9%	82,2%	82,9%	85,2%	84,7%	85,0%	85,6%	85,6%	85,9%	86,5%	87,0%
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)																		
Masculino	0,169	0,184	0,187	0,194	0,192	0,195	0,193	0,191	0,193	0,193	0,198	0,204	0,207	0,211	0,210	0,206	0,207	0,205
Feminino	0,118	0,136	0,145	0,157	0,142	0,146	0,140	0,140	0,137	0,141	0,153	0,154	0,157	0,161	0,159	0,157	0,159	0,156
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por sexo																		
Desigualdade total	0,163	0,179	0,183	0,190	0,184	0,187	0,184	0,182	0,182	0,182	0,188	0,192	0,195	0,198	0,196	0,193	0,194	0,190
% Desigualdade explicada	7,9%	7,4%	6,6%	5,6%	6,4%	6,1%	6,3%	6,5%	6,4%	5,9%	4,2%	4,5%	4,3%	4,0%	4,1%	4,0%	3,7%	3,6%

Fonte: MSSS/GEP, Quadros de Pessoal, 1991-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/mês a preços de 2009

Quadro A. 22 - Decomposição da desigualdade salarial por estrutura etária, Portugal, 1991-2009

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)																		
16 a 24 anos	22,7%	22,6%	21,4%	20,2%	19,7%	18,7%	18,4%	17,3%	16,8%	16,4%	13,9%	12,4%	11,5%	10,6%	9,9%	9,4%	8,9%	8,0%
25 a 34 anos	30,5%	30,5%	30,8%	31,7%	32,1%	32,4%	32,6%	32,4%	32,8%	33,1%	34,2%	34,1%	33,8%	33,6%	33,2%	32,6%	32,2%	31,5%
35 a 44 anos	23,8%	23,8%	24,3%	24,3%	24,4%	24,6%	24,7%	25,1%	25,3%	25,5%	26,4%	27,0%	27,5%	28,0%	28,6%	28,9%	29,2%	29,9%
45 a 54 anos	15,2%	15,3%	15,9%	16,5%	16,7%	17,1%	17,1%	17,8%	17,8%	17,7%	18,0%	18,5%	19,0%	19,4%	19,7%	20,1%	20,5%	21,1%
55 a 64 anos	7,0%	6,9%	6,7%	6,6%	6,5%	6,6%	6,5%	6,7%	6,7%	6,7%	6,8%	7,3%	7,5%	7,6%	7,9%	8,2%	8,5%	8,8%
65 ou mais anos	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
Ganho médio mensal (euros)																		
16 a 24 anos	487	510	533	545	534	558	565	584	600	617	627	614	612	619	620	631	646	664
25 a 34 anos	712	755	777	789	777	801	809	835	850	872	905	901	902	907	902	906	922	937
35 a 44 anos	863	910	922	938	939	958	950	970	977	996	1022	1024	1031	1040	1039	1050	1073	1109
45 a 54 anos	934	1000	1018	1049	1062	1081	1075	1093	1090	1123	1128	1121	1125	1123	1108	1100	1109	1145
55 a 64 anos	845	890	901	935	947	990	988	1025	1043	1084	1119	1131	1142	1152	1140	1130	1142	1185
65 ou mais anos	790	808	836	868	875	907	915	953	945	950	1001	1050	1095	1127	1137	1105	1157	1210
Desvio do ganho face ao ganho médio (%)																		
16 a 24 anos	65,8%	65,1%	66,1%	65,8%	64,5%	65,2%	66,0%	65,9%	66,9%	67,0%	65,8%	64,2%	63,4%	63,4%	63,6%	64,4%	64,6%	64,2%
25 a 34 anos	96,1%	96,3%	96,2%	95,2%	93,8%	93,7%	94,4%	94,4%	94,8%	94,7%	95,0%	94,1%	93,4%	93,0%	92,6%	92,4%	92,1%	90,6%
35 a 44 anos	116,6%	116,0%	114,2%	113,2%	113,4%	112,0%	110,9%	109,6%	109,0%	108,1%	107,3%	107,0%	106,7%	106,6%	106,6%	107,1%	107,2%	107,2%
45 a 54 anos	126,1%	127,6%	126,2%	126,5%	128,3%	126,5%	125,4%	123,5%	121,7%	121,9%	118,4%	117,1%	116,5%	115,1%	113,8%	112,2%	110,9%	110,6%
55 a 64 anos	114,2%	113,6%	111,7%	112,8%	114,4%	115,8%	115,3%	115,8%	116,3%	117,7%	117,5%	118,2%	118,3%	118,1%	117,0%	115,2%	114,2%	114,6%
65 ou mais anos	106,7%	103,1%	103,6%	104,7%	105,6%	106,1%	106,8%	107,6%	105,5%	103,1%	105,0%	109,7%	113,4%	115,5%	116,7%	112,7%	115,7%	116,9%
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)																		
16 a 24 anos	0,077	0,087	0,102	0,105	0,079	0,083	0,076	0,071	0,068	0,066	0,064	0,060	0,063	0,065	0,062	0,065	0,065	0,062
25 a 34 anos	0,134	0,150	0,158	0,162	0,153	0,156	0,153	0,152	0,152	0,149	0,150	0,147	0,146	0,145	0,142	0,137	0,135	0,127
35 a 44 anos	0,157	0,175	0,179	0,187	0,189	0,194	0,195	0,196	0,199	0,199	0,207	0,209	0,211	0,214	0,212	0,210	0,210	0,203
45 a 54 anos	0,171	0,190	0,189	0,194	0,200	0,203	0,206	0,205	0,209	0,215	0,224	0,229	0,233	0,237	0,237	0,233	0,236	0,233
55 a 64 anos	0,164	0,179	0,188	0,201	0,202	0,212	0,209	0,213	0,219	0,225	0,235	0,244	0,249	0,257	0,255	0,246	0,249	0,249
65 ou mais anos	0,183	0,187	0,192	0,213	0,210	0,211	0,215	0,222	0,214	0,198	0,229	0,253	0,274	0,285	0,290	0,267	0,297	0,296
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por estrutura etária																		
Desigualdade total	0,163	0,179	0,183	0,190	0,184	0,187	0,184	0,182	0,182	0,182	0,188	0,192	0,195	0,198	0,196	0,193	0,194	0,190
% Desigualdade explicada	16,0%	15,1%	13,0%	12,4%	13,8%	12,4%	11,6%	10,8%	9,7%	9,6%	8,2%	8,0%	7,8%	7,2%	6,7%	6,2%	5,8%	5,8%

Fonte: MSSS/GEP, Quadros de Pessoal, 1991-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/mês a preços de 2009

Quadro A. 23 - Decomposição da desigualdade salarial por nível habilitacional, Portugal, 1991-2009

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Distribuição da população (%)																			
Ensino básico	87,8%	86,8%	85,6%	85,2%	84,3%	82,9%	81,4%	79,9%	78,5%	74,8%	71,9%	70,7%	69,5%	68,0%	66,4%	65,2%	63,3%	61,6%	
Ensino secundário	8,9%	9,7%	10,5%	12,8%	13,7%	14,8%	15,9%	16,9%	17,9%	17,5%	18,6%	19,4%	19,7%	20,1%	20,9%	21,5%	22,1%	22,8%	
Ensino superior	3,3%	3,5%	3,8%	2,0%	2,0%	2,3%	2,7%	3,2%	3,6%	7,7%	9,4%	10,2%	10,8%	11,9%	12,7%	13,3%	14,6%	15,6%	
Ganho médio mensal (euros)																			
Ensino básico	662	693	709	723	709	727	727	741	740	761	765	762	761	760	756	759	764	787	
Ensino secundário	952	1016	1038	1046	1048	1057	1046	1054	1058	1081	1100	1102	1100	1094	1072	1070	1075	1094	
Ensino superior	1945	2080	2141	2061	2071	2031	1976	1967	1939	2093	2094	2067	2060	2026	1971	1929	1918	1938	
Desvio do ganho face ao ganho médio (%)																			
Ensino básico	90,7%	89,6%	88,8%	91,4%	90,6%	90,2%	89,7%	89,0%	88,1%	82,7%	80,3%	79,3%	78,6%	77,7%	77,4%	77,3%	76,3%	75,9%	
Ensino secundário	130,4%	131,4%	130,0%	132,3%	133,8%	131,1%	128,9%	126,6%	125,9%	117,5%	115,4%	114,8%	113,6%	111,9%	109,9%	108,9%	107,4%	105,6%	
Ensino superior	266,4%	269,0%	268,0%	260,7%	264,6%	251,9%	243,6%	236,2%	230,7%	227,5%	219,8%	215,3%	212,9%	207,1%	202,0%	196,5%	191,5%	187,0%	
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)																			
Ensino básico	0,128	0,139	0,142	0,146	0,130	0,132	0,124	0,119	0,114	0,115	0,110	0,110	0,111	0,110	0,108	0,105	0,102	0,098	
Ensino secundário	0,160	0,171	0,170	0,174	0,181	0,182	0,185	0,179	0,176	0,174	0,170	0,174	0,176	0,176	0,175	0,173	0,174	0,169	
Ensino superior	0,156	0,160	0,157	0,186	0,200	0,205	0,216	0,207	0,216	0,205	0,210	0,214	0,210	0,213	0,211	0,207	0,206	0,203	
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por nível habilitacional																			
Desigualdade total	0,163	0,179	0,183	0,190	0,184	0,187	0,184	0,182	0,182	0,182	0,188	0,192	0,195	0,198	0,196	0,193	0,194	0,190	
% Desigualdade explicada	18,5%	19,1%	20,0%	12,6%	14,7%	14,6%	15,4%	16,5%	18,0%	27,5%	30,4%	30,7%	31,0%	31,5%	31,1%	30,8%	31,3%	31,4%	

Fonte: MSSS/GEP, Quadros de Pessoal, 1991-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/mês a preços de 2009

Quadro A. 24 - da desigualdade salarial por nível de qualificações, Portugal, 1991-2009

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)																		
Quadros superiores	2,4%	2,4%	2,6%	2,7%	3,3%	3,8%	3,4%	4,4%	4,6%	5,0%	5,3%	6,0%	6,4%	6,3%	6,8%	7,4%	7,7%	8,0%
Quadros médios	2,2%	2,5%	2,5%	2,9%	3,2%	3,2%	3,7%	3,4%	3,3%	3,2%	4,0%	4,5%	5,0%	5,1%	5,4%	5,1%	5,5%	5,8%
Enc., mestres, ...	4,8%	4,8%	4,7%	4,5%	4,3%	4,4%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,3%	4,4%	4,4%	4,4%	4,3%	4,3%	4,2%
Prof. alt. qualif.	4,8%	4,8%	5,1%	5,2%	5,8%	5,9%	6,2%	6,7%	6,6%	6,8%	7,4%	7,6%	7,7%	8,3%	8,3%	8,5%	8,9%	9,3%
Prof. qualificados	43,7%	43,9%	44,8%	45,9%	46,2%	46,1%	45,8%	45,4%	45,6%	45,7%	45,6%	44,7%	43,3%	42,8%	41,9%	41,8%	40,9%	40,5%
Prof. semiqualfif.	19,4%	18,9%	18,5%	18,2%	17,9%	17,4%	17,3%	16,9%	16,8%	16,6%	15,9%	16,2%	16,7%	16,8%	17,3%	17,5%	17,6%	18,7%
Prof. não qualif.	10,1%	10,6%	10,5%	11,0%	10,6%	11,1%	11,2%	11,5%	11,3%	11,2%	11,3%	10,9%	11,2%	11,2%	11,1%	10,9%	10,6%	9,4%
Prat. e aprendizes	12,7%	12,1%	11,2%	9,6%	8,7%	8,2%	8,2%	7,4%	7,5%	7,4%	6,3%	5,7%	5,3%	5,0%	4,8%	4,6%	4,4%	4,2%
Ganho médio mensal (euros)																		
Quadros superiores	2103	2245	2333	2377	2323	2367	2471	2457	2505	2508	2655	2547	2467	2603	2524	2421	2425	2486
Quadros médios	1507	1607	1621	1576	1750	1677	1672	1749	1739	1799	1840	1754	1735	1745	1709	1712	1741	1760
Enc., mestres, ...	1076	1142	1155	1181	1185	1205	1222	1253	1251	1283	1282	1267	1261	1276	1281	1300	1306	1333
Prof. alt. qualif.	1120	1157	1183	1185	1254	1265	1287	1357	1381	1411	1438	1400	1437	1443	1397	1404	1397	1420
Prof. qualificados	707	746	757	769	758	775	764	799	797	802	818	816	817	815	807	814	825	846
Prof. semiqualfif.	582	597	600	628	604	612	619	622	621	643	654	651	663	662	679	678	677	689
Prof. não qualif.	505	532	546	549	535	553	555	558	567	574	587	582	581	579	576	581	587	615
Prat. e aprendizes	412	432	458	469	457	480	489	491	514	531	542	538	533	539	544	552	566	590

Decomposição da desigualdade salarial por nível de qualificações, Portugal, 1991-2009 (continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Desvio do ganho face ao ganho médio (%)																		
Quadros superiores	294,5%	297,7%	300,9%	298,2%	286,1%	283,4%	295,4%	279,0%	282,3%	276,1%	279,0%	265,6%	254,5%	265,2%	257,1%	245,0%	240,6%	238,5%
Quadros médios	211,0%	213,1%	209,4%	197,7%	215,5%	200,7%	199,9%	198,6%	196,0%	198,1%	193,4%	182,9%	179,0%	177,8%	174,1%	173,3%	172,7%	168,9%
Enc., mestres, ...	150,7%	151,5%	148,9%	148,2%	145,9%	144,2%	146,0%	142,3%	141,0%	141,3%	134,7%	132,1%	130,1%	130,0%	130,5%	131,6%	129,6%	127,9%
Prof. alt. qualif.	156,9%	153,4%	152,5%	148,6%	154,5%	151,4%	153,9%	154,0%	155,7%	155,4%	151,1%	146,0%	148,3%	147,0%	142,3%	142,1%	138,6%	136,3%
Prof. qualificados	99,0%	98,9%	97,6%	96,4%	93,4%	92,7%	91,3%	90,7%	89,8%	88,3%	85,9%	85,1%	84,3%	83,0%	82,2%	82,4%	81,9%	81,2%
Prof. semiqualfif.	81,6%	79,1%	77,4%	78,8%	74,4%	73,3%	74,0%	70,6%	69,9%	70,8%	68,8%	67,9%	68,4%	67,4%	69,1%	68,6%	67,2%	66,1%
Prof. não qualif.	70,8%	70,5%	70,4%	68,8%	66,0%	66,2%	66,4%	63,3%	63,9%	63,2%	61,7%	60,7%	60,0%	58,9%	58,7%	58,8%	58,3%	59,1%
Prat. e aprendizes	57,7%	57,3%	59,0%	58,8%	56,3%	57,4%	58,5%	55,8%	57,9%	58,5%	57,0%	56,1%	55,0%	54,9%	55,4%	55,9%	56,1%	56,6%
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)																		
Quadros superiores	0,156	0,161	0,160	0,165	0,226	0,220	0,212	0,211	0,241	0,239	0,240	0,257	0,261	0,261	0,258	0,246	0,249	0,238
Quadros médios	0,124	0,129	0,117	0,131	0,164	0,161	0,179	0,143	0,144	0,140	0,133	0,162	0,181	0,151	0,156	0,157	0,159	0,152
Enc., mestres, ...	0,115	0,127	0,127	0,131	0,128	0,130	0,129	0,128	0,119	0,118	0,118	0,124	0,124	0,129	0,133	0,131	0,129	0,129
Prof. alt. qualif.	0,109	0,110	0,107	0,113	0,131	0,128	0,131	0,137	0,139	0,136	0,135	0,135	0,147	0,147	0,141	0,143	0,138	0,135
Prof. qualificados	0,101	0,119	0,119	0,125	0,111	0,113	0,104	0,109	0,103	0,098	0,098	0,098	0,098	0,096	0,095	0,093	0,093	0,090
Prof. semiqualfif.	0,076	0,083	0,087	0,094	0,070	0,074	0,070	0,059	0,053	0,057	0,056	0,055	0,061	0,060	0,068	0,065	0,061	0,059
Prof. não qualif.	0,063	0,073	0,082	0,082	0,059	0,064	0,054	0,041	0,040	0,039	0,041	0,039	0,039	0,037	0,037	0,037	0,033	0,030
Prat. e aprendizes	0,068	0,077	0,091	0,096	0,060	0,065	0,055	0,039	0,040	0,040	0,036	0,037	0,035	0,037	0,038	0,037	0,035	0,033
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por nível de qualificações																		
Desigualdade total	0,163	0,179	0,183	0,190	0,184	0,187	0,184	0,182	0,182	0,182	0,188	0,192	0,195	0,198	0,196	0,193	0,194	0,190
% Desigualdade explicada	41,5%	39,4%	38,5%	36,4%	43,3%	42,5%	44,5%	47,5%	48,3%	48,9%	50,4%	49,3%	48,3%	50,3%	49,3%	48,9%	49,2%	49,6%

Fonte: MSSS/GEP, Quadros de Pessoal, 1991-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/mês a preços de 2009

Quadro A. 25 - Decomposição da desigualdade salarial por profissões, Portugal, 1995-2009

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	Distribuição da população (%)													
Quadros sup. adm. públ., dirig. e quad. sup. empr.	2,8%	2,9%	2,7%	2,7%	2,8%	2,4%	2,7%	3,5%	4,1%	4,4%	4,6%	4,5%	4,6%	4,7%
Espec., profs. intelectuais e científicas	2,4%	2,5%	2,9%	3,1%	3,3%	3,7%	4,4%	4,8%	5,1%	5,7%	6,0%	6,2%	6,8%	7,2%
Técnicos e profissões nível intermédio	8,8%	8,8%	9,1%	9,9%	10,0%	10,3%	10,7%	10,5%	11,0%	11,2%	11,5%	11,7%	12,1%	12,4%
Pessoal administrativo e similares	15,2%	15,2%	15,0%	15,7%	15,6%	15,7%	15,9%	15,9%	16,2%	16,1%	15,9%	15,8%	15,8%	16,1%
Pessoal dos serviços e vendedores	11,8%	12,2%	12,7%	12,7%	13,0%	13,5%	14,9%	16,4%	16,4%	16,7%	17,1%	17,2%	17,4%	17,9%
Agricultores e trab. qualificados da agric. e pescas	1,3%	1,4%	1,5%	1,5%	1,4%	1,4%	1,4%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%
Operários, artífices e trabalhadores similares	23,8%	23,6%	24,4%	23,4%	23,5%	23,4%	22,8%	22,6%	22,3%	21,4%	21,1%	20,8%	20,0%	19,1%
Oper. inst. e máq. e trab. montagem	12,4%	12,2%	12,2%	11,8%	11,7%	11,6%	11,4%	11,3%	11,4%	11,0%	10,8%	10,7%	10,3%	10,1%
Trabalhadores não qualificados	12,3%	12,7%	12,7%	12,9%	12,7%	12,5%	12,4%	12,0%	11,7%	11,8%	11,8%	11,7%	11,6%	11,3%
Aprendizes, praticantes, auxiliares, ajudantes	6,2%	6,0%	4,7%	5,0%	4,3%	4,0%	2,0%	0,8%	0,3%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Licenciados e bacharéis	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Encarregado geral	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,3%	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Outros trabalhadores sem profissão	2,0%	1,4%	1,2%	0,5%	0,8%	0,7%	1,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
	Ganho médio mensal (euros)													
Quadros sup. adm. públ., dirig. e quad. sup. empr.	2197	2293	2363	2534	2501	2819	2917	2651	2442	2384	2351	2298	2318	2353
Espec., profs. intelectuais e científicas	1874	1908	1926	2006	2007	2027	2034	1977	1965	1944	1884	1860	1851	1879
Técnicos e profissões nível intermédio	1327	1378	1392	1422	1447	1470	1476	1467	1487	1464	1455	1465	1485	1516
Pessoal administrativo e similares	919	943	942	946	948	976	979	976	968	968	955	965	975	1002
Pessoal dos serviços e vendedores	597	612	605	619	622	640	650	646	653	655	653	658	665	689
Agricultores e trab. qualificados da agric. e pescas	507	531	537	556	559	579	596	605	603	610	619	644	643	668
Operários, artífices e trabalhadores similares	647	671	665	689	684	705	723	712	711	719	721	731	742	768
Oper. inst. e máq. e trab. montagem	758	775	800	811	810	833	844	836	834	840	838	848	849	869
Trabalhadores não qualificados	568	586	584	588	595	610	616	620	622	620	618	623	629	652
Aprendizes, praticantes, auxiliares, ajudantes	450	473	478	483	504	513	511	502	497	509	509	509	509	509
Licenciados e bacharéis	2236	2013	2304	2268	2171	1849	1988	1896	1674	1997	1997	1997	1997	1997
Encarregado geral	1166	1187	1140	1165	1152	1168	1008	1059	1002	1002	1002	1002	1002	1002
Outros trabalhadores sem profissão	1206	1240	1031	1169	1055	1047	1196	1667	715	631	640	598	1067	730

Decomposição da desigualdade salarial por profissões, Portugal, 1995-2009 (continuação)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Desvio do ganho face ao ganho médio (%)														
Quadros sup. adm. públ., diríg. e quad. sup. empr.	267,0%	270,6%	276,8%	287,6%	280,7%	307,0%	306,6%	277,0%	253,0%	244,3%	241,3%	234,4%	231,8%	227,5%
Espec., profs. intelectuais e científicas	227,8%	225,1%	225,6%	227,7%	225,4%	220,7%	213,8%	206,6%	203,6%	199,2%	193,4%	189,7%	185,1%	181,6%
Técnicos e profissões nível intermédio	161,3%	162,6%	163,0%	161,4%	162,5%	160,0%	155,1%	153,3%	154,0%	150,0%	149,4%	149,4%	148,5%	146,5%
Pessoal administrativo e similares	111,7%	111,3%	110,3%	107,4%	106,4%	106,3%	102,9%	102,0%	100,3%	99,2%	98,0%	98,4%	97,5%	96,9%
Pessoal dos serviços e vendedores	72,6%	72,2%	70,9%	70,3%	69,9%	69,7%	68,3%	67,5%	67,6%	67,1%	67,1%	67,1%	66,5%	66,6%
Agricultores e trab. qualificados da agric. e pescas	61,6%	62,7%	62,9%	63,1%	62,7%	63,0%	62,7%	63,2%	62,5%	62,5%	63,5%	65,6%	64,3%	64,6%
Operários, artífices e trabalhadores similares	78,7%	79,2%	77,9%	78,2%	76,8%	76,8%	76,0%	74,4%	73,6%	73,6%	74,0%	74,6%	74,2%	74,3%
Oper. inst. e máq. e trab. montagem	92,2%	91,4%	93,7%	92,0%	90,9%	90,7%	88,7%	87,4%	86,4%	86,1%	86,0%	86,5%	84,9%	84,0%
Trabalhadores não qualificados	69,0%	69,1%	68,4%	66,7%	66,8%	66,4%	64,8%	64,7%	64,5%	63,5%	63,4%	63,6%	62,9%	63,0%
Aprendizes, praticantes, auxiliares, ajudantes	54,7%	55,8%	55,9%	54,8%	56,6%	55,9%	53,7%	52,5%	51,5%	52,2%				
Licenciados e bacharéis	271,8%	237,5%	269,9%	257,5%	243,8%	201,4%	209,0%	198,1%	173,4%	204,6%				
Encarregado geral	141,7%	140,0%	133,6%	132,3%	129,4%	127,2%	106,0%	110,6%	103,8%	102,6%				
Outros trabalhadores sem profissão	146,6%	146,3%	120,8%	132,7%	118,5%	114,0%	125,7%	174,2%	74,0%	64,7%	65,7%	61,0%	106,7%	70,6%
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)														
Quadros sup. adm. públ., diríg. e quad. sup. empr.	0,284	0,286	0,293	0,258	0,318	0,285	0,300	0,349	0,380	0,393	0,388	0,384	0,389	0,382
Espec., profs. intelectuais e científicas	0,162	0,159	0,169	0,151	0,157	0,158	0,159	0,162	0,160	0,162	0,160	0,157	0,154	0,154
Técnicos e profissões nível intermédio	0,163	0,171	0,173	0,174	0,178	0,172	0,168	0,166	0,174	0,175	0,176	0,175	0,178	0,172
Pessoal administrativo e similares	0,112	0,114	0,113	0,113	0,110	0,115	0,110	0,111	0,112	0,114	0,112	0,113	0,115	0,115
Pessoal dos serviços e vendedores	0,094	0,097	0,084	0,083	0,075	0,074	0,072	0,073	0,073	0,072	0,071	0,068	0,065	0,062
Agricultores e trab. qualificados da agric. e pescas	0,079	0,090	0,074	0,072	0,064	0,065	0,059	0,061	0,062	0,064	0,070	0,078	0,066	0,062
Operários, artífices e trabalhadores similares	0,095	0,099	0,089	0,084	0,077	0,080	0,081	0,080	0,084	0,085	0,085	0,086	0,082	0,081
Oper. inst. e máq. e trab. montagem	0,097	0,096	0,095	0,089	0,084	0,083	0,080	0,078	0,080	0,082	0,083	0,084	0,080	0,080
Trabalhadores não qualificados	0,067	0,069	0,062	0,050	0,048	0,051	0,053	0,053	0,055	0,053	0,053	0,052	0,050	0,045
Aprendizes, praticantes, auxiliares, ajudantes	0,058	0,060	0,049	0,035	0,036	0,032	0,027	0,024	0,025	0,030				
Licenciados e bacharéis	0,092	0,116	0,179	0,160	0,164	0,155	0,211	0,195	0,156	0,216				
Encarregado geral	0,120	0,117	0,117	0,118	0,105	0,102	0,100	0,143	0,131	0,142				
Outros trabalhadores sem profissão	0,245	0,259	0,258	0,261	0,240	0,221	0,260	0,229	0,133	0,092	0,075	0,057	0,238	0,068
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por profissões														
Desigualdade total	0,184	0,187	0,184	0,182	0,182	0,182	0,188	0,192	0,195	0,198	0,196	0,193	0,194	0,190
% Desigualdade explicada	41,5%	41,1%	42,7%	45,7%	45,9%	46,3%	46,8%	46,2%	44,4%	43,8%	43,3%	42,3%	42,8%	42,6%

Fonte: MSSS/GEP, Quadros de Pessoal, 1995-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/mês a preços de 2009

Quadro A. 26 - Decomposição da desigualdade salarial por antiguidade, Portugal, 1991-2009

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)																		
Menos de 1 ano	7,5%	7,2%	6,3%	15,7%	16,0%	16,2%	18,7%	18,8%	17,6%	19,7%	18,1%	15,9%	15,9%	18,1%	18,3%	19,8%	18,8%	16,9%
1 a 4 anos	44,2%	44,6%	44,0%	35,3%	33,1%	31,5%	30,9%	31,6%	34,0%	34,9%	39,0%	39,6%	37,4%	33,9%	31,4%	29,9%	31,8%	32,5%
5 a 9 anos	13,9%	14,9%	17,0%	19,2%	21,7%	23,2%	22,7%	21,0%	19,5%	17,5%	16,0%	17,6%	19,4%	20,9%	23,1%	22,8%	21,5%	21,0%
10 a 14 anos	10,2%	10,5%	10,5%	9,3%	8,6%	8,4%	8,4%	9,3%	10,9%	11,6%	11,9%	11,6%	11,1%	10,4%	10,0%	10,0%	10,7%	11,9%
15 a 19 anos	10,2%	8,8%	7,2%	6,4%	6,3%	6,8%	6,7%	6,7%	6,1%	5,2%	4,9%	5,6%	6,7%	7,5%	8,2%	8,3%	7,9%	7,6%
20 e mais anos	14,1%	14,0%	15,0%	14,4%	14,3%	13,9%	12,6%	12,7%	12,0%	11,1%	10,3%	9,9%	9,6%	9,1%	9,0%	9,2%	9,4%	10,2%
Ganho médio mensal (euros)																		
Menos de 1 ano	546	578	602	639	643	661	680	701	710	745	733	748	748	761	761	771	793	806
1 a 4 anos	620	659	692	730	728	752	764	791	799	823	862	859	860	869	860	871	887	917
5 a 9 anos	735	764	779	802	803	841	856	892	909	941	987	988	991	1006	996	987	1009	1025
10 a 14 anos	859	923	937	956	950	955	929	940	953	997	1088	1097	1112	1122	1119	1122	1140	1174
15 a 19 anos	874	969	1007	1041	1076	1108	1112	1146	1141	1171	1170	1151	1165	1176	1196	1225	1252	1293
20 e mais anos	975	1019	1026	1089	1095	1128	1157	1205	1225	1317	1380	1368	1385	1397	1393	1398	1405	1449
Desvio do ganho face ao ganho médio (%)																		
Menos de 1 ano	74,7%	74,6%	75,2%	77,8%	78,0%	77,6%	79,4%	79,2%	79,4%	80,8%	76,9%	78,0%	77,4%	78,0%	78,1%	78,6%	79,3%	78,0%
1 a 4 anos	84,8%	85,1%	86,5%	88,9%	88,3%	88,3%	89,3%	89,3%	89,4%	89,3%	90,4%	89,7%	89,0%	89,1%	88,3%	88,8%	88,7%	88,7%
5 a 9 anos	100,6%	98,7%	97,4%	97,7%	97,4%	98,8%	100,0%	100,7%	101,8%	102,1%	103,5%	103,1%	102,6%	103,1%	102,2%	100,6%	100,9%	99,1%
10 a 14 anos	117,6%	119,2%	117,1%	116,4%	115,2%	112,2%	108,6%	106,1%	106,7%	108,1%	114,1%	114,5%	115,1%	115,0%	114,8%	114,4%	114,0%	113,5%
15 a 19 anos	119,7%	125,1%	125,9%	126,8%	130,6%	130,1%	129,9%	129,4%	127,7%	127,0%	122,6%	120,1%	120,6%	120,6%	122,8%	124,9%	125,2%	125,0%
20 e mais anos	133,5%	131,5%	128,3%	132,7%	132,8%	132,5%	135,2%	136,1%	137,1%	142,9%	144,7%	142,8%	143,4%	143,1%	142,9%	142,5%	140,5%	140,1%
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)																		
Menos de 1 ano	0,129	0,138	0,149	0,153	0,148	0,146	0,144	0,138	0,132	0,138	0,125	0,136	0,138	0,139	0,136	0,134	0,138	0,127
1 a 4 anos	0,147	0,160	0,172	0,178	0,171	0,173	0,172	0,169	0,165	0,161	0,167	0,170	0,171	0,174	0,169	0,165	0,163	0,159
5 a 9 anos	0,145	0,161	0,168	0,175	0,171	0,177	0,176	0,179	0,181	0,182	0,188	0,188	0,188	0,193	0,192	0,185	0,188	0,181
10 a 14 anos	0,145	0,166	0,166	0,168	0,175	0,180	0,178	0,174	0,177	0,183	0,197	0,202	0,205	0,208	0,210	0,205	0,205	0,201
15 a 19 anos	0,135	0,158	0,155	0,155	0,174	0,178	0,179	0,183	0,182	0,185	0,198	0,201	0,207	0,213	0,214	0,215	0,219	0,216
20 e mais anos	0,151	0,165	0,166	0,161	0,167	0,170	0,169	0,172	0,177	0,183	0,189	0,195	0,200	0,205	0,207	0,207	0,213	0,218
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por antiguidade																		
Desigualdade total	0,163	0,179	0,183	0,190	0,184	0,187	0,184	0,182	0,182	0,182	0,188	0,192	0,195	0,198	0,196	0,193	0,194	0,190
% Desigualdade explicada	11,2%	10,2%	8,4%	8,8%	9,1%	8,8%	8,5%	8,7%	8,4%	8,9%	9,5%	8,4%	8,6%	8,4%	8,6%	8,8%	8,4%	8,7%

Fonte: MSSS/GEP, Quadros de Pessoal, 1991-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/mês a preços de 2009

Quadro A. 27 - Decomposição da desigualdade salarial por regiões (NUTS II), Portugal, 1991-2009

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)																		
Norte	37,9%	37,7%	36,8%	37,5%	37,7%	36,7%	37,2%	35,8%	36,2%	35,9%	33,9%	33,8%	33,8%	34,1%	34,1%	34,3%	33,8%	33,6%
Centro	18,9%	18,9%	19,2%	19,2%	19,3%	19,9%	19,7%	19,9%	19,9%	20,3%	20,7%	20,4%	20,5%	20,6%	20,5%	20,2%	20,0%	20,0%
Lisboa	31,9%	31,8%	32,2%	31,5%	31,2%	31,1%	30,6%	31,5%	31,1%	30,6%	31,2%	31,2%	31,0%	30,5%	30,5%	30,4%	31,0%	31,7%
Alentejo	5,1%	5,2%	5,2%	5,2%	5,1%	5,3%	5,7%	5,7%	5,6%	5,7%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,8%
Algarve	3,0%	3,1%	3,1%	3,3%	3,3%	3,4%	3,4%	3,5%	3,5%	3,7%	4,3%	4,5%	4,6%	4,7%	4,7%	4,9%	4,9%	4,7%
Açores	1,4%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,6%	1,6%	1,5%	1,5%	1,8%	1,8%	1,8%	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%
Madeira	1,8%	1,8%	1,9%	1,9%	2,0%	2,1%	2,0%	2,1%	2,1%	2,2%	2,4%	2,4%	2,5%	2,4%	2,4%	2,4%	2,4%	2,4%
Ganho médio mensal (euros)																		
Norte	630	663	689	712	703	728	728	754	757	779	814	824	827	845	841	847	870	901
Centro	651	684	694	724	711	735	742	754	765	788	811	821	829	838	840	842	857	890
Lisboa	912	980	1011	1046	1063	1090	1107	1140	1162	1203	1239	1239	1250	1262	1260	1267	1282	1313
Alentejo	675	718	727	755	750	763	777	793	800	821	840	841	859	867	868	878	891	921
Algarve	708	742	764	767	767	790	790	798	806	830	827	841	853	853	853	864	872	902
Açores	730	735	734	749	776	787	794	790	783	852	852	824	857	874	869	880	898	947
Madeira	665	681	700	722	723	766	791	801	824	875	906	931	954	970	973	979	986	1014
Desvio do ganho face ao ganho médio (%)																		
Norte	86,2%	85,6%	86,3%	86,4%	85,4%	85,9%	85,3%	85,6%	85,0%	84,9%	85,6%	86,1%	85,7%	86,5%	86,3%	86,4%	87,0%	87,2%
Centro	89,1%	88,4%	86,8%	87,8%	86,4%	86,7%	86,9%	85,5%	85,9%	85,8%	85,3%	85,8%	85,9%	85,9%	86,2%	85,8%	85,8%	86,1%
Lisboa	124,8%	126,5%	126,5%	126,9%	129,1%	128,7%	129,6%	129,4%	130,5%	131,0%	130,3%	129,4%	129,5%	129,4%	129,3%	129,3%	128,2%	126,9%
Alentejo	92,4%	92,6%	91,0%	91,6%	91,2%	90,0%	91,0%	90,1%	89,8%	89,4%	88,3%	87,9%	88,9%	88,9%	89,1%	89,6%	89,1%	89,1%
Algarve	96,9%	95,8%	95,7%	93,1%	93,3%	93,3%	92,5%	90,6%	90,5%	90,4%	86,9%	87,9%	88,3%	87,4%	87,6%	88,1%	87,2%	87,2%
Açores	99,9%	94,9%	91,9%	90,9%	94,3%	92,9%	93,0%	89,6%	88,0%	92,8%	89,6%	86,1%	88,8%	89,5%	89,2%	89,7%	89,8%	91,5%
Madeira	91,0%	87,9%	87,7%	87,6%	87,9%	90,4%	92,6%	91,0%	92,5%	95,3%	95,3%	97,3%	98,8%	99,4%	99,9%	99,8%	98,6%	98,0%
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)																		
Norte	0,137	0,151	0,158	0,167	0,150	0,152	0,145	0,144	0,140	0,144	0,148	0,155	0,159	0,166	0,162	0,159	0,161	0,158
Centro	0,122	0,134	0,136	0,148	0,131	0,137	0,132	0,127	0,124	0,125	0,127	0,133	0,136	0,138	0,139	0,133	0,133	0,131
Lisboa	0,185	0,202	0,203	0,210	0,214	0,220	0,220	0,219	0,223	0,221	0,233	0,237	0,239	0,242	0,241	0,238	0,239	0,235
Alentejo	0,137	0,161	0,158	0,158	0,153	0,152	0,149	0,146	0,139	0,139	0,136	0,137	0,146	0,147	0,150	0,147	0,147	0,143
Algarve	0,127	0,133	0,140	0,140	0,135	0,140	0,132	0,124	0,121	0,122	0,121	0,125	0,130	0,129	0,129	0,128	0,127	0,124
Açores	0,161	0,154	0,157	0,151	0,174	0,178	0,182	0,176	0,172	0,175	0,168	0,144	0,168	0,167	0,161	0,156	0,158	0,154
Madeira	0,126	0,135	0,134	0,128	0,128	0,141	0,140	0,137	0,136	0,139	0,143	0,140	0,145	0,147	0,149	0,147	0,148	0,148
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por regiões																		
Desigualdade total	0,163	0,179	0,183	0,190	0,184	0,187	0,184	0,182	0,182	0,182	0,188	0,192	0,195	0,198	0,196	0,193	0,194	0,190
% Desigualdade explicada	8,5%	8,7%	8,6%	8,2%	9,8%	9,2%	9,8%	10,1%	10,7%	10,8%	10,3%	9,5%	9,4%	8,9%	9,0%	9,1%	8,6%	8,3%

Fonte: MSSS/GEP, Quadros de Pessoal, 1991-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/mês a preços de 2009

Quadro A. 28 - Decomposição da desigualdade salarial por dimensão da empresa, Portugal, 1991-2009

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)																		
Micro	14,7%	15,5%	16,6%	18,5%	19,2%	19,8%	20,5%	20,7%	21,4%	22,4%	24,2%	25,3%	25,2%	25,5%	25,4%	24,9%	24,6%	24,8%
Pequenas	25,7%	26,6%	27,1%	27,8%	27,4%	27,5%	27,8%	27,5%	28,0%	28,9%	30,8%	29,4%	28,8%	29,0%	29,0%	29,1%	28,4%	28,2%
Médias	26,0%	26,2%	25,9%	24,9%	24,9%	24,7%	24,7%	24,3%	23,8%	23,9%	21,2%	21,8%	22,2%	21,8%	22,2%	22,1%	22,5%	22,2%
Grandes	33,6%	31,7%	30,4%	28,8%	28,5%	28,0%	27,0%	27,4%	26,8%	24,9%	23,8%	23,5%	23,8%	23,7%	23,5%	23,9%	24,5%	24,8%
Ganho médio mensal (euros)																		
Micro	495	518	547	562	557	581	583	600	607	626	647	657	663	673	680	691	705	735
Pequenas	599	633	669	693	689	722	723	746	759	787	810	836	846	858	857	863	885	917
Médias	708	747	787	832	821	856	875	899	926	959	1046	1053	1057	1065	1074	1071	1089	1124
Grandes	953	1042	1062	1112	1132	1150	1175	1214	1222	1294	1360	1342	1345	1365	1343	1340	1347	1386
Desvio do ganho face ao ganho médio (%)																		
Micro	67,8%	66,9%	68,4%	68,2%	67,7%	68,6%	68,2%	68,1%	68,1%	68,2%	68,0%	68,7%	68,7%	68,9%	69,8%	70,5%	70,5%	71,0%
Pequenas	82,0%	81,7%	83,8%	84,1%	83,8%	85,2%	84,7%	84,6%	85,2%	85,7%	85,1%	87,4%	87,6%	87,9%	88,0%	88,1%	88,5%	88,7%
Médias	96,9%	96,5%	98,6%	101,0%	99,8%	101,0%	102,4%	102,0%	104,0%	104,5%	109,9%	110,0%	109,4%	109,2%	110,2%	109,2%	108,9%	108,6%
Grandes	130,4%	134,5%	133,0%	135,0%	137,6%	135,8%	137,6%	137,8%	137,2%	140,9%	142,9%	140,2%	139,3%	139,9%	137,8%	136,7%	134,7%	134,1%
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)																		
Micro	0,085	0,100	0,115	0,116	0,099	0,108	0,095	0,094	0,086	0,089	0,093	0,099	0,104	0,108	0,111	0,110	0,108	0,106
Pequenas	0,119	0,130	0,144	0,149	0,136	0,145	0,134	0,132	0,129	0,130	0,133	0,143	0,148	0,151	0,151	0,147	0,148	0,145
Médias	0,153	0,161	0,173	0,189	0,175	0,181	0,184	0,179	0,185	0,181	0,193	0,200	0,201	0,202	0,205	0,198	0,199	0,195
Grandes	0,157	0,174	0,171	0,174	0,179	0,181	0,182	0,183	0,188	0,190	0,192	0,196	0,200	0,204	0,203	0,205	0,211	0,211
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por dimensão da empresa																		
Desigualdade total	0,163	0,179	0,183	0,190	0,184	0,187	0,184	0,182	0,182	0,182	0,188	0,192	0,195	0,198	0,196	0,193	0,194	0,190
% Desigualdade explicada	17,0%	17,6%	15,4%	15,9%	18,0%	16,2%	17,6%	18,1%	17,9%	18,9%	20,1%	18,0%	17,3%	17,1%	16,0%	15,4%	14,6%	14,5%

Fonte: MSSS/GEP, Quadros de Pessoal, 1991-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/mês a preços de 2009

Quadro A. 29 - Decomposição da desigualdade salarial por grandes sectores de actividade, Portugal, 1991-2009

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição da população (%)																		
Primário	2,5%	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%	2,4%	2,5%	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,0%	2,0%	2,0%
Secundário	54,6%	53,5%	52,0%	50,0%	50,1%	49,0%	48,0%	46,2%	45,7%	44,5%	41,4%	39,8%	39,0%	37,6%	36,6%	35,9%	34,8%	33,3%
Terciário	43,0%	44,1%	45,7%	47,7%	47,7%	48,6%	49,5%	51,4%	52,0%	53,2%	56,2%	58,0%	58,8%	60,1%	61,2%	62,1%	63,2%	64,7%
Ganho médio mensal (euros)																		
Primário	593	604	611	638	642	645	666	685	692	727	729	742	739	736	745	769	773	805
Secundário	659	693	721	747	737	761	765	786	793	811	848	859	868	889	890	888	907	943
Terciário	829	882	897	913	922	944	950	976	985	1016	1037	1033	1038	1039	1033	1041	1059	1088
Desvio do ganho face ao ganho médio (%)																		
Primário	81,1%	78,0%	76,4%	77,4%	78,0%	76,2%	78,0%	77,8%	77,7%	79,2%	76,6%	77,5%	76,6%	75,4%	76,5%	78,5%	77,3%	77,8%
Secundário	90,3%	89,5%	90,3%	90,7%	89,6%	89,8%	89,6%	89,2%	89,1%	88,3%	89,1%	89,7%	89,9%	91,1%	91,3%	90,5%	90,7%	91,2%
Terciário	113,5%	113,9%	112,3%	110,8%	112,0%	111,4%	111,2%	110,7%	110,6%	110,7%	109,0%	107,9%	107,5%	106,5%	106,0%	106,2%	105,9%	105,2%
Decomposição dos índices de desigualdade (DML)																		
Primário	0,135	0,131	0,125	0,141	0,132	0,129	0,126	0,118	0,114	0,119	0,108	0,116	0,117	0,118	0,120	0,123	0,117	0,115
Secundário	0,141	0,151	0,163	0,172	0,155	0,157	0,150	0,147	0,144	0,142	0,151	0,156	0,162	0,169	0,168	0,161	0,160	0,161
Terciário	0,176	0,198	0,194	0,199	0,203	0,207	0,206	0,205	0,205	0,206	0,209	0,210	0,212	0,213	0,211	0,208	0,209	0,203
Desigualdade total e percentagem de desigualdade explicada pela partição por grandes sectores de actividade																		
Desigualdade total	0,163	0,179	0,183	0,190	0,184	0,187	0,184	0,182	0,182	0,182	0,188	0,192	0,195	0,198	0,196	0,193	0,194	0,190
% Desigualdade explicada	4,2%	4,3%	3,6%	2,9%	3,7%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,7%	2,9%	2,4%	2,3%	1,8%	1,7%	1,8%	1,7%	1,5%

Fonte: MSSS/GEP, Quadros de Pessoal, 1991-2009 (cálculos dos autores a partir dos microdados anonimizados)

Nota: Valores monetários: euros/mês a preços de 2009

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS, INDICADORES E NOMENCLATURAS

Rendimento monetário disponível

Consideram-se componentes principais do rendimento monetário disponível os rendimentos de trabalho por conta de outrem e por conta própria, os rendimentos de pensões (velhice, sobrevivência), as outras transferências sociais e outros rendimentos líquidos (de capital, de propriedade e transferências privadas).

Rendimento monetário disponível por adulto equivalente

O rendimento monetário disponível por adulto equivalente é obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE, conforme prática convencionada pelo Eurostat, a qual atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado, 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança. Para este efeito, consideram-se adultos os indivíduos com 14 ou mais anos.

‘share’

Rendimento monetário equivalente médio de cada quantil de indivíduos em percentagem do rendimento monetário equivalente de todos os indivíduos.

Índice S80/S20 ou rácio interquintis (e similares)

Proporção de rendimento monetário total recebido pelos 20% da população de maiores rendimentos (quartil superior) em relação à recebida pelos 20% mais pobres (quartil inferior). Pode assumir outras formas consoante os quantis em análise (por exemplo: S90/S10).

Índice P90/P10 (e similares)

Rácio entre os rendimentos auferidos pelo par de indivíduos situados nos percentis 10 e 90. Pode assumir outras formas consoante os percentis em análise (por exemplo: P95/P5).

Índice de Gini (ou coeficiente de Gini)

Medida de desigualdade associada à curva de Lorenz. Corresponde à média normalizada das diferenças absolutas entre o rendimento de qualquer par de indivíduos de uma população, sintetizando num único valor a assimetria da distribuição dos rendimentos desses indivíduos – assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

$$G = 1 + \frac{1}{n} - \frac{2}{n^2\mu} \sum_{i=1}^n (n-i+1)x'_i$$

x'_i : rendimento monetário equivalente do indivíduo i , segundo uma distribuição crescente;

n : população total;

μ : rendimento monetário equivalente médio da distribuição.

Índices de Atkinson

Medida de desigualdade parametrizável em função da aversão à desigualdade por parte da sociedade, representada em ϵ (“parâmetro de aversão à desigualdade”). Através de ϵ é possível atribuir maior importância a diferentes partes da distribuição do rendimento na análise da desigualdade. Quanto maior for o valor deste parâmetro maior a importância atribuída à incidência da desigualdade sobre os indivíduos e famílias de menores rendimentos.

$$A = 1 - \left[\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left(\frac{x_i}{\mu} \right)^{1-\epsilon} \right]^{\frac{1}{1-\epsilon}}$$

x_i : rendimento monetário equivalente do indivíduo i , segundo uma distribuição crescente;

n : população total;

μ : rendimento monetário equivalente médio da distribuição.

ϵ : parâmetro de aversão à desigualdade ($\epsilon > 0$)

Desvio Médio Logarítmico (DML)

Medida de desigualdade mais sensível à parte inferior da distribuição, com vantagem na possibilidade de permitir uma decomposição da desigualdade por grupos socioeconómicos, o que possibilita a sua utilização não somente para quantificar os níveis de desigualdade mas também para identificar alguns dos seus determinantes (capítulos 4 e 5).

$$DML = \frac{\sum_{i=1}^n \log \left(\frac{\mu}{x_i} \right)}{n}$$

Linha de pobreza (ou limiar de pobreza)

Referencial abaixo do qual se situam os indivíduos pobres numa distribuição do rendimento por adulto equivalente. Assume, com maior frequência, o valor que resulta de 60% da mediana da distribuição do rendimento equivalente, embora existam outras alternativas para a sua fixação.

Medidas de Foster-Greer-Thorbecke

Permitem perceber o défice de recursos da população em risco de pobreza (“poverty gap”), bem como medir o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos entre a população em risco de pobreza.

$$P_{\alpha} = \sum_{i=1}^q \frac{\left(1 - \frac{x_i}{z}\right)^{\alpha}}{n}$$

x_i : Rendimento equivalente do indivíduo i ;
 z : Limiar de pobreza;
 q : Número de pobres;
 n : População total

Com $\alpha = 0$,

Incidência da pobreza (ou taxa de pobreza ou taxa de risco de pobreza)

Proporção da população com rendimento monetário equivalente (após transferências sociais) inferior ao limiar de pobreza estabelecido.

$$P_0 = \frac{q}{n}$$

Com $\alpha = 1$,

Intensidade da pobreza

Também conhecido por défice médio normalizado de recursos da população pobre, permite medir a distância que separa o rendimento monetário equivalente de um indivíduo pobre do limiar de pobreza. Desta forma, níveis elevados de pobreza dos indivíduos, essencialmente nos rendimentos mais baixos, conduzem a maiores valores para o índice considerado.

$$P_1 = \sum_{i=1}^q \frac{\left(1 - \frac{x_i}{z}\right)}{n}$$

Com $\alpha = 2$,

Severidade da pobreza

Com $\alpha = 2$, a gravidade da situação de privação cresce mais do que proporcionalmente com a distância a que o rendimento está da linha de pobreza (para $\alpha = 2$, a gravidade cresce com o quadrado da distância proporcional do rendimento ao limiar de pobreza).

$$P_2 = \sum_{i=1}^q \frac{\left(1 - \frac{x_i}{z}\right)^2}{n}$$

Intensidade de Pobreza (“relative at risk of poverty gap”) – conceito EUROSTAT

Quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos pobres relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem.

$$I = \frac{z - m}{z}$$

z : Linha de pobreza

m : Rendimento mediano por adulto equivalente dos indivíduos pobres

Nomenclatura dos Estados-membros da União Europeia

AT	Áustria	IT	Itália
BE	Bélgica	LT	Lituânia
BG	Bulgária	LU	Luxemburgo
CY	Chipre	LV	Letónia
CZ	Rep. Checa	MT	Malta
DE	Alemanha	NL	Países Baixos
DK	Dinamarca	PL	Polónia
EE	Estónia	PT	Portugal
ES	Espanha	RO	Roménia
FI	Finlândia	SE	Suécia
FR	França	SI	Eslovénia
GR	Grécia	SK	Eslováquia
HU	Hungria	UK	Reino Unido
IE	Irlanda		

Este estudo apresenta uma análise aprofundada da evolução da desigualdade económica em Portugal ao longo das últimas décadas. Possibilita identificar algumas das principais características desta realidade, avaliar quais os sectores da sociedade mais afectados pelas alterações na distribuição dos rendimentos e quais as fontes de rendimentos que mais contribuem para a desigualdade. Os resultados obtidos permitem confirmar que Portugal permanece como um dos países mais desiguais da União Europeia.

Embora a análise das desigualdades seja importante em si mesma, adquire neste estudo uma relevância acrescida ao ser interpretada como um elemento estruturante da análise das condições de vida dos indivíduos e das famílias, como uma componente essencial na determinação do nível do bem-estar do conjunto da população. Assim, embora as desigualdades económicas constituam o fulcro deste trabalho, são nele também abordadas questões relacionadas com as condições de vida, o bem-estar social e a pobreza económica naquilo em que estas são influenciadas, ou mesmo determinadas, pela distribuição dos rendimentos.

O papel das políticas redistributivas sobre a repartição do rendimento, a desigualdade e a pobreza é igualmente objecto de estudo, considerando quer a intervenção pelo lado das receitas (impacto redistributivo da política fiscal), quer por via das políticas sociais (efeitos equalizadores das diversas políticas sociais de combate à exclusão e à pobreza).

978-989-8424-58-7

